

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PEDRO GONÇALVES AFONSO FRIZO

**OS FUNDAMENTOS INSTITUCIONAIS PARA O GERENCIAMENTO
DOS BENS COMUNS NA AMAZÔNIA CENTRAL**

Porto Alegre, março de 2018.

PEDRO GONÇALVES AFONSO FRIZO

**OS FUNDAMENTOS INSTITUCIONAIS PARA O GERENCIAMENTO
DOS BENS COMUNS NA AMAZÔNIA CENTRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Niederle.

Porto Alegre, março de 2018.

CIP - Catalogação na Publicação

Frizo, Pedro Goncalves Afonso
Os Fundamentos Institucionais para o
Gerenciamento dos Bens Comuns na Amazônia Central /
Pedro Goncalves Afonso Frizo. -- 2018.
313 f.
Orientador: Paulo Niederle.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Gerenciamento dos bens comuns. 2. Ação
coletiva. 3. Teoria dos campos. 4. Instituições. I.
Niederle, Paulo, orient. II. Título.

PEDRO GONÇALVES AFONSO FRIZO

**OS FUNDAMENTOS INSTITUCIONAIS PARA O GERENCIAMENTO DOS
BENS COMUNS NA AMAZÔNIA CENTRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Niederle
(Orientador)

Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro
(UFMA)

Profa. Dr^a. Lorena Fleury
(UFRGS)

Prof. Dr. Sandro Ruduit Garcia
(UFRGS)

*Ao meu avô Plínio:
último filho e poeta da terra.*

AGRADECIMENTOS

Ao apreendermos o que é Sociologia, nos é desvelado pouco a pouco o caráter social de nossos afazeres e “conquistas” mais íntimas e individuais. As ações afirmativas estão em todas as partes: daqueles que preparam a comida nos restaurantes universitários, permitindo ao aluno comprometer mais tempo com suas obrigações acadêmicas, àqueles que sequer conhecemos, que nos transcendem e ocupam um (injusto) pequeno canto na parede da memória. São a todas essas pessoas, daquelas de convívio diário àquelas que nunca vi em minha vida, que agradeço profundamente pelos alicerces para que este trabalho fosse minimamente possível.

Aos meus pais, eminente fonte daquilo tudo que conheço: da vida e do que veio ao longo da vida. Do apoio incomensurável, por remarem junto comigo no avanço de qualquer objetivo, ainda que este soasse o mais incongruente dos objetivos; amor celeste, fonte de indulgência contínua e irrestrita. Ao final, tudo se constrói a partir deste amor: imagem e semelhança da paz divina que homens e mulheres procuram por séculos. Neste sentido, também sou imensamente grato aos meus avós – Isabel, Maria da Glória e Plínio –, os quais tive a graça de viver até os dias de hoje sendo vigiado pelo amor insubstituível de vocês.

Ao meu irmão, mais do que um alguém com o qual divido o meu sangue: serias meu melhor amigo se não te conhecesse desde o princípio de tudo; és o meu mentor sem título de doutor, sem ocupar uma cadeira de universidade. O tempo que nos separou para que este trabalho fosse possível nos é pago nas palavras aqui escritas, concebidas como grande homenagem a quem me ensinou o que são as perguntas e como é bom amá-las.

À Vanessa, minha irmã “adotiva”, a quem guardo o carinho pela leveza dos teus gestos, pela doçura das tuas palavras sempre tão certas e acolhedoras, por querer tão bem a quem eu quero mais do que a mim mesmo. Agradeço ao amor que depositaste e trouxeste a nossa família.

À Lidiane. Saiba que antes de ti eu era a noite e o frio e tu foste a luz; eu era a dor e a ferida e tu foste o milagre. Milagre de amor parido em meio a cinzas, subitamente, e construímos nossa relação tão rápido como uma rachadura avançando sobre vidro exposto. Contigo desbravamos os cantos mais recônditos de Porto Alegre e contigo

descobri as terras mais inexploradas de minha alma. Me ensinaste o que é o amor e que ele é possível. E se hoje a tua memória palpita intermitente como os sinos de domingo, a esperança do reencontro segue como brasa aguardando sopro forte.

Aos meus amigos “Poetas Mortos”, Cláudio, Fellipe, Mariana e Michel, membros da sociedade mais secreta e elusiva de Porto Alegre, com quem dividi poesias, paixões perdidas, histórias de tirar o folego e muitas aventuras. Sem a presença de cada um, a minha felicidade porto-alegrense não haveria sido compartilhada e a cidade seria uma imagem menos nostálgica em meu futuro. *Tutti Bar*, *Tamanduá*, *Grand’s* e *Rossi* serão estabelecimentos de menor prestígio e interesse com a nossa partida.

Também membro desse grupo imortal, o meu companheiro, irmão presenteado pela vida e pelo destino, Gustavo, a quem as tardes no apartamento da Dr. Flores, os crepúsculos no gasômetro, os dias na beira do Guaíba e as noites rasgadas por uma bicicleta compartilhada se mostraram momentos de aprendizado, de confidências e de construção de uma eterna amizade. Levarei as nossas conversas e histórias, sempre compartilhadas por um bom mate, para onde quer que esta vida me destine. Tens a responsabilidade de levar o “Trapézio Gaúcho” a todos os porto-alegrenses a partir de agora.

A todos os apuienses que eu cruzei em minha pesquisa de campo. A história de cada um ressoou intimamente em mim, cruzando-se e alterando-se com a história de meus antepassados: pessoas que adicionaram algumas casas decimais ao montante mergulhado nos processos de êxodo rural no Brasil. Agradeço imensamente pela acolhida generosa e receptiva de cada um em suas respectivas propriedades. Em especial, agradeço a Seu Milton Dalbem: intrépido sonhador por um Apuí cada vez mais justo.

Agradeço profundamente à recepção calorosa e prestativa do IDESAM para a realização da minha pesquisa. Sem a colaboração de seus membros nos mais diferentes aspectos, desde a logística até a disposição em participar de entrevistas, a execução desta investigação seria impossível. Agradeço especialmente ao Gabriel Carrero, companheiro de questionamentos e de ambições; ao Geovani, à Vanilse, ao Marcelo e ao Melquisedeque, pelo apoio e amizade que marcaram nossos dias; à Flávia, ao “De-la-Peña” e ao “Fófatoba”, irmãos esalqueanos que dividiram o mesmo teto em nosso período apuiense. Sobre o meu tempo em Manaus, não há como não agradecer à acolhida generosa da minha amiga Aline Radaelli (“InterUnesp”) e do meu xará, Pedro Rapozo. Dividir

algumas semanas com vocês foi dividir a ansiedade do momento pré-campo, as inquietações sociológicas e rever bons e velhos amigos.

Quanto à UFRGS e aos laços que construí neste espaço ao longo do meu mestrado, sou grato acima de tudo ao meu orientador, Prof. Paulo Niederle. Me lembro ainda nas primeiras semanas do mestrado, quando as ideias eram muitas e o saber científico ainda era cru: foste o mestre que acreditou em mim e que pouco a pouco fez da minha viagem um caminhar sobre terreno mais claro, conciso e firme. Se hoje começo a dar os primeiros passos sozinhos, é porque tu acreditaste em algum momento que isto era possível.

Sou profundamente grato também aos Profs. Sandro Ruduit, Lorena Fleury e Marcelo Sampaio Carneiro, por aceitarem sem ressalvas participar da minha banca de avaliação. A presença de cada um é uma grande honra para mim, à medida em que ouvir sugestões vindas de vocês representa uma oportunidade única de engrandecimento.

Também gostaria de lembrar de todos os/as professores/as que cruzaram a minha trajetória na UFRGS. Cada um fez dessa minha passagem um momento mais rico em experiências. Especialmente, gostaria de agradecer aos Profs. Leonardo Granato, José Carlos dos Anjos e Raquel Weiss, cujas aulas estarão guardadas para sempre como momentos de inestimável aprendizado. Também agradeço ao Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar (GEPAD-UFRGS), por dividir questionamentos e projetos científicos em eventos e seminários nestes últimos anos.

Agradeço à Secretaria do PPGS-UFRGS, Marcelo Scarparo e Regiane Accorsi, os quais sempre auxiliaram com muito zelo e disposição qualquer necessidade. Também agradeço ao sistema de bibliotecas da UFRGS, pelas pessoas que aí trabalham e que sempre atuaram para consolidar um espaço apropriado para o estudo e à escrita. Por fim, sou imensamente grato aos funcionários dos Restaurantes Universitários da UFRGS, os quais sempre atenderam com muita atenção, repleto de carinho e com um sorriso no rosto.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro concedido durante os meus dois anos de mestrado.

Por fim, *in memoriam*, agradeço ao Prof. Werner Baer. Considere esta dissertação um fruto de nossas discussões sobre os limites das ciências econômicas e sobre os caminhos necessários para melhorar este país que nós dois tanto amamos.

*“Piedade para nós, que exploramos as
fronteiras do irreal”*

Guillaume Apollinaire

RESUMO

Os projetos de colonização da Amazônia Central durante as décadas de 1970-80 geraram um intenso fluxo migratório a esta região. A consolidação de assentamentos rurais foi seguida pelo desenvolvimento de regimes extensivos de apropriação e exploração dos recursos naturais. O Projeto de Assentamento Rio Juma (PA Juma) no município de Apuí, instituído em 1982, foi o maior assentamento criado na América Latina naquela época e constitui-se atualmente em uma das principais frentes do desmatamento na Amazônia. No entanto, a chegada de organizações não-governamentais (ONGs) em 2008 desafiou o panorama do *campo políticoambiental de Apuí*, à medida que uma *coalizão ambientalista* começou a ser articulada para promover um regime “sustentável” de apropriação e exploração dos recursos naturais. Neste sentido, o nosso objetivo nesta dissertação é compreender as dinâmicas de engajamento envolvendo a formação dessa coalizão. Para tanto, foram feitas 45 entrevistas semiestruturadas e questionários com parceiros, agentes das ONGs, agentes financeiros e públicos, uma análise estatística de nove arquivos de dados quantitativos, três momentos de observação participante referente a episódios de mediação entre agentes das e parceiros, três momentos de observação sistemática referente às reuniões de diferentes associações civis e a análise documental de 13 documentos referentes aos projetos e iniciativas das ONGs. Como principal resultado, temos que as linhas gerais de atuação dessas organizações passaram por um processo de “culturalização” às instituições regulatórias, normativas e culturais-cognitivas que constituem a realidade social onde atuam, fato que permitiu o reconhecimento, a identificação e a participação dos atores locais na proposta “sustentável”. Observamos como os enquadramentos da “descommoditização”, da “capitalização” e do “avanço técnico-científico” constroem uma matriz de múltiplas representações possíveis da proposta “sustentável”. No entanto, as dinâmicas de formação da coalizão ambientalista se demonstraram dependentes não somente da ação estratégica das ONGs para a produção de engajamento, mas também de crises em campos externos ao campo políticoambiental. Estes resultados nos demonstram a necessidade de uma análise sistêmica nos próximos estudos sobre a formação de grupos para reinstitucionalização de campos.

Palavras-chave: Instituições; Ação Coletiva; Bens Comuns.

ABSTRACT

The colonization projects for the Central Amazon during the 70's and the 80's generated an intense migratory flux to this region. The establishment of rural settlements was followed by the development of extensive regimes of natural resources appropriation and exploitation. The Projeto de Assentamento Rio Juma (PA Juma) in the city of Apuí, institutionalized in 1982, was the biggest rural settlement created in Latin America in that time and is nowadays one of the main deforestation spots in the Amazon. However, the arriving of non-governmental organizations in 2008 defied the panorama of the “field of environmental politics of Apuí”, since an “environmentalist coalition” began to be articulated in order to promote a “sustainable” regime of natural resources appropriation. Therefore, our goal in this thesis is to comprehend the dynamics of engagement involving the coalition formation in the mentioned field. In this sense, we developed 45 semi-structured interviews and questionnaires with rural producers, NGOs' activists, financial and public agents, a statistical analysis of nine files of quantitative data, three episodes of participant observation of moments of mediation between activists and rural producers, three episodes of systematic observation of civic associations' meetings, and a documental analysis of 13 documents regarding NGOs' projects and initiatives. As a main result, we have that the general lines of action of these organizations went through a process of “culturalization” to the regulatory, normative and cultural-cognitive institutions that constitute the social reality where they operate, a fact that allowed the recognition, identification and participation of local actors in the “sustainable” proposal. We observe how the frames of “decommoditization”, “capitalization” and “technical-scientific advance” built a matrix of multiple possible representations of the “sustainable” proposal. However, the formation dynamics of the environmentalist coalition were dependent not only on the strategic action of NGOs for the production of engagement but also on crises in fields outside of the field of environmental politics of Apuí. These findings demonstrate to us the necessity of a systemic analysis in future studies on the formation of groups for the reinstitutionalization of fields.

Keywords: Institutions; Collective Action; Common Goods.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A ocupação do território no município de Apuí.....	23
Figura 2. Avanço do desmatamento na região sul do Amazonas: 2000, 2006 e 2012.....	27
Figura 3. Número de trabalhadores (mediadores sociais) do IDESAM e do WWF em Apuí e porcentagem das famílias parceleiras aderentes a sistemas agroflorestais/silvipastoris sobre o total de famílias rurais no município.....	29
Figura 4. A família parceleira de Ignácio e de Marla na área de repouso de sua casa.....	70
Figura 5. O parceleiro Miguel após a realização da entrevista no escritório do IDESAM.....	71
Figura 6. A BR-230, avistada no cruzamento onde se encontra a casa agropecuária.....	73
Figura 7. Encontro mensal dos associados da Ouro Verde, na sede da Igreja na vicinal Raulino.....	74
Figura 8. Dia de visita técnica na propriedade de Denis – último à direita –, localizada na BR-230, a 80km ao leste de Apuí.....	76
Figura 9. Porto de Novo Aripuanã, onde as ofertas de hotéis ressoam a leilões.....	78
Figura 10. Um dos alagamentos na AM-174.....	79
Figura 11. Sendo a caminhonete insuficiente para os dezesseis passageiros, engatou-se o barco da foto acima como veículo complementar.....	80
Figura 12. Evolução do volume produzido, entre 1993/94 e 2006.....	138
Figura 13. Proporção de estabelecimentos sobre o total segundo ramo produtivo (2006) – municípios da Microrregião da calha do Rio Madeira.....	160

Figura 14. Nuvem de palavras manifestadas pelos parceiros para a categoria “ <i>Identidade Social</i> ”	169
Figura 15. Mapa de relações técnicas, comerciais e associativas entre os entrevistados	176
Figura 16. Terreiro suspenso na propriedade de Flávio.....	208
Figura 17. Características dos projetos segundo teor exclusivamente ambientais, combinação entre “meio ambiente” e outras temas e grau de presença do Estado.....	217
Figura 18. Participação das concepções sobre sustentabilidade segundo categoria de ator social.....	223
Figura 19. Significações sobre os sistemas agroflorestais e silvipastoris, por graus de frequência segundo ator social.....	249
Figura 20. Concepções sobre “desenvolvimento” entre os atores locais.....	260

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Variedades de instituições.....	61
Quadro 2. Dimensões de análise, indicadores e fontes de dados.....	66
Quadro 3. Breve relatório sobre os entrevistados.....	83
Quadro 4. Resumo das categorias analíticas.....	85
Quadro 5. Corpus de análise dos dados quantitativos.....	89
Quadro 6. Apropriações simbólicas e construção de significados sobre o território amazônico por parte do Estado militar.....	97
Quadro 7. Relatos sobre a formação “incompleta” de Apuí enquanto fronteira agropecuária.....	151
Quadro 8. Instituições regulatórias, normativas e culturais-cognitivas sustentadoras dos projetos e iniciativas das ONGs.....	187
Quadro 9. Lista de organismos parceiros das iniciativas desenvolvidas pelas ONGs em Apuí.....	193
Quadro 10. Dimensões gerais dos projetos coordenados pelas ONGs em Apuí.....	218
Quadro 11. Detalhes da assistência técnica por projeto e questões prioritárias do campo econômico que são trabalhadas nestas iniciativas.....	243
Quadro 12. Aspectos do processo de engajamento dos parceiros que se assemelham aos fatores condicionantes da Modernização Ecológica.....	251

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Categorias analíticas presente em cada entrevista.....	87
Tabela 2. Agrupações temáticas sobre as significações envolvendo a chegada dos migrantes (parceiros ou não) em Apuí.....	115
Tabela 3. Agrupamento temático referente à criação do PA Juma.....	121
Tabela 4. Teste ANOVA para tipo de associação civil e nível de renda.....	131
Tabela 5. Agrupação temática referente às questões fundiárias no PA Juma.....	147
Tabela 6. Conteúdo manifestado pelo parceiro.....	155
Tabela 7. Retorno financeiro dos parceiros por atividade, em 2006, comparado ao retorno financeiro de assentados, em 2014.....	159
Tabela 8. Diferença na renda anual média entre famílias onde ao menos um componente trabalha ou não fora do lote.....	164
Tabela 9. População residente no município de Apuí.....	172
Tabela 10. População residente na microrregião da calha do Rio Madeira.....	173
Tabela 11. Grau de confiança do parceiro em relação aos principais órgãos presentes no assentamento.....	177
Tabela 12. Proporção de famílias que já contraíram em 2006 e 2014.....	180
Tabela 13. Diferença na renda anual média logarítmica entre famílias que já contraíram crédito e famílias que nunca contraíram.....	180
Tabela 14. Agrupação temática das linhas de atuação das ONGs, segundo as significações de seus funcionários.....	192
Tabela 15. Agrupação temática da categoria “Assistência Técnica”, segundo os agentes das ONGs e o conteúdo dos documentos do IDESAM.....	227

LISTA DE SIGLAS

ADSSAM – Associação de Desenvolvimento Sustentável Sucundurí Amazônia

APP – Área de Proteção Permanente

ARL – Área de Reserva Legal

ASOC – Associação dos Colonos do Coruja

ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental

BASA – Banco da Amazônia

CAE – Campos de Ação Estratégica

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CEPAL – Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos

CODEAGRO – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DEM – Partido Democratas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GIZ – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit

GTA – Guia de Transporte Animal

GTPS – Grupo de Trabalho em Pecuária Sustentável

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade

ICOTI – Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEI – Nova Economia Institucional

NORAD – Direktoratet for utviklingssamarbeid

NS – Neoinstitucionalismo Sociológico

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PA JUMA – Projeto de Assentamento do Rio Juma

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAMV – Projeto Apuí Mais Verde

PMV – Programa Municípios Verdes

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPRS – Programa de Pesquisa em Desenvolvimento Rural Sustentável

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

REDD – Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation

SCAAM – Sistema de Controle Ambiental do Amazonas

SDS – Secretária do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Apuí

SICAR – Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural

SINDISUL – Sindicato Rural do Sul do Amazonas

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SSA – Semeando Sustentabilidade em Apuí

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UC – Unidade de Conservação

UD – Unidade Demonstrativa

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

USP – Universidade de São Paulo

WWF – World Wide Fund For Nature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
PARTE I - DELIMITANDO O PROBLEMA: Considerações teórico-metodológicas	38
CAPÍTULO 1. ENQUADRANDO ASPIRAÇÕES E EMPREENDENDO REALIDADES: UMA ABORDAGEM DOS CAMPOS DE AÇÃO ESTRATÉGICA PARA A FORMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS.....	39
1.1 Abordagens clássicas sobre o gerenciamento coletivo de bens comuns	40
1.2. Os “empreendedores ideológicos” de North	42
1.3. O Neoinstitucionalismo Sociológico.....	45
1.4. A abordagem dos Campos de Ação Estratégica.....	51
1.4.1. Habilidades sociais e a <i>sacralização</i> da existência.	54
1.5. A produção de ação coletiva no objeto de estudo selecionado	59
CAPÍTULO 2. A OPERACIONALIZAÇÃO CONCEITUAL E A METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	63
2.1. Modelo de análise.....	63
2.2. Coleta de dados	66
2.3. Relatos de campo: particularidades da pesquisa social no contexto apuiense.	76
2.4. Análise dos dados e corpus da análise	82
PARTE II - A FORMAÇÃO INSTITUCIONAL DA “FRONTEIRA” AMAZÔNICA.....	91
CAPÍTULO 3. UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A ABERTURA DA “FRONTEIRA” AMAZÔNICA.	92
3.1. Modelos de ocupação do território amazônico.....	94
3.2. A colonização da Amazônia na perspectiva estatal.....	95
3.3. A colonização da Amazônia na perspectiva do migrante.....	106
3.4. Futuros imaginados em um território “em transição”	116
CAPÍTULO 4. CONSOLIDANDO A “FRONTEIRA”: FORMAÇÃO AGROPECUÁRIA DO PA JUMA EM APUÍ.....	119
4.1. As primeiras duas décadas do PA Juma segundo os seus atores.....	120
4.1.1. A ação do INCRA	122
4.1.2. Dinâmicas populacionais.....	132

4.2. A posse da terra em Apuí vista em perspectiva.....	141
4.3. O PA Juma como uma “fronteira (ainda) em transição”	150

CAPÍTULO 5. O PA JUMA NOS DIAS ATUAIS: DINÂMICAS PRODUTIVAS E A ECONOMIA DOMÉSTICA DO PARCELEIRO..... 153

5.1. Significações envolvendo a produção agropecuária	154
5.1.1. Posição individual no campo e retorno	156
5.1.2. Estratégias de ação	161
5.1.3. As dinâmicas de sustento como ruptura com a identidade social do parceleiro.....	168
5.1.4. Composição de capital e força produtiva	174
5.2. Subsistência e conservação: termos possíveis?.....	184

PARTE III - A CULTURALIZAÇÃO DA “FRONTEIRA” AMAZÔNICA NOS PROJETOS E INICIATIVAS: uma análise sobre a produção de engajamento..... 189

CAPÍTULO 6. NAS TRAMAS DA PROPOSTA “SUSTENTÁVEL”..... 190

6.1. A primeira linha de atuação: as parcerias estratégicas	191
6.1.1. Parcerias estratégicas com associações de produtores	193
6.1.2. Parcerias estratégicas com órgãos civis e públicos	196
6.1.3. Parcerias estratégicas com agentes financeiros e outros organismos técnicos	200
6.2. A segunda linha de atuação: assistência técnica	204
6.2.1. As unidades demonstrativas	205
6.2.2. Estímulo à certificação orgânica e a cadeias produtivas alternativas.....	209
6.2.3. Realização de oficinas para capacitação técnica	212
6.3. A terceira linha de atuação: as normativas ambientais.....	213
6.4. As iniciativas agrupadas por projetos.....	216
6.5. Parceleiros e a “sustentabilidade” como “sustento material”	221

CAPÍTULO 7. A MOBILIZAÇÃO DE ENQUADRAMENTOS E A CONSTRUÇÃO DE CONSENSO SOB A ÉGIDE DA CIÊNCIA: A PRODUÇÃO DE ENGAJAMENTO ENTRE OS PARCELEIROS..... 225

7.1. Os enquadramentos envolvendo a assistência técnica.....	226
7.1.1. O enquadramento técnico-científico	230
7.1.2. Os enquadramentos da “capitalização” e da “descommoditização”	235
7.2. A evolução dos enquadramentos.....	240
7.3. O engajamento como um processo de modernização ecológica	250
7.4. Modernidade e avanço tecnológico em uma “fronteira em transição”	257

CAPÍTULO 8. ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO DA PROPOSTA “SUSTENTÁVEL”: OS LAÇOS ESTABELECIDOS COM OS AGENTES FINANCEIROS E ÓRGÃOS DO ESTADO.	263
8.1. Os laços de cooperação com os agentes financeiros	265
8.1.1. A mobilização de enquadramentos segundo os critérios dos agentes financeiros	267
8.1.2. A “saída” bancária.....	269
8.2. Os laços de cooperação com agências do Estado.....	271
8.2.1. INCRA como fonte de oportunidades e crise à coalizão ambientalista	273
8.2.2. O campo político local e sua influência no nível de recursos	277
8.3. As origens dos recursos e a modernização ecológica.....	279
 CONCLUSÕES	 283
 REFERÊNCIAS	 288
 APÊNDICES.....	 300
APÊNDICE A. Roteiro de entrevista e questionário: parceiros.....	300
APÊNDICE B. Roteiro de entrevista e questionário – ONGs, agentes financeiros e agentes públicos.	304
APÊNDICE C. Resumo das técnicas empregadas para cada fonte analisada.....	309
APÊNDICE D. Termo de consentimento livre e esclarecido	310
APÊNDICE E. Termo para a cessão de dados sobre o PA Juma.....	312

INTRODUÇÃO

A BR-230 no município de Apuí, no sul do Amazonas, é um “laboratório de Brasil”: o trânsito intermitente dos caminhões boiadeiros; o ‘bate-estacas’ da construção de mais um depósito de madeira; o temor dos pecuaristas com a chegada das caravanas ocasionais do IBAMA; os bois magros, de costas quentes e tremulantes, desviando de tocos, babaçus e buritis em busca de algum alimento; as discussões entre catarinenses e baianos sobre quem acerta uma onça ou o minúsculo cérebro de uma vaca com uma espingarda cartucheira; as crianças a repetirem a última palavra dos versos sertanejos que naquela noite embalarão o cortejo de seus irmãos mais velhos no Galpão; os donos das terras mais extensas do Brasil, vivendo em casas sem energia e de terra batida. Nos apreende olhar e vivenciar cada um dos artefatos e atores sociais deste laboratório, permeado por paranaenses, capixabas, rondonienses, mineiros e gaúchos que se juntaram no coração da Amazônia Central na busca por um pedaço de terra para chamá-lo de “seu”.

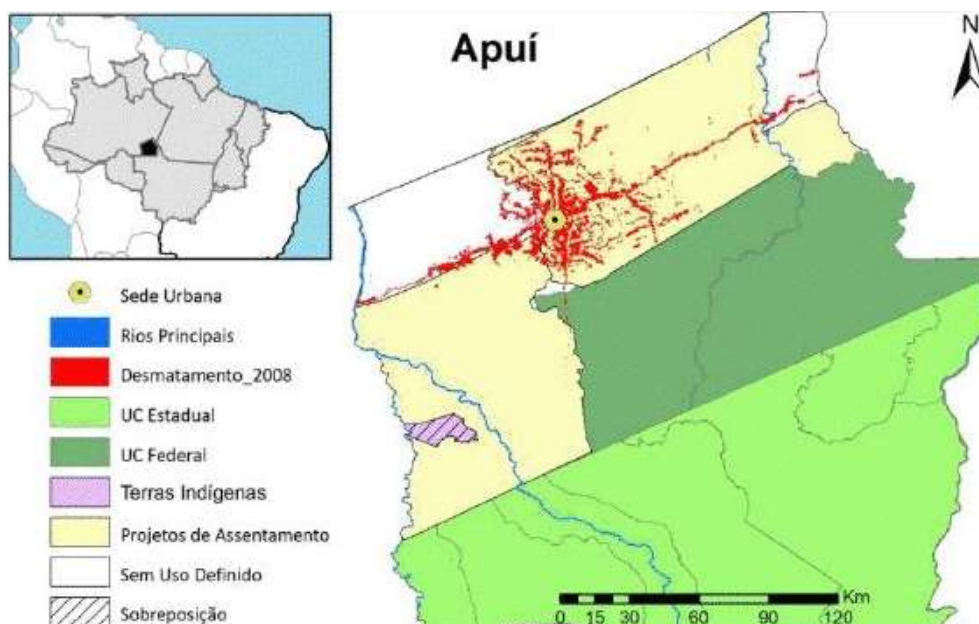
Olhar analiticamente para este cenário é tratá-lo, antes de tudo, como produto social das políticas nacionais de colonização, desenvolvidas ao longo das décadas de 70 e 80 do século passado. Nas palavras de Tavares dos Santos (1991), os projetos de colonização apareceram como *técnica social* empregada pelo Estado com vistas a atenuar os conflitos fundiários historicamente latentes nas regiões mais populosas do país. Ao invés de uma ampla redistribuição das propriedades privadas rurais, a reforma agrária ocorreu, principalmente, a partir da ocupação de terras públicas e devolutas, como consta no artigo 188 da Constituição Federal de 1988: “A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária” (BRASIL, 1988). Foi deste modo que nasceu o município de Apuí, lugar onde conduzimos a nossa pesquisa.

De fundação oficializada em 1987, e com área total equivalente ao estado de Santa Catarina, Apuí é permeado por diferentes modos de ocupação e uso da terra. Dentro de seu território há nove grandes Unidades de Conservação (UC): o Parque Nacional do Juruena; a Floresta Nacional do Jatuarana; a Floresta Estadual de Apuí; a Floresta Estadual do Sucundurí; Floresta Estadual de Aripuanã; a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Bararati; a RDS Aripuanã; a Reserva Extrativista do Guariba; e o Parque Estadual do Sucundurí. Além disso, o Projeto de Assentamento Extrativista

(PAE) Guariba, na porção oeste do município, e parte do Projeto de Assentamento (PA) Acari, ao norte, combinam-se com o maior e mais extensivo modo de ocupação, responsável por quase toda a produção agropecuária do município: o PA Juma, criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1982, cinco anos antes da criação oficial do próprio município de Apuí.

O PA Juma é um projeto de superlativos. Quando criado, tratava-se do maior assentamento de toda a América Latina. Sua área total corresponde a aproximadamente 670 mil hectares – quase seis vezes o tamanho do município de São Paulo –, divididos originalmente em parcelas rurais correspondentes a 100 hectares, as quais deveriam ser ocupadas por cerca de 7,5 mil “parceleiros”. A emblemática BR-230, conhecida popularmente como a Rodovia Transamazônica, rasga o centro do assentamento e constituiu-se como a principal via de acesso de migrantes originários de todo o Brasil.

Figura 1. A ocupação do território no município de Apuí.



Fonte: IDESAM (2014).

De maneira geral, os primeiros migrantes na década de 1980 rumaram em viagem impetuosa a esta localidade no seio da Amazônia Central para constituir o seu “território familiar”: espaço onde a família retira a sua subsistência material e reproduz-se, por gerações e gerações, ao longo do tempo (WANDERLEY, 1996). Soma-se a este objetivo

uma iminente tentativa de gozar, nos assentamentos amazônicos, de oportunidades para a mobilidade social ascendente (VELHO, 1973). Estas condições se faziam praticamente impossíveis nas regiões originárias dos primeiros migrantes, em especial daqueles vindo do norte do Rio Grande do Sul e do oeste paranaense e catarinense, os quais se configuraram como a maioria dos migrantes a Apuí naquele período. Com o passar dos anos e a reprodução da desigualdade na distribuição de terras no Brasil, mineiros, capixabas e rondonienses também passaram a rumar para o mesmo destino, sobretudo a partir dos anos 1990.

Historicamente, a população apuiense testemunhou o “isolamento” em sua dimensão física e social, bem como uma restringida possibilidade de lograr as aspirações e expectativas que impulsionaram a sua migração. No que diz respeito às dimensões físicas e geográficas deste isolamento, cabe notar que, percorrendo a BR-230 desde Porto Velho, chega-se ao assentamento depois de aproximadamente 18 horas de viagem, superando buracos, declives, erosões na estrada e barreiros. Se o ponto de partida é Manaus, tarda-se dois dias de viagem: um para descer o Rio Amazonas e subir o Rio Madeira; outro para percorrer cerca de 300 km em dez horas de viagem pela precária AM-174.

O isolamento da população local também abarca uma dimensão socioeconômica, na medida em que práticas associativas e condições mínimas para o escoamento e acesso a mercados agropecuários externos configuraram-se sempre como barreira iminente. Wanderley (1996) e Hébet e Marin (2004) ressaltam como estes novos espaços rurais na Amazônia brasileira, engendrados pelo Estado, constituíram-se como locais que reproduziram os dilemas enfrentados pelos migrantes em suas terras de origem, tal como a exclusão socioeconômica. A distância das terras aos grandes centros urbanos e a escassa assessoria técnica e social concedida pelas agências estatais atiraram os migrantes em nítidas condições de vulnerabilidade.

Este “isolamento” – que é uma representação relativa e parcial construída pelos próprios migrantes – foi agravado pela inefetividade dos projetos de apoio planejados pelo INCRA. No PA Juma em Apuí, especificamente, esta situação propiciou um intenso processo de êxodo rural, liberando um imenso volume de parcelas ao mercado local de terras ao longo das décadas de 1980 e 1990 (CARRERO e FEARNSIDE, 2011). As famílias remanescentes, mediante a dificuldade de lograr a subsistência material dentro de uma parcela de 100 hectares, passaram a adquirir a um custo relativamente baixo as

parcelas de seus vizinhos que rumaram a outras localidades. De igual maneira, outras famílias que chegaram ao PA Juma não como assentados, mas por conta própria, adquiriram antigas parcelas rurais onde estavam originalmente as famílias assentadas pelo INCRA. Estes e outros processos sociais fizeram do PA Juma um território permeado por diferentes formas de ocupação: por um lado, famílias que não somente têm o controle de uma parcela rural, mas de múltiplas parcelas abandonadas; do outro lado, compradores de terras, que passaram a ocupar uma ou múltiplas parcelas as quais originalmente foram concebidas para serem ocupadas por assentados da reforma agrária.

Mediante tamanha complexidade envolvendo as questões fundiárias, vimos em campo que o termo “parceleiro” é o mais apropriado para definir os atores rurais estudados. A palavra “produtor” é carente de amplitude, uma vez que há um número significativo de pessoas que não produzem e/ou comercializam deliberadamente, mas somente ocupam a área rural com gado de corte para garantir a posse; sendo que a venda deste é rara e, quando feita, não integra parte representativa da renda anual do proprietário do animal. Por sua vez, as palavras “agricultor” e “pecuarista” são carentes por resumirem a atividade econômica da família rural a uma atividade exclusivamente, fato que não foi notado em campo à medida que ninguém é somente agricultor ou pecuarista; sempre se conduz ambas as atividades em combinação, ainda que as escalas de produção de cada uma alternem. Do mesmo modo, a palavra “assentado” é insuficiente por sua simplicidade institucional: nem todos são assentados, à medida que há compradores de terra. Já as palavras “camponês”, “campesino” ou “campesinato” carregam consigo uma carga teórica e política que enviesa a análise das representações que se obtêm em campo (BOURDIEU, 1989). Soma-se que, em alguns momentos, o termo “parceleiros” era mobilizado por alguns entrevistados. Assim, o adotamos ao longo da dissertação, pois todos os entrevistados possuem e residem sobre uma parcela, ou várias parcelas, originalmente concebidas no projeto de assentamento formulado pelo INCRA.

O problema de encontrar um termo adequado reflete a complexidade da situação fundiária neste local. Uma vez compradas vastas porções de terra a um custo expressivamente reduzido, as famílias parceleiras enfrentaram significativas barreiras para a titulação das mesmas, tendo em vista que a concessão de documentos não é permitida a assentados que ocupam mais de uma parcela rural. Soma-se a isso o fato de que as próprias parcelas destinadas aos assentados ainda careceram de titulação efetiva por parte do INCRA. Surge, então, importante dilema às famílias parceleiras: como

legitimar a posse das terras ocupadas? Dadas as significativas restrições produtivas encontradas nesta região – pelo menos para o tipo de agricultura moderna que pautou a intervenção do Estado brasileiro a partir dos anos 1960 (GRAZIANO DA SILVA, 2000) –, a agricultura em larga escala jamais foi desempenhada como estratégia de ocupar produtivamente o território. Com isso, a criação de gado em seu modo extensivo, de corte ou leiteiro, configurou estratégia plausível de ocupação e reivindicação da propriedade das terras. Se as famílias parceleiras eram, em sua maioria, originalmente agricultores (CARRERO e FEARNSIDE, 2011), com o passar das décadas Apuí se transformou em um polo de produção de carne bovina, sendo atualmente o segundo maior produtor desta “commodity” no estado do Amazonas.

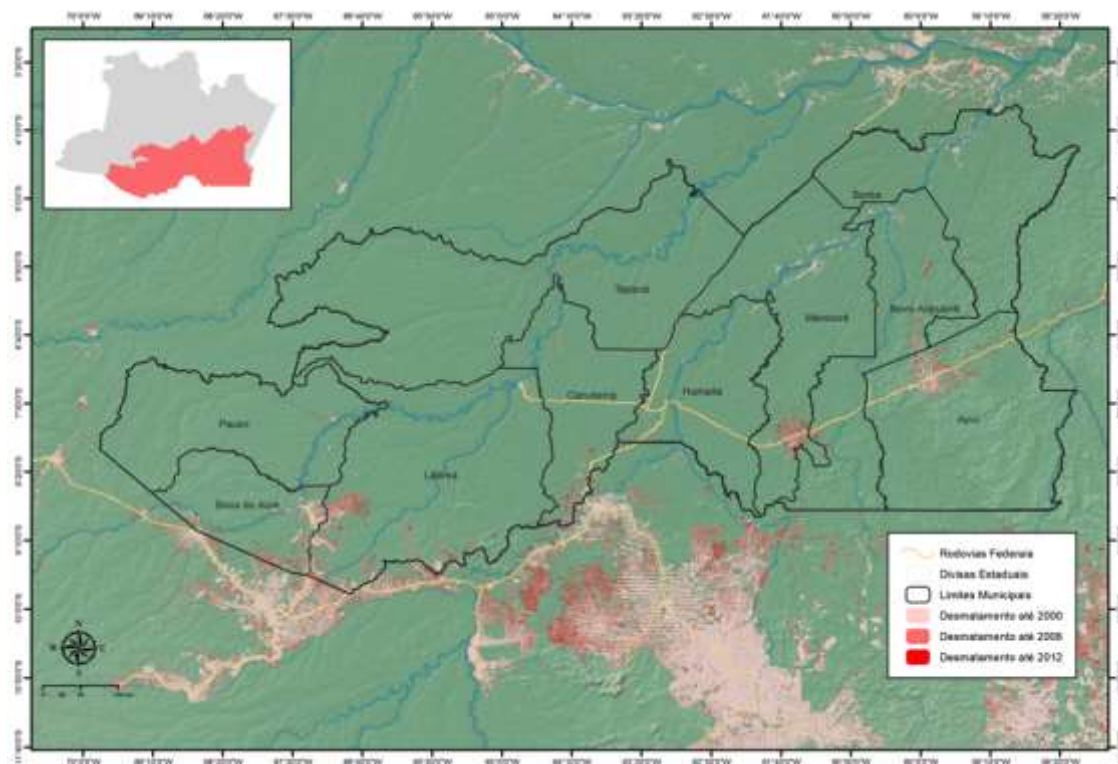
Para a criação animal em larga escala, fomentou-se de maneira ampla e generalizada as práticas de queimada, derrubada e abertura de áreas de floresta. Em um primeiro momento, tais práticas liberaram uma enorme quantia de madeira, a qual poderia ser vendida pelas famílias parceleiras às serrarias locais para a obtenção de algum lucro. Em um segundo momento, a abertura de novas áreas permitia a liberação de vastos contingentes de terra para a implementação de pastagens, dado que as pastagens anteriores já se encontravam em intenso processo de degradação devido à criação animal em seu modo extensivo (CARRERO et al., 2014).

A utilização extensiva dos recursos naturais se configura como importante instituição cultural-cognitiva entre as famílias parceleiras (SCOTT, 2014), à medida que se constituiu ao longo do tempo como o modo de gerenciamento da propriedade que permite a estas famílias lograrem o seu sustento material, bem como se adaptar ao êxodo rural, à aquisição de vastas porções de terras não tituladas e à ausência de organismos associativos que concedam máquinas e equipamentos para o trabalho agrícola em larga escala. Além disso, o pecuarista, enquanto ocupação profissional, goza de amplo prestígio e *status* na sociedade apuiense. Os maiores estabelecimentos comerciais pertencem a famílias de criadores de gado; o candidato vencedor das eleições de 2016 é um tradicional pecuarista na região, tendo sido apoiado por alguns dos poucos atravessadores de gado de corte do município; por fim, o maior festival cultural de Apuí é o Rodeio de Touros, um dos maiores eventos do tipo em todo o Amazonas.

A dinâmica queimada-derrubada-abertura intensificou as taxas de desmatamento e de degradação ambiental no município de Apuí. Conforme podemos observar na Figura abaixo, os índices de desmatamento florestal cresceram gradativamente nos últimos anos,

sendo positivamente correlacionado ao avanço do número de cabeças de gado na região. Temos como fator ilustrativo do intenso avanço destes processos inter-relacionados a inclusão de Apuí, em setembro de 2017, na lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA) de municípios prioritários para o combate ao desmatamento (MMA, 2017).

Figura 2. Avanço do desmatamento na região sul do Amazonas: 2000, 2006 e 2012.



Fonte: IDESAM (2014).

Em face das consequências ambientais diretamente atreladas à existência daquilo que chamaremos de um “*regime ‘extensivo’ de apropriação e exploração dos recursos naturais*”, ONGs passaram a atuar localmente a partir de 2008. O Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM) e o World Wide Fund for Nature (WWF) integram uma frente “ambientalista” de ação no PA Juma em Apuí, com o intuito de reduzir o avanço do desmatamento e dos processos de degradação ambiental que dele derivam. Em conjunto, estas organizações já desenvolveram, desde 2008, seis projetos, os quais possuem múltiplas iniciativas de ação e intervenção com

vistas a consolidar o que os seus funcionários entrevistados denominam sistemas “sustentáveis”¹ de utilização dos recursos naturais.

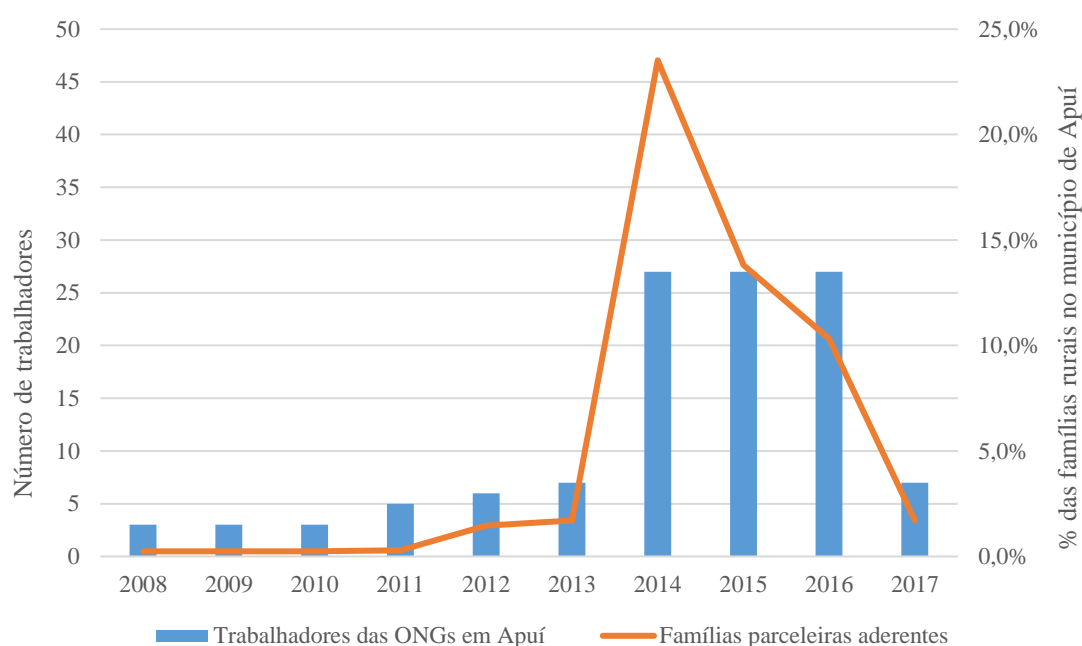
Tais iniciativas desmembram-se em múltiplas linhas de ação, com vistas a engajar a população local – e externa ao PA Juma – na adoção de práticas “sustentáveis”. O engajamento de agentes públicos para a promoção da “sustentabilidade”, por exemplo, tem ocorrido, principalmente, no suporte a iniciativas de educação ambiental, na realização de oficinas técnicas e na estruturação de um viveiro de sementes e mudas de árvores nativas. Da mesma forma, os agentes financeiros – isto é, as grandes instituições filantrópicas, bilaterais, multilaterais ou organismos privados de doações atrelados a empresas privadas – atuam na concessão de recursos financeiros, geralmente à fundo perdido, para as duas ONGs conduzirem suas iniciativas locais. Por fim, as famílias parceleiras atuam na promoção de práticas “sustentáveis” principalmente a partir da adoção, via a assessoria técnica concedida pelo IDESAM e pelo WWF, de sistemas produtivos agroflorestais e/ou silvipastoris. Em conjunto, as ONGs e os agentes públicos, financeiros e famílias parceleiras que conduzem essas práticas integram o que chamaremos de uma “*coalizão ambientalista*” (FLIGSTEIN e McADAM, 2012), a qual visa promover o um “*regime ‘sustentável’ de apropriação e exploração dos recursos naturais*” no PA Juma em Apuí.

Desde 2008, podemos notar inúmeras variações na amplitude desta coalizão e, com isso, em sua capacidade de efetivamente instaurar um regime “sustentável”. Tomemos o número de famílias parceleiras aderentes à produção agropecuária em sistemas agroflorestais e/ou silvipastoris como exemplo dessa variação. Conforme ilustra o gráfico abaixo, houve severas variações ao longo do tempo no número de famílias parceleiras que gerenciaram a propriedade nos moldes propostos pelas ONGs em suas iniciativas de assessoria técnica. Da mesma forma, o número de famílias parceleiras aderentes aos sistemas agroflorestais ou silvipastoris repercutiu as variações no número de mediadores sociais que estas duas ONGs empregaram em Apuí, o que impacta diretamente na abrangência das iniciativas destes organismos. O gráfico abaixo ilustra a

¹ A palavra “sustentabilidade” e as suas derivações serão sempre expostas nesta dissertação entre aspas, dado que não é o nosso objetivo assumi-la como uma categoria de compreensão unívoca ou mesmo defini-la. Ao contrário, veremos como este termo é apropriado de maneira diferente segundo os atores sociais envolvidos em sua promoção. Assim, qualquer iniciativa será entendida nesta pesquisa como “sustentável” se assim ela é enquadrada pelos atores que a promovem.

evolução das dinâmicas de engajamento envolvendo a formação da coalizão ambientalista, onde nos números cristalizam-se a efetividade das estratégias de engajamento desenvolvidas pelas ONGs em assegurar a cooperação de atores locais para a promoção de um regime “sustentável”.

Figura 3. Número de trabalhadores (mediadores sociais) do IDESAM e do WWF em Apuí e porcentagem das famílias parceiras aderentes a sistemas agroflorestais/silvipastoris sobre o total de famílias rurais no município.



Fonte: IDESAM (2012; 2013; 2014; 2015; 2016); IBGE – Censo Agropecuário (2006); dados coletados pelo autor na pesquisa de campo (2017).

Em face do exposto até este momento, podemos traçar como o principal problema a ser investigado a seguinte questão: *como as ONGs produzem o engajamento coletivo com vistas à promoção de um regime “sustentável” de apropriação e exploração dos recursos naturais no PA Juma em Apuí?*

Dois termos são centrais dentro da pergunta motivadora desta pesquisa, os quais dizem muito sobre a direção analítica que será adotada. O primeiro refere-se ao conceito de “engajamento coletivo”. Entendemos as iniciativas desenvolvidas pelas ONGs em Apuí como iniciativas que visam segurar a cooperação de outros atores, induzindo-os a

adotarem práticas, rotinas e hábitos que se coadunam à proposta “sustentável” mantida por esses organismos. Desta maneira, entendemos o nosso problema de pesquisa como um problema relacionado à produção de ação coletiva e, portanto, cabe perguntarmos quais são os mecanismos para forjar os laços de cooperação ao longo do tempo.

O segundo termo é “produção”, uma vez que entendemos o engajamento coletivo como um processo de produção e construção de ação coletiva por parte das ONGs. Com isso, deveremos nos atentar aos recursos, dispositivos e enquadramentos que as ONGs mobilizam para sustentar a ação coletiva de múltiplos atores, cujas trajetórias sociais e interesses envolvendo a apropriação e exploração de recursos naturais diferem consideravelmente.

Sucede desta pergunta e da racionalização acima algumas questões complementares, as quais também nos propomos a investigar ao longo desta pesquisa: Quais as principais iniciativas desenvolvidas pelas ONGs? Quais os recursos, dispositivos e enquadramentos mobilizados por estes organismos para induzir a cooperação de outros atores? Quais fatores travam o processo de produção de engajamento e de adoção de um regime “sustentável” no PA Juma em Apuí? Em quais motivações e expectativas se sustentam a cooperação dos atores para participar no desenvolvimento das iniciativas e projetos mantidos pelas ONGs?

Uma vez explanados os dilemas que motivam a realização desta pesquisa, cabe demonstrar em que direção analítica e investigativa o trabalho se orienta. Para tanto, doravante apresentamos de maneira preliminar o referencial teórico que embasou a pesquisa.

Classicamente, o tema “recursos naturais” tem sido tratado analiticamente na literatura como “bens comuns” – i.e., de uso amplo e universal, porém finito mediante utilização indefinida. Nesta direção, o trabalho de Olson (1965) apresenta-se como uma clássica leitura sobre o “problema da ação coletiva” acerca do gerenciamento dos bens comuns. Partindo de uma leitura ontológica condicionada a tratar o indivíduo como estritamente autointeressado e como ser puramente motivado a agir socialmente segundo fins utilitários, o autor perguntava-se como a cooperação para a promoção de “regimes de governança” sobre os bens comuns era possível. O foco do autor era o dilema do “*free-rider*”, condição na qual os indivíduos que não participam deste processo coletivo podem igualmente usufruir dos benefícios públicos do novo regime de governança.

De maneira geral, o problema posto por Olson (1965) reflete como estudos que partem de uma microeconomia aplicada ao entendimento de processos de construção coletiva e de institucionalização entenderam tais processos como dependentes da existência de “benefícios seletivos” aos indivíduos que cooperam. É neste sentido, mediante a discriminação entre cooperados e não cooperados, e segundo os benefícios aos quais os primeiros são expostos, que se sustenta significativa parte da abordagem da “escolha racional” acerca da ação coletiva (SHEPSLE, 2006). No entanto, principalmente no que diz respeito à temática relacionada às estruturas de governança sobre bens comuns, os pressupostos da desta vertente analítica se encontram claramente postos em xeque em face da sua perspectiva demasiadamente individualista.

Com vistas a expandir os mecanismos de engajamento coletivo para além do conceito de benefícios seletivos, um significativo grupo de autores passou a atribuir a dimensões sociais e culturais o fator de propulsão à cooperação social. Neste caso, temos de ressaltar o grupo de autores alinhados à perspectiva da Nova Economia Institucional (NEI), os quais buscaram estabelecer uma relação direta entre a ação social dos indivíduos e como esta retroage ao seu posicionamento na estrutura social (NORTH, 1983; MARSHALL, 2013). Aqui destacamos o trabalho de Ostrom (1990) sobre a gestão de bens comuns como um processo de construção de estruturas de governança que dependem da criação de laços de confiança e de identidade entre os indivíduos cooperados.

Em paralelo ao florescimento da NEI na segunda metade do século XX, outras perspectivas teóricas também se consolidaram tendo como objetivo entender o papel das instituições morais, culturais e regulatórias na ação do indivíduo e na sua disposição de agir coletivamente. Este é o caso do “Neoinstitucionalismo Sociológico” (NEE, 2003) e, especificamente, da “Nova Sociologia Econômica”. Autores desta perspectiva, como Mark Granovetter (1985) e Neil Fligstein (1996), ressaltam como até então prevaleciam na literatura as visões “atomizadas” sobre a ação social e a construção de ações coletivas, dependentes excessivamente de conceitos que capturassem as motivações utilitaristas dos indivíduos envolvendo o seu engajamento em processos coletivos.

No que diz respeito ao trabalho desenvolvido por Neil Fligstein, o autor, junto com Doug McAdam, avançou na utilização de uma perspectiva advinda da “Teoria dos Campos” (BOURDIEU, 1989) e de conceitos herdados das “Teorias dos Movimentos Sociais” (McADAM et al., 2001) para a construção de um arcabouço teórico para a compreensão sobre a formação e consolidação de ações coletivas (FLIGSTEIN e

McADAM, 2012). Neste sentido, os autores se apropriam do conceito de “Campos de Ação Estratégica” (CAE) como espaços de lutas, onde indivíduos e grupos de indivíduos lançam mão de diferentes estratégias de engajamento com o intuito de apropriar-se dos recursos ofertados nestes espaços. Além disso, os CAEs também possuem importante “função existencial”, à medida em que se constituem como espaços permeados por símbolos que concedem significado à existência humana, articulando o indivíduo às questões subjetivas mais elementares através do reconhecimento, da participação e do pertencimento a um campo e suas lógicas. Dessa maneira, superando o foco que alguns dos autores da Teoria dos Campos dão aos campos como espaços de luta material e de posições de poder (BOURDIEU, 2008), os autores também creditam às motivações e interesses existenciais uma importante dimensão na participação individual em espaços de construções coletivas.

Neste sentido, entendemos a luta pela produção de um regime “sustentável” de apropriação e exploração dos recursos naturais em Apuí como pertencente a um campo em específico: o “*campo políticoambiental*” de Apuí, conforme nomearemos daqui em diante. Como veremos com maior profundidade no primeiro capítulo, este espaço é permeado por múltiplos indivíduos e organizações que consideram os recursos naturais como “objetos valiosos” (PUETZ, 2017) e que, por isso, se envolvem em disputas sobre regimes de apropriação e exploração destes recursos. Alguns indivíduos e organizações que compõem este campo são as famílias parceleiras, o INCRA, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Apuí (SEMMA), a Prefeitura de Apuí, o Governo do Estado do Amazonas, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), os atravessadores de produtos agropecuários, o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), o WWF, o IDESAM e os agentes financeiros. Cada um destes atores distribui-se em diferentes frentes de ação coletiva para a promoção de regimes específicos de apropriação e exploração dos recursos naturais. A coalizão ambientalista, que visa instaurar um regime “sustentável”, é uma dessas frentes e o foco de nossa investigação.

Na sociologia, abundam estudos relacionados às representações coletivas frente a existência de diferentes e conflituosos regimes de apropriação e exploração dos recursos naturais – i.e., de conflitos ambientais (ASCELARD, 2004; PREMEBIDA e ALMEIDA, 2006; FLEURY e ALMEIDA, 2013; FLORIT, 2016). Neste trabalho não estamos postulando que não há conflitos envolvendo o enfrentamento de diferentes propostas de

regimes de apropriação e exploração dos recursos naturais dentro do campo políticoambiental de Apuí. Como veremos ao longo desta dissertação, a presença de alguns episódios de violência física e simbólica contra entusiastas da “sustentabilidade” ilustra quão conflitiva é a promoção de um regime alternativo ao “extensivo”. Não obstante, focalizamos neste estudo na formação dos grupos/coalizões que irão desafiar os regimes consolidados de apropriação e exploração dos recursos naturais.

Uma vez apresentada brevemente a visão analítica sobre a formação de grupos adotada, bem como a crucialidade dos interesses existenciais em consolidar as motivações necessárias à cooperação individual e à ação em grupo, estamos em condições de apresentar a hipótese que norteou a pesquisa. Será ela a seguinte: *a “sustentabilidade” é mobilizada pelas ONGs junto aos atores locais enquanto elemento institucional – simbólico, normativo e regulatório – que constrói uma identidade em comum entre os atores engajados e viabiliza a ação coletiva, visando orientar suas práticas a determinados saberes e técnicas calcados nesta ideia.*

Esta hipótese inicial da pesquisa entende o engajamento dos atores locais como produto do reconhecimento da proposta “sustentável” como “objeto valioso” – em termos materiais e existenciais – ao indivíduo cooperado, dado a sua posição no campo político ambiental. Em outras palavras, a hipótese assume que, em face das consequências práticas da adoção de um regime extensivo de apropriação e exploração dos recursos naturais – tais como desmatamento, contaminação por produtos químicos, contaminação do solo, assoreamento, compactação, erosão, lixiviação e queimadas –, o indivíduo coopera mediante o entendimento da necessidade de adotar outro regime de apropriação e exploração. Acima de tudo, esta hipótese entende que as iniciativas das ONGs se tornam apelativas e interessantes a partir do momento em que elas contemplam os problemas e reivindicações dos sujeitos que são subjugados ao regime extensivo no campo político ambiental de Apuí e das consequências práticas que este regime proporciona.

Ao longo da dissertação será visto que esta hipótese inicial é correta, porém incompleta, à medida que a formação da coalizão ambientalista depende de dinâmicas que vão além dos limites do campo políticoambiental de Apuí. Apesar do referencial teórico mobilizado tratar sobre os choques exógenos como aspectos cruciais para a formação e reprodução dos campos (FLIGSTEIN e McADAM, 2012), não incluímos tais choques na hipótese devido ao fato de não havermos encontrado, no momento de elaboração da pesquisa exploratória, fatos que indicassem, de maneira clara, as

interdependências entre as dinâmicas de engajamento do campo estudado com eventos ocorridos em outros espaços.

Mesmo mediante a constatação da insuficiência da hipótese, não propusemos uma nova versão. De outro modo, construímos a análise a partir dos resultados da pesquisa que nos levaram a entendê-la como incompleta. A rejeição parcial de uma hipótese ocorre quando a pesquisa empírica proporciona resultados que contradizem em alguma medida o conhecimento exploratório e teórico prévio sobre o assunto, permitindo remodelações no arcabouço teórico-analítico e avanços em seus principais elementos (TILLY, 2004). Este exercício é parte integrante do método indutivo, onde se constrói e se adapta as abstrações teóricas a partir de novas experiências.

A primeira evidência encontrada na pesquisa empírica será discutida na parte I, referente à “formação agropecuária do PA Juma em Apuí”, onde iremos analisar a formação institucional da região. Como mencionamos logo no início desta introdução, compreender o processo histórico de formação e consolidação do assentamento no município de Apuí implica entendê-lo como parte integrante do plano traçado pelo governo militar de conduzir a reforma agrária e mitigar os conflitos fundiários nas regiões mais populosas do país a partir de projetos de colonização da Amazônia. Neste sentido, esta região foi enquadrada pelo Governo como uma “fronteira em transição”: de um território supostamente “selvagem” e “vazio” para um “território de vocação agropecuária” (VELHO, 1973). Discutiremos no Capítulo 3 – logo após as considerações teóricas e metodológicas – a apropriação simbólica que o regime militar fez do território amazônico como território fronteiriço, consolidando no colono a noção desta região como lugar de oportunidades socioeconômicas e de mobilidade social ascendente – fatores inalcançáveis em suas respectivas regiões de origem.

Uma vez motivados por estas promessas, veremos no Capítulo 4 como os migrantes rumaram ao PA Juma em Apuí ao longo das décadas de 1980 e 1990 animados, principalmente, com a possibilidade da consolidação porane do “território familiar” (WANDERLEY, 1996). No entanto, conforme será demonstrado ao longo desse capítulo e do Capítulo 5 – onde discutiremos as dinâmicas materiais das famílias parceleiras –, a incompatibilidade entre os projetos prometidos pelo INCRA e os projetos executados de fato, as dificuldades de escoamento da produção, a reduzida produtividade das terras e a ínfima concessão de títulos definitivos das parcelas, consolidaram entre os atores locais uma significação do PA Juma como uma “fronteira em transição incompleta”. Esta

incompletude associa-se com as iminentes barreiras para a consolidação perene do “território familiar” e de possibilidades reais de ascender socialmente.

Seguindo adiante, discutiremos no Capítulo 6 o escopo da proposta “sustentável” das ONGs como “uso e conservação” dos recursos naturais, a qual difere da “sustentabilidade” tal qual compreendida pela ampla maioria das famílias parceleiras como “sustento material”. Esta divergência de significados demonstra como a noção trazida pelos parceiros também está atrelada à formação histórica do município, às expectativas e motivações iniciais de consolidação do “território familiar” e às dinâmicas de outros campos como o campo econômico – local de onde se saca o “sustento material”.

No Capítulo 7 discutiremos como o engajamento coletivo é produzido pelas ONGs a partir de um processo de “modernização ecológica” (MOL, 2000). Ao mesmo tempo, veremos como os agentes das ONGs enquadram as iniciativas aí desenvolvidas como iniciativas atreladas às dinâmicas materiais e de subsistência econômica das famílias parceleiras, trabalhando com as elites econômicas locais e com as estruturas consolidadas do campo econômico como mecanismos de produção de engajamento. Porém, longe de afirmarmos que a cooperação destas famílias é forjada exclusivamente em puras expectativas utilitárias quanto à adoção de um regime “sustentável”, veremos que o enquadramento da “sustentabilidade” como sustento material dialoga com instituições morais e culturais-cognitivas, tais como a possibilidade de reprodução da identidade rural e da estrutura familiar ao longo do tempo. Dessa forma, o interesse em engajar-se na promoção de um regime “sustentável” atrela-se a um conjunto de “interesses existenciais” (FLIGSTEIN e McADAM, 2012) mantidos pela família parceleira e construído ao longo da trajetória social de seus membros. Ao invés de um ator egoísta movido por interesses utilitários, estamos diante de um ator social estratégico, mas cuja estratégia é cercada por um amplo universo de valores, crenças e objetivos.

Ainda neste capítulo, abordaremos outros aspectos relacionados à redução do desmatamento e da degradação ambiental como um processo de modernização ecológica. Veremos que o *approach* ecológico não contradiz os principais elementos que levaram à criação do assentamento e à consolidação de um regime extensivo no campo políticoambiental. Primeiramente, exploraremos como tanto os agentes das ONGs quanto os demais atores locais possuem uma concepção similar sobre “desenvolvimento” e como as ONGs atuantes incorporam uma noção “civilizatória” (colonialista) em sua atuação. Com efeito, estas organizações não se opõem à atividade pecuária, mas somente ao seu

modo extensivo. Ao contrário, a partir da intensificação da produção, os agentes das ONGs argumentam a favor da crescente produção pecuária no município. O discurso científico é comumente lançado por eles como estratégia para contradizer a viabilidade econômica dos sistemas silvipastoris e agroflorestais. Neste sentido, nota-se o avanço de sistemas de produção controlados e testados em unidades demonstrativas como o avanço do conhecimento técnico-científico sobre formas consolidadas e “tradicionais” de produção agropecuária.

De maneira combinada, estes fatores – “desenvolvimento e civilização”, “produção agropecuária crescente” e “avanço científico” – reforçam o papel das ONGs como organismos que logram o engajamento a partir da apropriação simbólica e histórica do PA Juma como “fronteira em transição”: de território “selvagem” para território “moderno” e de “vocação agropecuária”, dialogando, assim, com a dimensão existencial mais elementar dos parceiros. Sendo assim, a proposta ecológica das ONGs alinha-se tanto ao interesse das famílias parceleiras quanto ao interesse histórico do Estado neste processo de transi  o do território amazônico, em específico do PA Juma em Apuí.

Por fim, no Capítulo 8 discute-se como os ativistas das ONGs logram a coopera  o dos agentes financeiros e públicos. Veremos que a aderência destes atores    coalizão ambientalista, principalmente a dos agentes financeiros, altera por completo o enfoque dos projetos das ONGs: supera-se um enfoque estritamente ambiental sobre as iniciativas desenvolvidas localmente e avança-se na consolida  o de formas de interven  o que também abarcam assuntos econômicos, políticos e sociais. Neste momento também será discutido como os enquadramentos mobilizados pelas ONGs para o engajamento destes dois grupos de atores    completamente distinto daqueles mobilizados junto aos parceiros. A prevalência do conhecimento técnico-científico como forma de pautar a elabora  o e execu  o dos projetos, somada    participa  o como estratégia de “marketing verde”, são importantes institui  es culturais-cognitivas e morais, respectivamente, que os agentes das ONGs mobilizam junto a estes dois grupos de atores, a fim de fazer da proposta “sustentável” uma proposta condizente    realidade constitutiva de cada grupo.

Também no Capítulo 8, entenderemos como choques em campos externos influenciaram diretamente na forma  o e na amplitude da coalizão ambientalista em Apuí desde 2008. O “campo político nacional” e o “campo político local” desempenharam papel crucial tanto no expressivo aumento no número de famílias parceleiras atendidas

pelas ONGs em 2014, quanto na abrupta queda deste número no princípio de 2017 – conforme demonstrou a Figura 3, apresentada anteriormente. A análise de crises e choques externos ao campo políticoambiental de Apuí é parte integrante de nossas preocupações. Afinal, resumir as dinâmicas de conflito e de disputas em um campo aos acontecimentos que ocorrem exclusivamente dentro de seus limites é cometer o que Fligstein e McAdam (2012) nomeiam de *fieldcentric bias*: desconsidera-se a análise de como crises e choques em campos correlatos são utilizados pelos atores do campo como oportunidades para desafiar/reproduzir a estrutura de funcionamento do campo. Além disso, acontecimentos externos também impactam a transferência de uma série de recursos, o que pode estimular ou minar a ação coletiva de determinada coalizão.

As considerações finais apontam como os enquadramentos mobilizados pelas ONGs para apresentarem os seus projetos e iniciativas evoluíram ao longo do tempo, a fim de dialogaram com as dimensões institucionais regulatórias, normativas e culturais-cognitivas mais constitutivas da realidade social dos atores engajados. Entretanto, vemos como a amplitude da coalizão ambientalista não depende exclusivamente da mobilização de enquadramentos apelativos por parte dos empreendedores institucionais, mas principalmente de dinâmicas e choques externos ao campo políticoambiental. Tanto a expansão no número de parceiros aderentes aos projetos das ONGs entre 2014 e 2017, quanto o seu declínio após este período, estiveram estreitamente envolvidos com choques exógenos, os quais permitiram/interromperam a apropriação de uma série de recursos financeiros e não financeiros por parte das ONGs para a produção de engajamento.

PARTE I

DELIMITANDO O PROBLEMA: Considerações teórico- metodológicas

CAPÍTULO 1. ENQUADRANDO ASPIRAÇÕES E EMPREENDENDO REALIDADES: UMA ABORDAGEM DOS CAMPOS DE AÇÃO ESTRATÉGICA PARA A FORMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS

A governança dos recursos naturais tem se constituído um importante objeto de estudo nas Ciências Sociais. Classificados como *bens comuns* em virtude do seu irrestrito acesso e pelo seu caráter finito mediante a apropriação e exploração indefinida (SAMUELSON, 1954), os recursos naturais são tratados por alguns como uma questão de natureza estritamente econômica, principalmente por sua íntima relação com o nível de oferta de matérias primas para a satisfação material dos indivíduos e grupos sociais.

Entretanto, o gerenciamento de bens comuns também se constitui de relevante problema sociológico, na medida em que, dentre outras coisas, a formação de grupos sociais e a orquestração de interesses individuais para a consolidação de estruturas de governança impõem questões relacionadas à ação coletiva. Na sociologia, este tema foi analisado por Marx (2004 [1844]) em seus *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, onde o autor discorre sobre o trabalho social como o único meio pelo qual os seres humanos – a partir da manipulação dos principais elementos da natureza – convertem recursos brutos e indefinidos em matérias úteis à sobrevivência e reprodução humana.

Dessa maneira, iremos discutir neste capítulo algumas colaborações teóricas sobre ações coordenadas entre diferentes indivíduos e organizações, com foco específico no modo como uma série de conceitos podem ser empregados para o estudo sobre a formação e consolidação dos meios de governança de bens comuns. Para tanto, primeiramente apresentaremos algumas breves considerações sobre abordagens economicistas sobre o tema, focando-nos especialmente nos conceitos de benefícios seletivos de Olson (1965). Em seguida, discutiremos correntes teóricas que surgiram como resposta a esta visão analítica, tais como a abordagem de North (1983), o Neoinstitucionalismo Sociológico (HALL e TAYLOR, 2003) e a Nova Sociologia Econômica (GRANOVETTER e SWEDBERG, 2011). Terminaremos o capítulo nos apropriando de alguns conceitos e ideias de Fligstein e McAdam (2012) para a construção do arcabouço teórico desta dissertação.

1.1 Abordagens clássicas sobre o gerenciamento coletivo de bens comuns

Foi com o trabalho de Olson (1965) que a discussão em torno das ações coletivas para o gerenciamento de bens comuns e públicos se acendeu dentro das Ciências Sociais como um todo. Tendo como principal referência ontológica o indivíduo autointeressado, cujas escolhas são racionais e estritamente balizadas em um cálculo intuitivo de perdas e ganhos decorrentes da participação em determinado processo social, o autor argumenta que a construção de meios de governança para os bens comuns e públicos somente pode ser atingida mediante a concessão de “benefícios seletivos” àqueles que participam. Caso contrário, segundo o autor, a inexistência de retornos específicos e discriminados consolidaria um cenário onde a participação é desencorajada, pois qualquer indivíduo poderia usufruir dos benefícios gerados pela governança comum sem necessariamente trabalhar para a sua implementação.

Esta dinâmica revela a lógica incrustada no conceito de “*free-rider*” e de suas determinações analíticas uma vez aplicadas no estudo de processos coletivos de gerenciamento dos bens comuns. Por trás das dinâmicas que definem este conceito, sobressai o protagonismo de uma concepção ontológica alinhada aos pressupostos do “individualismo metodológico”. Por mais que este termo tenha sido utilizado de múltiplas maneiras para definir processos sociais usualmente diferentes, carecendo, portanto, de uma definição mais estrita e concisa (HODGSON, 2007), podemos entender o individualismo metodológico como uma perspectiva ontológica e epistêmica da ação individual como uma “ação atomística” (GRANOVETTER, 1985), isto é, guiada exclusivamente pelos interesses individuais e motivada segundo categorias e parâmetros avaliativos mantidos somente pelo próprio indivíduo. Nesta abordagem, a estrutura social, as instituições morais e culturais, bem como os diferentes estratos de poder que permeiam a sociedade como um todo, possuem influência mínima nas decisões e escolhas individuais.

A abordagem da escolha racional emerge como o exemplo máximo de uma perspectiva teórico-metodológica intimamente conectada a esses preceitos. A estrutura social influi unicamente nas decisões individuais a partir da difusão de informação, onde conjunturas informativas assimétricas consolidam jogos – isto é, a tomada de ações estratégicas racionais orientadas pela ação esperada de outros indivíduos, os quais supostamente também agem de maneira racional – de resultados combinados que diferem

expressivamente daquele esperado, caso as informações fossem amplamente divulgadas (SHEPSLE, 2006). Entretanto, principalmente no que diz respeito à temática do gerenciamento de bens comuns, esta corrente foi amplamente criticada por uma série de trabalhos, dentre os quais aqueles que foram elaborados a partir dos diferentes tipos de “institucionalismo” (HALL e TAYLOR, 2003; SCOTT, 2014). Se, por um lado, a escolha racional tem como um ponto relevante conceder foco à agência individual – fato usualmente renegado por abordagens mais estruturalistas –, por outro, configura-se como proposta investigativa demasiadamente simplista em sua visão sobre os fatores de influência para a consolidação de ações coletivas.

Com vistas a expandir o arcabouço analítico para outras dimensões estruturais além do acesso à informação, a Nova Economia Institucional (NEI) floresceu como abordagem teórico-metodológica que buscou trazer o papel de instituições, rotinas e hábitos nas escolhas individuais (NORTH, 1983; WILLIAMSON, 1975). Nas discussões sobre o gerenciamento dos bens comuns, a NEI demonstrou ser visivelmente útil no empréstimo de conceitos como o de “custo de transação”² e de sua relação com a construção de unidades de governança. Marshall (2013), por exemplo, analisa como as instituições desempenham papel importante no estímulo de determinadas formas de associações e ação coletiva para a adaptação comunitária frente a mudanças climáticas locais. Segundo o autor, os custos de transação para a consolidação e reprodução de uma determinada instituição configuram-se como um dos principais parâmetros que influenciam a construção de estruturas de governança, as quais, por sua vez, possuem diferentes níveis de efetividade em mobilizar pessoas e implementar regimes de regulação de bens comuns.

De maneira geral, para os autores da NEI, as mudanças estruturais ao longo da história emergiram em contextos permeados por quadros institucionais que limitam e desenham um modo específico de ações coletivas. A intersecção entre as instituições e as escolhas sociais é, acima de tudo, o papel decisivo da estrutura social na formação de ordens sociais. Com vistas a entender um pouco mais sobre essa abordagem e sobre a

² Os “custos de transação”, conforme definiu pioneiramente Albert Coase (1937), são os custos que se estendem para além daqueles envolvendo a aquisição de matérias primas e o pagamento de salários (custos de produção). Tratam-se dos custos para redigir contratos, manter fornecedores e canais de escoamento, ou seja, os custos para consolidar uma ampla gama de instituições que permitam o funcionamento adequado e previsível de empreendimentos econômicos.

suas virtudes e limitações no estudo de processos coletivos, iremos nos aprofundar na próxima seção em algumas colaborações específicas de Douglass North, um dos principais expoentes da NEI.

1.2. Os “empreendedores ideológicos” de North

As análises de North (1983) são importantes pontos de partida para compreender como os autores da NEI construíram perspectivas investigativas que se diferenciam da escolha racional, ao tomar outros fatores explicativos para além dos benefícios seletivos como instâncias propulsoras à ação coletiva.

North (1983) argumenta que ações estritamente compromissadas com a maximização da utilidade individual possuem um caráter explicativo parcial, senão mínimo, sobre como a construção coletiva de novas ordens sociais é possível. Segundo o autor, estes são processos coletivos arriscados, onde as dinâmicas de ganhos e perdas não estão necessariamente claras ao ator engajado nestes processos. Outros fatores para além do cálculo utilitário racional motiva o engajamento individual. Neste sentido, North (1983) sustenta que cada processo coletivo conta, impreterivelmente, com “ideologias” específicas que atuam como cimento social, permitindo a associação e cooperação entre diferentes indivíduos que compartilham, em última instância, as mesmas predileções ideológicas.

A ideologia, segundo o autor, consiste em um conjunto de complexas teorias sobre a “realidade”, bem como uma noção moral sobre o que é justo e injusto nessa mesma realidade. Nas palavras do autor, a ideologia é “*um dispositivo econômico para que o processo de tomada de decisão seja simplificado*” (NORTH, 1983, p. 49). Acima de tudo, este excerto resume sua visão de ideologia como um conjunto de símbolos e ideias que transformam a tomada de decisão em processo rotineiro, guiado pelo hábito, onde o indivíduo se desvencilha de complexas racionalizações sobre questões corriqueiras que a vida social lhe apresenta cotidianamente. Esta visão da ideologia como um hábito/rotina de pensamento incrustado na infra-consciência humana se assemelha muito à noção de Berger e Luckmann (2003) sobre o papel do hábito nas decisões individuais. Para estes autores, “o hábito implica, além disso, que a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com o mesmo esforço econômico. (...) Embora

em teoria haja uma centena de maneiras de realizar um projeto, o hábito reduz essas maneiras a uma” (BERGER e LUCKMANN, 2003, p. 79). Ressalta-se, tanto em North como em Berger e Luckmann, a dimensão do hábito como estratégia que “economiza” o número de posicionamentos individuais possíveis frente a uma situação de escolhas múltiplas.

Na verdade, North traz muito destes dois autores clássicos do construcionismo social em suas análises sobre a ideologia como fator social que desvia a ação individual de ações puramente “hedonistas e individualistas” (NORTH, 1983, p. 53), ou seja, autointeressadas, conforme prevalece na abordagem da escolha racional. Assim, a ação que ultrapassa os limites do autointeresse transforma-se em alicerce central à consolidação de movimentos coletivos capazes de promover novas realidades, bem como legitimar e reproduzir as ordens sociais já existentes.

Não obstante, de maneira similar aos autores da escolha racional, North (1983) também principia as suas considerações sobre o papel da ideologia a partir do conceito de “*free-rider*” e do problema do “oportunismo”: como ações coletivas são formadas, tendo em vista que os indivíduos podem usufruir de seus benefícios sem necessariamente participar ativamente na formação desses grupos? Segundo o autor, o papel central da ideologia na consolidação de processos coletivos é demonstrar que o que está em jogo ultrapassa os limites dos retornos individuais, demonstrando como a orquestração coletiva está intimamente conectada à promoção de “visões de mundo”, do que é correto e do que é errado, mobilizando questões profundamente conectadas às avaliações subjetivas sobre a realidade que o indivíduo pertence. Conforme o autor:

Principalmente, qualquer ideologia exitosa deve superar o problema do *free-rider*. O seu objetivo fundamental é dinamizar os grupos para se comportar de maneira oposta a um cálculo simples, hedonista e individual de custos e benefícios. Este é o impulso central das principais ideologias, já que nem a manutenção da ordem existente nem a sua derrubada são possíveis sem tais comportamentos (NORTH, 1983, p. 53; tradução nossa).

Neste sentido, o conceito de benefícios seletivos de Olson (1965) é a referência imediata para o argumento crítico de North (1983). Como vimos, este conceito postula a utilidade individual como a principal motivação para a cooperação e atuação em grupos. North (1983), por sua vez, argumenta que o conceito de Olson não considera os casos

onde a ação coletiva é entendida pelos seus atores como processo fundamental para a promoção de valores morais e sentidos existenciais, construídos pela ideologia que possuem em comum. Nestes casos, a ideologia atua como o tecido conjuntivo das ações coletivas e dos processos de transformação das ordens sociais, onde os motivos para cooperar demonstram ser também ideais, ao invés de exclusivamente materiais e utilitários.

Segundo o autor, as ideologias são construídas por líderes religiosos e intelectuais – ou como ele propõe, pelos “empreendedores ideológicos”. Os mais variados líderes são tratados como empreendedores ideológicos, de Jesus Cristo a Karl Marx. A variedade de ideologias existentes, segundo North (1983), se faz explicada pelas diferenças geográficas e, principalmente, pelas diferentes posições que cada empreendedor ideológico ocupa dentro da divisão social do trabalho. De igual maneira, a incorporação de uma determinada ideologia por parte do indivíduo também é resultado dos determinantes geográficos e ocupacionais. Neste sentido, o autor incorpora outro importante aspecto de Berger e Luckmann (2003), os quais afirmam que a interiorização de instituições é especialmente atrelada a que tipo de socialização secundária o indivíduo possui, quais “realidades” ele acessa e as quais símbolos, rotinas e tipificações ele é exposto dentro da posição que ocupa na estrutura social.

Também destes dois autores, North (1983) herda a veracidade empírica das ideologias como fator condicionante à sua validade e capacidade apelativa. Para Berger e Luckmann (2003), é na “legitimação pragmática”, através da efetiva incorporação e reprodução das instituições nas ações individuais e na linguagem, que determinada instituição persiste ao longo do tempo. Assim, a coerência das instituições não está no seu funcionamento por si só, mas na maneira como elas adentram nas racionalizações e nas ações individuais. Da mesma forma, North (1983) argumenta que uma ideologia persiste segundo a capacidade do empreendedor ideológico de adaptá-la às dinâmicas da realidade. Este processo de adaptação o autor nomeia como “custos de legitimação”: investimentos privados feitos por determinado empreendedor ideológico para a divulgação de uma ideologia e para a sua adaptação segundo os últimos desenvolvimentos da “realidade” em que se situa, bem como para a sua efetiva interiorização entre os indivíduos (NORTH, 1983, p. 55).

1.3. O Neoinstitucionalismo Sociológico

As colaborações teóricas de North (1983) sobre o papel da ideologia enquanto fator condicionante para escolhas e ações individuais constituíram um importante avanço teórico. Suas colaborações foram uma das primeiras críticas consistentes à abordagem da escolha racional sobre como as motivações e expectativas dos indivíduos a agirem coletivamente podem superar meros retornos utilitários e materiais, demonstrando como a ação coletiva é constituída por indivíduos que compartilham do mesmo projeto de realidade, de concepções morais similares e de anseios existenciais intimamente conectados.

Entretanto, os conceitos e encadeamentos lógicos propostos por North (1983) sobre a atuação de empreendedores ideológicos não demonstra uma via analítica facilmente operacionalizável. Ao longo do livro, o autor não apresenta conceitos de médio-alcance (MERTON, 1967) ou mesmo procedimentos metodológicos que permitam a investigação empírica sobre a questão. Com isso, significativa parte de suas colaborações acabam por se resumir a interessantes abstrações para pensar a ação individual em coletivo, mas iminentemente limitadas em sua capacidade de aplicação e problematização frente a casos empíricos.

Contrariamente a estas limitações que caracterizam a obra de North (1983), o Neoinstitucionalismo Sociológico (NS) abarca um amplo conjunto de teorias, conceitos de médio alcance e procedimentos metodológicos que permitem a investigação sistêmica e aprofundada da criação e reprodução de laços de cooperação e de engajamento social. Além disso, para além da mera distinção em termos de capacidade operativa dos conceitos e das abstrações teóricas, a NEI e o NS também se diferenciam em termos axiomáticos. De uma maneira geral, as análises da NEI focam-se sobre como o arcabouço institucional contorna o problema da “racionalidade limitada” dos atores, a qual culmina em escolhas individuais que, combinadas, consolidam cenários onde necessariamente a utilidade não é maximizada. Neste sentido, as análises sobre mudanças nas ordens sociais são analisadas normativamente, tal como é o caso da utilização dos pressupostos desta vertente teórica para o estudo da história econômica: Acemoglu e Robinson (2012), por exemplo, analisam como grupos de poder estruturam “instituições extrativistas”, as quais são ineficazes em consolidar processos de crescimento econômico de largo prazo. Assume-se, acima de tudo, uma linearidade e lógica no processo histórico, onde configurar

instituições de moldes essencialmente ocidentais constitui-se como o objetivo central das lutas sociais e políticas ao redor do mundo.

Contrário ao foco estritamente individual, o NS surge como perspectiva teórica e analítica focada na análise de grupos sociais, como estes se formam e como constroem linhas coletivas de ação. Na verdade, o movimento analítico de regressar ao papel das instituições nas decisões individuais e em processos coletivos fez parte de um grande embate metateórico, no qual estiveram envolvidos os principais nomes da sociologia contemporânea, tais como Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Anthony Giddens. Este embate constitui-se no dilema de conceder importância analítica às instituições sem, no entanto, recair em perspectivas mecanicistas e altamente deterministas sobre o papel das estruturas sociais no comportamento individual – tal como a perspectiva estruturalista de Claude Lévi-Strauss (SCOTT, 2014). Para tanto, o regresso às antigas e consolidadas categorias entre os clássicos da sociologia pressupunha conceder espaço analítico a um diálogo franco e simétrico sobre como ação e estrutura interferem de maneira dialética na construção do mundo social.

Segundo Hall e Taylor (2003), o NS esteve originalmente atrelado à área da sociologia das organizações, onde os autores desta corrente passaram a entender a formação de rotinas, procedimentos e projetos organizacionais como processos que superam a influência da racionalidade burocrática e estritamente compromissada com a eficiência – tal qual Weber (1978) discorreu sobre as organizações como o âmbito da racionalidade “instrumental”, de meios orientados a fins. Ao contrário, de acordo com os autores, o NS demonstra como as organizações também estão sujeitas a processos de “culturalização”. Central para os objetivos desta dissertação, este conceito procura captar a incorporação de instituições por parte das organizações, de modo que suas lógicas, para além de interesses utilitários, se tornam permeadas por um conjunto de normas, regras e valores que constituem as estruturas mais elementares da existência em sociedade:

Essas práticas seriam incorporadas às organizações não necessariamente porque aumentassem sua eficácia abstrata (em termos de fins e meios), mas em consequência do mesmo tipo de **processo de transmissão** que dá origem às práticas culturais em geral. Desse modo, mesmo a prática aparentemente mais burocrática deveria ser explicada nesses termos culturalistas. Dada a sua ótica própria, os sociólogos institucionalistas em geral escolhem uma problemática que envolve a explicação de por que as organizações adotam um específico conjunto de formas, procedimentos ou símbolos institucionais, com particular

atenção à difusão dessas práticas (HALL e TAYLOR, 2003, p. 208; nosso grifo).

Contrariamente à escolha racional, que postula a escolha individual como um processo desvincilhado de qualquer dimensão social e cultural, o NS infere que a ação do indivíduo é continuamente orientada por instituições herdadas culturalmente, as quais, inculcadas em sua consciência, constituem o conjunto de interesses individuais. Deste modo, agir é posicionar-se socialmente, ou seja, exteriorizar um conjunto de rotinas, hábitos, procedimentos e símbolos construídos ao longo da trajetória social do indivíduo e tomados pelo indivíduo como valiosos em si mesmo (BERGER e LUCKMANN, 2003). Neste sentido, as organizações e as agências do Estado – esferas originalmente entendidas como estritamente “racionais” e burocráticas – também operam segundo um conjunto de categorias institucionais herdadas do seio da vida em sociedade, referenciando-se continuamente a regras e valores.

Na economia neoclássica, “o mercado” configurou-se como categoria analítica onde a razão instrumental exibia a sua plenitude; como o espaço das ações “desenraizadas” das demais lógicas sociais e culturais, onde prevalecia estritamente o cálculo puramente economicista e autointeressado (GRANOVETTER, 1985). Com vistas a desconstruir esta visão “desenraizada”, a Nova Sociologia Econômica (NSE) surge como perspectiva que visa compreender a incorporação de rotinas, hábitos, procedimentos, símbolos e valores compartilhados na vida social como fatores basilares ao funcionamento dos mercados (ZELIZER, 2010), posicionando os mercados como espaços que também obedecem ao funcionamento e às mesmas dinâmicas que qualquer outro espaço social. Assim, a NSE tornou-se uma importante corrente na sociologia contemporânea que buscou revisar as colaborações dos clássicos no entendimento da ação econômica como uma ação social, tal qual Weber (2001) havia argumentado em “*A ‘Objetividade’ do Conhecimento nas Ciências Sociais*” sobre as ciências econômicas como uma ciência cultural, onde os aspectos econômicos devem ser entendidos como consequências diretas de variáveis não-econômicas – ou mesmo conforme John Maynard Keynes (1973-89) argumentou sobre as ciências econômicas como uma ciência moral.

Nesse sentido, Neil Fligstein (1996) desenha um entendimento sobre os mercados como espaços mergulhados em dinâmicas similares àsquelas da vida política, onde a mobilização coletiva, a disputa por recursos valiosos e a luta pelo controle de mecanismos

que limitam a concorrência, aparecem como importantes dimensões investigativas acerca das transformações mercadológicas. Para tanto, o autor investiga as flutuações de *market-share*³ de diferentes empresas do setor elétrico estadunidense como dinâmicas políticas e de promoção de controle.

Entretanto, como fugir de visões mecanicistas sobre o papel das instituições em orientar as ações individuais e os processos coletivos? A pergunta se faz especialmente importante na medida em que sua resposta se constitui de importante passo para evitar o “essencialismo” analítico (EMIRBAYER, 1997). Perspectivas sociológicas essencialistas creditam a um conjunto de variáveis o poder mecânico de influenciar determinadas dinâmicas sociais, falhando profundamente em entender como instituições se *relacionam* com o posicionamento individual e não em como o *determinam*. Na verdade, parte da atual crítica à abordagem da NEI ressalta a sua visão essencialista sobre as mudanças nas ordens sociais, as quais acabam por serem entendidas como caminhos unívocos de transformação com vistas à maximização da utilidade em um contexto estratégico. Dessa maneira, é necessário tomar como alicerce analítico uma concepção de espaço social que desvele as dinâmicas relacionais entre as instituições e a ação individual, bem como a construção de processos coletivos.

Para tanto, entendemos a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu (1989; 2008) como uma das principais linhas investigativas relacionais contemporâneas. De maneira geral, seu conceito de *campo* resume os espaços sociais como mesas de xadrez: esferas permeadas por diferentes *posições estruturadas*, onde a ação individual – i.e., o “*posicionamento*” no campo – é delimitada pela relação ocupacional que o indivíduo mantém com o conjunto de posições estruturadas; neste sentido, os bispos se movimentam como bispos, o rei como rei e os cavalos como cavalos, isto é, segundo um conjunto de ações possíveis que a posição assumida no campo lhes credita.

A principal incongruência teórica geralmente cometida por estudos empíricos que seguem a abordagem dos campos de Bourdieu é tomar os seus principais conceitos desvinculadas um do outro. Conforme afirma Emirbayer (2008), é necessário conceder uma abordagem relacional e dialética aos três principais conceitos da obra bourdieusiana:

³ *Market-share* pode ser entendido como uma expressão que sumariza o controle de uma determinada corporação em um mercado em específico, sendo usualmente entendido pela representação das vendas/rendimento de uma empresa sobre o total de vendas/rendimentos em seu setor.

habitus, capital e campo. Neste sentido, a análise sociológica alinhada à teoria dos campos bourdieusiana não deve se centrar no agente em si e em suas características individuais, mas em sua posição ocupada dentro do campo, tendo em vista que ela se consolida a partir de uma composição específica de capital econômico, social, cultural e simbólico, bem como nela elucida-se o volume de capital global do próprio agente. O campo, assim, povoa-se de várias posições devido a múltiplas formas de distribuição de capital entre os agentes.

A composição de capital individual consolida, dentro do campo, “classes de condicionamento e estruturas de condição de existência” (BOURDIEU, 2006, p. 163). Este conjunto ordenado de classes de condicionamento, isto é, de posições estruturadas, delimitam as práticas dos agentes e os esquemas de percepção gerados entre eles. Dessa forma, o conceito de capital não assume a condição de uma variável “estoque”: na verdade, este conceito somente pode ser pensado em conjunto com o campo social analisado, suas instituições objetivas e os agentes que nele participam. Trazendo a importância do relacional, Bourdieu (1989) ressalta que o capital somente se cristaliza a partir do momento em que opera distinções e consolida relações diretas de poder entre agentes diferentes: na distinção social, reconhece-se a posição social do outro na estrutura do campo, bem como a legitimidade desta posição. O capital, consolidado socialmente na trajetória individual, concede uma dinâmica desigual e assimétrica ao campo e constitui-se como elemento central para o autor na identificação dos campos como “campos de lutas”, onde capitais são empregados pelos agentes participantes para a promoção de seus interesses.

Este conjunto herdado de capital constitui-se como uma das facetas condicionantes do habitus individual: esquema de princípios e práticas interiorizadas e gradativamente modificadas ao longo dos processos de socialização (BOURDIEU, 2008). O habitus opera como estrutura estruturante de esquemas de percepção e apreciação da realidade. É a partir destes esquemas que são geradas as práticas dos agentes, classificáveis por outros agentes participantes do campo a partir de seu habitus próprio. Assim, para o autor, o posicionamento individual dentro do campo, seja na condução de práticas ou na avaliação de práticas alheias, é mediado pela posição do indivíduo na estrutura de poder imbricada no campo, construída por sua vez pelo habitus e pela composição individual de capital.

A importância de cada tipo de capital é relativa segundo as especificidades do campo. Neste sentido, as dinâmicas de funcionamento de um campo são concebidas segundo o tipo de capital que o circunda e segundo as suas estruturas objetivas. Elas delimitam uma dinâmica de funcionamento específica, irreduzível às dinâmicas de outros campos, bem como apresentam uma “economia própria”, ou seja, uma dinâmica de remuneração particular a seus participantes que despendem tempo, dinheiro e recursos em sua participação (BOURDIEU, 1989). Seguindo essa linha de raciocínio, o interesse individual, não corresponde a uma categoria unívoca – tal qual é postulado pela escolha racional –, mas alia-se diretamente com a conformação do campo e com sua economia particular. Em outras palavras, a incorporação das regras do jogo transcende as lutas pela promoção dos interesses individuais. Com isto, mais além do que meros retornos econômicos e financeiros, o interesse também se constitui de lutas simbólicas, como, por exemplo, lutas por classificações dentro do campo, sustentadas pelo encantamento e reconhecimento do agente como membro integrante do campo. Dessa maneira, seria incongruente afirmar que há “um” interesse único, ou mesmo que um ato desinteressado é possível.

A inexistência de um interesse único colabora em expandirmos as compreensões possíveis sobre a ação individual, bem como abrir novos horizontes investigativos sobre como a construção de ordens sociais não obedece a algum tipo de funcionalismo ou seguem a uma direção única. Ao contrário, a possibilidade de posicionamentos nestes processos de construção coletiva é proporcionalmente múltipla ao espectro das posições estruturadas dentro do campo. Interesses retroagem diretamente às origens sociais do indivíduo e à composição de capital por ele consolidada ao longo do processo de socialização. Isto implica que indivíduos com diferentes trajetórias sociais terão diferentes prioridades e interesses, influenciando uma ampla gama de caminhos e lutas possíveis para o campo – fato que impõe ao cientista social o dever de traçar as origens sociais das reivindicações pleiteadas.

Neste sentido, podemos nos perguntar como é possível a conciliação entre interesses distintos, por vezes conflitivos, para a cooperação entre diferentes indivíduos. Como a ação coletiva é orquestrada, as aspirações induzidas e os conflitos mitigados para a concepção de um projeto comum e coletivo? Estes questionamentos se fazem especialmente valiosos para a nossa investigação, tendo em vista que almejamos entender como se constroem unidades coletivas de gerenciamento e governança dos recursos

naturais. Mediante as poucas colaborações de Bourdieu sobre a ação coletiva em campos, sentimos a necessidade de migrar a outro referencial teórico que aborde esta questão. Com isso, apresentaremos na próxima seção algumas das colaborações da abordagem dos *Campos de Ação Estratégica* (CAE), de Fligstein e McAdam (2012).

1.4. A abordagem dos Campos de Ação Estratégica

Se Deus é só bondade, por que tanto mal, e, se ele sabe tudo, por que criou as pessoas e mandou-as para o inferno? Haverá muito tempo para isso. Entre nas ligas inferiores, passe para as grandes, arremesse na World Series, chegue à Galeria da Fama. Então acomode-se e faça perguntas, pergunte qual é a aparência de Deus, por que nascem bebês aleijados e quem fez a fome e a morte.

FANTE, John. “1933 foi um ano ruim”.

Para Fligstein e McAdam (2012), entender como ações coletivas são possíveis passa, principalmente, por compreender como diferentes indivíduos se *reconhecem* e se *identificam* mutuamente como similares, pertencentes a uma mobilização coletiva para a reivindicação de interesses comuns e compartilhados. Neste sentido, os conceitos de identidade e reconhecimento despontam como variáveis-chave, intimamente conectados à *illusio* do campo, isto é, aos aspectos reluzentes e apelativos à participação individual em um determinado espaço social.

No entanto, os autores concedem uma outra visão analítica sobre os campos para além da perspectiva bourdieusiana. Para Fligstein e McAdam, os campos possuem uma importante *função existencial*, onde suas regras, o jogo que aí se joga, os indivíduos e organizações que o permeiam e a sua própria economia alienam o agente das questões mais subjetivas e elementares acerca de sua existência enquanto ser humano (FLIGSTEIN e McADAM, 2012, p. 34-56). Segundo os autores, a existência humana é povoada por questões subjetivas como “*quem sou eu?*” ou “*qual o sentido da vida?*”. Retornando às perspectivas filosóficas existencialistas, argumentam que os indivíduos não são simplesmente sujeitos passíveis aos campos, às suas regras objetivas e às suas estruturas de dominação, mas também buscam deliberadamente respostas às questões

existenciais: os grupos e espaços sociais, com suas rotinas, hábitos, práticas e símbolos, configuram-se como fontes para as respostas a tais questionamentos. Em outras palavras, a *agência* individual reside no *interesse existencial* que motiva os indivíduos a buscarem participar de grupos sociais, concedendo significado a sua própria existência por meio das rotinas, hábitos, práticas e símbolos que marcam estes grupos.

Entendemos a epígrafe selecionada nessa seção como um excelente excerto que exemplifica, dentro de uma obra narrativa e fictícia, como os campos se constituem em espaços de importante função existencial. No excerto, o narrador – um jovem de 17 anos que almeja transformar-se em um importante arremessador de beisebol nos Estados Unidos – se vê mergulhado em uma série de questões existenciais: se Deus existe, por que há tanta maldade no mundo?; por que há inferno, se Deus é só bondade?; por que há fome, sofrimento e dor? A ausência de respostas a estas questões gera incômodo e desespero no narrador, que encontra no “campo do beisebol norte-americano” as rotinas, os hábitos, as práticas e os símbolos que o alienam destes questionamentos, concedendo-lhe significado a sua existência mesmo mediante tantas incongruências envolvendo a existência ou não de Deus, a sua crença Nele e a difusão de intermináveis dores e sofrimentos ao redor do mundo. As rotinas, os hábitos, as práticas e os símbolos do campo do beisebol norte-americano – sintetizadas na epígrafe nos diferentes caminhos a ser percorrido pelo narrador em diferentes ligas até atingir a *Galeria da Fama* – apresentam-se como o verdadeiro encantamento do narrador com as estruturas objetivas deste campo, a *illusio* que emerge com as suas regras e procedimentos, as quais povoarão a sua consciência e o seu interesse existencial de participar deste campo.

Dessa maneira, a agência individual é ressaltada no trabalho dos autores de forma diferente da qual esta noção é tratada pelos advogados da escolha racional. Soma-se que boa parte dos trabalhos sociológicos supõe uma mera conformidade individual às regras e normas que povoam a sociedade, focando-se exclusivamente na coerção social desempenhada sobre os indivíduos. Contrários ao foco exclusivo nesta dimensão societária, os autores argumentam que os indivíduos buscam deliberadamente os grupos sociais, o pertencimento e o reconhecimento; buscam a significação de seus atos, convertendo-se em atores que edificam o próprio significado da sua existência. É a partir daí que se cristaliza a função existencial do social.

Os campos então representam espaços coletivos de produção de símbolos e significados existenciais ou, como Fligstein e McAdam (2012, p. 49) denominam, de

“produção colaborativa de significado”. A produção coletiva de significado exclui os indivíduos dos inconvenientes questionamentos trazidos pela “*outer perspective*”, isto é, pelas verdades inconvenientes acerca da existência humana. Conforme definem os autores: “São as palavras significativas que nós construímos em articulação com outros que nos salva da ‘*outer perspective*’ e confirmam a nossa própria significância” (FLIGSTEIN e McADAM, 2012, p. 42). Em certa medida, a visão dos autores sobre os rituais sociais como produtores de significado e de intensificação dos laços sociais assemelha-se à visão de Durkheim (2003), em “*As Formas Elementares da Vida Religiosa*”, sobre as religiões totêmicas australianas. O autor credits à religião o aspecto de uma prática social que congrega indivíduos que compartilham de uma mesma crença em símbolos e imagens, os quais intensificam os laços sociais selados entre si a partir dos rituais de exaltação e divinização destes mesmos símbolos e imagens.

Segundo Fligstein e McAdam (2012), mesmo a construção do mundo material – do qual o gerenciamento de bens comuns se faz parte integrante – será sempre pautada pelo trabalho social feito em grupos de indivíduos, o que implica em uma íntima dependência entre a subsistência material e a capacidade de agir coletivamente. Sem os grupos não há trabalho social e, por consequência, não há possibilidade de garantir a materialidade da vida. Com isso, os autores reiteram a perspectiva mantida de que mesmo a ação econômica e estritamente material também está sujeita às mesmas dinâmicas de funcionamento das ações sociais; que os mercados são, em última instância, espaços sociais (GRANOVETTER e SWEDBERG, 2011). Neste sentido, entender como grupos se consolidam constitui-se como a problemática central da abordagem dos (CAE).

A construção de ações coletivas passa pela orquestração de diferentes interesses, sejam materiais ou existenciais, que os indivíduos possuem e esperam lograr com a sua participação no campo. Entretanto, como articular interesses tão múltiplos e distintos em uma linha geral de ação coletiva? A fim de responder a esta pergunta, Fligstein e McAdam (2012) argumentam que grupos emergem e se consolidam quando representam projetos coletivos “sincretizados”, capazes de abarcar os símbolos, práticas, rotinas, imagens e valores que apelem concomitantemente a diferentes grupos de indivíduos. A construção social de linhas coletivas e sincretizadas de ação é operacionalizada através dos conceitos de *habilidades sociais*, *enquadramentos* e *empreendedores institucionais* – os quais iremos explorar a partir de agora.

1.4.1. Habilidades sociais e a *sacralização* da existência.

*“Como todas las cosas están llenas de mi alma
emerges de las cosas, llenas del alma mía.”*

NERUDA, Pablo. Poema 15: “Veinte Poemas de Amor y Una Canción Desesperada”.

A fim de principiar a discussão sobre os principais conceitos analíticos presentes na obra de Fligstein e McAdam (2012), mobilizamos outra vez a arte como ponte entre o que se discute nestes autores e os fatores constitutivos da realidade que se relacionam aos conceitos de habilidade sociais, enquadramentos e empreendedores institucionais.

Na epígrafe selecionada para abrir esta subseção, temos um excerto onde o poeta declama à mulher amada a íntima relação dela com os demais “objetos valiosos” – resumido na palavra “coisas” – que permeiam a sua vida. Ora, a presença de “objetos valiosos” é, de acordo com Puetz (2017), um dos fatores condicionantes à existência de um campo, de modo que este se configura como um espaço de disputas pelo controle de tais objetos, bem como onde estes se atrelam de maneira constitutiva ao modo como os indivíduos participantes do campo entendem e significam a sua existência. Assim, temos no excerto selecionado que, ao poeta, há uma porção indefinida de “objetos valiosos” em sua vida, “*cheios de sua alma*”, ou seja, uma porção de campos conectados intimamente com a forma pela qual ele se define e se entende enquanto ser humano. Estes objetos não são somente coisas em si, mas também rotinas, práticas, hábitos, símbolos e imagens que lhe concedem significado à existência. De igual maneira, a própria mulher amada também representa parte integrante do significado que o poeta constrói sobre a sua existência, o que explica a razão pela qual ele a posiciona em um mesmo patamar de importância do que os demais “objetos valiosos” à sua vida, de tal modo que ela mesmo “*emerge das coisas, também cheia de alma*”, cheia de significado existencial.

Em resumo, o ato de atrelar a mulher amada às demais rotinas, práticas, hábitos, símbolos e imagens que concedem significado à existência do poeta, aparece como a mais perfeita metáfora para entender como os empreendedores institucionais se posicionam no lugar de outros indivíduos, apreendendo quais são os aspectos constitutivos de seus respectivos entendimentos sobre a existência, atrelando assim os quadros representativos de uma proposta coletiva a este conjunto de entendimentos incutido nos indivíduos, estimulando o reconhecimento e a identificação individual com este grupo. Em outras

palavras, a criação e consolidação de grupos sociais obedece a um processo de “culturalização” (ZHAO, 2010) dos modos de produção de engajamento. Explicaremos, passo a passo, a construção deste processo de engajamento, começando pela discussão do conceito de enquadramentos.

A CAE herda uma série de conceitos e racionalizações advindas de outras áreas da Sociologia. Inicialmente desconectadas do conceito de campo, as Teorias dos Movimentos Sociais (McADAM et al., 2001) apresentam conceitos que são capazes de capturar os principais mecanismos para a produção de ação coletiva, estressando a relevância da orquestração de interesses e da construção de consenso. Neste sentido, o conceito de enquadramentos interpretativos é apropriado pelos autores como o fundamento sociológico para entender a ação coordenada nos campos.

A mobilização de enquadramentos se apresenta como uma estratégia de contar determinadas “estórias” que apelem à identidade de um grupo, aos seus interesses, estimulando o seu engajamento em uma determinada proposta coletiva. A veiculação de enquadramentos pressupõe justamente o contar de uma estória de maneira excludente, isto é, agregando e excluindo determinados pontos específicos segundo a vontade daquele que conta a estória. Isso induz o receptor a possuir um entendimento também específico sobre determinada questão, bem como induz com que determinados pontos e questões sejam ressaltados e que outros sejam renegados a um segundo plano. Nas palavras dos autores, a inclusão e exclusão de parâmetros por meio de quadros representativos configura-se como uma das funções de “estabelecer uma agenda de discussão” (FLIGSTEIN e McADAM, 2012, p. 51), a qual pauta a significação que o indivíduo construirá sobre a proposta coletiva que lhe é apresentada.

Os autores principiam as suas discussões sobre enquadramentos a partir dos textos de Goffman (2012) sobre o interacionismo simbólico. O autor analisa as interações sociais como momentos de construção de identidades e de coesão social a partir de uma análise prática do indivíduo sobre a situação que marca o entorno que precede à interação, com os papéis sociais assumidos e as lógicas de sociabilização pré-definidas. Tais fundamentos à interação são construídos a partir das heranças institucionais simbólicas e culturais transcendentais à interação em si. Dessa maneira, os enquadramentos organizam as múltiplas experiências que os indivíduos podem ter a partir do convívio social em experimentações e entendimentos específicos da realidade. Esta visão teórica, conforme afirmam Kunrath et al. (2017), foi revolucionária ao estudo das mobilizações coletivas, à

medida que os enquadramentos interpretativos passaram a ser entendidos como conceitos analíticos para compreender como processos coletivos organizam um entendimento sistêmico da realidade em um conjunto específico de símbolos, ícones, imagens e racionalizações. Tal conjunto constrói entre os indivíduos um entendimento específico e delimitado a respeito da realidade, constituindo, assim, um importante mecanismo de engajamento e empatia com a mobilização coletiva que veicula este determinado conjunto de enquadramentos.

Seguindo às linhas teórico-analíticas do NS, estabelecer uma agenda de discussão através da mobilização de enquadramentos obedece, em última instância, a incluir as regras, normas e valores apelativos aos indivíduos que se almeja segurar a cooperação, bem como excluir destes enquadramentos as instituições que não se constituem como parte integrante da realidade social desses atores. Assim, a edificação de *enquadramentos institucionalizados* obedece à lógica da culturalização dos procedimentos e projetos organizacionais, onde mesmo as organizações pertencentes aos espaços onde supostamente reina a racionalidade burocrática devem contar com linhas de atuação que dialoguem com as principais instituições mantidas pelos indivíduos, a fim de consolidar um contingente de trabalho social capaz de implementar e reproduzir os procedimentos e projetos organizacionais. Neste sentido, conforme definem os autores sobre a validade de uma agenda em termos de produção de engajamento:

Quando os grupos se encontram, a agenda é determinada, os termos da discussão são consolidados, e a identidade e os interesses dos atores são enquadrados. Isto garante que os atores tenham chegado a um entendimento em comum sobre os seus respectivos interesses dentro de certos limites, cerrando assim tantos outros possíveis cursos de ação (FLIGSTEIN e McADAM, 2012, p. 52).

A construção de enquadramentos, por sua vez, se faz um processo liderado por um conjunto específico e delimitado de atores – denominados como os empreendedores institucionais, também entendido como *atores estratégicos*. Os empreendedores institucionais são os atores líderes na produção de ação coletiva, bem como os responsáveis pela veiculação de enquadramentos interpretativos que posicionem a proposta coletiva como apelativa e integrante aos projetos de vida e anseios de outros indivíduos.

Em contrapartida, entender os projetos de vida e os interesses dos indivíduos perpassa pela habilidade do empreendedor institucional em se posicionar no lugar destas pessoas. Em outras palavras, cabe ao ator estratégico dar conta de todos os aspectos constitutivos atrelados à posição social ocupada por um determinado indivíduo e quais interesses são construídos a partir dessa posição. Esta transposição de situações e de modos de vida é integrante parte da habilidade social dos empreendedores institucionais, onde se cristaliza a razão de ser de seu nome: atores que empreendem projetos coletivos segundo as instituições mais apelativas e constitutivas daqueles que compõem estes projetos. Em contrapartida, a cooperação se materializa a partir do momento em que os enquadramentos representem, satisfatoriamente, os interesses e as demandas individuais, consolidando assim um cenário onde a produção de engajamento se faz uma variável dependente da capacidade dos atores estratégicos em interpretar o campo e as suas demandas mais claras e latentes.

Fligstein e McAdam (2012) argumentam como a habilidade social aparece como um mecanismo que permite a *sacralização* do outro, consolidando uma agenda contemplativa aos interesses alheios. Relembrando novamente Durkheim (2003 [1912]) em “*As Formas Elementares...*”, Fligstein e McAdam argumentam que em processos coletivos os interesses existenciais dos atores são reiterados e ressaltados como relevantes e, principalmente, como fatores basilares à existência do próprio grupo. Em outras palavras, a razão de ser de uma determinada agremiação coletiva encontra-se nas iminentes demandas que seus membros trazem consigo, estressadas pelos empreendedores institucionais como essenciais à existência do grupo.

Estes atores, por sua vez, a fim de mitigarem posicionamentos por vezes conflitivos, pensam como múltiplos interesses podem ser identificados como interesses legítimos. Assim, a produção de ação coletiva está atrelada às habilidades sociais dos empreendedores institucionais em garantir o envolvimento contínuo, bem como uma perene sensação de reconhecimento e identidade entre os indivíduos engajados com a proposta coletiva, suplantando significados e interesses existenciais por vezes incomensuráveis. A construção de consensos ou compromissos demonstra ser, acima de tudo, um processo que ultrapassa as barreiras comunicativas.

Um dos principais problemas para os atores hábeis é encontrar uma forma de conectar atores ou grupos com preferências amplamente

diversas e auxiliar na reordenação destas preferências. Este processo agregador, uma vez iniciado, pode tornar-se autônomo. Uma vez que um número de atores começa a participar, outros provavelmente os irão seguir. O mecanismo-chave é ter o suficiente para pôr em marcha o efeito ‘caravana’. Isto é comumente atingido a partir da construção de uma identidade coletiva razoável. Esta identidade permite aos grupos atrelar os seus interesses distintos em um projeto comum. (FLIGSTEIN e McADAM, 2012, p. 52).

Fligstein e McAdam (2012, p. 52) argumentam que a ação dos empreendedores institucionais se faz desvinculada de qualquer interesse estritamente individual deste ator em liderar um processo de construção coletiva. Ao contrário, a sua ação é descolada de qualquer tentativa de promover, em um determinado campo, uma preferência unicamente mantida por si. Ele busca a reprodução ou transformação do campo a partir de uma proposta construída conjuntamente, que represente simultaneamente um amplo conjunto de interesses individuais. Dessa forma, a identidade construída em grupo não replica em maior escala um interesse individualizado do ator estratégico, mas a combinação de diversos interesses construídos em uma linha de ação única.

O processo de construção de grupos, ressaltado no excerto selecionado acima, configura um processo intensamente laborioso, dependente de uma série de recursos para a estruturação de momentos associativos, para a veiculação de enquadramentos e para a divulgação de uma proposta coletiva. Da mesma forma que rituais religiosos predisõem de uma série de custos, vestimentas e adornos (DURKHEIM, 2003 [1912]), também a consolidação de grupos em esferas seculares é dependente da existência de uma série de dispositivos e mecanismos. Neste sentido, Fligstein e McAdam (2012) posicionam os ambientes extracampo como importantes fontes dos recursos utilizados pelos atores estratégicos para a reprodução ou transformação de um determinado campo. Por isso, as dinâmicas externas, como as crises em campos correlatos ou mesmo dentro do Estado, se apresentam como importantes variáveis explicativas para a produção de ação coletiva.

Agregar as dinâmicas extracampo configura-se, na visão dos autores, como ponto principal para não recair no *fieldcentric bias* (FLIGSTEIN e McADAM, 2012, p. 58) – a visão analítica que postula a dinâmica de um campo como unicamente dependente da movimentação de seus agentes. Na verdade, os campos demonstram não serem esferas autônomas, mas imbricadas em uma complexa teia de campos, sejam eles distantes ou próximos, dependentes ou independentes, estatais ou não-estatais (FLIGSTEIN e McADAM, 2012, p. 19). As ordens existentes representam uma impositiva barreira

cognitiva para se pensar novos mundos, seja para incumbentes ou desafiantes. Isto porque estas ordens representam mundos, significados rotineiros e identidades previsíveis, dependendo assim de choques exógenos para principiar qualquer formação dentro de um campo. A partir de crises externas, os atores estratégicos podem lançar mão de estratégias para incrementar o seu nível de recursos e, com isso, desenhar novas estratégias de engajamento, ou mesmo sofrer com a interrupção no fluxo de uma série de recursos que até então sustentavam as suas estratégias de produção de ação coletiva.

1.5. A produção de ação coletiva no objeto de estudo selecionado

O olhar teórico-analítico de Fligstein e McAdam (2012) nos chama a desvendar as origens sociais de processos coletivos, da mesma forma pela qual os autores alinhados ao NS ressaltam como a formação de procedimentos e projetos organizacionais sofrem processos de culturalização em sua concepção e desenvolvimento. Neste sentido, uma vez que temos como pergunta central como o engajamento coletivo é produzido em Apuí para a institucionalização de um novo regime de governança dos recursos naturais, devemos compreender como os projetos e iniciativas desenvolvidas pelas ONGs na região apelam a um conjunto de normas, valores, símbolos, identidades e imagens para promover enquadramentos institucionais e produzir engajamento.

O que subjaz esta forma específica de pensar e analisar os processos coletivos de gerenciamento dos bens comuns é entender que mesmo as dinâmicas de provimento material mais elementares da vida humana dependem, em última instância, da orquestração do trabalho social para a sua consecução. Garantir o trabalho social passa, por sua vez, em estruturá-lo em regras, normas e valores consonantes à realidade constitutiva dos indivíduos que integram a unidade de governança de gerenciamento dos bens comuns. Ou seja, voltando outra vez ao que afirmaram Hall e Taylor (2003, p. 208), “As organizações adotam formas e práticas institucionais particulares porque elas têm um valor largamente reconhecido num ambiente cultural mais amplo”.

Dessa forma, nosso objeto de estudo demanda compreender como os projetos e iniciativas mantidos pelas ONGs evoluíram ao longo dos anos, a fim de edificar linhas gerais de atuação cada vez mais apelativas e constitutivas à realidade social e cultural dos atores locais.

Conforme vimos em Puetz (2017), podemos também classificar os recursos naturais como “objetos valiosos” a uma série de atores – tais como produtores rurais, compradores de terra, assentados, madeireiros, mineradores, populações indígenas e ambientalistas. Estes atores individuais ou organizações estão mergulhados no que chamaremos de *campo políticoambiental de Apuí*: um espaço social onde diferentes grupos de indivíduos e organizações disputam a utilização e o controle dos recursos naturais em moldes e procedimentos específicos de apropriação e exploração, os quais chamaremos de *regimes de apropriação e exploração dos recursos naturais*.

Entendemos, em um primeiro momento, que o universo analisado é imbuído de especificidades, uma vez que estamos tratando de um território originalmente consolidado como um projeto de colonização desenvolvido pelo regime militar, sendo parte integrante do plano nacional de reforma agrária daquele período. A fim de entender a realidade social dos atores locais e as diferentes rotinas, práticas, hábitos e símbolos que permeiam o seu cotidiano, devemos compreender como estas foram constituídas ao longo da história de formação do PA Juma em Apuí. Acreditamos que o processo de culturalização dos projetos e iniciativas das ONGs obedece a um conjunto institucional construído neste processo de formação, o qual se fez regido pelas expectativas e motivações do Estado e dos migrantes quanto ao território em questão. Neste sentido, investigaremos na primeira parte desta dissertação como a criação do assentamento e o desenvolvimento de suas estruturas determinaram a formação institucional local.

Devemos distinguir quais tipos de instituições estão em jogo no âmbito local, a fim de que, na segunda parte desta dissertação, possamos compreender de que maneira os projetos e iniciativas das ONGs se conformaram, ao longo do tempo, ao arranjo institucional local. Um primeiro passo para elucidá-las é determinar os grupos de instituições que existem na vida social e, nesta direção, o trabalho de Scott (2014) é basilar para delimitar os agrupamentos institucionais. Segundo o autor, estes agrupamentos podem ser definidos da seguinte maneira: instituições regulatórias, instituições normativas e instituições culturais-cognitivas.

Uma importante dimensão que distingue estes três tipos é a base de conformidade dos indivíduos a cada uma das instituições. Ao passo que as instituições regulatórias têm como mecanismo de conformidade a “conveniência” – onde se evita ser vítima de coerções e sanções legalizadas, tal como as penalidades e multas do IBAMA –, conforma-se às instituições normativas e culturais-cognitivas através, respectivamente, do senso de

obrigação social e da compreensão mútua que se ergue acerca delas. Neste sentido, o mecanismo de conformidade das instituições culturais-cognitivas é o mimetismo, ou seja, reprodução de práticas e entendimentos culturais herdados ao longo do processo de socialização – tal qual a incorporação de lógicas familiares de produção e de convívio social, herdadas entre as famílias rurais em Apuí. De igual maneira, o mecanismo de conformidade das instituições normativas refere-se à obrigatoriedade social que determinada posição social têm – como a responsabilidade do patriarca, entre as famílias rurais em Apuí, de garantir a subsistência da família no campo, ao passo que as matriarcas desenvolvem atividades relacionadas à reprodução da estrutura familiar. As demais dimensões de cada agrupamento institucional são apresentadas no Quadro abaixo.

Quadro 1. Variedades de instituições.

	Regulatória	Normativa	Cultural-Cognitiva
Base de conformidade	<i>Conveniência</i>	<i>Obrigaç�o social</i>	<i>Compreens�o m�tua</i>
Base de ordem	<i>Regras regulat�rias</i>	<i>Expectativas obrigat�rias</i>	<i>Esquemas constitutivos</i>
Mecanismos	<i>Coercivo</i>	<i>Normativo</i>	<i>Mim�tico</i>
L�gica	<i>Instrumental</i>	<i>Propriedade</i>	<i>Ortodoxa</i>
Indicadores	<i>Regras, leis, San��es</i>	<i>Certifica��o, acredita��o</i>	<i>Cren�as comuns, l�gicas de a��o compartilhadas</i>
Afeto	<i>Medo, culpa, Inoc�ncia</i>	<i>Vergonha/honra</i>	<i>Certeza/confus�o</i>
Base de legitimidade	<i>San��es legais</i>	<i>Governo moral</i>	<i>Suporte cultural</i>

Fonte: Scott (2014), nossa tradu  o.

A disputa pela redu  o do desmatamento e da degrada  o ambiental que dele acarreta constitui-se em um regime específico de apropria  o e explora  o dos recursos naturais – um regime chamado pelas ONGs de “*sustentável*” –, o qual reduz a abertura de novas áreas e que restaura áreas degradadas, demandando uma reordena  o dos moldes e

procedimentos de governança dos recursos naturais. Porém, pensar em como se constrói a ação coletiva para este fim implica em ir muito além de analisar unicamente a participação de agentes de ONGs e de seus projetos e iniciativas desenvolvidas localmente. De maneira relacional, é necessário entender como atores locais e externos se integram, cada um à sua maneira, na promoção e desenvolvimento dos projetos e iniciativas. Dessa forma, argumentamos que a formação da *coalizão ambientalista* em Apuí – grupo de atores sociais compromissados a reduzir o desmatamento e a degradação ambiental na região – depende diretamente da adequação dos projetos e iniciativas ao conjunto de instituições regulatórias, normativas e culturais-cognitivas reconhecidas pelos atores locais como constitutivas e relevantes de sua realidade.

A partir da veiculação de enquadramentos que apelem diretamente a estas estruturas, a proposta de um regime sustentável de apropriação e exploração dos recursos naturais atende à matriz de interesses construídos socialmente e assim *emerge, junto com todas as outras coisas cotidianas, cheia de alma aos atores locais*, preenchida de significado existencial.

CAPÍTULO 2. A OPERACIONALIZAÇÃO CONCEITUAL E A METODOLOGIA DE ANÁLISE

Este capítulo fundamenta o método científico desta dissertação. Inicia-se com o modelo de análise que orientou a investigação. Almejamos, acima de tudo, demonstrar como os métodos de coletas de dados foram orientados e concebidos segundo o acabou teórico apresentado no capítulo anterior. A isto nos focaremos na primeira seção.

Na segunda seção trazemos informações referentes ao processo de coleta de dados, onde nos focamos em descrever as suas fontes. Como parte integrante desse processo, os relatos da pesquisa de campo, especificamente sobre os aspectos transcendentais e não codificados dos dados, são apresentados na terceira seção, sob o caráter de relatos etnográficos. Por fim, a quarta seção apresenta sob quais categorias analíticas, alinhadas às dimensões de análise e à resposta da pergunta motivadora, agrupamos o amplo conjunto de dados quantitativos e qualitativos coletados ao longo da investigação.

2.1. Modelo de análise

É importante ressaltar que, nas direções investigativas para a concepção de um modelo de análise, tomamos o engajamento coletivo como a variável dependente e principal enigma dessa investigação. Seguindo os pressupostos teóricos de Fligstein e McAdam (2012), delineamos três variáveis explicativas – isto é, “independentes” (FLICK, 2009). São elas: (i) os empreendedores institucionais, (ii) as suas habilidades sociais e (iii) as dinâmicas em campos correlatos.

A primeira destas três variáveis trata-se das duas ONGs que, a partir da mobilização de recursos, foram capazes de formar uma coalizão ambientalista para a promoção de um regime “sustentável” de apropriação e exploração dos recursos naturais em Apuí. Neste sentido, os aspectos que condicionam a atuação destes organismos e a capacidade de geração de ação coletiva para a transformação tiveram que ser qualificados e quantificados. São estes aspectos que operam como indicadores para a produção de ação coletiva os seguintes: (a) a estrutura organizacional, ou seja, a composição de capital econômico, social, cultural e simbólico desses atores; (b) a rede de contatos; e (c) o

portfólio de projetos. Tais aspectos foram coletados e analisados via entrevistas semiestruturadas, análises de documentos e questionários.

A segunda variável explicativa diz respeito à habilidade social. Como vimos no capítulo anterior, este conceito captura a capacidade do empreendedor institucional em induzir a cooperação com atores dentro e fora do campo para a produção de ação coletiva com vistas a reproduzir/transformar o campo em que estão. Analogamente, podemos entender as raízes da ação coletiva como raízes tecidas pelas habilidades sociais dos empreendedores institucionais. Logo, as capacidades comunicativas destes atores em tecer mundos existencialmente representativos e significativos é uma das principais variáveis explicativas.

Neste sentido, uma das vias para mensurar e qualificar as habilidades sociais são os enquadramentos interpretativos (GOFFMANN, 2012) veiculados pelos empreendedores institucionais, mobilizados para definir, construir significados e mobilizar atores locais a engajarem-se aos seus projetos e iniciativas. Enquadrar consiste em um contínuo processo de inclusão e exclusão de termos, imagens e conteúdo, a fim de criar uma proposta de engajamento apelativa e harmônica aos interesses de diferentes indivíduos.

A análise documental dos projetos, as observações participantes e sistemáticas e as entrevistas semiestruturadas com os mediadores sociais das ONGs foram cruciais para entender como os atores estratégicos reavaliam, alteram e promovem a sua proposta “sustentável” em enquadramentos. A fim de entendermos de que maneira estes enquadramentos dialogam ou não com as instituições regulatórias, normativas e culturais-cognitivas que permeiam a realidade social local, entrevistas semiestruturadas e documentos permitiram conhecer a trajetória social de parceiros e comerciantes locais, o conjunto institucional consolidado e os interesses materiais e existenciais mais elementares destes atores. Quanto aos documentos utilizados para entender o processo de formação institucional, utilizamos dois livros produzidos durante o regime militar, ambos de 1971 e da Biblioteca Nacional do Exército. Foram eles o livro “*A Amazônia e Nós*”, de Marseno Alvim Martins, e o livro “*Problemática da Amazônia*”, que traz uma compilação de diferentes artigos elaborados por uma série de autores.

A construção de um entendimento sobre a formação institucional do PA Juma em Apuí também dependeu de informações estatísticas, as quais permitiram a identificação

de importantes parâmetros investigativos. As receitas médias obtidas segundo as categorias profissionais, informações sobre crédito rural, as dinâmicas relacionadas ao êxodo rural e trabalho fora do lote rural, por exemplo, permitem aprofundar o conhecimento sobre a realidade socioeconômica e política construída no município. Estas informações foram obtidas principalmente a partir dos Censos, Demográfico e Agropecuário, produzidos pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), a partir do Plano Operativo de 2016 e o Relatório de Atividades de 2016 do IDAM e a partir dos dados socioeconômicos de 2014 dos assentados assistidos pelo IDESAM no *Projeto de ATEs*. Quanto a esta última fonte, a cessão dos dados foi feita mediante a assinatura de um “termo de concessão de dados”, onde estão dispostas as normativas referentes à adequada citação da organização quando demonstrados os dados. O termo na íntegra pode ser encontrado na seção de apêndices.

A terceira e última variável explicativa para a compreensão do engajamento coletivo são as dinâmicas dos campos correlatos. Fizemos este esforço de incluir esta variável com o intuito de não recair na falácia do “*fieldcentric bias*” (FLIGSTEIN e McADAM, 2012, p. 58), o que implica em acreditar que as transformações dentro de um campo ocorrem somente segundo as mobilizações de seus atores, desconsiderando a influência do funcionamento dos campos externos. Assim, buscamos entrevistar os agentes públicos, a fim de entender as dinâmicas do “campo político nacional” e “local”, correlacionando-as às flutuações observadas na amplitude da coalizão ambientalista no campo políticoambiental de Apuí.

Em resumo, para a compreensão do processo de produção de ação coletiva, mobilizamos três variáveis independentes, operacionalizadas em três diferentes dimensões de análise. Os indicadores que as compõem e as fontes de cada um estão resumidas no Quadro abaixo.

Quadro 2. Dimensões de análise, indicadores e fontes de dados.

DIMENSÕES DE ANÁLISE	INDICADORES DE ANÁLISE	FONTES DE DADOS
Habilidades sociais e estímulos à cooperação	Razões para participação ou não participação; práticas produtivas antigas <i>versus</i> práticas produtivas construídas a partir dos projetos das ONGs; composição familiar; trajetória de deslocamento a Apuí; dimensões gerais da propriedade.	Entrevistas (parceiros aderentes e não aderentes) e Observações Participantes dos dias de campo.
Empreendedores institucionais	Estrutura organizacional das ONGs; características gerais dos projetos existentes aos parceiros; características da inovação proposta; estratégias de adesão; principais financiadores; principais parceiros; principais contrapostos; publicidade, divulgação e propaganda dos projetos; recursos aplicados para a execução do projeto; quadro de funcionários por organização.	Entrevistas (parceiros, atravessadores, frigoríficos, ONGs, IDAM e INCRA); Documentos (ONGs e IDAM); observações sistemáticas (ADSAN, Ouro Verde e CMDRS).
Dinâmicas em campos correlatos	Disputas de poder no campo político nacional e local; dinâmicas em organizações correlatas como o IDAM e o INCRA; recursos que as ONGs logram junto a agências do Estado; prerrogativas e condições para a obtenção de recursos.	Entrevistas (ONGs, IDAM e INCRA); Documentos (ONGs e IDAM)

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

2.2. Coleta de dados

A partir das operacionalizações conceituais apresentadas acima, aplicamos seis técnicas de coleta dos dados. Foram elas a utilização de nove arquivos de informações quantitativas, a análise documental, as entrevistas semiestruturadas, os questionários, a

observação participante dos dias de visita técnica e a observação sistemática das reuniões das associações de produtores (MARCONI e LAKATOS, 2003). Ao todo, foram 45 entrevistas semiestruturadas aplicadas em conjunto com os questionários, três reuniões de associações de produtores observadas, três episódios observados de mediação social entre ONGs e parceiros e 14 relatórios, documentos e informativos analisados.

A pesquisa de campo ocorreu entre os dias 27 de janeiro e 24 de março, sendo desenvolvida em dois lugares. O primeiro deles foi Manaus, ponto de chegada e onde fiquei do dia 27 de janeiro até o dia 6 de fevereiro, primeiramente, e depois do dia 18 de março até o dia 24 do mesmo mês. Neste local, entrevistamos os seguintes atores:

- ONGs: as duas ONGs estudadas possuem os seus respectivos escritórios centrais no município de Manaus. Dessa maneira, entrevistei oito pessoas de cargos de direção e de pesquisa científica e coletei alguns documentos, relatórios e informações digitais referentes às atividades desenvolvidas por essas organizações.

- Frigoríficos: a sede dos principais frigoríficos do estado do Amazonas está localizada em Manaus. A fim de compreender a cadeia da pecuária amazonense – importante aspecto da vida material em Apuí –, em Manaus entrevistei um membro da diretoria do Frigorífico Vitelo.

- Setor Público: o órgão estatal responsável por conduzir a assistência técnica às famílias rurais amazonenses é o IDAM; antes da atuação das ONGs em Apuí, este era o único organismo responsável por assistir tecnicamente as famílias assentadas. Tendo em vista a crucialidade deste ator e do papel do Estado no campo, entrevistei três agentes públicos do IDAM sobre a atuação do organismo no município desde 1982, data de criação do PA Juma.

O segundo local onde foi desenvolvida a pesquisa de campo foi no município de Apuí, especificamente no PA Juma. A área urbana e praticamente todas as áreas rurais de Apuí estão dentro do PA Juma; assim, a área de assentamento e a área do município se intercedem. Neste local, desenvolvi a minha pesquisa de campo entre os dias 8 de fevereiro e 14 de março, período no qual entrevistei os seguintes atores:

- ONGs: neste caso, diferentemente dos atores entrevistados em Manaus, entrevistei três técnicos agrícolas, responsáveis por conduzir a assistência técnica

aos parceiros, em realizar as oficinas e cursos de capacitações e de articular os interesses das ONGs com outros atores do município.

- Parceiros: foram entrevistados vinte e um parceiros, aderentes e não aderentes aos projetos de conservação ambiental propostos pelas duas ONGs atuantes no município.

- Setor público: com as atividades de assistência técnica aos parceiros paralisada há dois anos, o IDAM mantém um quadro de somente dois técnicos agrícolas e florestais. Um deles foi entrevistado. Além disso, também entrevistei o gerente da unidade local do INCRA, órgão federal responsável pela criação do PA Juma e pela administração das questões fundiárias dentro dos limites do assentamento. Além disso, um vereador – que também é um dos principais atravessadores de gado de corte – foi entrevistado.

- Atravessadores e comerciantes: além do atravessador de gado de corte que é também vereador, entrevistei os dois únicos atravessadores de café, sendo um deles também o único atravessador para produtos como arroz, cacau, milho, leite e guaraná. Por fim, no intuito de tomar conhecimento sobre os demais aspectos envolvendo a comercialização de produtos agropecuários, entrevistei outros três comerciantes, sendo um deles um antigo extensionista do IDESAM.

Também foi possível coletar dados a partir da entrevista com dois representantes de dois importantes agentes financeiros que apoiam as atividades desenvolvidas pelo IDESAM. Devido à distância – o escritório de ambas essas instituições se localiza em São Paulo –, essas entrevistas foram realizadas via Skype, já no mês de abril.

Na maioria das vezes, as perguntas das entrevistas eram feitas com o intuito de compreender o posicionamento do indivíduo perante alguns temas e pontos de referência. Em um primeiro momento, foram realizadas perguntas abertas, próximas aos moldes de uma entrevista livre: cinco temas eram mencionados e então o/a entrevistado/a era convidado/a a relatar as suas considerações sobre cada um. Em seguida, perguntas mais estruturadas foram feitas, ainda que estas não desmotivaram relatos longos e profundos. Nesta seção, as últimas duas perguntas constituíam-se como perguntas de evocação livre de palavras (FLEURY, 2008), a fim de estimular o/a entrevistado/a a trazer termos, expressões e breves definições que, no seu ponto de vista, definiam a palavra evocada na pergunta. Duas foram as palavras evocadas: “sustentabilidade” e “desenvolvimento”.

Acima de tudo, a palavra “sustentabilidade” representa a mudança pleiteada pelas ONGs, sendo ela uma noção chave para definir os seus projetos e iniciativas, bem como conceito central na hipótese construída. Tínhamos em mente algumas perguntas que gostaríamos de responder com os resultados das associações de palavras: os atores entrevistados possuem a mesma concepção sobre o termo? Caso não possuam uma compreensão similar, como as divergências são superadas em termos práticos? Neste sentido, a evocação desta palavra abriu caminho para compreender como os projetos implementados pelas ONGs podem ser diferentemente enquadrados segundo a noção de “sustentabilidade” do ator em questão.

Já a palavra “desenvolvimento” foi incluída não somente por sua centralidade na maneira pela qual as ONGs definem a sua atuação, mas também pela história do assentamento em si. Criado durante o regime militar, o PA Juma consolidou-se dentro do espírito de “povoamento”, de “colonização” e de “desenvolvimento” da Amazônia (IANNI, 1979). A principal pergunta que gostaríamos de responder com a associação livre sobre este termo é se os mediadores sociais rompem com a lógica “desenvolvimentista” construída pelo Estado brasileiro e compartilhada entre os atores locais ao significarem a concepção do PA Juma. Na verdade, a resposta a esta pergunta diz muito sobre quão transformadora ou conservadora de significados é a proposta ecológica almejada.

Após as perguntas relacionadas às evocações de palavras, os questionários foram apresentados, o que sinalizava o fim da entrevista. Os questionários foram planejados com o intuito de obter dados como as atribuições de confiança aos órgãos e demais atores presentes cotidianamente na realidade social dos/as entrevistados/as, o número de horas trabalhadas, bem como para entender a sua composição de capital econômico, social e cultural. Posteriormente, lançamos mão destes questionários para compreender como a posição individual no campo influencia na consolidação de interesses e de motivações para engajar-se na promoção da proposta “sustentável”.

As entrevistas e os questionários foram conduzidos segundo alguns procedimentos específicos. O primeiro e mais comum deles era a saída à campo junto com os técnicos das ONGs, especificamente do IDESAM. Para além de servir como momentos onde se podia entrevistar os parceiros em suas próprias casas, esses episódios foram extremamente importantes por permitirem a observação da interação entre esses atores e as famílias parceiras. A comunicação entre ambos, a linguagem empregada pelo

técnico e as preocupações do parceleiro foram todas anotadas no diário de campo, por sinalizarem como se consolida a cooperação entre estes dois atores. Somente depois que todas as tarefas do extensionista junto ao parceleiro é que eu e a pesquisa éramos introduzidos. Eu então me apresentava, concedia breve explanação sobre a pesquisa e realizava duas ou três perguntas diretas, como nome do/a entrevistado, local de origem e há quanto tempo residia em Apuí, para que o pesquisado se familiarizasse com o ritmo de uma entrevista. Geralmente, somente depois dessas poucas perguntas fechadas é que eu iniciava a gravação, em acordo com o entrevistado⁴.

Figura 4. A família parceleira de Ignácio e de Marla na área de repouso de sua casa.



Fonte: Pedro Frizo, 2017.

⁴ A gravação quase nunca foi um empecilho à entrevista. Somente em dois momentos o entrevistado se demonstrou desconfortável com a presença do gravador: um deles aceitou continuar com a entrevista, porém sem que a gravação fosse feita; o outro, tendo aceitado a participar com relutância, logo desistiu ao saber que a entrevista seria gravada. Os demais pesquisados aceitaram sem restrições as gravações. Estas foram cruciais para captar significações, tendo em vista que mais do que os dados objetivos meramente, o grande papel das perguntas eram captar os posicionamentos individuais, a articulação de interesses, os enquadramentos dos atores estratégicos e os pareceres sobre a ação de demais atores do campo do mercado agropecuário e de fora dele.

O segundo procedimento utilizado para a realização das entrevistas era aguardar no próprio escritório do IDESAM – lugar no qual eu também residi durante este período de pesquisa. A visita de parceiros eram quase diárias, seja para a resolução de dúvidas relacionadas à assistência técnica, para o uso da internet ou simplesmente para um café da tarde. A realização das entrevistas nestas ocasiões era seguida imediatamente pela demonstração da minha total ausência de vínculo empregatício com o IDESAM: o fato de a entrevista se situar dentro do escritório dessa organização e de eu residir ali temporariamente poderiam operar como indutores a essa noção por parte dos parceiros sobre o meu vínculo com aquele órgão. Caso não elucidada corretamente essa questão, os entrevistados poderiam conceder relatos que promovessem, de maneira artificial, a atuação dessa organização.

Figura 5. O parceiro Miguel após a realização da entrevista no escritório do IDESAM.



Fonte: Pedro Frizo, 2017.

O terceiro e último procedimento para a realização das entrevistas foi fixar-me em uma casa agropecuária, onde eu poderia entrevistar os parceiros que ali compravam matérias-primas, acessórios e equipamentos para a produção rural. Este procedimento se mostrou muito valioso para lograr um número significativo de entrevistas a parceiros não aderentes aos projetos das ONGs. Além disso, tendo em vista as grandes distâncias que separam as diferentes parcelas rurais, somado à dificuldade de deslocar-se devido a ausência de transporte público para as estradas vicinais onde residem as famílias parceiras, configurou a escolha de posicionar-me na casa agropecuária como interessante estratégia investigativa.

A rotina de abordagem consistiu em aguardar junto ao balcão o parceiro ser atendido pelo dono da casa agropecuária. Após a finalização do atendimento, o dono deste estabelecimento – ou o funcionário, nos casos da ausência daquele – me introduzia ao parceiro, contando brevemente sobre a minha pesquisa. Eu então me apresentava ao possível entrevistado, apresentava minha formação, os objetivos da minha pesquisa e o convidava para a participação. Caso aceitasse, então rumávamos para o fundo da loja, onde havia uma pequena sala onde a entrevista poderia ser realizada sem ruído e sem a presença de outras pessoas.

À princípio, após perceber que esta iria se constituir como a principal estratégia para alcançar produtores não aderentes aos projetos das ONGs, me preocupei se os entrevistados teriam tempo e disposição a participar. Era esperado que a rejeição fosse expressiva, dado que não teriam interesse de conceder relatos e responder a perguntas em um dia específico onde veem do campo para “a rua”, a fim de resolver pendências e comprar produtos para o seu dia a dia na propriedade. Entretanto, esta preocupação não se efetivou, haja vista que consegui longas e detalhadas entrevistas nesse contexto. Acredito que isto se deu pelo fato da casa agropecuária se situar na BR-230, principal avenida da cidade, próxima aos principais estabelecimentos comerciais. Além disso, soma-se o fato de que a vinda do parceiro à cidade se dá também justamente com este intuito: o de reencontrar antigos conhecidos e de conhecer novas pessoas, ocasionalmente⁵.

⁵ Uma única entrevista que não se deu nestes três moldes ocorreu logo após a observação sistemática sobre a reunião mensal na ADSSAM. Este entrevistado participava da reunião quando, ao final dela, se dirigiu

Figura 6. A BR-230, avistada no cruzamento onde se encontra a casa agropecuária.



Fonte: Pedro Frizo, 2017.

No caso das três observações sistemáticas das reuniões das associações de produtores, todas elas se deram acompanhadas de algum técnico do IDESAM. Em realidade, essas observações não haviam sido planejadas no projeto de pesquisa. Ao contrário, consistiram-se como uma “abertura” dada pelo campo, à medida que percebi que os técnicos possuíam algum tipo de contato com cada uma dessas associações/conselhos. Por exemplo: Gerson, técnico do IDESAM, também é presidente da Associação Ouro Verde; Miguel, parceiro entrevistado e que recebe as iniciativas de assistência técnica das ONGs, é presidente da Associação de Desenvolvimento Sustentável Sucundurí Amazônia (ADSSAM); além disso, Miguel também é o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), tendo me convidado também para participar da reunião mensal de março desse órgão. Essa valiosa brecha concedida pelo campo permitiu eu melhor me apropriar das condições de trabalho rural e da estrutura organizativa de algumas associações cívicas da região.

a mim para me perguntar sobre a minha pesquisa – esta havia sido brevemente apresentada pelo presidente da associação, o qual no início do encontro fez questão de explicar a minha presença.

Figura 7. Encontro mensal dos associados da Ouro Verde, na sede da Igreja na vicinal Raulino.



Fonte: Pedro Frizo, 2017.

Durante as observações sistemáticas a esses órgãos, Gerson – no caso da Ouro Verde – e Miguel – no caso da ADSSAM e do CMDRS – me apresentavam aos demais ali presentes. Explicavam brevemente a minha pesquisa, para logo em seguida começarem a tratar da pauta do dia. Em todas essas reuniões eu tentei ao máximo fazer com que a minha presença passasse despercebida, não buscando nenhuma intervenção nas falas. Estes encontros tampouco foram gravados, devido especialmente à dificuldade em capturar as falas de pessoas sentadas longe de onde eu estava – eu não poderia intervir, pedindo para falar mais alto, ou mesmo me deslocar para aproximar o gravador dela. Assim, as opiniões e pareceres foram anotados no diário de campo.

A minha intervenção e participação ativa fazia sentido em outro ambiente: no ambiente das interações entre os técnicos do IDESAM e o parceleiro, já que estes momentos se constituem como a referência mais imediata do laço de cooperação e de

engajamento forjado entre estes dois atores. Era necessário compreender quais os significados que saltam desse laço, como os parceiros se direcionam aos técnicos e como palavras são incluídas e excluídas na forma de tratamento dos extensionistas aos parceiros. Somente a minha interação e experimentação destes aspectos poderia servir como caminho plausível para dar conta deles.

Neste sentido, as observações participantes dos dias de visita técnica destes extensionistas se deram em três momentos: nos dias de visita a Denis, a Guilherme e a Murilo. Participei de todos os momentos da visita, desde a abordagem e conversa inicial sobre os últimos fatos e mudanças ocorridas na propriedade, passando pela colocação de piquetes e abertura de pequenas áreas para a implementação dos sistemas silvipastoris, até os preenchimentos dos relatórios de visita técnica. O meu conhecimento mais do que limitado sobre práticas agrícolas e pecuárias me colocavam à parte quando o assunto era questões técnicas relacionadas à produção. Nestes momentos, a minha participação se dava mais através de perguntas ao parceiro relacionadas aos sistemas produtivos e de observação sobre o caráter da orientação concedida do extensionista ao parceiro.

As técnicas acima esclarecidas se deram com o intuito de capturar as subjetividades existentes nos processos de articulação de interesses para a consolidação de uma ação coletiva entre diferentes atores. Busquei me focar no processo de significação feito pelos atores sobre a sua posição no campo políticoambiental de Apuí e, especificamente no caso dos agentes das ONGs entrevistados e observados, como enquadramentos são construídos para abarcar posicionamentos tão distintos e, por vezes, conflitivos. Entretanto, a condução dessas técnicas de coleta ocorreu um espaço social incrustado por uma série de particularidades e desafios para a realização da pesquisa.

Figura 8. Dia de visita técnica na propriedade de Denis – último à direita –, localizada na BR-230, a 80km ao leste de Apuí.



Fonte: Pedro Frizo, 2017.

2.3. Relatos de campo: particularidades da pesquisa social no contexto apuiense

A possibilidade de acesso ao campo de pesquisa talvez seja a mais iminente das perguntas a serem respondidas. Considerando sua longínqua distância geográfica entre Apuí e Porto Alegre, cabe descrever brevemente como ocorreu o acesso, o contato com os atores locais e a condução da pesquisa neste ambiente.

A rigor, a pesquisa começou já em 2014. Um mês e meio após a minha graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (USP), viajei para o Amazonas para atuar como consultor no programa de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas mantido pelo IDESAM. A atuação deste organismo se dava em diferentes partes do estado, inclusive em Apuí. Foi por meio dela que tomei o primeiro conhecimento da realidade social investigada, bem como por onde acessei o meu campo para a condução desta pesquisa. Em certa medida, essa organização foi crucial para me colocar em contato com alguns parceiros e agentes públicos, bem como me ofereceu moradia no período

da investigação de campo junto a outros três pesquisadores paulistas da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ-USP).

O contato diário com os técnicos do IDESAM em Apuí consolidou uma relação direta de afeto. Foi somente em minha última semana em Apuí, já com um vínculo de confiança e amizade construídos, que eu os entrevistei. Com isso, as entrevistas transcorreram com certo ar de informalidade, o que permitiu aos entrevistados falarem com mais propriedade e profundidade sobre assuntos que dificilmente falariam a mim sem nenhum tipo de vínculo afetivo.

Considero um êxito à investigação o tipo de relação social que se constituiu entre mim e este grupo de profissionais. Sabendo que uma pesquisa não se constrói sozinha, mas sim socialmente a partir daqueles que diretamente ou indiretamente a integram, são incontáveis os momentos em que essa relação amistosa auxiliou em importantes aspectos para a coleta dos dados. Um óbvio e essencial suporte foi a logística. Em um assentamento cuja área equivale a, aproximadamente, seis municípios de São Paulo – a área total do PA Juma é de 670 mil hectares –, os deslocamentos necessários para coletar os dados não poderiam ser a pé. Tampouco poderiam ocorrer em ônibus, dado que não há transporte público mantido pela prefeitura. Sem o deslocamento em carro ou em moto seria impossível ter logrado 45 entrevistas, três observações participantes e três observações sistemáticas.

Ainda sobre as distâncias, muitos quilômetros separam Apuí dos outros municípios amazonenses, bem como separam as próprias famílias parceleiras que o habitam. Sobre esta questão, vale elucidar dois episódios que ilustram a dificuldade em conseguir chegar a todos os atores sociais que foram selecionados para a pesquisa.

Apuí é rasgado pela enigmática BR-230 – popularmente, a Rodovia Transamazônica. Desde o centro da cidade, a leste, fica o distrito do Sucundurí, a poucos quilômetros do estado do Pará. Neste distrito está a ADSSAM, uma das associações mais ativas do município e dirigida por Miguel, uma das principais lideranças políticas e sindicais. Observar a primeira reunião entre os seus associados do ano de 2017 era demasiadamente importante para os objetivos dessa pesquisa. O encontro era no domingo, no distrito do Sucundurí, começando às nove horas da manhã. Assim como este episódio, outras situações também envolveram datas, horários e distâncias difíceis de serem lidadas caso eu dependesse somente de mim mesmo para o meu deslocamento.

Sem a boa vontade deste grupo de extensionistas, certamente o montante de entrevistas e de observações não seria o mesmo.

Em outro aspecto, o deslocamento de Manaus até a Apuí é custoso, tanto em termos financeiros como em termos físicos. Eram cinco horas da manhã quando eu tive que chegar ao porto da “lancha rápida”, sobre as águas do Rio Negro em Manaus. Saindo às seis horas da manhã, a lancha desce por quase duas horas o Rio Amazonas, quando por fim entra no Rio Madeira. Ali, rio acima, são outras onze horas, passando pelos municípios de Nova Olinda do Norte e Borba, bem como por alguns garimpos, até chegar ao município de Novo Aripuanã. Às 17 horas, a lancha desembarca os seus passageiros no píer que recai sobre a junção do Rio Madeira com o Rio Aripuanã. Ali se fixam uma porção de carros com uma outra porção de pessoas que oferecem habitação aos viajantes. Após checar o menor preço, escolho o “Hotel do Tio Zé”. Depois de uma noite de sono serena e fresca, agarro o micro-ônibus da “Jaime Transportes”. Ao perguntar ao motorista que horas chegaríamos em Apuí, me surpreendo em saber que o horário previsto é para as 20 horas: *“Como se somente 290km separam os dois municípios?”*.

Figura 9. Porto de Novo Aripuanã, onde as ofertas de hotéis ressoam a leilões



Fonte: Pedro Frizo, 2017.

O fato é que a AM-174, a rodovia que conecta os dois municípios, é praticamente intransitável no período de chuvas, que se estende na Amazônia desde dezembro até maio. Pontes caídas, alagamentos com os altos níveis dos igarapés e buracos que se assemelham a crateras com o rodar constante dos caminhões boiadeiros, estão entre os fatores que causam tanta demora. Trocar de veículos foi constante ao longo do trajeto: em trechos muito alagados, o veículo parava em uma das margens, descíamos com malas e mochilas, cruzávamos o igarapé alagado de barco e depois voltávamos para o outro veículo que nos esperava na outra margem. Se no princípio da viagem era um micro-ônibus que nos levava, ao final era uma caminhonete e nela atada um barco com um eixo de rodas, onde em cima dele estavam as malas e em cima das malas eu e outras duas pessoas. Andamos assim até encontrar o último alagamento, onde o cruzamos e entramos novamente em um outro micro-ônibus, que por fim nos levou a Apuí. Chegamos às 22hs.

Figura 10. Um dos alagamentos na AM-174.



Fonte: Pedro Frizo, 2017.

Figura 11. Sendo a caminhonete insuficiente para os dezesseis passageiros, engatou-se o barco da foto acima como veículo complementar.



Fonte: Pedro Frizo, 2017.

Outra dificuldade para além das questões logísticas foi a minha saúde. Um número ligeiramente maior de entrevistas poderiam ter sido conduzidas em campo. No entanto, por sete dias eu não tive condições físicas de fazer nenhum tipo de entrevista ou saída para observações e visitação de parceiros. Isto ocorreu devido a duas doenças que me acossaram em alguns momentos da pesquisa de campo em Apuí. Por quatro dias, iniciados logo na primeira noite nessa cidade, fiquei invalidado devido a uma intoxicação alimentar. Por outros três dias, a invalidez se deu devido a uma virose – esta contraída em conjunto com tantos outros moradores da cidade. Febres próximas a 40°, náuseas e cansaço em excesso impossibilitaram qualquer atividade de pesquisa.

Uma vez superadas as dificuldades logísticas e sanitárias, encontrei apoio e cooperação por parte da maioria dos participantes da investigação. Alguns, no entanto, se sentiram incomodados com as perguntas. Este incômodo já era esperado, tendo em vista que a questão ambiental se trata de um ponto sensível e controverso entre os apuienses e na região em geral. Trata-se de uma região localizada na fronteira do desmatamento da Amazônia brasileira, onde a atuação de comando e controle de políticas para a redução do desmatamento é contrastada à existência e ampla dominação de regimes extensivos de

apropriação e exploração dos recursos naturais. Os ataques à sede do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e ao escritório do IBAMA na cidade vizinha de Humaitá, no final de 2017, ilustra a maneira pela qual as questões ambientais eram tratadas como tabu por parte daqueles que eu entrevistei. Além disso, a atuação do IBAMA, cuja caravana sazonal coincidiu justamente com o período em que eu estava ali a realizar as minhas entrevistas, e episódios históricos de conflitos fundiários e ambientais, ampliaram a desconfiança onipresente e palpável que praticamente todos têm ao tocar nesse assunto.

Para além da presença do IBAMA, outro fato gerava constrangimento aos entrevistados. Cerca de um mês e meio antes da minha chegada, Carlos Koch, então presidente do Sindicato Rural do Sul do Amazonas (SINDISUL), foi encontrado morto. Ainda que os relatos oficiais sustentem que a morte se tratou de um suicídio, ambientalistas e parte dos parceiros declaravam contundentemente que o sindicalista havia sido assassinado. Koch era um dos principais entusiastas das ações das ONGs em Apuí, bem como fortemente atuante para a regularização fundiária do assentamento em face à chegada dos fazendeiros na região.

É compreensível, portanto, que com este contexto como pano de fundo, muitos entrevistados se sentissem incomodados quando eu mencionava que um dos temas da minha pesquisa era a “conservação ambiental”. O tema era sensível e merecia cuidado especial, caso contrário eu poderia prejudicar não somente a participação dos entrevistados à pesquisa, mas também o conteúdo relatado por eles.

Neste sentido, a forma de abordagem ao possível entrevistado teve que ser modificada: de “convencer” o entrevistado a participar da entrevista para “atraí-lo” à participação. A apresentação geral do problema de pesquisa ao entrevistado gerava atrito, desconfiança e repulsa – as palavras “engajamento” e “atores” muitas vezes não eram compreendidas, enquanto que a palavra “conservação” não gerava empatia, mas sim suspeita por parte do parceiro calejado com a história de conflitos fundiários e sensibilizado com a presença do IBAMA naquele momento. Com isso, ao longo da pesquisa, a abordagem aos possíveis entrevistados passou a depender de palavras as quais eu tinha observado serem muito mais apelativas naquele contexto: palavras como “desenvolvimento”, “mercado” e “produção” passaram a alicerçar a abordagem – palavras que não deixam de estar dentro do escopo da investigação. Ou seja, não se recriou a abordagem, mas somente a trajou com outras dimensões analíticas.

Da mesma maneira, no que diz respeito às palavras utilizadas nas entrevistas, aquelas empregadas nos primeiros momentos do campo eram incomuns, excêntricas e, não raro, ofensivas ao habitante local – muitas vezes, ainda que não intencionalmente, eram violentas e poderiam soar forçadas aos ouvidos dos entrevistados. Por exemplo: uma das principais perguntas do questionário aos parceiros era “*Que tipo de mudança o(a) senhor(a) vislumbra no longo prazo?*”. A palavra “vislumbrar” e a expressão “longo prazo” demonstraram ser de difícil apreensão por parte dos parceiros, demandando sempre redefinir a pergunta e, com isso, correr o risco dele logo se cansar; este cenário constituía-se o pior dos mundos, pois a fadiga incentivaria uma resposta ampla em demasia e pouco profunda de sua parte. Portanto, ao longo do decorrer da aplicação do roteiro de entrevista, pequenos ajustes de vocábulos e expressões foram feitos para a melhor compreensão e apreensão dos entrevistados.

2.4. Análise dos dados e corpus da análise

Como vimos acima, documentos, entrevistas e as observações sistemáticas e participantes foram as principais técnicas qualitativas de coleta. A análise de cada um dos dados obtidos se deu por meio da análise de conteúdo, mais especificamente da “análise temática” (BARDIN, 2009). O agrupamento do conteúdo coletado em temas permite a combinação de diferentes relatos em grupos comuns de significações e entendimentos acerca da realidade social investigada. A consolidação de temas em comuns configura-se como o momento de “pré-análise”, a fim de identificar as estruturas objetivas que compreendem os principais elementos da realidade social observada de onde a veiculação de enquadramentos, a interação entre os atores e as classificações individuais sobre os demais indivíduos e organizações presentes no campo políticoambiental de Apuí serão construídas. Uma vez consolidados os temas, era essencial apontar aqueles manifestados pela maioria dos entrevistados e que, assim, se apresentavam como elementares ao problema investigado, configurando-se como temas de onde era possível e congruente realizar inferências analíticas. Dessa maneira, foi necessário discriminar, em termos quantitativos, a manifestação e/ou explanação sobre um determinado tema (CAVALCANTE et al., 2014). Realizamos, assim, uma análise quantitativa sobre o volume de frequência pelo qual um determinado tema foi manifestado e/ou explanado por todos os entrevistados, nos documentos analisados, nas observações sistemáticas e participantes.

Utilizando do software de análise qualitativa NVivo, foram consolidadas 25 categorias analíticas – ou, na linguagem do software, “nós” –, a partir dos quais enquadrámos trechos das entrevistas, os documentos e trechos das observações segundo a categoria analítica que lhe era cabível. A construção de temas era realizada a partir dos dados incluídos em cada uma dessas categorias, sendo assim quase todas as categorias analisadas segundo grupos de temas manifestados em comum em cada uma delas. As categorias analíticas referem-se a importantes aspectos e indicadores das dimensões de análise da pesquisa e, portanto, tornam-se crucial para caminhar rumo a uma resposta à pergunta motivadora. Vale mencionar que a criação de cada uma dessas categorias analíticas não se deu previamente às entrevistas. Ao contrário, construiu-se cada categoria a partir dos relatos. Tanto foi assim que algumas categorias estão presentes em quase todos os relatos, demonstrando sua crucialidade para compreender o fenómeno social estudado, ao passo que outras foram assinaladas quase somente por um indivíduo. Cada categoria é descrita no Quadro abaixo.

No âmbito das entrevistas realizadas, é merecida uma rápida apresentação dos principais dados acerca da relação entre os entrevistados e as dimensões de análise. O Quadro abaixo diferencia cada um segundo o seu tempo de assentamento em anos, a sua ocupação profissional – agente público, ativistas e funcionários das ONGs, parceiro, comerciante ou agente financeiro –, bem como se participa ativamente dos projetos e iniciativas das duas ONGs presentes em Apuí. Os cruzamentos entre as categorias analíticas encontradas de uma maneira geral com todas as técnicas qualitativas empregadas se encontram mais adiante. Antes de tudo, vale notar que os nomes dos entrevistados são fictícios, com o intuito de resguardar a privacidade de cada um e obedecer aos termos propostos no termo de consentimento livre e esclarecido.

Quadro 3. Breve relatório sobre os entrevistados

Entrevistado(a)	Ocupação	Tempo de Assentamento (anos)	Participante dos projetos e iniciativas	Não participante dos projetos e iniciativas
Abel	Comerciante	17		X
Abelardo	Parceiro	37	X	
Adão	Parceiro	15		X
Alessandra	ONGs	2		
Airton	ONGs	9		

Alex	Ag. Público	25		X
Camila	Ag. Financeiro	NI		
Celso	Ag. Financeiro	NI		
Cláudio	Ag. Público	8		X
Clóvis	Parceleiro	37	X	
Denis	Parceleiro	6	X	
Edinaldo	Parceleiro	16	X	
Eduardo	Parceleiro	20		X
Edvaldo	Parceleiro	37		X
Eliseu	Comerciante	34	X	
Felipe	Comerciante/Ag. Público	9		X
Flávio	Parceleiro	20	X	
Germano	ONGs	10		
Gerson	ONGs	25		
Glauber	Parceleiro	9	X	
Guilherme	Parceleiro	12	X	
Helder	Ag. Público	25		X
Ignácio	Parceleiro	NI	X	
Ítalo	Parceleiro	10		X
Jader	Parceleiro	13	X	
Jarbas	Parceleiro	20		X
Jean	ONGs	2		
Jonas	Parceleiro	8		X
Laércio	Comerciante	13	X	
Laura	ONGs	3		
Lineu	Parceleiro	30	X	
Lourival	Comerciante	17		X
Luciano	Comerciante	18		X
Lúcio	Ag. Público	19		X
Maicon	ONGs	5		
Mário	ONGs	12		
Marta	ONGs	3		
Moacir	Parceleiro	9	X	
Maurício	ONGs	22		
Miguel	Parceleiro	34	X	
Murilo	Parceleiro	11	X	
Pascoal	Comerciante	NI		X
Plínio	Parceleiro	37	X	
Renato	ONGs	5		
Rubens	Parceleiro	37	X	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017). Legenda: NI – Não Informado

Quadro 4. Resumo das categorias analíticas

Categoria analítica	Descrição	Sigla
Agrofloresta	Considerações dos atores sobre o sistema agroflorestal e silvipastoril	AGR
Aspirações econômicas, sociais e políticas	Aspirações onde são refletidos os interesses, inclusive por atividades alternativas. Aqui são incutidas também as projeções sobre como será o futuro	ASP
Assistência técnica	Considerações sobre a assistência técnica em Apuí, seja do IDAM ou das ONGs	AST
Comercialização agrícola	Relatos sobre as dinâmicas de comercialização de produtos agrícolas, isto é, não animais.	CA
Comercialização pecuária	Dinâmicas da comercialização de gado de corte e leiteiro	CP
Comparações	Comparações, de qualquer natureza, ao lugar de origem do entrevistado ou a outros lugares	COM
Concepções sobre desenvolvimento	Ideias sobre o que é o desenvolvimento	CDES
Concepções sobre sustentabilidade	Ideias sobre o que é a sustentabilidade ambiental	CSUS
Crédito rural	Considerações sobre a disponibilidade de crédito rural em Apuí.	CRED
Criação do assentamento	Histórias dos antigos, referentes às estruturas iniciais do município,	CASS
Demonstrações de poder	Manifestações de poder, de inflexibilidade, de supressão de interesses, de opiniões. Tentativas de impor um modo de vida, uma visão, uma compreensão sobre a realidade.	DPO
Engajamento	Aspectos de solidariedade, cooperação ou engajamento social entre indivíduos posicionados diferentemente	ENG
Êxodo rural	Dinâmicas que impulsionam o êxodo de famílias da zona rural de Apuí.	EXD
IBAMA	Considerações sobre a atuação do IBAMA e de outros órgãos de comando e controle	IBAMA
Identidade Social	Considerações dos entrevistados sobre sua identidade social, alteridade e concepções de estilo de vida	IS

Justificativas para o desmatamento	Justificativas, seja conjuntural ou ideológica, sobre o desmatamento e como este é supostamente 'necessário', seja para a sobrevivência ou para um outro motivo.	JDES
Logística	Relatos referentes aos deslocamentos, qualidade das estradas, tempo para deslocamento e escoamento de produtos.	LOG
Política	Ideias e considerações sobre a situação política municipal e estadual	POL
Produtividade	Dinâmicas produtivas e agronômicas do cultivo ou criação bovina no solo amazônico.	PRO
Questões fundiárias	Considerações sobre a posse de documentos da terra, lutas por terra, reforma agrária	QFUN
Solidão e abandono	Demonstrações de solidão, abandono e não representatividade na esfera pública	SOL
Trabalho rural	Considerações sobre o trabalho familiar na roça	TR

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017).

Tabela 1. Categorias analíticas presente em cada entrevista

Entrevistado(a)	Categoria	Categoria analítica																					
		AGR	ASP	AST	CA	CP	COM	CD ES	CSU S	CRED	CASS	DPO	ENG	EXD	IBAMA	IS	JDES	LOG	POL	PRO	QFUN	SOL	TR
Abel	Comerciante		X	X	X	X	X	X	X	X		X		X		X	X			X	X	X	X
Abelardo	Parceleiro	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X		
Adão	Parceleiro		X	X	X	X	X	X	X	X				X		X		X	X	X	X	X	
Alessandra	ONGs	X	X	X	X	X		X	X	X		X	X				X	X		X	X	X	
Airton	ONGs		X	X			X	X	X	X		X	X							X	X		X
Alex	Governo	X	X	X	X	X		X	X	X		X	X	X	X	X			X		X		
Camila	Ag. Finan.		X				X	X	X			X	X								X	X	
Celso	Ag. Finan.		X				X	X	X			X				X			X				
Cláudio	Governo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			X		X			
Clóvis	Parceleiro	X	X	X		X		X	X		X	X	X	X	X		X			X	X	X	
Denis	Parceleiro		X	X		X	X	X	X	X				X		X		X		X		X	
Edinaldo	Parceleiro	X	X	X	X		X	X	X	X				X	X	X		X	X	X	X	X	
Eduardo	Parceleiro		X	X		X	X	X	X	X	X			X		X		X	X	X	X	X	
Edvaldo	Parceleiro		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X		X
Eliseu	Comerciante		X	X	X			X		X	X	X	X	X				X		X	X		
Felipe	Comerciante/ Governo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
Flávio	Parceleiro	X	X	X	X		X	X	X	X	X			X							X	X	X
Germano	ONGs	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X			X				X		X	
Gerson	ONGs	X	X	X	X			X	X	X		X	X	X		X	X		X	X	X		
Glauber	Parceleiro		X	X	X	X	X	X	X	X		X	X						X	X			X
Guilherme	Parceleiro	X	X	X	X		X	X	X	X		X	X	X		X	X	X	X	X	X		
Helder	Governo	X	X	X				X	X	X	X	X		X	X		X			X	X	X	

Ignácio	Parceleiro	X		X		X		X	X	X				X		X					X	
Ítalo	Parceleiro		X					X	X			X		X		X	X				X	X
Jader	Parceleiro	X	X	X		X	X	X	X	X		X				X			X	X	X	X
Jarbas	Parceleiro			X		X	X	X	X	X			X	X		X		X				X
Jean	ONGs	X	X	X	X			X	X			X	X			X			X			
Jonas	Parceleiro	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X		X	X	X	X
Laércio	Comerciante		X		X	X	X	X	X	X		X	X	X		X	X			X		
Laura	ONGs		X	X				X	X		X		X			X					X	
Lineu	Parceleiro		X					X		X	X			X	X	X				X	X	X
Lourival	Comerciante		X	X	X			X	X		X			X			X	X	X	X	X	
Luciano	Comerciante		X	X	X			X	X		X			X			X	X	X	X	X	
Lúcio	Governo	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X
Maicon	ONGs		X	X				X	X			X	X			X			X			
Mário	ONGs		X	X			X	X	X				X	X		X				X		
Marta	ONGs	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X		X		X	X		X	X	X
Moacir	Parceleiro		X	X	X				X				X	X	X	X	X			X	X	X
Maurício	ONGs	X	X	X		X		X	X			X	X			X	X		X			
Miguel	Parceleiro		X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Murilo	Parceleiro	X	X	X	X		X	X	X	X			X	X	X	X			X	X	X	X
Pascoal	Comerciante		X	X		X		X	X			X				X	X	X	X			
Plínio	Parceleiro	X	X	X		X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Renato	ONGs	X	X			X	X	X	X		X							X	X			X
Rubens	Parceleiro		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X		X		X	X	X

Fonte: elaborado pelo autor a partir com dados da pesquisa de campo (2017).

Seguimos para uma breve análise do corpus dos dados quantitativos. A primeira das fontes foram os “Dados de Assistência Técnica e Extensão Rural”, de 2014, consolidados pelo IDESAM dentro do *Projeto de ATES*. Os dados referem-se aos principais indicadores familiares dos parceiros atendidos por essa organização em parceria com o INCRA, em um projeto de cooperação técnica e assistência produtiva. Acima de tudo, esta fonte permitiu comparar alguns indicadores importantes, tais como trabalho fora do lote, renda anual e número de famílias que contraíram crédito. A inexistência de um Censo Agropecuário mais recente dificultava a tentativa da comparação. A possibilidade de constatar a transformação destes indicadores confere maior segurança a induções sobre os processos transcorridos em Apuí.

Os dados demográficos que permitiram compreender os processos de êxodo rural também foram extraídos do IBGE, mas a partir de uma comparação entre os Censos Demográficos de 2000 e de 2010. Por fim, para uma compreensão primária sobre a atuação do Estado com relação aos regimes de apropriação e exploração dos recursos naturais em Apuí, coletou-se os principais dados do “Relatório de Atividades de 2016” e do “Plano de Atividades de 2016” do IDAM. O Quadro abaixo resume cada fonte de dado, os principais indicadores coletados e a utilidade de cada fonte.

Quadro 5. Corpus de análise dos dados quantitativos

Fonte de dados	Ano	Origem	Principais indicadores coletados	Descrição da utilidade da fonte
“Dados de Assistência Técnica e Extensão Rural”	2014	ONGs	Renda bruta anual, tempo de assentamento, tipos de associação civil, número de famílias que trabalham fora do lote, área desmatada, forma de comercialização	Permite comparar alguns resultados do Censo Agropecuário de 2006; permite caracterizar o fluxo de ganhos do campo econômico da agropecuária; definir os limites mínimos para a subsistência
“Relatório de atividades”	2016	IDAM	Políticas de fomento, montante projetado e montante realizado e financiamento por categoria de produtor rural	Permite analisar a atuação do Estado dentro do campo políticoambiental de Apuí, bem como ele atua na reprodução e manutenção da ordem estabelecida

Censo Agropecuário	2006	IBGE	Renda bruta anual, tempo de assentamento, tipos de associação civil, número de famílias que trabalham fora do lote, área desmatada, forma de comercialização	Permite caracterizar o fluxo de ganhos do campo econômico; definir os limites mínimos para a subsistência
Censo Demográfico	2000 / 2010	IBGE	Taxa de crescimento populacional rural, urbana e total, por município e microrregião; taxa e volume de migração	Permite compreender as dinâmicas do êxodo rural, cabendo uma análise conjunta com a evolução dos indicadores sociais e econômicos encontrados em outras fontes e como eles interferem no fluxo populacional

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Entendemos o esforço de constituição do corpus da análise qualitativa e quantitativa como um ato de triangulação metodológica (GÜNTHER, 2006): a adoção de procedimentos metodológicos distintos para a construção de uma ampla base dados, a qual permite o conhecimento do objeto de estudo em várias frentes. A combinação de dados qualitativos com dados quantitativos permite, ao nosso ver, lançar um olhar amplo não somente às interações de fato entre os mediadores sociais das ONGs e os atores engajados, mas sim também do ambiente institucional que os circunda, de sua formação histórica e da tentativa de reinstitucionaliza-lo. Longe de métodos de coleta contraditórios e dicotômicos, acreditamos na complementação dos dados obtidos com cada um para a construção de uma análise sistêmica sobre as dinâmicas de engajamento do campo políticoambiental e das dinâmicas externas a este espaço, mas que o influenciam de igual maneira.

PARTE II

**A FORMAÇÃO INSTITUCIONAL DA “FRONTEIRA”
AMAZÔNICA**

CAPÍTULO 3. UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A ABERTURA DA “FRONTEIRA” AMAZÔNICA

Eliseu foi parar em Apuí em 1983 graças a um informativo do INCRA sobre uma “*terra sem homens para homens sem terra*” (ELISEU, entrevista), onde aclamava-se uma região desprovida de malárias, de relevo plano e de fartas terras “vazias” esperando o trato humano. Uma reunião com agentes do INCRA em sua cidade de origem, Francisco Beltrão-PR, fez do sonho um projeto ainda mais jubiloso para si e para uma porção de integrantes do *Movimento dos Filhos dos Agricultores Sem Terra* que ali estavam. Após despedir-se de seus pais e de seus outros sete irmãos, Eliseu passou a mão em suas poucas coisas e com a esposa Aurélia rumou de ônibus a Apuí, onde eles residiram por sessenta dias em uma tenda de saco plástico no meio da floresta amazônica.

O relato acima não se trata de um caso particular. Ao contrário, a história de Eliseu está recheada com denominadores comuns às histórias dos outros 23 parceiros entrevistados e de suas respectivas chegadas ao município de Apuí. São alguns destes denominadores comuns: as extensas famílias na região de origem; a ausência de terras fartas e produtivas de fácil acesso; o trabalho assalariado no campo, geralmente para fazendeiros; a migração como estratégia de ascensão social; a vinda a Apuí como a tentativa de lograr a posse definitiva de um pedaço de terra; o abandono nos primeiros anos do assentamento; a ausência de títulos definitivos das terras; as dificuldades gerais para lograr a subsistência material após o acesso à terra.

Combinados, estes fatores concedem um significado específico à criação de Apuí e, especificamente, do PA Juma em 1982. Seja pelo conjunto de indivíduos que protagonizaram a migração inicial e suas trajetórias sociais de luta pela terra, seja por ser um espaço geográfico concebido e promovido pelo Estado brasileiro desenvolvimentista e militar, o PA Juma é um local permeado por significações idiossincráticas, irreduzíveis às dinâmicas de outros espaços sociais, urbanos ou rurais. Não nos vale apropriar de conceitos e arcabouços teóricos sem antes problematizá-los em face do social e cultural deste lugar. Longe de “aplicarmos” mecanicamente as teorias e epistemes, estas devem dialogar com a realidade sociocultural que envolveu Apuí ao longo da sua história.

Com efeito, nosso tema de investigação – as dinâmicas coletivas da formação de uma coalizão ambientalista para a promoção de regimes “sustentáveis” de apropriação e

exploração dos recursos naturais – deve ter as suas principais dimensões situadas em contexto e em perspectiva, sempre acompanhadas do diálogo histórico. Por exemplo: em que medida as lógicas de apropriação e exploração dos recursos naturais em Apuí obedeceram a um conjunto maior de significações referentes ao espaço amazônico, sejam as significações feitas pelo Estado ou pelos migrantes? Este exercício é análogo ao ato de construir uma casa a partir de uma parede: uma vez erguida, os demais contornos poderão rumar para quaisquer pontos do terreno, desde que voltem ao final da construção à parede erguida para que a casa se feche.

Construiremos, então, a nossa dissertação a partir da formação agropecuária de Apuí como um processo histórico de consolidação de um “território híbrido”, isto é, de uma “fronteira em transição” (VELHO, 1973). Esta é nossa primeira parede. Como veremos ao longo de toda a primeira parte, os documentos históricos e os relatos coletados nas entrevistas de campo nos induzem a tratar a formação agropecuária como um processo histórico permeado por significados socioculturais que direcionam à “hibridização” do território: um local simultaneamente “selvagem” e “vocacionado à agricultura em larga escala”.

A “invenção” (ESCOBAR, 1995) de Apuí como território em transição, de um estado de “fronteira da civilização” para um estado de “fronteira agrícola e de oportunidades socioeconômicas”, se consolida como um significado que orienta o conjunto de políticas públicas, que calca as expectativas dos parceiros quanto às iniciativas governamentais de assistência técnica e que sustenta, como um todo, as suas motivações quanto a sua ocupação produtiva e quanto ao destino do projeto de assentamento⁶. Entenderemos o regime “extensivo” de apropriação e exploração dos recursos naturais como algo forjado no seio desta significação híbrida – e, futuramente, a tentativa das ONGs de promover um novo regime, “sustentável”, como ato desafiante a este constructo sociocultural e que, de fato, principia a luta pela institucionalização de novos modos de apropriação e exploração de recursos naturais.

⁶ Vale mencionar que, seguindo a perspectiva relacional enquanto abordagem sociológica, a hibridização não se faz uma categoria tomada previamente por parte do pesquisador. Ao contrário, representa um constructo sociocultural que emergiu do campo de pesquisa e dos entrevistados, sendo assim um resultado de pesquisa e uma dimensão de análise crucial para contextualizarmos o nosso problema de investigação.

3.1. Modelos de ocupação do território amazônico

Analisar a formação agropecuária de Apuí envolve compreender o papel do Estado brasileiro em meio a todo o processo de transformações da agricultura desde, pelo menos, a década de 1960, quando se intensifica o projeto de modernização (GRAZIANO DA SILVA, 2000). Neste caso, o INCRA apresenta-se como o principal organismo estatal, uma vez que foi quem concebeu os projetos de assentamento e regulou os processos de migração e colonização. A ocupação de Apuí deve ser vista como um dentre tantos outros projetos de ocupação planejada na Amazônia brasileira pelo governo durante o regime militar entre 1964 e 1985. É neste período que iremos concentrar as análises referentes às iniciativas estatais para a ocupação e colonização amazônica.

De acordo com Ianni (1979), a colonização da Amazônia pode ser dividida em dois tipos, os quais diferem entre si segundo o modo de atuação do Estado. De um lado, estiveram as ocupações advindas da colonização “espontânea”, as quais envolveram antigos meeiros, parceiros, famílias sem-terra e pequenos agricultores das regiões mais populosas do país, principalmente da região Nordeste. A presença de rodovias recém-inauguradas, como a Belém-Brasília e a Brasília-Acre incentivou o estabelecimento de pequenas propriedades rurais em regiões do estado do Acre, de Rondônia e do Pará. Para Ianni (1979), a colonização espontânea da Amazônia foi uma espécie de reforma agrária não planejada, tendo em vista que a escassez de terras no Nordeste brasileiro, devido principalmente à alta concentração fundiária, motivava a busca por “áreas virgens” e “não ocupadas”⁷.

De outro lado, esteve o período de colonização “dirigida” ou “planejada”. Esta se deu principalmente a partir da promulgação do Estatuto da Terra e a institucionalização do INCRA, em 1966, e foi facilitada pela construção da emblemática BR-230 – a Rodovia Transamazônica –, iniciada em 1970. Estas instruções normativas e o gradativo aparelhamento estatal com vistas à execução dos planos de colonização e de reforma agrária deram início a um processo de ocupação sistêmico e extensivo da Amazônia

⁷ Referências à Amazônia brasileira como terra “virgem” ou “não ocupada” deverão ser postas sempre entre aspas, uma vez que se tratam de adjetivos construídos pelos atores envolvidos no processo de colonização da Amazônia e de significações destes grupos sobre este processo. Sabe-se que eram espaços “vazios”, uma vez que a presença de populações indígenas é um fato historicamente consolidado na região.

brasileira. É neste âmbito que se encontra o caso de Apuí e, mais especificamente, do PA Juma, criado em 1982 como o maior assentamento do Brasil e da América Latina.

Com a consolidação da Transamazônica, foi aberto um amplo território para o povoamento, principalmente com a normativa referente às regras de ocupação em suas adjacências. Como traçou Almeida (1992), uma área de 100 km para ambos os lados da rodovia fora traçada pelo INCRA como áreas prioritárias para receber assentados das mais diferentes regiões do país. Neste sentido, a construção de rodovias apresentava-se como projeto não somente de integração entre diferentes regiões, mas também como impulsionador de projetos de povoamento. Na verdade, a ocupação e o consequente desmatamento e degradação ambiental que acompanhou este processo se deu principalmente através da construção de estradas, onde a derrubada de florestas acompanhou o desenho das rodovias em forma de “espinhas de peixe”.

A partir de meados da década de 1970 e, principalmente, na década seguinte, ampliaram-se os projetos de colonização privada (ALMEIDA, 1992). Liderado por empresas de colonização das regiões sudeste, sul e nordeste do país, este modelo de ocupação esteve atrelado a um movimento de “privatização” da política de colonização até então liderada exclusivamente pelo INCRA. Neste sentido, Ianni (1979) demonstra que parte das empresas de colonização existentes esteve atrelada a grandes conglomerados empresariais das regiões mais povoadas e ricas da união. A colonização privada foi um intento de mitigar os conflitos fundiários nestas regiões e, dessa forma, reproduzir as desigualdades referentes à distribuição de terra. Soma-se a isso, como demonstra o autor, a série de conflitos fundiários na própria Amazônia, onde posseiros – situados na região desde a colonização espontânea, em meados da década de 1950 e 1960 – entraram em choque com as famílias advindas dos projetos privados, bem como em choque com os fazendeiros.

3.2. A colonização da Amazônia na perspectiva estatal

A partir de diferentes moldes de ocupação, a Amazônia se consolidou como um espaço a ser usufruído pelo migrante, pelas empresas privadas de colonização e pelo próprio Estado. Neste momento específico do texto, queremos discutir quais eram os interesses do Estado neste processo. Para tanto, buscamos documentos referentes ao

período do regime militar, o qual coincide com a criação do PA Juma em Apuí. Encontramos na Biblioteca Nacional do Exército dois importantes documentos que ajudam a traçar os interesses estatais que motivaram a abertura de fronteira. O primeiro é o livro “*A Amazônia e Nós*”, de autoria de Marseno Alvim Martins, de 1971. O segundo é o livro “*Problemática da Amazônia*”, com múltiplos artigos e autores, incluindo oficiais do exército, líderes religiosos, escritores e acadêmicos⁸, também datado de 1971.

Introdutoriamente, chama atenção o modo como ambos ressaltam as condições “selvagens” da região amazônica, bem como o intento de retratá-la como “vazia” ou formada por populações que vivem sob modos “atrasados” de vida em sociedade. É nesta direção que reside o ato de “inventar” a Amazônia como território a ser ocupado e como faixa de transição entre o “selvagem” e o “moderno” ou “civilizado” (ESCOBAR, 1995). No caso do primeiro livro, a distinção entre “nós” e a “Amazônia” já no título é ilustrativa da criação e consolidação da região amazônica como “externa” ao mundo “civilizado”, não pertencente à realidade social das demais regiões do Brasil. É esta contradição entre o modo de vida social amazônico e o modo de vida “civilizado”, e o constante processo de reiterar estas contradições, que nortearam a produção do livro e de significados sobre a ocupação.

Para trazer à tona a virtuosidade da ocupação amazônica, ambos os livros também concedem grande foco às antigas expedições de exploração sobre a região, como, por exemplo, aquela conduzida por Antônio Raposo Tavares. Ademais, recorrem ao recurso da “autoridade da citação”, veiculando frases ou declarações de importantes intelectuais brasileiros, tais como Gilberto Freyre e Joaquim Nabuco, sobre a Amazônia, a sua densidade demográfica relativamente reduzida e a necessidade de ocupá-la. Segue-se a isso uma intensa discussão sobre a abundância dos recursos naturais amazônicos, a grandiosidade de seus números e as potencialidades econômicas de suas terras.

Estes constructos representacionais reiteram o caráter “selvagem”, consolidando o substrato simbólico de onde será significada a necessidade de ocupação deste “vazio” e apropriação dos recursos aí presentes. Perante as múltiplas apropriações simbólicas, culturais e materiais que podem ser construídas sobre um território (ASCELARD, 2004;

⁸ A multiplicidade de autores neste livro demonstra, acima de tudo, a significância da ocupação da Amazônia para diferentes categorias de profissionais, não se restringindo somente aos membros do Estado ou àqueles que buscavam a própria terra.

FLEURY, 2008), ambos os livros trazem uma porção de dados que orientam uma construção imaginária da Amazônia como território em transição, de um estado de natureza intocada para um estado de trabalho orientado a exploração de seus recursos naturais, de suas potencialidades agropecuárias e de sua integração nacional.

Quadro 6. Apropriações simbólicas e construção de significados sobre o território amazônico por parte do Estado militar

<i>"Problemática da Amazônia"</i>		<i>"A Amazônia e Nós"</i>	
Significação sobre o território	Dado/excerto correspondente	Significação sobre o território	Dado/excerto correspondente
Carência de infraestrutura	Potencial elétrico por habitante de 29 Kw-hora, enquanto a média brasileira era de 290 Kw-hora (p.104)	Abertura de fronteiras agrícolas	<i>"Sua abertura [da Transamazônica] propiciará o surgimento de numerosos núcleos agrícolas ao longo da rodovia que, mais tarde, se tornarão verdadeiras cidades. Este, parece-nos, é o sentido que o governo quer dar ao arrojado projeto. Dessa forma, numerosas famílias do Nordeste, residentes em áreas não produtivas e intensamente assoladas pelas secas, poderiam emigrar para aquela região e, orientadas pelo governo através dos Ministérios, tentar uma nova vida mais produtiva e feliz" (p. 63)</i>
Carência de infraestrutura	Somente 0,4 telefones urbano para cada 100 habitantes, enquanto a média nacional é de 1,5 a cada 100 (p.104)	Fronteira ao avanço da modernidade	<i>"O que a Ciência reserva nessas próximas décadas é algo inacreditável para o nosso conhecimento de hoje. Sendo a Amazônia uma região praticamente virgem e de uma potencialidade econômica fantástica, fatalmente se constitui num laboratório natural a todo avanço e conquista científica" (p. 54)</i>

Carência de infraestrutura	<p>"A Amazônia é extremamente mal servida em transportes. A circulação no interior da bacia encontra grandes obstáculos, só sendo navegável o ano todo por embarcações de calado regular o Rio Madeira. (...) A falta de rodovias estreitou os vínculos com o mercado externo e concorre para a rarefação demográfica e permanência de grandes vazios demográficos. Urge, portanto, a construção de rodovias, para que haja integração e defesa da soberania nacional" (p. 206-207)</p>	Misterioso e enigmático	<p>"A Amazônia ainda é, praticamente, virgem. Se, face as suas dimensões geográficas, é um gigante desconhecido, por motivos óbvios, faz-se mister conhece-lo. Assim encarada, valeria aqui plagiar a mitologia grega, comparando-a com a Esfinge de Tebas: "OU A DECIFRAMOS OU ELA NOS DEVORA!" (p. 65)</p>
Déficit de capital	<p>Investimentos públicos no Triênio 68-70 foram de Cr\$ 73,00 por km² na Amazônia, enquanto para o restante do Brasil esses investimentos foram, em média, de Cr\$ 1.039, 00 por km² (p. 135)</p>	Plausível de ocupação estrangeira	<p>Compara-se a Amazônia com outras regiões "vazias", em termo demográficos, tais como o Saara, o Alasca e o interior australiano. As inóspitas condições destas localidades posicionam a Amazônia como único espaço "vazio" receptível à vida humana e, por isso, cobiçado futuramente por populações estrangeiras, mediante o crescimento populacional mundial</p>
Economia com baixo valor agregado	<p>Castanha, pele de animais, sôrva, ucuquirana e balata representaram mais de 60% das exportações amazônicas, em 1967 (p.48)</p>	Vazio demográfico e atraso social	<p>"Socialmente, [a Amazônia] é uma calamidade demográfica, face à baixíssima população que lá vive, quer quantitativa, quer qualitativamente" (p. 15)</p>
Populações locais atrasadas, dever civilizatório	<p>"O homem ainda não sabe viver na Amazônia e isto pode ser evidenciado em todos os aspectos da vida cultural da sociedade local. A inadequação dos hábitos está presente na alimentação, no vestuário, na arquitetura, nas formas de diversão, no horário de trabalho, nos currículos escolares etc." (p. 111).</p>	-	-
Potencialidades envolvendo a exploração de recursos naturais	<p>"Um segundo problema, certamente, será a criação de técnica adequadas a transformar esses recursos em riquezas efetivas. Tudo está por descobrir ou fazer</p>	-	-

Potencialidades envolvendo a exploração de recursos naturais	<p><i>na Amazônia. Não completamos o seu mapeamento geológico; não dispomos de seu inventário florestal; não sabemos de sua variação climática; ignoramos o regime de seus rios; desconhecemos o potencial de sua fauna; não sabemos como aproveitar suas terras, racionalmente, para uma agricultura moderna de alto rendimento" (p. 107)</i></p> <p><i>"Existem, entre outras jazidas conhecidas, as seguintes: manganês no vale do Aripuanã; ferro no vale do Jatapu; ocorrência de linhito no trecho situado entre o Javari e o Jutai, fora as possibilidades petrolíferas, já assinaladas em Nova Olinda do Norte e em Cruzeiro do Sul. Portanto, as reservas de matérias-primas da Região Norte são grandes, ainda não aproveitadas na sua grande maioria, constituindo potencial valioso para a indústria brasileira" (p. 202)</i></p> <p>Cerca de 3.800.000 km² em florestas, com 10 mil espécies de fauna e flora diferentes, cuja parte desconhecida pode representar 30% deste montante. Abundância de rios permitiria escoar a produção florestal a um custo de Cr\$ 4,00 ton/km, significativamente menor do que o custo rodoviário de Cr\$ 45,00/km (p. 223-227)</p>	-	-
Potencialidades envolvendo a exploração de recursos naturais	<p><i>"Parece mesmo um paradoxo que, sendo a bacia do Amazonas a que proporciona a mais vasta rede de navegação, é também a que possui o maior potencial hidrelétrico do País, com 7.458.000 cavalos-vapor" (p.88)</i></p>	-	-
Potencialidades hidrelétricas		-	-

Vazio demográfico	A região representa mais de 60% do território brasileiro e possui "apenas" 4% da população nacional (p. 103)	-	-
Vazio demográfico	Rarefação populacional, uma vez que os povoados acompanham somente o traçado dos rios (p. 103)	-	-
Vazio demográfico	Distribuição populacional "desigual", que varia de 50hab/km ² até 0,002hab/km ² (p. 130)	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos livros “Problemática da Amazônia” (1971) e “A Amazônia e Nós” (1971).

A partir destes dados, podemos discutir a visão do Estado referente a sua atuação na Amazônia como uma intervenção “civilizatória”. É extremamente presente ao longo das duas obras a noção de que esta região é permeada por inúmeros “problemas” e “distúrbios”, principalmente pelo seu caráter “desértico”. Esta missão civilizatória é resumida em um termo crucial para entender não somente as duas obras selecionadas, mas a intervenção estatal na região como um todo: o “desenvolvimento”. Em ambos os livros, este conceito é traçado como uma ideia modernizante, a qual ampara-se em uma série de projetos de ocupação, de expansão das atividades econômicas agrícolas e industriais, de vigilância sobre as fronteiras, de aproveitamento do “potencial hídrico”, de conversão da floresta em terras produtivas à atividade agropecuária e de integração nacional através da construção de estradas.

Um dos artigos do livro “*Problemática da Amazônia*” foi escrito pelo coronel João Walter de Andrade, então governador do estado do Amazonas. Nele, o autor discorre sobre uma série de “*obstáculos sérios ao desenvolvimento*” da Amazônia, os quais deveriam ser suplantados pelos órgãos recém estabelecidos. São estes “obstáculos”, segundo o autor:

- (i) a extensão física e a rarefação demográfica que concentra em 59,2% da área total do Brasil apenas 3,7% de sua população; (ii) o desconhecimento do potencial efetivo de recursos naturais; (iii) a escassez de recursos humanos para ocupação das **fronteiras econômicas e geográficas**; (iv) a debilidade do abastecimento de produtos agropecuários; (v) a ausência da **mentalidade** agropecuária

em toda a região; (vi) a predominância da indústria do semi-artesanato, com raros enclaves de grande porte; (vii) a insuficiência de **espírito empresarial**, na área privada; e (viii) a falta de coordenação na atuação dos Órgãos Públicos locais (ANDRADE, 1971, p. 151; nosso grifo).

Dentre todos os projetos civilizatórios, o projeto de integração nacional foi, sem dúvida, aquele que lastreou a atuação governamental na ocupação e colonização da Amazônia. A ideia de “*integrar para não entregar*” apresentou-se como o grande tecido conjuntivo das iniciativas estatais na região, sustentando não somente uma explicação satisfatória para a ocupação de uma região significada como vazia, mas também se atrelava consonantemente ao discurso nacional-desenvolvimentista do regime militar. Para consolidar a ideia de “vazio demográfico”, ambos os livros esmiúçam dados geográficos, físicos e demográficos. Igualmente, na literatura também encontramos evidências de discursos e práticas estatais que visam significar a Amazônia como território vazio, apto para se integrar ao plano nacional de “desenvolvimento”. Apresentada por Alvim Martins (1971), a fala proferida por Castello Branco no evento de inauguração da “Operação Amazônica”, realizado em 1966, ilustra estes sentidos:

Governo e homens de empresa do Brasil, reunidos na Amazônia sob a inspiração de Deus e norteados pelo firme propósito de preservar a unidade nacional como patrimônio que receberam indiviso, conscientes da necessidade de promover o crescimento econômico acelerado da região, como processo indispensável para atingir esse objetivo e a valorização do homem que a habita: considerando que a Amazônia, com seus cinco milhões de quilômetros quadrados, correspondentes a cerca de sessenta por cento do território brasileiro, está a exigir a criação de condições para o povoamento (...) Declaram que sua aceitação maior ao desafio lançado em resposta da sua esperança, para que a Amazônia contribua através de sua perfeita e adequada incorporação à sociedade brasileira e sob a sua soberania inalienável para a solução dos grandes problemas da humanidade. (MARSINO, 1971, p. 48).

A Operação Amazônica institucionalizou benefícios fiscais: qualquer pessoa jurídica que estivesse disposta a investir em iniciativas na região alinhadas às demandas do Estado poderia deduzir em até 50% do seu imposto de renda o valor a ser investido. Neste sentido, a capitalização das iniciativas corporativas na Amazônia brasileira se deu a partir da subvenção estatal, estendendo o protagonismo que o Estado exercia naquele período em outros projetos situados em todo Brasil – protagonismo este que seria típico de um movimento denominado por muitos como um período “desenvolvimentista”

(FONSECA, 2004), onde nacionalismo, crescimento econômico e Estado consolidavam um tripé de sustentação à política econômica brasileira.

Na região norte, a integração previu a construção de obras de infraestrutura, de parques industriais e de assentamentos para a expansão agrícola – ou, conforme afirma Ianni (1979), a expansão do capitalismo e de suas práticas atreladas. A rigor, antes mesmo do governo militar, a consolidação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, foi o primeiro passo dado pelo Estado para a promoção de grandes empreendimentos na região. No entanto, foi efetivamente com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), estabelecida em 1966, que a intervenção estatal efetivamente passou a ocorrer de maneira geral e sistemática. Um ano depois, o Decreto nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, deu início à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

A expansão do capitalismo também pressupunha, para além de práticas produtivas alinhadas à grande produção e ao uso intensivo de bens de capital em atividades industriais, uma espécie de “revolução cultural”, a qual envolvia a significação da Amazônia como território integrante de uma “nação em desenvolvimento”. Esta revolução consolidaria um “espírito capitalista e empreendedor na região”, superando os modos “atrasados” de vida das populações originárias e posseiros.

A transição para a sociedade moderna, por sua vez, era impulsionada pelos grandes empreendimentos concebidos e implementados pelo Estado. Ao longo dos capítulos dos dois livros selecionados, são ressaltados constantemente os empreendimentos que, executados ou não, refletem o tom da intervenção governamental. Dentre eles estão as hidrelétricas de Coaracy Nunes, do Rio Casca, das bacias do Xingu, do Tocantins, do Araguaia e do Madeira; as termelétricas de Belém e Manaus; e o grande lago Amazônico⁹. Por sua vez, em termos de rodovias, destacam-se os investimentos na construção da BR-364, de Cuiabá a Porto Velho, da BR-319, de Manaus a Porto Velho, da BR-230, de João Pessoa à Lábrea, no Amazonas, da BR-174, conectando Manaus a Boa Vista, da BR-165, de Cuiabá a Santarém, da rodovia Belém-Brasília, da BR-316, de Teresina a Belém, e da BR-220, de Picos a Carolina.

⁹ Este último talvez seja o mais emblemático, e previa conectar as bacias do Orinoco, do Amazonas e do Paraguai em uma só barragem, com o intuito de geração de energia elétrica e de uso econômico de terras “impróprias” para o cultivo agrícola em larga escala.

Em meio a todas estas obras, que definiram o mapa do processo de transição, esteve também a conversão do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), estabelecido, nas palavras do autor do livro “*A Amazônia e Nós*”, como órgão responsável para “*assistir, civilizar e integrar o nosso silvícola*”. A ideia de “civilizar” as populações originárias, acima de tudo, reitera o caráter da atuação governamental como uma atuação compromissada a suplantiar os modos de vida em sociedade dessas populações e dos posseiros, vistos como modos “atrasados” e representativos do “subdesenvolvimento”.

Outro importante componente do projeto de transição foi a Zona Franca de Manaus. Em um capítulo do livro “*Problemática da Amazônia*”, elaborado pelo Presidente da SUDAM, Ronaldo Franco de Sá Bonfim, são reforçados alguns pontos-chaves que explicavam a criação de um parque industrial na capital amazonense, onde as empresas instaladas gozariam de uma série de incentivos e benefícios fiscais. Segundo o autor, a “*dependência regional nas atividades primárias*” tornava urgentes atividades econômicas alternativas a fim de evitar extrema dependência por uma atividade com reduzido valor agregado (a agropecuária). O mesmo ainda ressalta o significativo volume de importações de bens de consumo, o que tenderia a gerar, no longo prazo, crescentes déficits comerciais, tendo em vista que se exportavam produtos de menor valor e se importavam produtos com maior valor agregado. Com estes argumentos em vista, o autor discorre sobre a necessidade de conduzir um projeto de “substituição de importações” tal qual foi desenvolvido pelo governo durante os anos 1940 e 1950 e projetado pelos teóricos da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL) (FURTADO, 2001)¹⁰.

A superação dos modos de vida “atrasados” pelo novo espírito capitalista não se deu de maneira tácita e harmoniosa (e nem definitiva). Ao contrário, a presença de inúmeros conflitos fundiários envolvendo as populações originárias e os posseiros contra a grande empresa agrícola refletiu as contradições deste processo. No âmbito das iniciativas agropecuárias, por exemplo, uma das principais linhas de atuação da SUDAM foi a concessão de incentivos fiscais a empresas agrícolas que decidiram se instalar na

¹⁰ Neste sentido, a Zona Franca surge como projeto representativo desta necessidade, levando a cabo uma tentativa de substituir a importação de bens manufaturados pela produção interna, subvencionada pelo Estado brasileiro e beneficiada pelo intenso fluxo populacional da região Nordeste para a Amazônia, o qual apresentou-se como mão de obra disponível e a baixo custo.

Amazônia. Costa (2014) demonstra que as microrregiões que receberam maior volume de incentivos fiscais foram as que, simultaneamente, tiveram o maior número de assassinatos no campo devido a conflitos envolvendo a posse de terra. Este dado demonstra que o almejado processo de transição da Amazônia foi acompanhado pelo acirramento da violência, o que ampliou o caráter repressivo e autoritário da ação estatal na região (uma marca que ainda persiste).

A “abertura da fronteira” amazônica – isto é, o seu processo de formação econômica dentro do período militar brasileiro – foi traçada como um período de conversão de significados e de apropriações simbólicas sobre o território amazônico: de “território selvagem” e “inóspito”, a Amazônia passou a representar um palco de atuação iminente e inevitável ao Estado brasileiro em seu projeto desenvolvimentista e nacionalista de integração nacional. Em contrapartida, a consolidação desta “fronteira” e o seu gradativo processo de transformação em território agrícola e “moderno” ocorreu a partir da reprodução das desigualdades históricas do meio rural brasileiro. A consolidação desta condição de “transitoriedade” representou a adoção de um regime extensivo de exploração e apropriação dos recursos naturais para a exploração mineral e madeireira, uma vez que o amplo e desenfreado uso de tais recursos representava um dos maiores interesses estatais na ocupação e colonização da Amazônia.

Djalma Batista, importante figura pública amazonense e diretor, em 1971, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), discorre, em um capítulo do livro *“Problemática da Amazônia”*, sobre o histórico das explorações científicas e da constituição de centros de pesquisas e universidades na Amazônia. O artigo é, nas palavras do autor, uma tentativa de sumarizar o “inventário científico da Amazônia”, isto é, *“o que foi feito para revelar a terra e o homem da Amazônia”* (BATISTA, 1971, p. 271). Uma vez apresentado o histórico deste suposto “inventário”, Batista discute o estoque de recursos minerais espalhados na região, as propriedades de cada recurso e suas utilidades econômicas. Em seguida, o autor discrimina cada estado segundo o tipo de minério mais abundante: enquanto, em Roraima, abundam o diamante, o ouro e o diatomito, no Amazonas estão presentes grandes quantidades de manganês, calcário, petróleo, sal-gema, gipso e anidrita. De igual maneira, o autor explora as potencialidades da fauna e flora como “recursos” ainda não explorados, bem como a possibilidade de se expandir a agropecuária em solo amazônico perante a adoção combinada de práticas de calagem, adubação orgânica com esterco e adubação química com nitrogênio, potássio e

fósforo. Finalmente, o autor confere à ciência e ao conhecimento técnico¹¹ um valor instrumental, à medida que, segundo o mesmo, somente a consolidação de linhas de pesquisa que se orientam ao “descobrimento” e às formas viáveis de apropriação desses recursos permitirá efetivar essas potencialidades supostamente “constrangidas”. Com efeito,

Só a ciência, porém, e sua aplicação, a tecnologia, poderão alargar os caminhos até agora apenas desbravados. Todo apoio e todos os meios precisam ser dados às instituições nacionais, que devem continuar e completar o inventário científico da Amazônia, como sentinelas decisivas da soberania e do poder de decisão do Brasil”. (BATISTA, 1971, p. 297).

Em suma, as iniciativas lideradas em solo amazônico se constituíram como parte integrante do *modus operandi* nacional-desenvolvimentista adotado pelo regime militar brasileiro. Por um lado, as incursões na Amazônia foram o alicerce do discurso nacionalista que sustentou a ideia de integração nacional – de proteção do território nacional contra “invasores externos”. Esta integração ocorreu, como demonstramos aqui, a partir da expansão do capitalismo sobre o espaço geográfico amazônico, consolidado na execução de grandes empreendimentos rodoviários, elétricos e agropecuários. Neste sentido, de outro lado, a ação militar nessa região consolidou o protagonismo estatal no planejamento e condução das políticas econômicas, postulados dentro da racionalidade desenvolvimentista.

O PA Juma no município de Apuí se apresenta como exemplo constitutivo e paradigmático deste tipo de ação do governo militar na região, principalmente em virtude de sua posição enquanto maior assentamento no Brasil e na América Latina no momento de sua criação, em 1982. Infelizmente, contudo, não encontramos nenhum documento que trata especificamente da colonização em Apuí. O Arquivo Público do Estado do

¹¹ Vale ressaltar que, atualmente, o INPA é um dos principais centros de pesquisa em “sustentabilidade” e conservação da Amazônia, obedecendo a uma lógica de significação do território amazônico totalmente diferente daquela demonstrada por Djalma Batista em seu artigo. Esta mudança de perspectiva se constitui como figura ilustrativa sobre o embate de lógicas de significação do território e, especificamente, de apropriação de uma parte constitutiva deste território que é a natureza. Além disso, também se apresenta em interessante futuro objeto de pesquisa, onde intersecções e determinações entre Sociedade e Conhecimento podem ser exploradas com maior propriedade.

Amazonas não armazena nenhum documento datado depois do ano de 1971 e as bibliotecas públicas em Manaus não dispunham de nenhuma informação sobre o município para além de dados demográficos, sociais, culturais e econômicos. Entretanto, temos um valioso material para entender os significados envolvendo a colonização no município, que são os relatos dos 23 parceiros entrevistados. É sobre estes relatos e as significações envolvendo a chegada em Apuí que iremos nos focar a partir de agora.

3.3. A colonização da Amazônia na perspectiva do migrante

Uma vez percorrido sobre como os assentamentos rurais eram significados pelo Estado brasileiro, bem como sobre a íntima relação entre as significações e o contexto desenvolvimentista e autoritário da época, devemos nos atentar para a formação e consolidação do assentamento PA Juma em Apuí. Quais eram as expectativas dos migrantes quanto a este território? O que se esperava obter e usufruir no PA Juma? Estas duas questões representam o ponto de partida para se pensar um importante aspecto da formação agropecuária do município, a saber, a sua relação com o projeto de vida e existencial dos migrantes.

O assentamento enquanto espaço planejado como impulsionador de trocas de mercadorias agropecuárias, de concessão de terras, de vivências culturais, de experiências educativas e de congregações religiosas se apresentou, no momento de sua concepção, como espaço social em seu sentido mais amplo, permeado por símbolos, representações, ícones e significados que se atrelam ao projeto de vida do migrante. O seu desenho como uma “*terra sem homens para homens sem terra*” toca justamente no bojo dos anseios mais latentes do migrante, os quais, em teoria, não eram logrados na sua região de origem. É justamente sobre o “potencial existencial” (FLIGSTEIN e McADAM, 2012) do projeto de assentamento, o “futuro imaginado” (BECKERT, 2016) do migrante, que queremos concentrar nossa atenção neste momento.

A análise do conteúdo manifestado, ao longo das entrevistas, na categoria “*Êxodo*” é crucial à apreensão dos anseios mais visíveis do migrante e nas suas expectativas mais pujantes quanto ao quê, de fato, o PA Juma poderia lhe ofertar. Conduzindo a análise a partir das falas dos migrantes – tal qual tem sido e será o padrão ao longo dessa dissertação –, pudemos encontrar três grandes agrupamentos temáticos sobre

diferentes razões, motivações e significações acerca do deslocamento do entrevistado a Apuí para montar a sua morada. Primeiramente, está aquele agrupamento referente aos migrantes que rumaram a Apuí com o objetivo de se capitalizar, de acumular riqueza, ativos e propriedades, seja para deslocamento posterior a um centro urbano ou a outro centro rural, seja para manter-se em Apuí, gozando de um nível de capital maior do que ampla maioria da população.

Somente dois entrevistados se manifestaram nessa direção ao pensarem nas motivações subjacentes a sua vinda a Apuí. Não ao acaso, tratam-se de dois parceiros que não dependem economicamente da terra para sacar a subsistência material. O primeiro deles é Abel. Ex-técnico do IDESAM, Abel gerencia uma casa agropecuária de onde provém a sua receita familiar. Na fase de realização da pesquisa de campo, Abel era cotado para assumir a gerência local do IDAM (ABEL, entrevista). Nascido em Rondônia, Abel migrou ainda jovem para Apuí devido à vinda de seu pai. O mesmo possui relação distante com a terra, na medida em que visita o seu lote somente uma vez a cada quinze dias, onde cria cabeças de gado mais com o intuito de ocupar a terra do que necessariamente retirar algum lucro com a atividade. Por sua vez, o segundo a manifestar essa significação é Felipe. Atravessador de gado de corte, Felipe havia sido recém empossado no cargo de vereador municipal no momento de realização da pesquisa de campo. Morador de Apuí desde 2008, é mineiro e sempre trabalhou para Laércio na comercialização de gado de corte.

Ambos os atores representam uma parcela de menor representação na população. No entanto, tanto Abel quanto Felipe expressam, principalmente, as motivações subjacentes a chegada de parte dos migrantes atuais. Estes se tratam, em sua maioria, de antigos proprietários no Mato Grosso e em Rondônia, local onde as terras rurais estão mais valorizadas. Uma vez vendidas, a quantia financeira auferida permite comprar uma área em Apuí expressivamente maior. Essa dinâmica migratória dos fazendeiros, apesar de um movimento velado na cidade, se fez amplamente discutida nas entrevistas. Felipe, por exemplo, afirma que rumou a Apuí justamente com o intuito de trabalhar com a atividade pecuária, tendo em vista o preço reduzido das terras e a consolidação dessa atividade produtiva no município ao longo da última década. Abel, por outro lado, declarou ser de seu interesse “se capitalizar” – conforme ele mesmo mencionou – para depois migrar a um centro urbano:

Eu vejo Apuí, sabe como? Cara, eu sempre morei em municípios pequenos, nasci em Cacoal que é um pouco maior que Apuí, mas não é grande. E eu vejo o seguinte: eu acredito que tô em Apuí pela questão financeira. Eu vou ficar aqui pra me capitalizar. Depois que eu me capitalizar eu tenho que, posso continuar com os negócio aqui, mas eu vou pra um centro maior, até mesmo pensando na próxima geração (ABEL, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

Uma vez que os grandes fazendeiros adquirem propriedades remotas dentro do projeto de assentamento, somado ao fato de estes serem atores “invisibilizados”, não foi possível identificar o tamanho exato das propriedades rurais controladas por eles. Sequer os órgãos do Estado possuem informações exatas a este respeito. Assim, podemos nos basear, somente, nas informações concedidas pelos entrevistados que se manifestaram sobre essa questão. Indo ao encontro do relato destas pessoas, vemos que as propriedades adquiridas pelas fazendeiros superam, geralmente, os mil hectares e obedecem, segundo os relatos dos entrevistados que se manifestaram sobre o tema, à seguinte dinâmica de ocupação: primeiramente, compra-se a terra de uma porção de parceiros, ou mesmo se invadem áreas pertencentes a reservas florestais ou unidades de conservação; em seguida, contrata-se mão de obra que irá “abrir” estas áreas, isto é, desmatá-las; uma vez desmatada, são suspensas quaisquer atividades naquele local, com o intuito de que as caravanas ocasionais do IBAMA à região não encontrem ninguém nesses locais que possa ser responsabilizado pelo desmatamento; após uma média de dois ou três anos, e de sucessivas incursões do IBAMA sem nenhuma penalidade conferida, aviões semeiam capim nestas terras; por fim, uma vez germinado e desenvolvido o capinzal, coloca-se gado para a criação, concretizando o processo de ocupação dessas terras.

Visto em perspectiva histórica, os grandes fazendeiros ou mesmo o grupo de migrantes como Abel e Felipe destoa da maioria da população rural de Apuí, a qual rumou para a região com o intuito de consolidar um novo “território familiar” (WANDERLEY, 1996). É nesta direção que apresentamos o segundo grande agrupamento temático dentro do conjunto de significações sobre as motivações da migração. Este agrupamento refere-se basicamente a colonos¹² que vieram ao município motivados pela busca da terra

¹² Colono e migrante são termos que se diferenciam aqui. Colono está relacionado àquele que chegou em Apuí no início do projeto de assentamento, ainda na década de 80, e que esteve intimamente conectado à formação deste município. Migrante refere-se a todo o tipo de indivíduo/família que migrou a Apuí para constituir uma vida nesta cidade, seja ele um colono ou um grande comprador de terra.

própria. Ou seja, tratam-se de indivíduos e famílias que, por uma série de razões, não tinham a terra suficiente em seus lugares de origem. A busca por um pedaço de terra e a possibilidade de reproduzir-se socialmente se faz a mais relevante dentre as expectativas deste grupo de entrevistados.

Neste agrupamento, pudemos identificar cinco subgrupos. O primeiro diz respeito às manifestações que referiram o alto preço das terras nos locais de origem dos colonos. Esta motivação foi a mais manifestada entre todos os entrevistados. Ela nos diz muito sobre o espaço rural das regiões de origem destes migrantes. Significativa parte dos entrevistados é oriunda da região norte do Rio Grande do Sul e do oeste catarinense e paranaense. Essa região é caracterizada pela presença maciça da agricultura familiar e foi, historicamente, permeada por inúmeros conflitos fundiários relacionados ao elevado valores das terras (GEHLEN, 1994; BRUMER e SANTOS, 1997; TEDESCO, 2017).

Outro significativo montante dos entrevistados é proveniente do Espírito Santo e do sul da Bahia, regiões onde predominam as grandes fazendas de cacau, e onde, por esta razão, também não conseguiam ter acesso a terra. Finalmente, parte dos entrevistados veio de regiões de assentamentos mais antigos em Rondônia. As terras nessas regiões são trabalhadas há mais tempo do que em Apuí, o que implica, em boa medida, em maior valor por hectare. Isso impacta, significativamente, no poder de compra de terras, motivando a busca por assentamentos mais recentes, onde há maior abundância de terras e menor preço.

Essa dinâmica revela uma interessante face do PA Juma enquanto “fronteira agrícola”. As terras ainda por serem desmatadas possuem, segundo Abel (entrevista), preços significativamente menores se comparadas às terras que já foram abertas e que já receberam algum tipo de uso agropecuário não extrativo. Neste sentido, vale notar como a constituição de um espaço híbrido, onde “natureza selvagem” e “plantações” coexistem, por um lado, se apresenta como uma dificuldade no momento de ocupação e nos problemas de logística que podem acarretar, e, de outro, constitui um dos principais atrativos, haja vista que isto implica em menor custo de aquisição das terras. Assim, a “fronteira” se faz, em última instância, o principal fator impulsionador da migração

daqueles que chegaram a Apuí sem intermediação do INCRA¹³, ou seja, por conta própria. Este é o caso de 6 dos 23 parceiros entrevistados.

O segundo subagrupamento das categorias temáticas está intimamente conectado à questão da reprodução da estrutura familiar nas terras de origem dos colonos. Aproximadamente 21% das manifestações referentes às motivações em rumar a Apuí relembram que as extensas famílias nas regiões de origem representavam um iminente desafio no que diz respeito à sucessão familiar, ainda mais considerando a prevalência do sistema de partilha igualitária da terra entre os filhos (SCHNEIDER, 1999). Assim, a conjuntura restritiva quanto à possibilidade de reprodução familiar dentro da propriedade impôs a necessidade de os filhos buscarem terras em outras regiões do país (haja vista que o preço elevado também impedia a aquisição de áreas adjacentes à propriedade familiar original).

Conforme argumentou Almeida (1992), os assentamentos na Amazônia brasileira mitigaram as pressões demográficas sobre os recursos naturais e sobre a demanda de terra nas regiões mais populosas do país, em um período onde a taxa de crescimento populacional no Brasil era superior às taxas atuais. Em contrapartida, o posicionamento destes assentamentos como ingredientes estratégicos no plano governamental de mitigação das pressões demográficas também ressalta, conforme argumenta Ianni (1979), a estratégia do Estado em conduzir a reforma agrária dentro das terras devolutas e não a partir da redistribuição de terras nas regiões de origem dos migrantes.

Os colonos instalados em Apuí na década de 1980 e ao longo dos primeiros anos de criação do assentamento vislumbraram constituir um “território familiar” que não era mais viável em suas regiões de origem. Isto representa um resultado relevante da pesquisa ao pensarmos as expectativas destes atores sociais quanto ao projeto de assentamento. Nesta direção, Apuí se configura como a última “fronteira” de chegada para lograr um “projeto de vida” que não foi possível ao colono em sua região de origem. Quão viável, no entanto, se demonstrou essa ocupação? Em que medida o colono obteve êxito em consolidar este futuro imaginado? Essas são questões analisadas ao longo dessa dissertação, especialmente no próximo capítulo.

¹³ No caso de parceiros que foram assentados pelo INCRA, o assentamento se apresenta como uma maneira de garantir, por meio da ação estatal, a terra própria basicamente sem nenhum custo financeiro.

O terceiro subagrupamento refere-se à migração como possibilidade de abandonar uma rotina de trabalho assalariado no campo. Este caso traz à tona outra significação sobre a chegada do migrante a Apuí, mas também está estreitamente conectado com a problemática da constituição do “território familiar”, onde família, trabalho e propriedade se constituem como tripé sustentador de um modo de vida específico (TEDESCO, 1999). O trabalho assalariado, seja aos fazendeiros ou mesmo na cidade, se faz condição imediatamente oposta àquela onde o indivíduo e a família retiram o sustento do trabalho na terra, onde a dimensão produtiva constituída com ela está totalmente direcionada na apropriação familiar sobre o produto gerado a partir desta relação (WANDERLEY, 1985). De maneira oposta, o trabalhador assalariado devolve significativa parte do produto gerado pela sua força de trabalho ao seu empregador e implica em uma condição desvinculada do trabalho familiar e da propriedade individual.

Esta relação de exploração do trabalhador rural impacta diretamente no planejamento familiar de longo prazo. Além de uma condição de trabalho oposta à desejada em face do modelo projetado de estilo de vida dos grupos camponeses, ela também representa uma condição material de onde o sustento se faz desafiado mediante os reduzidos salários rurais, o que implica em restrições quanto ao provimento das necessidades básicas aos demais componentes familiares. Ou seja, a responsabilidade social do patriarca para com os demais componentes familiares em prover as condições de subsistência recai como importante motivação na busca pela própria terra. Edinaldo, parceleiro da estrada vicinal Raulino, argumenta sobre as motivações de sua vinda a Apuí nesta perspectiva:

Rapaz, o negócio é que eu saí da Bahia pra vir pra cá não é nada, porque eu vivia trabalhando pra um e pra outro. Eu tinha família, acompanhado por 7 filho, trabalhava um dia pra um, um dia pra outro e não dava pra nada. E o meu plano de vir pra cá foi de conseguir uma terra pros meus filho ir crescendo, ir casando e ir ficando perto de mim (EDINALDO, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

O expressivo número de menções sobre a fuga do trabalho assalariado como fator propulsor ilustra a crucialidade das questões envolvendo planejamento familiar, economia doméstica e emancipação como questões subjacentes à migração para Apuí. Estes resultados vão ao encontro do mencionado por Velho (1973), para quem a migração às “fronteiras” aparece como estratégia intimamente conectada ao intento dos migrantes

em ascender socialmente – e onde “ascender” significa incrementar a composição de capital familiar e sair de uma ocupação profissional de assalariado para a de proprietário de terra. Apuí se faz, neste sentido, um território embrenhando neste projeto de ascensão e emancipação tomado pelo migrante.

O quarto e o quinto subagrupamentos trazem motivos secundários, pelo menos se considerado que foram manifestados somente por alguns poucos entrevistados. Mesmo assim, merecem maior detalhamento, pois apontam para dinâmicas que também orbitam as significações da migração para Apuí.

Dois entrevistados declararam que não vieram a Apuí para possuir terra pela primeira vez, mas devido a condições impróprias para a manutenção de suas respectivas famílias em assentamentos anteriores. Este é o caso de Ignácio, o qual antes morar em Apuí esteve por muitos anos no Paraguai. Sem especificar com detalhes o motivo de sua migração, este “brasiguai” afirmou que não encontrou as condições que esperava no Paraguai, o que o motivou a buscar novas terras no Brasil. O segundo caso é o de Jonas, um parceleiro que residia no distrito do Sucundurí há pouco mais de cinco anos no momento de elaboração da pesquisa. Este declarou que, antes de viver em Apuí, residiu em um assentamento em Rondônia. Originário do Espírito Santo, Jonas afirmou que a extrema demora do INCRA em lhe conceder o documento definitivo da terra e a dificuldade em escoar os produtos agrícolas de sua propriedade lhe motivaram a rumar a Apuí, com o intuito de adquirir novas terras e tentar, mais uma vez, fixar-se perenemente em uma propriedade rural.

Ambos os casos trazem consigo a migração como estratégia dentro do “projeto existencial” de constituição do “território familiar”. Há um conjunto de migrações para se entender as movimentações populacionais na zona rural, nas quais estão inclusas as migrações de jovens para as cidades, de onde se trabalha e remete dinheiro à família; de famílias inteiras para a cidade, onde se abandona por completo a propriedade rural; e de famílias para outras zonas rurais (SYDENSTRICKER-NETO e TORRES, 1991; SYDENSTRICKER-NETO, 1992). Neste último grupo, Apuí apresenta-se como local de recebimento de famílias que advêm de outros lugares na esperança de neste município consolidar o seu estabelecimento de maneira perene. Nesta dinâmica migratória, no entanto, Apuí não se apresenta exclusivamente como município com fluxo positivo de pessoas; ao contrário, como veremos mais adiante, a evasão de pessoas do meio rural apuiense é inclusive superior ao ingresso de migrantes.

Formando o último subagrupamento estão os excertos relacionados à desocupação forçada das terras. Esta situação foi relatada por Eliseu – comerciante cujo relato abriu este capítulo. Nascido em Antônio Prado, no Rio Grande do Sul, mas criado no oeste paranaense, Eliseu era um agricultor em uma região que fora alagada para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Integrante do *Movimento dos Filhos dos Agricultores Sem Terra*, ele afirma que nenhuma indenização apropriada lhe foi concedida pela inundação de suas terras, o que lhe forçou a buscar novos lugares para estabelecer a sua propriedade rural. Uma vez rejeitada a possibilidade de converter-se em mão de obra assalariada às grandes propriedades e, após ser apresentado ao PA Juma em um informativo do INCRA e em uma reunião sobre o tema, Eliseu e sua esposa Aurélia rumaram para Apuí, em 1982. Nas suas palavras,

Havia um movimento dos filhos de agricultores sem terra e dos despejados pela Itaipu. Itaipu foi um despejo, na verdade. A gente não tinha nenhuma perspectiva, porque as terras lá eram caras e as famílias enormes. Tinha só proposta pra trabalhar como funcionário nas fazendas né (ELISEU, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

Este relato, ainda que seja particular a um caso, e não encontre significação generalizada, ilustra uma importante dinâmica envolvendo a ocupação de Apuí. A consolidação deste município como uma região de assentamento criada pelo INCRA revela o caráter dual da ação do Estado, o qual extrai a posse da terra em um local e, em outra esfera, concede uma outra propriedade rural por meio das parcelas incluídas no projeto de assentamento. De igual maneira, a não redistribuição das terras nas regiões de origem, onde são mais caras, e a opção pela criação de assentamentos em terras devolutas, ilustra esse padrão contraditório: inação, de um lado, e ação, de outro.

Esta rápida reflexão ajuda-nos a pensar o terceiro grande grupo de significações envolvendo a chegada dos migrantes a Apuí. Segundo Ianni (1979), a inação do Estado brasileiro perante os conflitos fundiários e a distribuição desigual da terra no Nordeste e Sul brasileiro estimulou o processo de colonização espontânea da Amazônia. Estados como o Acre, Rondônia e Pará passaram a ser ocupados por indivíduos despossados em suas regiões de origem, conduzindo, por conta própria, um processo de reforma agrária “espontânea” (SYDENSTRICKER-NETO, 1992). Com a criação do INCRA, do Estatuto da Terra e da Rodovia Transamazônica, no entanto, a ação do Estado sobre a região

passou a ser dirigida, controlada e sistemática. É neste âmbito da conversão do posicionamento do Estado sobre o processo de colonização da Amazônia que reside o nosso interesse neste momento.

Clóvis e Abelardo – os únicos a mencionarem esta dinâmica, ambos saídos da situação de posseiros para uma condição de assentados – são irmãos criados no oeste paranaense. Migraram junto com os seus pais para o Acre durante a década de 1950 para trabalhar na criação de serrarias para a exploração madeireira. Curiosamente, são dois dos poucos – juntamente com Felipe – que não eram produtores agrícolas ou criadores de gado antes de migrarem a Apuí. No entanto, com a criação do PA Juma, em 1982, ambos vislumbraram uma oportunidade ímpar para ter um pedaço de terra documentado e garantido pelo INCRA (ABELARDO, entrevista; CLÓVIS, entrevista).

Este anseio traz consigo uma importante faceta do processo de ocupação de Apuí: um assentamento do governo é visto como uma chance para garantir, legalmente, a propriedade da terra. Esta garantia, por um lado, reduz os riscos em participar de atividades suscetíveis a iminentes conflitos por controle da terra, tal qual a atividade madeireira ou a atividade garimpeira, permitindo ao migrante o planejamento familiar de longo prazo. Neste sentido, devemos pensar na segurança institucional que a parcela rural e a promessa da posse definitiva por meio de documentação legal representam no imaginário do migrante, constituindo-se como importante expectativa deste com relação ao projeto de assentamento.

Tabela 2. Agrupações temáticas sobre as significações envolvendo a chegada dos migrantes (parceiros ou não) em Apuí.

Entrevistado	Categoria profissional	Capitalizar-se e possivelmente deslocar-se outra vez	Possuir a terra própria pela primeira vez					De colonização espontânea para dirigida	TOTAL
			<i>As terras eram caras no local de origem</i>	<i>Pouca terra para uma família grande</i>	<i>Trabalho assalariado em terras de terceiros</i>	<i>Condições impróprias nos primeiros assentamentos</i>	<i>Expulso de terra possuída anteriormente</i>		
Abel	Comerciante	1	-	-	-	-	-	-	1
Abelardo	Parceleiro	-	-	-	-	-	-	1	1
Adão	Parceleiro	-	1	1	-	-	-	-	2
Clóvis	Parceleiro	-	-	-	-	-	-	1	1
Edinaldo	Parceleiro	-	-	-	1	-	-	-	1
Eduardo	Parceleiro	-	-	-	1	-	-	-	1
Edvaldo	Parceleiro	-	-	-	1	-	-	-	1
Eliseu	Comerciante	-	1	1	-	-	1	-	3
Felipe	Comerciante/ Governo	1	-	-	-	-	-	-	1
Flávio	Parceleiro	-	1	-	-	-	-	-	1
Glauber	Parceleiro	-	-	1	-	-	-	-	1
Ignácio	Parceleiro	-	1	-	-	1	-	-	2
Ítalo	Parceleiro	-	1	-	-	-	-	-	1
Jader	Parceleiro	-	1	-	-	-	-	-	1
Jarbas	Parceleiro	-	-	1	-	-	-	-	1
Jonas	Parceleiro	-	-	-	-	1	-	-	1
Lineu	Parceleiro	-	1	-	-	-	-	-	1
Moacir	Parceleiro	-	-	-	1	-	-	-	1
Murilo	Parceleiro	-	-	1	-	-	-	-	1
Plínio	Parceleiro	-	1	-	-	-	-	-	1
Rubens	Parceleiro	-	-	1	-	-	-	-	1
TOTAL		2	8	6	4	2	1	2	25
		8,0%	32,0%	24,0%	16,0%	8,0%	4,0%	8,0%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017).

3.4. Futuros imaginados em um território “em transição”

Conforme explanamos na seção teórica desta dissertação, sendo a natureza uma parte integrante do conceito de “território”, as significações envolvendo as lógicas de apropriação territorial são placidamente estendidas a uma lógica de apropriação dos recursos naturais. Neste sentido, a “invenção” da Amazônia como território em “transição”, de um estado de natureza intocada para um estado território à disposição da ação humana, ao proveito material e ao conhecimento moderno, implicou diretamente na adoção de um regime extensivo de apropriação e exploração dos recursos naturais, de intenso uso dos recursos florestais e minerais, bem como de expressivas taxas de degradação ambiental.

A congruência analítica está em situar o surgimento do campo políticoambiental de Apuí neste contexto histórico de formação do PA Juma em Apuí, tendo este assentamento ocupado papel central no projeto nacional-desenvolvimentista do regime militar. A consonante e inquestionável dominação de um regime de práticas, rotinas e lógicas extensivas sobre a apropriação e exploração dos recursos naturais em Apuí vem acompanhada, lado a lado, com o tipo de ocupação e significação territorial forjado pelo governo ditatorial.

Demonstramos ao longo deste capítulo que as significações envolvendo o território amazônico podem ser divididas em dois grandes grupos de atores que protagonizaram o processo de “abertura de fronteira”. Por um lado, a versão governamental sobre a ocupação e colonização da Amazônia ampara-se no discurso nacionalista, cristalizado na necessidade de “integração nacional”. Por outro lado, os relatos trazidos sobre os parceiros apuienses sobre as motivações subjacentes a sua chegada reforçam a dinâmica material deste movimento de ocupação, onde a estrutura desigual de distribuição fundiária nas regiões de origens prevalece como fator causal deste movimento migratório. Neste sentido, podemos afirmar como motivação “velada” às incursões e projetos estatais na Amazônia durante o período militar a reprodução de privilégios na estrutura fundiária no meio rural brasileiro, assim como a opção de promover a reforma agrária não a partir da redistribuição de terras já ocupadas, mas por meio da ocupação de terras devolutas – fato já consagrado também na literatura sobre o tema (IANNI, 1979; TAVARES DOS SANTOS, 1991).

No entanto, ambos os atores, Estado e migrantes, possuem como denominador comum a nítida significação da Amazônia como um território em transição à “civilização”, de modo que inúmeros aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais envolvem essa condição: a dominância da ciência como forma de conhecimento; a produção agropecuária em larga escala; a consolidação de instituições estatais que garantem o protagonismo do Estado na concepção e implementação de políticas econômicas; a significação das populações indígenas e dos antigos posseiros como modos de vida “atrasados”, símbolos da “dualidade brasileira”¹⁴. Neste sentido, os assentamentos seriam ingredientes constitutivos deste processo de transição, operando como verdadeiros centros civilizatórios de avanço da agropecuária, das técnicas modernas de cultivo e criação e das instituições morais, culturais e cognitivas da modernidade planejada pelo Estado e vislumbrada pelos migrantes.

Especificamente no caso dos migrantes, os assentamentos também foram imaginados como territórios onde haveria a oportunidade de efetivar-se uma trajetória social ascendente, onde encontrariam oportunidades socioeconômicas que as regiões de origem não lhes dispuseram. Entre os principais fatores constitutivos destas oportunidades, estaria obviamente a aquisição definitiva da terra própria. Em primeiro lugar, a fixação definitiva na terra representaria o término de trabalhos temporários como mão de obra assalariada. Em segundo lugar, resolveria o problema do excedente populacional em localidades onde as terras agrícolas eram significativamente mais custosas e mais escassas. Em terceiro lugar, mas não menos importante, estaria a possibilidade ao migrante de apropriar-se totalmente do produto gerado a partir do trabalho familiar na terra, consolidando um modo de vida sustentado no tripé família-propriedade-produção. Em quarto, poderiam finalmente se estabelecer em um território, sem precisar dar continuidade a uma vida de migrações.

Entretanto, uma vez consolidados os assentamentos, quais foram as reais possibilidades encontradas pelos migrantes para a consolidação de um “território familiar” nestes espaços? Se neste capítulo tratamos do processo de concepção e abertura

¹⁴ Em verdade, o pensamento dual é amplamente difundido nas duas obras selecionadas para entender as significações do Estado sobre a ocupação e colonização da Amazônia. A obra de Jacques Lambert, “*Os Dois Brasis*” (1959) é citada nos dois livros e se constitui como parte integrante do argumento dual dos dois livros, os quais veem as iniciativas estatais na região como iniciativas modernizantes perante “atrasadas” formas de vida em sociedade arraigadas na Amazônia.

de “fronteiras” em solo amazônico, esta pergunta nos põe a iminente necessidade de compreender a evolução dos assentamentos rurais, os modos de vida em sociedade e as reais oportunidades socioeconômicas que se ofereceram aos primeiros ocupantes. É nesta direção que o estudo da formação da fronteira – e, especificamente, de Apuí – se faz completo, o que nos permite entender este espaço em todo o seu contexto histórico de surgimento e evolução. Para tanto, no próximo capítulo analisaremos as principais dinâmicas envolvendo a estruturação do PA Juma.

CAPÍTULO 4. CONSOLIDANDO A “FRONTEIRA”: FORMAÇÃO AGROPECUÁRIA DO PA JUMA EM APUÍ

No capítulo anterior discutimos como a Amazônia e o PA Juma em Apuí foram construídos simbolicamente como “fronteiras em transição”: territórios imersos em um gradativo processo de conversão de “fronteiras da civilização” para um estado de “fronteiras agropecuárias”. Esta forma particular de apropriação simbólica do território amazônico envolveu a adoção de uma série de políticas públicas “desenvolvimentistas” por parte do Estado militar, tais como a criação de assentamentos rurais, a construção de estradas, de usinas hidrelétricas e de parques industriais como a Zona Franca de Manaus – descritas por Ianni (1979) como políticas para a expansão das práticas capitalistas na região. Indo além do discurso desenvolvimentista e de “integração nacional” promovido pelo governo ditatorial, vimos nos relatos dos nossos entrevistados como a estrutura fundiária desigual aparece como fator causal de extrema importância para se compreender o fluxo migratório para a Amazônia. Especificamente no caso do PA Juma em Apuí, também analisamos como este local foi significado como o espaço onde seria possível a constituição do “território familiar” (WANDERLEY, 1996) – fato impossibilitado nas regiões de origem devido ao preço dos imóveis rurais e ao tamanho das famílias.

Porém, se até este momento esclarecemos as expectativas e motivações dos migrantes envolvendo a criação do PA Juma em Apuí, ainda precisamos investigar com mais afinco a estruturação e consolidação deste assentamento nos anos que seguiram a sua criação, em 1982. Devemos nos perguntar até que ponto se efetivou, de fato, a desejada transição pelos migrantes e pelo Estado de “fronteira da civilização” para “fronteira agropecuária”, como a constituição perene do “território familiar” se fez possível e se o migrante pode gozar de alguma mobilidade social ascendente. Em outras palavras, a pergunta que procuramos responder neste capítulo é a seguinte: teria sido a ocupação do PA Juma em Apuí um processo “exitoso” na visão do parceleiro, do comerciante e do agente público, dado o conjunto de motivações e expectativas envolvendo a migração para este local durante a década de 1980 e 1990? Neste capítulo, exploramos as principais dinâmicas envolvendo estas duas décadas, enquanto trataremos das duas décadas dos anos 2000 com mais afinco no próximo capítulo.

Longe de posicionar a resposta a essa pergunta como fator qualitativo do qual se pode discriminar a validade ou não do projeto de ocupação como um todo, o que se

procura apreender são as avaliações dos próprios parceiros, comerciantes e agentes públicos. A avaliação individual sobre a efetivação ou não das motivações e expectativas subjacentes à migração faz parte de um processo reflexivo por parte do ator perante o projeto de vida traçado por ele em algum momento do passado, quando decidiu migrar para o PA Juma. Acima de tudo, temos como importante axioma desta dissertação a capacidade reflexiva do ator em avaliar as suas condições de existência, a viabilidade dos seus projetos de vida e a sua agência em procurar iniciativas e grupos sociais que promovam os seus interesses existenciais (FLIGSTEIN e McADAM, 2012). Dessa forma, entender como os atores pensam a sua migração a Apuí será fator integrante à nossa tentativa de compreender como as ONGs dialogam com a avaliação desses atores sobre a efetivação dos interesses existenciais que permearam a migração – diálogo este que, como veremos à frente, será construído entre diferentes atores para a promoção coletiva de um regime “sustentável” de apropriação e exploração dos recursos naturais.

4.1. As primeiras duas décadas do PA Juma segundo os seus atores

Com o intuito de apreendermos as avaliações dos atores locais sobre a ocupação do PA Juma, nós voltamos às entrevistas e procuramos analisar o conteúdo agrupado dentro da categoria “Criação do Assentamento”. São mais de 50 referências dentro desta categoria analítica, a qual foi criada a partir de relatos espontâneos e/ou dirigidos sobre as primeiras décadas do assentamento. Uma vez que os migrantes originais atualmente atuam como parceiros, comerciantes ou agentes públicos, conduzimos uma análise temática sobre o conteúdo referido por todos os entrevistados que se manifestaram sobre a questão.

Conforme demonstra a Tabela 3, situada na próxima página, os relatos obtidos permitem criar três grandes grupos temáticos, dos quais se depreendem subgrupos específicos de avaliações sobre o projeto de assentamento. Estes três grandes grupos temáticos são os seguintes: (a) avaliações sobre a ação do INCRA enquanto órgão estatal responsável pelo gerenciamento e estruturação do PA Juma; (b) as dinâmicas populacionais de migração e êxodo que sucederam logo nos primeiros anos à criação do assentamento em Apuí; (c) e as dinâmicas materiais nas quais os primeiros assentados estavam envolvidos.

Tabela 3. Agrupamento temático referente à criação do PA Juma.

Entrevistado	Ação do INCRA					Dinâmicas populacionais		Dinâmicas materiais	TOTAL
	INCRA e incentivos	INCRA não executou os projetos planejados	INCRA não proveu condições materiais e de infraestrutura mínimas	INCRA e ausência de canais de escoamento	INCRA e regras de desmatamento para concessão de título	Êxodo logo no início do assentamento	Migração fora do INCRA	Trabalhava fora do lote para subsistência	
Abelardo	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Clóvis	1	-	1	-	1	-	-	-	3
Eduardo	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Edvaldo	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Eliseu	-	2	1	1	1	1	2	1	9
Felipe	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Flávio	-	1	1	-	-	-	-	1	3
Helder	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Lineu	-	-	1	1	-	1	-	-	3
Lourival	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Lúcio	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Miguel	-	1	1	-	-	-	-	-	2
Plínio	-	1	1	-	1	-	-	-	3
TOTAL	1 3,2%	6 19,4%	9 29,0%	4 12,9%	3 9,7%	4 12,9%	2 6,5%	2 6,5%	31 100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017).

4.1.1. A ação do INCRA

Principalmente devido ao seu protagonismo no gerenciamento e estruturação do assentamento, o grande agrupamento referente a ação do INCRA foi o mais manifestado pelos entrevistados. Condizente com mais de 70% de todos os relatos nessa direção, podemos dividir este grande agrupamento em cinco subgrupos de avaliações sobre a ação do INCRA, de onde principiaremos a nossa análise sobre a consolidação do PA Juma e sua evolução ao longo das duas primeiras décadas que sucederam a sua criação.

O primeiro subgrupo temático de avaliações foi o menos manifestado pelos entrevistados. Trata-se daquele referente ao conjunto de incentivos dados pelo INCRA aos migrantes. Durante os primeiros meses de ocupação das famílias recém-chegadas ao assentamento, o INCRA teve como linha de atuação conceder o apoio logístico, econômico e social necessário ao migrante, a fim de consolidar uma situação onde fosse viável a ocupação do território. O único a manifestar-se nessa direção foi o parceiro Clóvis, detentor de mais de 2 mil hectares, criador de gado e aderente ao Projeto de Microcrédito mantido pelo IDESAM.

Segundo os relatos de Clóvis (entrevista), o principal apoio do INCRA envolveu a concessão de um subsídio mensal ao migrante, a fim de auxiliá-lo no mantimento dos custos básicos familiares enquanto a propriedade ainda não começava a produzir. Este subsídio consistiu de um pagamento mensal de meio salário mínimo, o que, à época, representava cerca de 30 mil cruzeiros. Esta “ajuda de custo” perdurava por seis meses, datando do início de ocupação. O montante concedido pelo INCRA era gasto pelos migrantes majoritariamente na Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), da qual podiam ser comprados os produtos básicos como óleo, sabão e açúcar.

Em um outro âmbito do apoio concedido pelo INCRA estava a concessão de mudas e sementes aos migrantes, para que estes pudessem principiar o cultivo de suas respectivas lavouras. Felipe (entrevista), atravessador de gado de corte e um dos vereadores do município, e Eliseu (entrevista), atravessador de café, afirmam que nos primeiros anos do PA Juma o cultivo de arroz consolidou-se como a principal cultura produtiva de Apuí. Assim, a fim de garantir o escoamento da produção de arroz e de outros cultivos, uma das iniciativas do INCRA foi apoiar a criação da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (CODEAGRO).

Outra iniciativa de apoio foi a concessão de material subsidiado para a construção de casas. Em parceria com a Serraria do Jaraí, cerca de 80 tábuas eram distribuídas gratuitamente a cada migrante, o qual se fazia responsável pela construção da própria casa na rodovia vicinal em que havia sido alocado (ELISEU, entrevista). Ademais, outros projetos de apoio também ficaram à cargo do INCRA, tais como a construção de escolas, das agrovilas, das cerealistas e dos estabelecimentos de extração de madeira para a produção de carvão vegetal. Além disso, os governos federal e estadual tiveram como responsabilidade a construção e manutenção das rodovias federais e estaduais que atravessam o município – a BR-230 e a AM-174, respectivamente –, com o intuito de garantir o mínimo de apoio logístico necessário para o deslocamento da população e o escoamento da produção agropecuária.

Entretanto, o reduzido número de manifestações sobre os benefícios concedidos pelo INCRA diz muito sobre como os atores locais avaliam a atuação deste órgão em face do conjunto de expectativas que tinham sobre as iniciativas de apoio. Ao observarmos o montante de manifestações dentro do agrupamento temático referente às avaliações que creditam ao INCRA a incapacidade de executar os projetos de apoio, temos como evidência de que estas iniciativas de suporte encontraram dificuldades para serem postas em prática de maneira mais efetiva.

De maneira geral, a avaliação dos entrevistados sobre o papel do INCRA na criação e gerenciamento do PA Juma é negativa. Conforme podemos observar na Tabela 3, cerca de 20% das manifestações ocorreram na direção de afirmar que os projetos descritos acima, previstos como responsabilidade do INCRA, não foram implementados em sua totalidade. Ampla maioria das manifestações nesta direção esteve relacionada à exígua ajuda de custo de somente seis meses oferecida pelo órgão, tendo em vista que ampla maioria dos parceiros recém-instalados demorou um tempo muito maior para conseguir produzir em suas respectivas terras (PLÍNIO, entrevista). Outro ponto igualmente importante foi a falha na concessão de títulos definitivos da propriedade rural, tema de suma relevância ao qual daremos atenção específica à frente. Conforme observamos no capítulo anterior, a segurança jurídica que o título definitivo representa foi um dos principais fatores de motivação aos migrantes em rumar ao PA Juma em Apuí. Acima de tudo, o título definitivo concede previsibilidade ao parceiro, o qual poderá desenvolver as suas atividades econômicas no longo prazo com a certeza de que o produto advindo do trabalho familiar na propriedade será totalmente apropriado pela família,

estando salvo de qualquer disputa pela posse da terra onde está situado. Também vimos que a concessão de títulos foi um importante fator apelativo àqueles que se encontravam na Amazônia como posseiros, vindos originalmente de um período de colonização espontânea, e que realizavam atividades como a exploração madeireira e mineral em outras regiões no território amazônico.

Outro projeto de apoio não cumprido pelo INCRA foi a concessão de casas aos migrantes. Os primeiros assentados, como Eliseu (entrevista) e Plínio (entrevista), afirmaram que, em um primeiro momento, a dimensão e a quantidade das tábuas a serem concedidas impossibilitavam a construção de casas de tamanho adequado para o tamanho das famílias. Isto fazia com que o restante das matérias-primas tivesse que ser adquirido pelo próprio migrante, o qual carente de recursos, era muitas vezes impossibilitado de adquiri-lo ou caía nas mãos de agentes usurários. Ademais, ambos relataram que muitos de seus vizinhos que foram instalados em um segundo momento de ocupação não receberam as tábuas previstas para a construção das casas. Conforme relatou Eliseu:

A outra questão foi a promessa da casa. Então, o INCRA ia dar pra cada parceleiro a habitação. Quando eles passaram no Coruja distribuindo a madeira, eu tinha levado a minha família no hospital de paz em Porto Velho, que a minha esposa tava doente e nós tava lá no hospital de base em Porto Velho, ficamos uns 40 dias tratando dela. E quando nós voltamos eles já tinham distribuído a madeira no Coruja e fui me certificar no INCRA que me disse que eu não estava na parcela e que eu não... então, algumas coisas, tipo assim, algumas coisas que a gente achava que iam acontecer não aconteceram (ELISEU, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

Com efeito, tendo em vista o problema envolvendo a distribuição de matérias-primas para a construção de casas, a exiguidade da ajuda de custo e a não concessão de títulos definitivos, a avaliação feita pelos entrevistados sobre o INCRA sugere que este padeceu em oferecer as condições materiais para receber os migrantes. Esta significação foi, na verdade, a mais manifestada das agrupações temáticas, conforme podemos observar na Tabela 3, representando aproximadamente 30% de todas as avaliações. Em virtude disso, devemos explorar com maior profundidade quais foram os principais fatores que sustentaram uma avaliação tão negativa por parte de parceiros, comerciantes e agentes públicos sobre a ação do INCRA nas primeiras décadas do assentamento.

Alguns dos primeiros migrantes (Eliseu, Plínio e Lineu; entrevista) afirmaram que eles e os que os acompanharam chegaram em Apuí sem haver o mínimo de infraestrutura para recebê-los. Os lotes que haviam sido destinados para cada migrante ainda não possuíam estradas e, por vezes, sequer picadas que levassem a eles. Em virtude disso, significativo número dos primeiros migrantes viveu, ao menos por dois meses, em tendas de lona no meio da floresta amazônica, até que fossem abertas as picadas que os levassem as suas respectivas parcelas.

Mais de dez anos após a criação do PA Juma, algumas estradas vicinais ainda eram construídas pelo próprio migrante e não pelo Estado. Este foi o caso de Flávio (entrevista), um dos primeiros parceleiros da vicinal Raulino. Segundo ele, a primeira picada que levava a sua propriedade beirava um pequeno igarapé, o que dificultava o deslocamento quando este estava alagado no período de chuvas (o qual se estende de dezembro a maio). Para resolver o problema, Flávio e sua esposa, Gertrudes, abriram uma outra picada, distante do córrego, cruzando os morros onde passa atualmente a vicinal Raulino.

Moacir (entrevista), também morador da vicinal Raulino, foi alocado pelo INCRA no final desta estrada vicinal em meados dos anos 2000. Segundo ele, não havia nenhuma estrada que levasse a sua propriedade, mas somente uma pequena picada. O vizinho mais próximo estava a 2 km. Fazia parte da rotina de Moacir passar mais de 20 dias sem ter contato com qualquer outra pessoa. Depois de três anos morando neste local, Moacir vendeu esta terra e adquiriu outra, de tamanho e produtividade menor, na própria vicinal Raulino, porém mais próxima a seus vizinhos. De igual maneira, Jonas (entrevista), parceleiro localizado no distrito do Sucundurí, afirmou que gasta entre 40 e 60 dias por ano para prestar “*serviços à sociedade*” juntamente com os seus vizinhos, atuando principalmente no reparo das estradas vicinais.

Os relatos de Moacir e Jonas demonstram como os problemas logísticos ainda se fazem presentes no PA Juma. Tanto os primeiros ocupantes como aqueles que chegam atualmente encontram dificuldades em encontrar condições satisfatórias de deslocamento¹⁵ e comercialização de produtos agropecuários. Este foi o caso de Felipe

¹⁵ Posso dizer, nessa direção, que a própria dificuldade em me deslocar para realizar a pesquisa de campo se constituiu como importante fator etnográfico, à medida que experimentei e vivenciei as mesmas dificuldades logísticas enfrentadas pelos atores locais em seu cotidiano.

(entrevista), o qual teve que abrir, em conjunto com cinco amigos, 12 km de estrada para chegar a sua propriedade.

A ausência de energia elétrica é outro aspecto relevante referente à falta de apoio do INCRA e do Estado, como um todo. Seis dos 23 parceleiros entrevistados (Clóvis, Lineu, Ignácio, Miguel, Moacir e Plínio) ainda não possuem acesso à energia elétrica em suas propriedades rurais. Dentro deste conjunto, quatro parceleiros estão em Apuí há mais de 30 anos. Em diversos momentos, os parceleiros entrevistados exclamaram profunda insatisfação e irritação quanto a contínua ausência deste serviço ¹⁶. Além das consequências mais imediatas tais como a conservação de alimentos e o acesso a meios de comunicação e meios de entretenimento, chamou a atenção o fato da ausência de energia estar comumente significada pelo parceleiro como fator de impacto negativo na recomposição de sua capacidade de trabalho¹⁷. Miguel (entrevista), parceleiro do distrito do Sucundurí, concedeu importante relato nessa direção:

O que que é a energia? Ela me dá mais tempo pra trabalhar, o tempo que eu perco puxando a água. A energia me dá um banho. O banho tem um custo. Eu chego super cansado mas tenho que tirar água do poço. Se ela tivesse no chuveiro... eu tenho que aguar vários coxo de de porco e galinha com balde. Se tivesse uma água da caixa, 'tish', já tá tudo alimentado. Eles iam se desenvolver melhor, eu ia descansar aquela meia hora um pouco mais, e no outro dia tava mais firme pra pegar no batente. Talvez ia assistir um jornal, informar que é uma coisa necessária. Como é que se vive sem informação? (MIGUEL, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

A deteriorada condição logística e a carente oferta de infraestruturas básicas implicaram significativas barreiras à comunicação, interação e socialização nas duas primeiras décadas do assentamento. Na verdade, o isolamento do parceleiro foi um resultado inesperado para a pesquisa: inicialmente, não esperávamos que questões como solidão, abandono estatal e distanciamento dos vizinhos fossem ser tão ressaltadas

¹⁶A insatisfação se fez de maneira mais contundente no relato de Ignácio (entrevista): *“Todo ano essa luz! Todo ano eles vêm, bate o ponto, fazem, prometem e vai levando. 'Ah não, eu vou trazer, eu vou trazer', mas não traz não”*.

¹⁷ Esta conexão entre energia e recomposição da capacidade de trabalho encontra a sua razão de ser mediante a maneira pela qual o parceleiro obtém o seu sustento material. Dependente exclusivamente da força de trabalho familiar, a ausência de luz impacta negativamente na recuperação desta força, o que reduz o produto gerado a partir do emprego dela na propriedade rural.

durante a investigação de campo. Surpresos por este achado, a categoria “Solidão e Abandono” foi formulada em vista das mais de 50 referências sobre desincentivos ao associativismo, dificuldades logísticas e carência de projetos públicos serem manifestadas pelos atores locais entrevistados. Embora o conteúdo desta categoria se inter-relacione diretamente com o conteúdo de outras categorias como “Êxodo”, “Logística” e “Questões Fundiárias”, a necessidade de criação de uma categoria referente ao isolamento social e as barreiras à socialização se faz um importante resultado de pesquisa.

O isolamento do parceleiro também se reforça na medida em que uma importante dimensão de socialização e interação sempre esteve à margem de seu alcance, desde os primeiros dias do assentamento: os mercados externos. Ao todo, 13% das avaliações dos entrevistados sobre a criação do PA Juma afirmaram que o INCRA não forneceu as condições necessárias para o escoamento satisfatório da produção agropecuária. Como afirmamos acima, logo nos primeiros anos após a formação do assentamento, Apuí presenciou uma intensa produção de arroz, mas mediante a ausência de compradores, públicos ou privados, significativa parte da produção era perdida (Clóvis; Eliseu; Felipe, entrevista). As dificuldades logísticas foram amplamente mencionadas pelos entrevistados como fator que sempre fez do produto agropecuário produzido em Apuí relativamente mais caro se comparado aos de outras localidades, o que reduz a competitividade nos mercados externos.

Em face da dificuldade de escoamento da produção, parte das primeiras famílias buscou em outras atividades, que não a produção rural, a subsistência material. Muitas vezes esta função laboral era encontrada em atividades como a de servidor público. No entanto, a reduzida estrutura pública do município em seus primeiros anos de formação reduzia o número de oportunidades. Somente pequena parte das primeiras famílias conseguiram ter algum membro trabalhando no setor público. Aquelas que logravam esta posição destoavam, em termos materiais, de maneira significativa daquelas que dependiam exclusivamente do trabalho rural e das escassas vendas aos mercados locais e/ou externos. Por exemplo: a família de Eliseu (entrevista) e uma outra família vizinha a esta foram as únicas duas, entre as primeiras 60 famílias na vicinal Coruja, onde as mulheres conseguiram um emprego como professoras da escola municipal, um ano após a formação do assentamento. Atualmente, estas duas famílias são as únicas deste grupo que permanecem na vicinal; as outras 58 famílias migraram para outros municípios.

As dificuldades de escoamento também agravaram o problema decorrente do perecimento dos produtos agrícolas. Segundo Felipe (entrevista) e Lineu (entrevista), boa parte das primeiras safras estragou devido à demora nas vendas após a colheita, pois as vendas locais não incorporavam o volume total de produção. Esta é uma das razões que explica porque a criação bovina apareceu como atividade plausível mediante as condições de distribuição e comercialização de mercadorias agropecuárias. Uma segunda variável foi o fato do estado do Amazonas ter presenciado nas últimas décadas uma rápida expansão do consumo de proteína animal originada da carne bovina – ao passo que fontes de proteína como o peixe vem sendo gradativamente substituídas (CARRERO et al., 2014). Dessa forma, a criação de gado apresentou-se ao parceleiro como um processo de adaptação mediante as condições locais de distribuição e comercialização agropecuária.

Ao longo da história do PA Juma, diversas associações e cooperativas foram criadas com o intuito de expandir os meios possíveis de distribuição e comercialização de mercadorias. Além da já mencionada CODEAGRO, em Apuí existiu uma série de outras iniciativas associativas, tais como a Associação Rural de Rurópolis, a Associação Comunitária do Sucundurí e a Associação dos Colonos do Coruja (ASOC). Estas iniciativas foram intensamente amparadas pelo Estado na década de 1990, o qual estimulava a concessão de crédito às associações rurais para a aquisição de máquinas, equipamentos e galpões. Entretanto, significativa parte dos parceleiros entrevistados manifestaram-se desmotivados a participarem de atividades associativas, seja em cooperativas, seja em associações rurais ou sindicatos. Adão, Eduardo, Ítalo, Lineu e Plínio formam parte do conjunto de entrevistados que explicaram o não envolvimento em organismos associativos devido ao histórico de falências das antigas iniciativas após a contração de crédito junto a organismos públicos.

Mediante a ausência de documentos que relatem experiências desse tipo em Apuí, temos em mãos somente duas fontes de dados. A primeira é os relatos de Eliseu (entrevista), o qual presidiu por dois anos a ASOC, entre 1996 e 1998. A segunda fonte são as observações sistemáticas feitas em três órgãos associativos: a Associação Ouro Verde, a ADSSAM e o CMDRS. Principiaremos pelos relatos de Eliseu¹⁸ sobre a ascensão e declínio da ASOC.

¹⁸ Obviamente, posicionamentos individuais se tornam questionáveis instrumentos para a construção de pensamento conjuntural se não se deixa claro em até que medida os seus fundamentos são universais e

Consolidada em 1991, a ASOC reuniu mais de 40 parceiros da vicinal Coruja entre os anos de 1996 e 1999 – período em que suas atividades associativas vivenciaram o auge. Tratou-se de uma das associações rurais melhor estruturadas na curta história do município. Ao final de 1998, a ASOC possuía recursos que nenhuma associação existente nos tempos atuais possui: um trator, um ônibus, um grupo gerador de 40 cv, uma grade niveladora, uma lâmina de trator, um torrefador de café, um moinho e um mercado próprio para a venda de produtos. A ampla maioria destas máquinas e equipamentos foi adquirida em leilões realizados pelo Governo do Amazonas: desde 1996, o Estado vinha conduzindo uma série de operações de busca e apreensão de máquinas e equipamentos, os quais eram adquiridos pelas associações locais com recursos provenientes do programa de crédito “Terceiro Ciclo”¹⁹. A gestão dos recursos financeiros oriundos das taxas de associação também permitiu a aquisição de máquinas e equipamentos. Contudo, o uso destes bens não trouxe, na visão de Eliseu, os rendimentos esperados, culminando em endividamento da Associação. O entrevistado estima que, ao final de 1999, a mesma devia mais de 12 mil reais aos postos de gasolina local, os quais assumiram como forma de pagamento o mercado e o barracão de armazenamento. Após a eleição de diversos presidentes, a ASOC teve a sua última assembleia em 2009, não tendo presenciado mais nenhum encontro ou outra atividade desde então.

Especificidades à parte envolvendo as dívidas financeiras em que a ASOC se envolveu ao final da década de 1990, as dinâmicas que permearam a sua existência revelam como o gerenciamento financeiro, o pagamento de cotas de associações e a capacidade de converter o montante financeiro arrecadado em benefícios efetivos aos associados, apresentam-se como temas sensíveis à manutenção das atividades também na Ouro Verde, na ADSSAM e no CMDRS. Estas duas primeiras organizações associativas dispõem somente de um trator à disposição dos associados. Ambas as associações não conduzem nenhum tipo de iniciativa associativa que traga impacto diretamente às

gerais, ao invés de simplesmente meras idiossincrasias. Neste sentido, ressaltaremos os pontos apontados por Eliseu que, de alguma forma, foram relatados de maneira secundária em outras entrevistas, já que nenhum entrevistado explicou, com tanta clareza de detalhes, o funcionamento de associações rurais em períodos passados.

¹⁹ Este programa foi uma rodada de concessão de crédito para incentivar a capitalização de pequenos produtores rurais, onde implica-se, metaforicamente, que a agricultura familiar no Amazonas será o terceiro ciclo de crescimento econômico no estado, tendo sido o primeiro e o segundo ciclo a expansão da borracha e a Zona Franca de Manaus, respectivamente.

dinâmicas materiais do parceleiro, tal como as feiras semanais no mercado controlado pela ASOC. Ademais, ambas as associações relataram dificuldades em contar com o pagamento das taxas de associação, sendo que significativa parte dos associados ainda estava em débito quando ocorreram as reuniões observadas.

No caso específico da ADSSAM, Miguel (entrevista) – presidente dessa associação no momento de realização da pesquisa de campo – declarou ser necessário o aumento da taxa de associação de 5 reais mensais para 10 reais. A taxa não era reajustada desde o ano de 2006, sendo a sua proposta de reajuste aprovada na assembleia observada. O incremento na taxa de associação visou, acima de tudo, cobrir os déficits ocasionados pelas dívidas oriundas do não pagamento das próprias taxas de associação. Entretanto, até que ponto essa dinâmica de endividamento não se constitui como um “ciclo vicioso”? Vejamos o ciclo da seguinte maneira: o associado não paga a associação por ter uma reduzida produtividade no campo; a produtividade no campo não é expandida, pois a associação não provém as máquinas e equipamentos que auxiliem no trabalho rural; a associação não provém as máquinas e equipamentos por ter reduzido montante pago das taxas de associação.

A dinâmica material descrita nesse “ciclo vicioso”, onde associação e produtividade entrelaçam-se como fatores interconectados, são também evidenciadas ao observarmos os dados quantitativos, disponibilizados pelo IDESAM em sua planilha referente às informações socioeconômicas dos assentados assistidos pelo Projeto de ATEs. Se tomarmos a renda logarítmica do assentado em 2014 como variável *proxy* para a sua produtividade e, com isso, a viabilidade econômica de sua propriedade rural, veremos que não há relação estatística entre o tipo de associação civil e o nível de renda familiar. A princípio, tínhamos como hipótese nula no teste ANOVA de que as formas de associação civil teriam impacto positivo no nível de renda familiar, tendo em vista que os recursos ofertados pelas associações, cooperativas e sindicatos poderiam implicar em acréscimos no nível de produtividade. No entanto, tomando um intervalo de confiança de 95%, essa hipótese é rejeitada. O teste é resumido nas duas tabelas abaixo.

Tabela 4. Teste ANOVA para tipo de associação civil e nível de renda.

<i>Tipos de associação civil</i>	<i>Mean</i>	<i>N</i>	<i>Std. Deviation</i>
associacao	3,9505	22	,54391
cooperativa	4,0783	9	,27204
nenhuma	4,1155	125	,40722
sindicato	4,1529	41	,50463
Total	4,1031	197	,44143

		<i>Sum of Squares</i>	<i>df</i>	<i>Mean Square</i>	<i>F</i>	<i>Sig.</i>
rendalog * Tipos de associação civil	<i>Between Groups</i>	,638	3	,213	1,094	,353
	<i>Within Groups</i>	37,554	193	,195		
	<i>Total</i>	38,192	196			

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IDESAM (2014). Calculado no software SPSS 20.

O reduzido impacto promovido pelas associações sobre o mundo material do parceleiro relaciona-se às reduzidas taxas de participação. Na observação da reunião da ADSSAM no dia 25/02/2017 percebemos que, dos 62 associados, somente oito estiveram presentes. Por sua vez, na reunião mensal de março, realizada no dia 09/03/2017, apenas três dos 15 órgãos constitutivos do CMDRS estiveram presentes para deliberar sobre questões envolvendo o cotidiano do parceleiro, tais como a participação nos editais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e na prestação de contas das horas de uso dos tratores controlados pelas associações rurais participantes do Conselho. De igual maneira, nenhum parceleiro entrevistado relatou participar ativamente dos sindicatos, sejam eles o patronal ou dos

agricultores familiares e trabalhadores rurais. Ao contrário, exibiu-se demasiada desconfiança e descrença no trabalho exercido por cada um deles²⁰.

Em resumo, a combinação de fatores como *(i) a dificuldade de escoamento e comercialização dos produtos agropecuários – mediante a ausência de associações estruturadas, capacitadas institucionalmente a impactar positivamente a renda do parceleiro –*, *(ii) a precariedade logística*, *(iii) a ausência de serviços básicos como energia elétrica e (iv) as limitações do INCRA em executar os projetos de apoio planejados*, consolidaram uma conjuntura de isolamento social e econômico do parceleiro nas duas primeiras décadas do PA Juma. Este não dispôs dos meios necessários tanto para conduzir as suas atividades produtivas de maneira satisfatória, nem de espaços públicos para a discussão e deliberação acerca de questões constitutivas de sua realidade socioeconômica, cultural e política. O gradativo isolamento e marginalização do parceleiro impulsionou o expressivo processo de êxodo rural logo nos primeiros anos do assentamento. Exploraremos, a partir de agora, de que maneira este movimento migratório impactou a realidade econômica e social dos parceiros que permaneceram em Apuí.

4.1.2. Dinâmicas populacionais

Se voltarmos à Tabela 3, teremos que as dinâmicas populacionais formam outro grande grupo temático referente à significação dos atores locais quanto à criação do PA Juma. Este grande grupo temático pôde ser dividido em duas linhas ou subgrupos de manifestações. Por um lado, estão as manifestações que se referem à migração de pessoas que não foram a Apuí por meio do INCRA e com o intuito de ocupar parcelas, mas com vistas a trabalhar no comércio e na prestação de serviços aos primeiros assentados. Todas as manifestações sobre essa ocupação “fora dos moldes do INCRA” foram feitas por Eliseu (entrevista) – um dos primeiros ocupantes do PA Juma. Este grupo de migrantes era composto, em sua maioria, por pessoas com um nível de riqueza e de ativos maior do que aqueles que migraram com vistas a ocupar alguma parcela de terra. Significativa parte dos principais estabelecimentos comerciais da atualidade, tais como supermercados e

²⁰ Veremos com mais detalhe o índice de confiança do parceleiro sobre os sindicatos no próximo capítulo.

postos de gasolina, bem como as primeiras lideranças políticas do município, foram justamente as pessoas que compuseram este grupo de migrantes.

Por outro lado, o grupo temático que mais se fez manifestado em relação às dinâmicas populacionais do PA Juma foi o êxodo rural logo nos primeiros anos após a criação do assentamento. Manifestações relacionadas a este fenômeno representaram 13% do total de manifestações dentro da categoria “Criação do Assentamento”. Portanto, devemos nos atentar neste momento a explorar com um pouco mais de profundidade essa questão.

Dois parceiros (Eliseu e Lineu) e dois agentes públicos (Helder – INCRA e Lucio – IDAM) manifestaram-se sobre essa questão, atrelando diretamente os primeiros episódios de êxodo rural no PA Juma às precárias condições de infraestrutura e socioeconômicas que os migrantes encontraram no local. Conforme mencionamos anteriormente neste capítulo, as entrevistas realizadas demonstram como as duas primeiras décadas foram marcadas pela ausência de estradas, pela insuficiência do apoio concedido pelo INCRA, pela dificuldade de escoamento e distribuição das mercadorias agropecuárias e pela ausência da titulação definitiva. Esta conjuntura impôs severas dificuldades à permanência do recém-instalado parceleiro em sua terra, tendo em vista que não somente a subsistência material tornava-se fato de difícil consumação, mas também as próprias condições de infraestrutura representavam um desafio para a integridade física dos parceiros.

As primeiras famílias assentadas que abandonaram as suas parcelas tomaram os três possíveis caminhos: (a) tornaram-se mão de obra assalariada em grandes propriedades rurais em outras localidades; (b) rumaram a outras regiões de assentamento na Amazônia; ou (c) migraram para a grande cidade. À princípio, o PA Juma se configurou em um assentamento para receber, aproximadamente, 7,5 mil famílias. No entanto, tanto Helder (entrevista) quanto Lucio (entrevista), agentes públicos que há muito tempo trabalham no município, afirmaram que menos de 20% da capacidade total de assentamento está efetivada – ou seja, há menos de 2 mil famílias ocupando parcelas originalmente concebidas pelo INCRA. Conforme ilustra os relatos de Eliseu (entrevista), um grupo de famílias rumou a Rondônia para atuar como mão de obra assalariada durante o seu primeiro ano de ocupação no PA Juma:

Aí um vizinho meu, lá do Coruja, um tal de Luizão, ele tinha um irmão que ele tinha vindo pra Rondônia há uns dez anos atrás. Ele era mineiro, ele era da nossa turma, tinha dois filhos. Ele foi pra Cacoal, procurou o irmão dele na fazenda, contou a situação e o fazendeiro veio aqui com pau de arara, Mercedes Truck e levou embora numa lavada dez famílias da nossa turma. Só pra cuidar de cacau. Voltou lá, veio aqui e pegou mais dez famílias. Pra levar lá em Cacoal, aqui não dava mais, o pessoal tava passando fome (ELISEU, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

Por sua vez, Lineu (entrevista) afirma que ele e outros 11 membros de sua família saíram do Mato Grosso e rumaram ao PA Juma em 1982. Deste grupo, somente Lineu e mais três continuam no município; o restante migrou para outros lugares logo nos primeiros anos após a chegada em Apuí. Da mesma forma, conforme destacamos anteriormente, na vicinal Coruja, das 60 famílias que chegaram com Eliseu e sua esposa Aurélia, somente duas permanecem nas mesmas parcelas. As demais abandonaram suas terras, ora vendendo-as para Eliseu ou para a outra família remanescente, ora vendendo-as para outras famílias que chegaram posteriormente, fora dos moldes de ocupação do INCRA, atuando como compradores privados de terra. A vinda a Apuí nesta condição foi o caso de oito dos 23 parceiros que entrevistamos (Adão, Denis, Edinaldo, Eduardo, Jader, Jarbas, Jonas e Moacir), os quais ocupavam, no momento de elaboração da pesquisa de campo, parcelas compradas, ao invés de terem sido assentados pelo INCRA.

Ao longo da pesquisa, percebemos que a compra de terra é uma importante questão para se compreender as dinâmicas fundiárias do PA Juma em Apuí. Mediante o intenso êxodo rural, uma vasta porção de terras foi lançada no mercado local de terras, ficando à disposição para a aquisição por um preço significativamente menor se comparado às outras zonas rurais no Brasil. Uma das razões para isto é a inexistência do título, o que, ademais, torna esta operação ilegal. Além disso, a migração também é fator chave para entender a oferta de terras e baixo preço das mesmas, haja vista que o anseio para sair favorece não apenas a ampliação da oferta, mas o poder de negociação dos compradores. Este trinômio migração/disponibilidade/preço constituiu-se em fator decisivo na escolha do parceiro sobre o tipo de regime de apropriação e exploração dos recursos naturais que será desenvolvido em sua propriedade rural.

Uma situação similar foi observada por Almeida (1992), para quem uma parte dos assentamentos na Amazônia brasileira foi marcada por uma ampla oferta de terras, mediante não somente o tamanho original das parcelas rurais, mas tendo em vista o

acentuado processo de êxodo rural que se instalou nos primeiros anos após a criação destes assentamentos. A ampla oferta de terras reduziu o preço, o que consolidou uma condição de reduzida “elasticidade preço dos insumos-investimento em bens de capital”. Em outras palavras, possíveis variações nos preços dos insumos agrícolas, como fertilizantes e adubos, possuíam reduzido impacto no nível de intensificação da produção, tendo em vista que o reduzido valor da terra fazia das atividades agropecuárias extensivas, ilustradas nas práticas de queimada-derrubada-plantio-ocupação, muito mais atrativas em termos econômicos.²¹

Esta dinâmica foi amplamente mencionada ao longo das entrevistas. Com exceção de Murilo, Glauber e Guilherme – sendo estes dois últimos entrevistados que não responderam quantos hectares possuem –, todos os assentados entrevistados possuem um volume de terras significativamente maior do que a quantia de 100 hectares que lhes conferida pelo INCRA. Este é o caso de Abelardo (mais de 500 hectares), Clóvis (2 mil hectares), Eliseu (180 hectares) e Plínio (mais de 4 mil hectares). Estes entrevistados relataram que os seus antigos vizinhos que abandonavam o PA Juma trocavam as suas terras por um arado, por um cavalo ou mesmo somente por uma passagem de ônibus para o novo destino, o que ilustra o reduzido valor das terras naquele tempo, bem como demonstra a facilidade de adquirir vastas porções, mesmo que estas não se convertiam em produto econômico imediato.

Mergulhados nesta dinâmica de ocupação da terra estavam todos os parceiros (assentados e os pequenos compradores de terra), cuja composição de capital difere consideravelmente dos fazendeiros que, atualmente, conduzem práticas de desmatamento e ocupação extensiva no município de Apuí. A existência de largas porções de terra controladas, porém não tituladas pelo INCRA dado que fugiam dos moldes de ocupação

²¹ Não estamos afirmando, categoricamente, que o desmatamento no PA Juma foi um produto da “armadilha da pobreza” ou da “armadilha da riqueza”, conforme discorre significativa parte da literatura sobre o desmatamento na Amazônia (COSTA, 2013). Ao contrário, procuramos, a partir da demonstração das relações estabelecidas, entender como a evasão da população rural recém-assentada influenciou nos preços da terra e, com isso, no estabelecimento de regimes extensivos de apropriação e exploração dos recursos naturais. Não acreditamos que as dinâmicas populacionais se constituem como fator único e principal para a explicação do surgimento deste regime em específico; os demais fatores causais para o seu surgimento estão fora do escopo dessa dissertação.

do território proposto por este organismo, impuseram o seguinte dilema ao parceleiro descapitalizado: como ocupar estas terras e reivindicar a posse das mesmas?

A ocupação por meio da agricultura era praticamente impossível, principalmente mediante a existência de três fatores cruciais. Primeiro, o reduzido nível de capital controlado pelo parceleiro, o qual impedia a aquisição de máquinas, equipamentos ou mesmo de mão de obra assalariada. Segundo, a inexistência de associações e cooperativas que permitissem o empréstimo de máquinas e equipamentos úteis à produção agrícola em larga escala, tendo em vista que as associações e cooperativas em Apuí – com exceção à ASOC, por um período de três anos na década de 90 – jamais dispuseram de ampla porção de maquinário sob o seu controle. Terceiro, a limitação em termos de força de trabalho, uma vez que o parceleiro contava, quase estritamente, com o uso da mão de obra familiar para o trabalho e gestão da propriedade rural.

Em face da necessidade de conversão das vastas terras em fator de produção, a pecuária extensiva emergiu como resposta do parceleiro mediante as dificuldades que se impuseram. Há quatro fatores que explicam a adoção da pecuária nos modos extensivos. O primeiro é o reduzido volume de trabalho necessário para cuidar do gado, principalmente em sua fase de engorda, característica que permite ao parceleiro o gerenciamento dessa atividade a partir do emprego exclusivo da mão de obra familiar. O segundo fator é o próprio deslocamento do animal dentro da propriedade, à medida em que ele não se fixa em um determinado local, mas procura as áreas de pastagens. Isto permite ao parceleiro ter vastas porções de sua área ocupadas pelos animais que ele cria, permitindo-o reivindicar estas áreas como áreas de sua posse. Em terceiro lugar, uma vez percebida a dificuldade de escoamento da produção, o pecuarista usufruía de considerável vantagem em relação ao agricultor, uma vez que o gado poderia ser mantido na propriedade até que surgisse alguma oportunidade de venda ao mercado local e/ou externo.

Em quarto e último lugar, o status que o pecuarista goza em Apuí se consolida como importante mecanismo de distinção social, operando desigualdades e hierarquias em termos de privilégios políticos e composição de capital econômico (BOURDIEU, 2008). No momento de elaboração da pesquisa de campo, os principais estabelecimentos comerciais eram controlados por famílias pecuaristas; parte dos vereadores – sendo um deles entrevistado por nós – eram pecuaristas ou atravessadores de gado de corte; o prefeito eleito em 2016 é um grande pecuarista da região; o principal evento cultural da

cidade é o Rodeio de Touros, realizado sempre nos meses de agosto ou setembro. Com isso, a pecuária extensiva se transformou em uma forma simbólica de legitimar socialmente a ocupação da terra e também dos espaços públicos.

Além da própria utilidade da pecuária extensiva enquanto atividade que permite a ocupação e que faz das vastas terras controladas pelo parceleiro terras passíveis de usufruto econômico, dois outros fatores explicam a consolidação de um regime extensivo de apropriação e exploração dos recursos naturais. O primeiro e mais óbvio é a apropriação econômica da madeira. O extrativismo da madeira conduzido a partir do desmatamento se configura como a prática mais elementar de exploração econômica dos recursos naturais, implicando em rápido e momentâneo fluxo de renda ao parceleiro²².

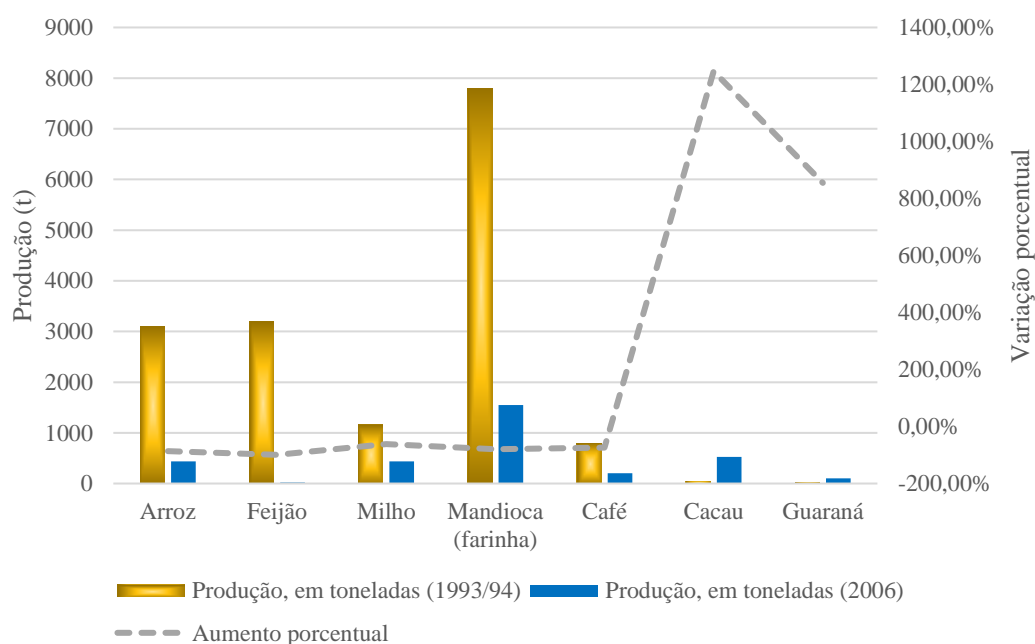
O segundo fator refere-se a um dos agrupamentos temáticos na Tabela 3, sobre as regras de desmatamento impostas pelo INCRA para a concessão de título definitivo. Representando aproximadamente 10% das manifestações sobre a criação do assentamento, os entrevistados afirmaram que uma das principais normativas impostas pelo INCRA aos assentados era a obrigatoriedade de desmatar 50% da parcela recebida como prerrogativa para a concessão do título definitivo. Assim, mesmo aquele que não adotava a criação bovina em seu modo extensivo, foi impelido ao desmatamento. De outro modo, como veremos à frente, a atuação para adequar as atuais propriedades rurais à atual normativa prevista no Código Florestal (de desmatamento legal de somente 20% da área) se tornou uma das principais iniciativas das ONGs.

Como consequência direta do encadeamento desses fatores, o município de Apuí presenciou um gradativo processo de substituição de culturas agrícolas pela pecuária. Conforme podemos observar na imagem abaixo, os parceiros apuienses passaram a focar-se muito mais na atividade pecuária a partir da década de 1990, deixando em segundo plano ou abandonando completamente atividades como o cultivo do arroz, do feijão e do milho. Os dados do Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE, e do relatório de “Informações Básicas do Município de Apuí” de 1993/94, elaborado pelo extinto Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal (ICOTI), do Governo do Estado

²² Ampla maioria das parcelas rurais em Apuí é marcada por paisagens de vastos campos abertos, onde se observa cobertura florestal somente nas áreas de Reserva Legal (ARL) e de APPs – quando conservadas. Nas áreas de pastagem, as únicas árvores que são observadas são os Babaçus, espécie que não é aproveitada economicamente pelo parceleiro apuiense.

do Amazonas, demonstram uma queda no volume produzido de todas as atividades agrícolas, com exceção do cacau e do guaraná – embora estas duas culturas ainda tenham montantes de produção expressivamente menor do que as demais culturas.

Figura 12. Evolução do volume produzido, entre 1993/94 e 2006.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do ICOTI (1994) e do IBGE (2006).

A crescente prevalência da pecuária foi reiterada por outro órgão estatal: o IDAM, organismo responsável pela concessão de crédito rural subsidiado e pela assistência técnica ao parceleiro. Se regressarmos ao histórico de atividades do IDAM, veremos que a atividade pecuária como um todo, assim como a pecuária em seu modo extensivo, foi privilegiada na política de fomento desenvolvida por este organismo. Com efeito, ao analisarmos o “Relatório de Atividades do IDAM em 2016”, vemos que, no princípio daquele ano, uma série de iniciativas estavam previstas para o fomento agropecuário, mas, dentre elas, prevaleceu o suporte à pecuária, em especial o subsídio à vacina contra a febre aftosa, o qual alcançou 91% dos criadores de gado do total previsto²³. Em outro

²³ A erradicação da febre aftosa no Amazonas é um fato de grande interesse econômico aos pecuaristas, tendo em vista que isto permitiria a venda de carne bovina a outros estados.

âmbito, ao analisarmos o Censo Agropecuário de 2006, vemos que o IDAM não motivou práticas alternativas ao regime extensivo de apropriação e exploração dos recursos naturais. Segundo dados deste Censo, somente 6,6% dos parceiros produtores de gado de corte e leiteiro receberam algum tipo de assistência técnica do IDAM para a implementação de sistemas de rotação de pastagem; além disso, os dados do mesmo ano demonstram que o IDAM apoiou somente 0,1% das famílias parceiras a adotarem práticas orgânicas de controle de pragas. Tanto as pastagens rotativas quanto a prática agrícola orgânica facilitam a recuperação natural dos solos, reduzem a pressão sobre a necessidade de abrir novas áreas e reduzem a necessidade de *inputs* químicos (ALTIERI, 2002).

Nos relatos coletados a partir das entrevistas com os técnicos do IDAM, o apoio à pecuária em Apuí aparece como um ato de “conformismo lógico”, ou seja, se apoia a pecuária no município porque foi a partir dela que a cidade se consolidou economicamente. Há uma “naturalização” da posição do município enquanto grande produtor de carne bovina no estado do Amazonas. Apuí é visto como um município “vocacionado” para a produção pecuária em larga escala. A naturalização dessa “vantagem comparativa” frente a outras cidades amazonenses se fez mais do que evidente em dois técnicos do IDAM entrevistados.

Em um primeiro momento, naturaliza-se a atividade pecuária a partir de sua “culturalização”, isto é, atrelando a sua existência devido a uma suposta inclinação cultural dos primeiros assentados pela atividade pecuária. Argumenta-se que, por serem originados do Sul do Brasil, estas pessoas sempre tiveram maior tendência à criação animal. No entanto, esta argumentação desconsidera totalmente que cerca de 80% das famílias assentadas ao longo da década de 1980 eram famílias de colonos voltados à policultura diversificada (CARRERO e FEARNSIDE, 2011; TEDESCO, 2017; TAVARES DOS SANTOS, 1991). Esta “naturalização” se fez claramente evidente nos relatos de Cláudio (entrevista, técnico do IDAM:

Eles [os parceiros de Apuí] têm assim uma pecuária um pouco mais avançada. Por que? Porque eles tem assim uma...a cultura deles é diferenciada né. Nós temos muito, muito imigrantes de outras regiões, do Sul, Sudeste, do Mato Grosso que colonizaram aquela região né, que Apuí é o maior assentamento...é uma região de assentamento né, foi o maior assentamento da América Latina já, no passado, de acordo com alguns estudos aí, é bom até comprovar isso aí, e foi, foi se

desenvolvendo nesse segmento da pecuária (CLÁUDIO, entrevista concedida em fevereiro de 2017; nosso comentário).

O segundo relato foi o de Alex (entrevista), também técnico do IDAM. Neste caso, o excerto selecionado expressa perfeitamente como a atividade pecuária é “naturalizada”, de tal modo a conceber o assentamento como um “território vocacionado” para a produção pecuária em larga escala. Além disso, ao postular o município nestes termos, o entrevistado reitera o discurso militar de posicionar o território amazônico como um território de “fronteira em transição” rumo à produção agropecuária em larga escala, vocacionado a esta condição segundo as suas características climáticas e demográficas.

Deixa eu te falar: **não tem lugar melhor no mundo pra criar boi do que em Apuí. Não tem. Solo, clima, relevo.** O período de seca nosso é muito pequeno. Nosso boi tem pasto aqui, tem rendimento que o pessoal fica impressionado, entendeu? Apuí é muito bom. É claro, muita gente degradou as terra por falta, falta mesmo de assistência técnica, por falta de conhecimento, porque o capim é que nem outra cultura, tem que ter o período de descanso, o período dele ser colhido, e por falta de conhecimento muita gente... mas agora vamos ver se a gente consegue recuperar (ALEX, entrevista concedida em março de 2017; nosso grifo).

Uma vez naturalizada – tanto entre agentes públicos quanto entre os próprios parceiros, os quais são sujeitos ao poder simbólico e econômico que pecuaristas gozam nos espaços sociais e políticos do município –, a pecuária se configura como importante “ pilar cultural-cognitivo” (SCOTT, 2014) do arranjo institucional local e, assim, reproduz-se ao longo do tempo, determinando escolhas estratégicas de parceiros no gerenciamento de suas propriedades – tal qual veremos no próximo capítulo. De igual maneira, a coalizão ambientalista joga com esta intransponível instituição cultural-cognitiva, significada pela população local como o tipo de produção que “melhor” se apropria economicamente da terra (o que, na próxima parte, ajudará a compreender porque a pecuária integra os projetos mantidos pelas ONGs ambientalistas em Apuí).

Se um dos papéis da sociologia crítica é desvelar as naturalizações, poderíamos apontar a íntima conexão entre o florescimento da atividade pecuária no município e o tripé “migração/disponibilidade de terra/preço das terras”, o qual estimulou o surgimento da pecuária extensiva como único modo “viável” de ocupação produtiva, permitindo a conversão das terras em fator de produção, e como modo de ocupação legitimado

socialmente, garantindo a posse da terra ao longo do tempo. Em outras palavras, se a formação do PA Juma tivesse ocorrido segundo os moldes planejados pelo INCRA durante a sua concepção – onde haveria um pleno apoio ao escoamento e distribuição de mercadorias agropecuárias, às associações e cooperativas rurais, bem como a concessão de títulos definitivos para as parcelas –, é possível que a pecuária extensiva não se constituísse no principal modo de uso econômico da terra. Embora este tipo de inferência não possa ser aferido pelos dados disponíveis, ela chama a atenção para o fato de que as vantagens comparativas não são dadas naturalmente, mas construídas socialmente a partir da interação social (HALL e SOSKICE, 2001).

Terminamos esta seção recapitulando o principal argumento desenvolvido até agora. Temos como principal inferência a partir dos dados coletados que a estruturação do PA Juma enquanto “fronteira incompleta” exerceu papel central na adoção de um regime extensivo de apropriação e exploração dos recursos naturais em Apuí. Talvez fosse possível definir este regime nos termos do que a literatura contemporânea chama de “neoextrativismo” (ACOSTA, 2016; FAIRHEAD et al., 2012), o qual está igualmente muito próximo das lógicas de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004). Seja como for, mais importante do que o nome é o conteúdo deste processo e suas significações. Neste sentido, pode-se notar os diversos atravessamentos entre o campo políticoambiental, a consolidação de um regime extensivo e espoliativo de uso dos recursos naturais e a organização dos espaços sociais, incluindo aqui os mercados.

A formação e consolidação de um regime extensivo de apropriação e exploração dos recursos naturais em Apuí associa-se claramente a dinâmica fundiária. Amplamente citada e intimamente atrelada às significações concedidas pelos atores locais ao pensarem a criação e formação do PA Juma –, foram 54 referências na categoria “Questões Fundiárias” – esta questão merece um tratamento específico na última seção deste capítulo.

4.2. A posse da terra em Apuí vista em perspectiva

Todos os entrevistados, sem exceção, afirmaram que ampla maioria dos parceiros apuienses ainda não dispõe de um título definitivo da propriedade onde estão. Embora a proporção exata seja um indicador difícil de ser auferido – haja vista que os

próprios agentes públicos da Prefeitura e do INCRA não conseguiram estimar –, todos os entrevistados que se manifestaram sobre o tema afirmaram que a proporção de pessoas sem títulos definitivos ultrapassa mais de 90% do número total de parceiros em Apuí. Na perspectiva dos entrevistados, a ausência de títulos representa o não cumprimento de uma das principais promessas do INCRA, bem como a não consumação de uma das principais expectativas dos migrantes.

O moroso ritmo de concessão de títulos definitivos aos parceiros do PA Juma se relaciona com a consolidação de um regime extensivo de apropriação e exploração dos recursos naturais a partir das determinações que traz sobre a estratégia de ocupação das terras. Como vimos, mediante a ausência de títulos definitivos que garantam a legalidade jurídica da ocupação das terras adquiridas com a migração de vizinhos, o parceiro remanescente em Apuí adota a pecuária extensiva como estratégia socialmente legitimada de ocupação. Esta estratégia também se apresentou como a mais plausível mediante a impossibilidade de conduzir uma produção agrícola em larga escala, o que instaurou um longo e gradativo processo de “substituição produtiva”: de uma economia pautada exclusivamente na agricultura, Apuí se consolidou, ao longo da década de 1990 e da primeira década dos anos 2000, como um dos maiores produtores de carne bovina no estado do Amazonas. Vimos como esta suposta “vantagem comparativa” nasceu, em última instância, dessas condições e encadeamentos mencionados. Por sua vez, a exploração madeireira precede a implementação da pecuária extensiva, uma vez que permite a abertura de novas áreas de pastagens e traz significativo – e momentâneo – rendimento ao parceiro.

Neste sentido, entender a posse da terra em Apuí é crucial para compreendermos, com maior profundidade, a consolidação de um regime extensivo de apropriação e exploração dos recursos naturais. Para tanto, realizamos uma agrupação temática dos relatos enquadrados na categoria “Questões Fundiárias”. Em linhas gerais, a aplicação deste método nos forneceu dois grandes grupos de significações sobre as questões mais importantes aos atores locais envolvendo a posse, ocupação e legitimação do uso da terra. O primeiro grande grupo de significações refere-se às razões para a ausência de títulos definitivos. O segundo grande grupo trata das consequências da ausência dos títulos definitivos.

No primeiro grande grupo os relatos dos entrevistados se dividiram em três linhas de significações. A mais mencionada destas é a que explica o atraso na concessão de

títulos à incongruência entre o plano original de assentamento do INCRA e os moldes atuais de ocupação. Esta significação traz consigo a relevância do êxodo rural em Apuí, o qual acarretou em um expressivo volume de terras à disposição para comercialização. Conforme vimos acima, uma vez adquirido o controle de outras parcelas, os parceleiros remanescentes passaram a ter o controle de propriedades rurais que, juntas, totalizavam uma área superior aos 100 hectares previsto no projeto de assentamento do INCRA. Entretanto, a comercialização de terras é prática proibida por este organismo dentro de regiões de assentamento, a não ser que o parceleiro possua o título da parcela que ocupa há mais de dez anos (MÁRIO, entrevista). Uma vez que praticamente todos os parceleiros apuienses ocupam áreas que não somente foram concedidas pelo INCRA, mas também compradas de seus vizinhos, a concessão de títulos sempre foi impossível mediante as leis de ocupação de assentamentos existentes²⁴.

Segundo os relatos, alguns anos antes da realização da pesquisa de campo, o município recebeu técnicos do programa Terra Legal, o qual visou regularizar as terras em regiões de assentamento tal qual o PA Juma. Abel (entrevista), comerciante e ex-técnico do IDESAM, também foi técnico do Terra Legal, atuando no georeferenciamento de mais de 50 propriedades rurais no assentamento. Segundo ele, a proposta inicial foi de aprovar a regularização de dois módulos fiscais, ou seja, de permitir a concessão de títulos a propriedades que tivessem 200 hectares – 100 hectares a mais do que o projeto original de assentamento previa. Houve discussões para permitir a regularização de propriedades de quatro módulos fiscais – de 400 hectares –, mas essa proposta não chegou a ser aprovada e implementada.

Entretanto, a implementação destas propostas que visavam alterar o tamanho permitido das propriedades dentro de áreas de assentamento não foi legalmente aprovada

²⁴ Neste ano o INCRA começou a titular esses lotes em todo o país. Os movimentos sociais foram contra o processo de intitulação instaurado, principalmente porque ele instaura valores de referência para aquisição de títulos de domínio da terra, demonstrando que esta será a principal forma de ocupação (INCRA, 2017). Outros mecanismos legais, como a concessão de direito real de uso, constituem-se de instrumentos mais eficazes para assegurar que a terra seja utilizada não para fins de especulação, mas sim no cumprimento de sua função social que é, de fato, a produção de alimentos. Ao definir valores de referência aos títulos de domínio, acredita-se que um volume maior de terras será posto à compra, estimulando possíveis práticas de *land-grabbing* (SAUER e BORRAS, 2016; FLEXOR e LEITE, 2017) e de êxodo rural de pequenos proprietários (MST, 2017).

em âmbito federal. Isto impactou diretamente na forma pela qual as empresas privadas, contratadas pelo Terra Legal, realizaram os georeferenciamentos das propriedades rurais no PA Juma em Apuí. Segundo Abel (entrevista), os georeferenciamentos foram realizados de acordo com o traçado original do INCRA, o qual não captura o estado atual da ocupação no assentamento, tendo em vista que as áreas de parceleiros sobrepõem-se umas às outras – problema que também há no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). Com isso, não se emitiu nenhum título a partir da operação conduzida pelo Terra Legal. Em certa medida, esta questão pode ser vista como um impacto de um “campo nacional de políticas fundiárias” sobre a posse da terra em Apuí e as formas de ocupação das áreas que derivam diretamente da ausência de títulos definitivos²⁵.

De igual maneira, a proposta de alteração do tamanho permitido das propriedades rurais dentro do assentamento também encontrou a contraposição de alguns agentes públicos. Helder, funcionário do INCRA em Apuí, se posicionou fortemente contra esta proposta. Segundo o entrevistado, regularizar propriedades com mais de 100 hectares seria um desrespeito aos parceleiros que se mantiveram dentro dos limites estabelecidos pelo INCRA sobre a ocupação no PA Juma.

Aquela proposta do Terra Legal regularizar quatro módulos dentro do projeto foi meio estranha, uma vez que não compete a ele medir a área demarcada, acho muito complicado que chegue a um jeito de fazer isso sem que tenha que mudar alguma lei federal. Área medida e demarcada, módulo de 100 hectares, fazer com que se transforme aquilo em uma área de 400 hectares, dentro do projeto... ia dar um problema pra quem já tá assentado. E o cara que foi assentado e respeitou, ele vai ficar com um vizinho de 400 hectares de um lado, do outro e ele no meio com 100 hectares porque foi um cara que agiu corretamente, ficou quietinho ali, respeitou tudo? Não é? (HELDER, entrevista concedida em março de 2017).

²⁵ Embora não tenhamos dados suficientes para nos aprofundarmos na ideia de “campo nacional de políticas fundiárias”, ele nos ajuda a compreender como a prevalência de um regime extensivo de apropriação e exploração dos recursos naturais no campo políticoambiental de Apuí também está relacionada enquanto produto de decisões políticas feitas em outros espaços sociais. Mudanças nas leis federais sobre ocupação e venda de lotes em regiões de assentamento mudariam, por completo, os modos de concessão de títulos no PA Juma em Apuí, o que impactaria diretamente nos modos de ocupação das terras e nas formas de apropriação e exploração de seus recursos naturais.

Para nove dos 45 entrevistados, os títulos não são concedidos devido à contradição entre a área atual das propriedades rurais e a área prevista no projeto de assentamento. Contudo, nenhum dos entrevistados que se manifestaram nessa direção são parceleiros. Ao contrário, são comerciantes, agentes públicos do IDAM e do INCRA, ou membros de ONGs; Flávio e Miguel foram os únicos parceleiros corroborar essa narrativa. Este último era o presidente do SINDISUL durante a fase de operações do Terra Legal no município, o que lhe credita maior proximidade às ações estatais passadas referente à regularização fundiária do município.

A maior parte dos parceleiros entrevistados manifestaram completa desinformação e lassidão referente à questão fundiária em Apuí. O agrupamento “desinformação” foi o segundo mais manifestado em toda a categoria sobre “Questões Fundiárias”. Isto representa uma relativa alienação do parceleiro frente às tramas políticas e institucionais envolvendo a concessão de títulos em um cenário de incongruência perante o tamanho de sua propriedade e o plano original de assentamento do INCRA, bem como a alienação perante o desenvolvimento de programas estatais como o Terra Legal. Isto culmina, por um lado, no desconhecimento sobre os aspectos legais da titulação, tendo em vista a complexidade de normas, processos e obrigações envolvendo este tema e, por outro lado, na não efetivação da titulação, mesmo após vários anos tomando as medidas necessárias e obedecendo aos processos necessários para lograr a mesma. Lineu, um dos parceleiros mais antigos, foi um dos respondentes que ratificou o abandono de qualquer tentativa de compreender as tramas envolvendo a titulação:

Você vai no INCRA e você nunca sabe de nada. Você nunca... 'ah, tal tempo vai vir'. Passou o Terra Legal, 'aqui é seu', vizinho concordou, 'tá, marca'. Mas até hoje nunca veio solução daquilo, que daí eles ponharam e disse que depois ia passar uma turma na tua terra e vendo se você movimentava aquilo, porque senão tinha gente que tinha um monte de terra e coisava aquilo né... mas quem tinha a terra e tava movimentado a terra eles iam dar... mas até hoje não veio. Não tem como você falar nada, nada. Tem nem como você explicar, não tem explicação” (LINEU, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

A alienação do parceleiro envolvendo as questões fundiárias também aparece a partir do momento em que se afirma que a regularização das terras é instrumento de decisão e controle político. Este foi o terceiro e último agrupamento temático dentro do grande grupo referente às causas para a ausência de títulos definitivos (Tabela 5). Na

visão dos respondentes neste grupo temático, a titulação é uma estratégia de dominação, onde a concessão de títulos aparece como produto do “descaso” estatal (CLÓVIS e EDINALDO, entrevista) ou como uma estratégia de “controle do território” e da população que o ocupa (AIRTON, entrevista). Acima de tudo, os relatos agrupados neste conjunto possuem como denominador comum a impossibilidade do parceleiro, seja enquanto indivíduo ou por meio de representações coletivas a partir dos organismos associativos como o CMDRS ou os Sindicatos, em reivindicar um direito prometido pelo INCRA no início da ocupação do PA Juma.

Se tomarmos em conjunto a histórica dificuldade de reivindicar por uma titulação mais efetiva e o fracasso de projetos passados como o Terra Legal, teremos que o parceleiro se fez sujeito a uma série de consequências perante a ausência de títulos. Estas consequências foram sumarizadas no segundo grande grupo de significações envolvendo as manifestações enquadradas dentro da categoria analítica “Questões Fundiárias” (Tabela 5). De maneira geral, este grande agrupamento pôde ser dividido em quatro subgrupos temáticos.

O primeiro congrega as manifestações que apontaram a necessidade de utilizar outros documentos, para além do título definitivo, como instrumentos para reivindicar a posse da terra. Ainda que, legalmente, estes documentos não substituam o título definitivo, socialmente são documentos aceitos como provas de ocupação e posse das parcelas rurais. Dentre eles estão: o contrato de compra e venda, o Guia de Transporte Animal (GTA), a declaração de posse, o cartão de assentamento, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o título de domínio, o contrato de permuta e declaração de vizinhança.

Tabela 5. Agrupação temática referente às questões fundiárias no PA Juma.

Entrevistado	<i>Razões para a ausência de títulos definitivos</i>			<i>Consequências da ausência de títulos</i>				TOTAL
	Incongruência entre a lei de ocupação e os modos efetivos de ocupação	Titulação como instrumento político	Desinformação	Utilização de outros documentos como título	Chegada dos fazendeiros	Impossibilidade de contratação de crédito	Preocupação em perder as terras	
Abel	1	-	-	-	-	-	-	1
Abelardo	-	1	-	-	-	-	-	1
Alessandra	-	-	-	-	1	-	-	1
Alex	1	-	-	-	1	-	-	2
Airton	-	1	-	-	-	1	-	2
Clóvis	-	1	-	-	-	-	-	1
Edinaldo	-	1	-	1	-	-	-	2
Eduardo	-	-	1	-	-	-	-	1
Edvaldo	-	-	-	1	-	-	-	1
Eliseu	1	-	-	-	1	1	1	4
Felipe	-	1	-	-	1	1	1	4
Flávio	2	-	-	-	-	-	-	2
Gerson	1	-	-	1	-	-	-	2
Glauber	-	-	1	-	-	-	-	1
Guilherme	-	-	1	-	-	-	-	1
Helder	2	-	-	1	-	-	-	3
Jonas	-	-	-	2	-	-	1	3
Laércio	1	-	-	-	-	-	-	1
Lineu	-	-	1	-	-	-	-	1
Lúcio	-	-	1	-	-	1	-	2
Mário	1	-	-	-	-	-	-	1
Moacir	-	-	1	-	-	-	-	1
Miguel	2	-	-	1	-	-	-	3
Murilo	-	-	1	-	-	-	-	1
Plínio	-	-	1	1	-	-	-	2
TOTAL	12 27,3%	5 11,4%	8 18,2%	8 18,2%	4 9,1%	4 9,1%	3 6,8%	44 100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017).

A utilização de outros documentos foi o segundo grupo temático mais citado na Tabela 5 – juntamente com a categoria “desinformação”. Mobilizar os documentos acima mencionados como prova de ocupação e posse da terra apresentou-se como estratégia possível ao parceleiro e amplamente utilizada, mediante o expressivo atraso na concessão de títulos definitivos emitidos pelo INCRA. Especificamente no que diz respeito ao GTA, a existência deste documento e a sua legitimidade social reforça a dinâmica de ocupação das terras a partir da pecuária extensiva, conforme elucidamos na seção anterior. Emitido para cada animal, com o GTA o parceleiro possui um instrumento de comprovação de que o animal que ocupa produtivamente uma determinada área lhe pertence, reivindicando assim a posse desta área.

Nós tá aí, nós tá aqui largado. Nós têm umas área aí, tá dentro do assentamento Juma, mas nós não tem nenhuma folha de papel. Eu vou lá no INCRA, ‘eu quero que você bote o nome aí que eu adquiri esse lote por uma forma legal e quero que’... amanhã ou depois pode chegar um outro cara e... só que aí não tem, ele não põe. ‘Não tô autorizado a fazer nada desse tipo’. Aí o que você faz, tem que fazer um serviço, derrubar uns mato, botar um GTA de gado em cima daquela área, porque aí gera um documento (JONAS, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

O relato acima ilustra a relação entre a ausência de títulos definitivos e a consolidação de um regime extensivo de apropriação e exploração dos recursos naturais. A ausência de títulos definitivos incentivou práticas de queimada, derrubada, exploração madeireira e criação animal extensiva, tendo em vista que para esta modalidade de ocupação da terra haveria um instrumento socialmente aceito como legitimador da posse da terra.

O segundo subgrupo temático trata da chegada dos fazendeiros como uma consequência desta instabilidade institucional. A aquisição de pequenas e médias propriedades por grandes fazendeiros vindos majoritariamente do Mato Grosso e de Rondônia, repete, em algumas esferas, o próprio processo de ocupação de parcelas vizinhas que ocorreu no assentamento desde a data de sua formação. Se, ao longo deste processo histórico, parceleiros expandiram as suas propriedades a partir do baixo custo de aquisição das parcelas vizinhas, atualmente os grandes fazendeiros que chegam em Apuí gozam de um preço de aquisição das terras relativamente menor se comparado ao preço praticado em suas respectivas regiões de origem. A não titulação reduz o valor

relativo das terras em Apuí frente as terras de outras regiões rurais, configurando-se em um dos principais fatores impulsionadores do processo de “land grabbing” (SAUER e BORRAS, 2016; FLEXOR e LEITE, 2017).

O terceiro subgrupo reflete uma consequência direta da ausência de títulos para a vida material do parceleiro. Cerca de 10% das manifestações sobre as questões fundiárias no município estiveram atreladas a ausência de títulos como empecilho legal para a contração de crédito rural. Na visão dos entrevistados respondentes dentro deste subgrupo temático, a ausência de títulos operou como entrave para conceder a propriedade como garantia à tomada de empréstimos, principalmente entre o período de criação do assentamento em 1982 até meados dos anos 2000, quando programas como o PRONAF passaram a ser implementados. Dessa maneira, pequenos créditos rurais, os quais trazem consigo reduzida margem de impacto em termos de investimento e intensificação da produção rural, foram a única opção, deixando o parceleiro à margem de grandes empréstimos que poderiam conduzir a mudanças mais profundas em termos de produtividade. Entretanto, o volume de crédito tem crescido nos últimos dez anos – conforme veremos no próximo capítulo –, o que demonstra que os documentos alternativos como o CAR, o GTA, o título de domínio, a declaração de posse e a declaração de vizinhança (ALEX, entrevista), vêm sendo aceitos pelas instituições financeiras como instrumentos de comprovação de posse e emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Por fim, o quarto e último grupo traz a íntima consequência da ausência de títulos definitivos na avaliação de risco e vulnerabilidade que o parceleiro constrói de si e de sua posição ocupada. Representando 6% de todas as manifestações dentro da agrupação temática sobre questões fundiárias, este último agrupamento refere-se ao medo de perder a posse da terra como uma das principais consequências da ausência de mecanismos legais garantidos pelo INCRA para comprovação da propriedade. Apesar de ser o grupo temático menos manifestado, devemos nos atentar ao fato de como o receio do parceleiro em perder a sua propriedade está atrelado à condição de estar vulnerável a qualquer conflito pela disputa da terra, a partir do momento em que outra pessoa ocupar a mesma terra e reivindicar a posse para si. Ainda que o número de mortes em Apuí devido a conflitos fundiários seja significativamente menor se comparado a outras localidades na Amazônia brasileira (CPT, 2017), o histórico de conflitos e mortes recentes envolvendo a posse de terras – tal qual a morte do presidente do SINDISUL, no final de 2016 –

assombra o parceleiro e a sua tentativa de constituir, perenemente, um “território familiar”.

4.3. O PA Juma como uma “fronteira (ainda) em transição”

O título desta seção resume a visão do parceleiro sobre o PA Juma. Ao longo de todo este capítulo apresentamos as principais dimensões relacionadas ao processo histórico de consolidação do assentamento tais quais compreendidas pelos próprios atores deste processo. Tais dimensões impulsionam expressiva parte dos atores locais entrevistados a significarem a formação e consolidação do PA Juma como um processo “incompleto”, tendo em vista que uma série de expectativas e motivações mantidas pelos atores locais no momento de migração ainda esperam para serem efetivadas. Vale mencionar que parte dos entrevistados estiveram motivados a dar entrevistas na esperança de que eu “*levasse tudo aquilo para as autoridades competentes*”; na esperança de que os resultados da pesquisa pudessem ser aplicados para a melhoria de suas condições de vida. Presenciar isto como motivação principal para participar das entrevistas foi um importante resultado de pesquisa e uma relevante informação para entender como o parceleiro pensa a sua existência no PA Juma, além de um a responsabilidade e compromisso enquanto pesquisador social.

Diversos relatos foram concedidos na direção de construção dessa “incompletude”. Para concluir este capítulo, apresentamos alguns destes relatos. Longe de construirmos um pensamento conjuntural a partir de poucas e pontuais citações, o que os excertos selecionados demonstram são declarações que necessitam ser apreendidas para podermos avançar na análise das dinâmicas sociais que nos propomos a explorar (Quadro 7). Em geral, estes relatos apontam para a mencionada “incompletude”, onde a consolidação do território familiar e de um processo de mobilidade social ascendente não foram possíveis no PA Juma em Apuí.

Quadro 7. Relatos sobre a formação “incompleta” de Apuí enquanto fronteira agropecuária.

Parceleiro	Excerto
Eliseu	<i>"Isso aí é complicado, é complicado, porque... uma que as terras aqui deixaram muito a desejar, não é a propaganda que o INCRA fez. Se a gente pegar o livro que eu tenho em casa, o projeto que o INCRA nos implantou, eu tenho todo o projeto, é um livro assim do projeto, o que o INCRA ia fazer, as agrovilas, as escolas, as cerealistas, a extração da madeira pra carvão, se você olhar o projeto você fica encantado, 'não, eu vou'. Então, isso deixou muito a desejar, produção baixa das terras".</i>
Flávio	<i>"E a gente vê nos outros assentamentos por aí tudo vai e vem, você tem uma assistência técnica melhor, eles faz um projetozinho pra você. Não, não tem esse tipo de ajuda, que se interesse mesmo por nós. Porque a gente só ouve falar, tudo é a favor da agricultura e nós não vê nada disso. A gente vê o desenvolvimento em outros lugares e nós aqui é abafado, não tem como a gente caminhar".</i>
Lineu	<i>"E sei lá...tá feia as coisa, não tem como melhorar, as coisa da gente não melhora. A gente não vê um futuro, a gente não enxerga mais. Há dez ano atrás a gente tinha outra visão, hoje já não tem aquela visão mais, não tem aquela animação mais".</i>
Plínio	<i>"A gente trabalhava também com terra, com suinocultura, com agricultura. E aí viemos pra cá fazer essa aventura aí, praticamente nos desfizemos do nosso patrimônio lá pra vir investir aqui e se hoje a gente tivesse o que nós tínhamos lá e vendemos e trouxemos pra cá o nosso patrimônio, o que temos hoje aqui se multiplicaria por dez lá. Porque lá houve a valorização das terras, a qualidade de vida é muito maior. Pra você ter uma ideia, as terras que nós tínhamos lá hoje vale a faixa dos 200 mil real o alquer, 250. Aqui 10 mil, 15 mil. Lá a gente tá em cima de asfalto, tem hospital bom, tem tudo. Então pra nós, no aspecto das expectativas nossa, nós tamo frustrados né".</i>

Fonte: Elaborado pelo autor com dados coletados na pesquisa de campo (2017). Nosso grifo.

A ideia do PA Juma enquanto “polo de ocupação” e “polo de desenvolvimento”, conforme pressupunha o Governo militar não se efetivou na prática. Os relatos acima ilustram parte de uma série de dados e dimensões levantadas ao longo desse capítulo que demonstram a incompatibilidade com o que foi efetivamente ofertado ao assentamento

em relação ao projeto original. O “interesse existencial” (FLIGSTEIN e McADAM, 2012) do parceleiro em meio a todo o processo de migração, ocupação e produção, foi apenas parcialmente consumado. Importantes dimensões como a posse definitiva da terra, as possibilidades de escoamento e distribuição da produção agropecuária, as práticas associativas em cooperativas, sindicatos e associações, estiveram sempre como possibilidades exíguas, afetando negativamente a viabilidade da consolidação perene de um “território familiar”, assim como qualquer possibilidade de lograr uma mobilidade social ascendente.

Além disso, neste capítulo demonstramos como o “campo nacional e estadual de políticas fundiárias” articula-se ao “campo políticoambiental de Apuí” e, portanto, com a consolidação de um regime extensivo de apropriação e exploração dos recursos naturais. No próximo capítulo, veremos como as dinâmicas do “campo econômico” também opera neste sentido. Além disso, veremos como o parceleiro, em seu mundo material, adota estratégias de ação que visam promover o seu interesse existencial pela consolidação do “território familiar” e em propiciar às novas gerações oportunidades socioeconômicas para lograr uma ascensão social.

CAPÍTULO 5. O PA JUMA NOS DIAS ATUAIS: DINÂMICAS PRODUTIVAS E A ECONOMIA DOMÉSTICA DO PARCELEIRO

Terminamos o capítulo anterior com excertos de entrevistas realizadas com parceiros, os quais esclarecem a ubíqua significação do PA Juma em Apuí como uma fronteira “incompleta”: local onde não se concretizou um processo de mobilidade social ascendente e onde se fez impossível a consolidação perene do “território familiar”. Ou seja, como ingrediente crucial da não efetivação de importantes motivações e expectativas que motivaram a migração, podemos afirmar que está a impossibilidade de fixar-se definitivamente na terra, de reproduzir a estrutura familiar em uma determinada propriedade e de sacar a subsistência material dele.

Nas “contas de casa” é onde se traduz a viabilidade da ocupação, bem como de onde saem os principais estímulos para possíveis novas estratégias para alterar os termos e resultados desta conta. Da relação produtiva do parceiro com a terra – constituída a partir do emprego da sua força de trabalho e das suas relações com os outros atores do campo – extraem-se os termos das contas domésticas e, com elas, a possibilidade de consolidar um território familiar. Neste sentido, o que está em jogo ao parceiro ao participar do campo econômico é a possibilidade ou não de constituir de maneira perene este “território”.

Seria um erro entendermos o campo econômico como um espaço onde reina uma racionalidade estritamente econômica por parte dos parceiros, como se este espaço estivesse regido por lógicas desvinculadas daquelas que orientam o funcionamento de outros espaços sociais. Na verdade, seguindo os principais pressupostos da NSE (GRANOVETTER e SWEDBERG, 2011), entendemos o campo econômico como um espaço onde os seus agentes orientam-se segundo hábitos, rotinas e procedimentos socialmente e culturalmente enraizados. A identidade rural e os valores familiares, por exemplo, aparecem como instituições que orientam as decisões estratégicas dos indivíduos nesse campo.

Nos dois capítulos anteriores, entendemos o processo de formação institucional do PA Juma em Apuí, tendo recorrido sobre os diferentes modelos de ocupação concebidos pelo INCRA para a região amazônica, as dinâmicas de titulação, as regras impostas sobre o montante mínimo de desmatamento para a concessão de títulos, as

apropriações simbólicas sobre o território como “fronteira em transição” e as linhas de atuação do IDAM e de outras agências estatais. Em conjunto, cada um destes fatores consolida a teia de instituições regulatórias, normativas e culturais-cognitivas que formarão o tecido conjuntivo da realidade social dos atores locais – tecido no qual as ONGs passam a fazer parte quando começam a operar localmente, em 2008. Neste sentido, uma parte integrante do ato de compreender a formação institucional do PA Juma em Apuí é entender a sua formação agropecuária, isto é, a formação das estruturas do campo econômico.

Para tanto, primeiramente iremos entender as significações emitidas pelos parceiros sobre as dinâmicas produtivas e distributivas envolvendo o gerenciamento de suas respectivas propriedades rurais. Estarão envolvidas nestas significações temas como a composição de capital familiar e as estratégias de ação dentro do campo econômico. Em seguida, veremos como o limitado conjunto de estratégias de ação possíveis para lograr a subsistência material força o parceiro apuiense a buscar formas de trabalho alheias ao trabalho exclusivo na propriedade familiar, estimulando processos de ruptura com um modo de vida rural consolidado ao longo de sua trajetória social. Por fim, entenderemos brevemente como a “conservação” tem sido veiculada por alguns parceiros como caminho para manter-se produtivamente na terra – fato que nos direcionará às análises a serem feitas na próxima parte sobre as estratégias de engajamento das ONGs.

5.1. Significações envolvendo a produção agropecuária

Para compreender esta especificidade, conduzimos uma análise de conteúdo das categorias “Produção” e “Trabalho Rural”, a fim de entender como o parceiro pensa e significa a sua permanência na terra, quais são os principais elementos que orbitam as suas atividades econômicas e quais são os principais padrões de comportamento e classificação que se encontram entre os diferentes parceiros. Agrupamos os relatos em três grandes divisões: (I) da “composição de capital e força produtiva do parceiro”; (II) da “posição individual no campo econômico e retorno financeiro”; e (III) das “estratégias de ação” disponíveis ao parceiro. A tabela abaixo sistematiza o número de vezes que determinada divisão foi mencionada pelo entrevistado.

Tabela 6. Conteúdo manifestado pelo parceleiro²⁶.

		Composição de capital e de força produtiva		Posição individual no campo e retorno				Estratégias de ação							
Entrevistado	Categoria	Relação: tempo de trabalho/retorno	Variações na força de trabalho familiar	Relação: retorno e manchas de solo	Escassez de assistência técnica e de tecnologia na produção	Queda no rendimento do solo	Relação: retorno e acidez na terra	Relação: produtividade e concentração de terras	Almejo da pecuária	Mão de obra assalariada	Diversificação para controle das contas domésticas	Conservar para melhorar produtividade	Relação: Exôdo e Contas domésticas	Relação: contas e novas áreas	SOMA
Abelardo	Parceleiro	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	1	-	-	4
Adão	Parceleiro	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Clóvis	Parceleiro	-	-	-	1	2	-	-	-	1	-	1	-	-	5
Denis	Parceleiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Edinaldo	Parceleiro	-	-	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	4
Eduardo	Parceleiro	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Edvaldo	Parceleiro	1	-	-	1	2	-	-	1	-	-	-	-	1	6
Eliseu	Parceleiro	-	1	-	1	-	-	1	-	-	1	-	1	-	5
Flávio	Parceleiro	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Glauber	Parceleiro	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	1	4
Guilherme	Parceleiro	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Ignácio	Parceleiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ítalo	Parceleiro	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
Jader	Parceleiro	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	3
Jarbas	Parceleiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Jonas	Parceleiro	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3
Lineu	Parceleiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Moacir	Parceleiro	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	5
Miguel	Parceleiro	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
Murilo	Parceleiro	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Plínio	Parceleiro	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SOMA - PARCELEIRO		4 7,0%	8 14,0%	2 3,5%	7 12,3%	12 21,1%	3 5,3%	4 7,0%	2 3,5%	2 3,5%	2 3,5%	3 5,3%	4 7,0%	4 7,0%	57 100%

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017).

²⁶ Os parceleiros que não estão presentes na lista são aqueles que não possuem nenhuma manifestação dentro das categorias “Produtividade” e “Trabalho Rural”.

Conforme demonstra a tabela acima, a maioria do conteúdo manifestado pelos parceiros diz respeito às significações quanto a posição ocupada no campo econômico (“posição individual no campo e retorno”). Há, dentro dessa divisão, algumas subdivisões relativas a variedade de conteúdo encontrado. São elas: (i) da “relação entre retorno e as manchas de solo”, (ii) da “escassez de assistência técnica e de tecnologia para a produção”, (iii) da “queda do rendimento do solo e da produção”, (iv) da “relação entre retorno e acidez do solo” e, por fim, (v) da “relação entre produtividade e concentração de terras”. Vale uma explicação um pouco mais aprofundada da característica geral de cada uma dessas subdivisões.

5.1.1. Posição individual no campo e retorno

No que tange à subdivisão (i), despontaram alguns relatos envolvendo o nível de produtividade do solo de acordo com as manchas de solo. Para alguns parceiros, houve famílias que foram assentadas sobre terras mais favoráveis para o cultivo de culturas permanentes ou temporárias, ou mesmo para o cultivo do pasto para a criação de gado de corte, ao passo que há famílias localizadas sobre manchas de terra desfavoráveis à produção agropecuária. Contudo, essa racionalização não se faz amplamente difundida e constitutiva da realidade da maior parte dos parceiros, uma vez que somente um deles – Adão – se manifestou sobre essa questão.

Em contrapartida, a subdivisão (ii) foi a terceira mais manifestada por todos os parceiros e representa para nós um importante indicador sobre o campo econômico. Essa subdivisão diz muito sobre o teor da relação que os parceiros têm estabelecido com os agentes do IDAM, já que este sempre representou o principal órgão de extensão rural no assentamento.

Com efeito, 12% das manifestações dos parceiros sobre as dinâmicas produtivas do seu estabelecimento rural estão relacionadas à escassez de assistência técnica. Há uma clara insatisfação do parceiro para com o IDAM e com os serviços que este órgão presta. Como vimos no Capítulo 2, nos últimos anos a atuação deste órgão tem se concentrado na aplicação de vacinas contra a aftosa (as demais iniciativas tiveram um montante realizado expressivamente abaixo do montante inicialmente planejado). Além disso, a redução no ritmo anual de visitas – fato que será explicado com maiores detalhes no

próximo capítulo – devido a redução no número de técnicos no corpo de profissionais do IDAM, auxilia na deterioração dessa relação. O que se pode induzir com o conteúdo das manifestações dos parceiros sobre essa questão é uma descrença quanto a capacidade deste órgão em oferecer alternativas tecnológicas para incrementar o nível da produção, seja quantitativamente ou qualitativamente. Isto, ademais, representa um importante achado para a nossa pesquisa, na medida em que novos atores, como as ONGs, passaram a desempenhar o papel desta entidade nos últimos anos²⁷. Antes de prosseguirmos com a subdivisão (iii), a mais mencionada da Tabela 6, veremos rapidamente o conteúdo das subdivisões (iv) e (v).

A subdivisão (iv) trata da relação entre a produção e o nível de acidez do solo, manifestado pelo parceiro usualmente pela necessidade “de jogar um calcário pra corrigir a terra”. A presença relativamente baixa – de 5%, aproximadamente, sobre o total de manifestações – não condiz com a atenção dada a essa questão nos relatórios e documentos, especificamente das ONGs atuantes. A manifestação desse ponto é comumente encadeada logicamente com a subdivisão (v), a qual trata da relação entre o baixo nível de produtividade e a implicação disto sobre a prática de concentração de terras para lograr a subsistência. Ao parceiro, se faz óbvio que a impossibilidade de “corrigir” a acidez do solo reduza a sua produtividade, o que implica a necessidade de expandir a área cultivada em hectares, a fim de poder suportar uma capacidade animal ou agrícola que condiz, em termos financeiros auferidos a partir da venda, com os padrões necessários para a sua subsistência. Vimos a objetividade desta relação nos dados apresentados nos capítulos anteriores, onde a pecuária extensiva se faz produto de uma relação entre o modelo de ocupação e concessão de terras e a relação entre o preço da terra e o investimento inicial do assentado.

As dinâmicas que emergem das subdivisões (iv) e (v) se conectam diretamente com aquelas da subdivisão (iii) – a mais manifestada em toda a Tabela 6. Ao todo, 21% dos parceiros relataram vivenciar uma queda significativa da produtividade do estabelecimento rural e da renda familiar nos últimos anos. Quando não manifestavam diretamente a deterioração de suas contas domésticas, relatavam experiências similares

²⁷ Atentar-se como se constitui essa relação entre organismos não governamentais e parceiros, tendo como plano de fundo a gradativa perda de espaço do IDAM tanto no mundo prático quanto no imaginário do parceiro, será um dos objetivos do próximo capítulo.

vividas por “amigos” ou “parentes”. Este tipo de conteúdo elucida o drama em que o parceleiro está mergulhado, haja vista que um retorno cada vez menor dificulta a viabilidade de sua ocupação na terra e a reprodução social.

A deterioração das contas domésticas, para além do conteúdo das entrevistas, também é encontrada quando analisamos os dados quantitativos, os quais apontam para uma queda tendencial da produtividade. O Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE, contém uma seção de dados sobre o retorno obtido pelo parceleiro com a venda de mercadorias agrícolas no mercado agropecuário. Precisávamos, no entanto, de dados mais recentes, a fim de comparar a evolução da renda familiar. Para tanto, foi requerido ao IDESAM a permissão para acessar os dados socioeconômicos das famílias assentadas atendidas por este organismo dentro do projeto de ATES selado com o INCRA. Um dos dados socioeconômicos disponíveis é, justamente, o volume financeiro obtido pelo assentado com a venda agrícola e pecuária. Entretanto, deve-se notar que essa planilha trata, justamente, de assentados, não contemplando famílias que compraram antigas parcelas rurais. Isto não ocorre com os dados do IBGE, que traz os retornos financeiros tanto de assentados quanto de compradores de terra - isto é, aos parceiros de uma maneira geral. Portanto, ainda que a comparação possa ocorrer, ela não pode ser tomada como indicativo isento de dúvida ou contestação, servindo assim mais como dado auxiliar ao argumento do que pilar estatístico²⁸.

Podemos observar que, em 2006, em reais de dezembro de 2014, a renda média anual obtida pelo parceleiro com a venda de produtos agropecuários foi, em média, 18 mil reais. Em contrapartida, a renda média anual do assentado em 2014 foi menos de 13 mil reais. Isto implica em uma redução aproximada de 5 mil reais em 8 anos – ou de uma queda anual média de 625 reais²⁹.

²⁸ Como último detalhe a ser mencionado antes de apresentar a tabela, foi necessário trazer os valores monetários encontrados no Censo Agropecuário de 2006 para valores monetários de dezembro de 2014, momento em que foi coletado os dados contidos na planilha do IDESAM. Para tanto, utilizamos o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE, como indicador para realizar a operação.

²⁹ Os dados do IDESAM para o ano de 2014 não permite distinguir a renda entre assentados pecuaristas e assentados agricultores e/ou extrativistas.

Tabela 7. Retorno financeiro dos parceiros por atividade, em 2006, comparado ao retorno financeiro de assentados, em 2014.

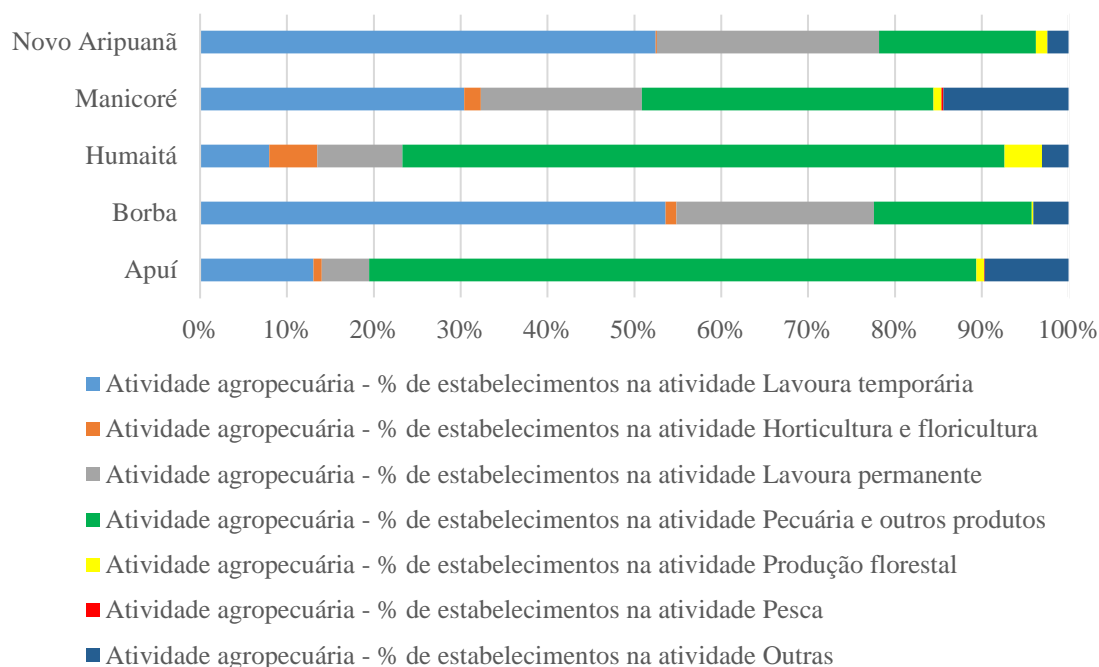
Atividade	Receita média por estabelecimento, em 2006 (em reais de dez./2014) - IBGE		Receita média por estabelecimento, em 2014 - IDESAM
Animais e seus produtos	R\$	21.664,50	Não informado
Agricultura e extrativismo	R\$	6.098,83	Não informado
Todas as atividades englobadas	R\$	18.245,25	R\$ 12.934,31

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2006; 2017) e IDESAM (2014).

Esta queda tendencial da produtividade e do rendimento no campo econômico também é encontrada na literatura, ainda que esta abarca a problemática com dados sobre a macrorregião onde está inserido o município de Apuí – a macrorregião do Sul Amazonense. Especificamente, no âmbito da pecuária, atividade predominante entre os parceiros apuienses, despontam importantes trabalhos que demonstram como nessa se presença uma queda gradativa nos retornos financeiros. Costa (2013), por exemplo, demonstra que a pobreza rural entre pecuaristas no sul amazonense cresceu significativamente se comparados os Censos Agropecuários de 2006 com o de 1995/1996. Segundo o autor, este indicava que havia, aproximadamente, 500 pecuaristas com rendimentos acima da renda média rural brasileira, ao passo que o último Censo indica que não há mais nenhum pecuarista no sul amazonense nesta condição.

Neste sentido, em boa medida, as dinâmicas populacionais em Apuí vêm de seu mercado agropecuário pautado principalmente na atividade pecuária, a qual vivencia uma queda tendencial da produtividade e do retorno financeiro. A singularidade desse processo em Apuí, se comparado aos demais municípios da microrregião da calha do Rio Madeira, pode ocorrer devido ao fato das demais cidades estarem sustentadas em outras atividades econômicas que não a pecuária extensiva. Se observarmos a Figura abaixo, onde estão dispostas a proporção do agregado de estabelecimentos rurais segundo atividade produtiva predominante, veremos que Borba, Manicoré e Novo Aripuanã diferem significativamente de Apuí.

Figura 13. Proporção de estabelecimentos sobre o total segundo ramo produtivo (2006)
– municípios da Microrregião da calha do Rio Madeira.



Fonte: IBGE (2006).

A queda tendencial da produtividade e do retorno financeiro serve como o principal indicador conjuntural acerca do campo econômico, bem como um relevante índice para caracterizar a posição ocupada pelo parceleiro dentro desse campo. Isto devido ao fato de o interesse pelo “sustento” ser materialmente explicado à medida que se tem uma gradativa deterioração das contas domésticas, somadas com a iminência da evasão populacional frente a inviabilidade da ocupação e da administração do estabelecimento rural. Neste sentido, podemos tomar esta conjuntura acerca da posição ocupada pelo parceleiro no campo econômico como fator propulsor a adoção de estratégias de ação no âmbito da produção agropecuária.

5.1.2. Estratégias de ação

Quais estratégias o parceleiro dispõe para a reprodução da estrutura familiar? Para responder a essa questão, precisamos voltar à Tabela 6, a fim de identificar as principais manifestações dos parceleiros sobre essa dimensão. Há que ressaltar, antes de tudo, que se tratam de estratégias de ação consolidadas em subdivisões construídas a partir do conteúdo dos relatos que se situavam diretamente relacionados ao âmbito da “Produtividade” e do “Trabalho Rural”.

Também neste caso, houve algumas subdivisões dentro da divisão maior. São elas: (1) do “almejo pela atividade pecuária”, (2) da “contratação ou de tornar-se mão de obra assalariada”, (3) de “diversificar culturas produtivas para o controle das contas domésticas”, (4) de “conservar a natureza para melhorar a produtividade do solo”, (5) da “relação direta entre o constrangimento das contas domésticas e o êxodo” como estratégia remanescente e, por fim, (6) da “relação entre novas áreas abertas e a insuficiência da renda”.

A subdivisão (1) traz a pecuária como horizonte possível ao parceleiro. A pecuária ocupa lugar central no imaginário do parceleiro apuiense, mediante manifestações culturais, tais como o rodeio anual que acontece sempre nos meses de agosto ou setembro, ou em posições políticas, tendo em vista que pecuaristas ocupam cargos de alto escalão na prefeitura e na câmara de vereadores. Isto colabora para uma tendência inercial no crescimento do contingente de gado nos últimos anos. Ao compararmos os resultados da Pesquisa Municipal da Pecuária do IBGE de 2010 e 2000, veremos que neste ano, no município de Apuí, havia 4,3 cabeças de gado por habitante rural; com o decréscimo da população no campo e, acima de tudo, com o crescimento vertiginoso da pecuária enquanto alternativa produtiva, esta proporção se expandiu para 18,5 cabeças por habitante rural.

Outra classificação consolidada é a subdivisão (2), que destaca a contratação de mão de obra assalariada ou o emprego da própria força de trabalho no comércio local ou, principalmente, junto a fazendeiros que chegam do Mato Grosso e de Rondônia. Sobre a contratação de mão de obra, muitos parceleiros manifestaram interesse nessa possibilidade, mas não a contrataram devido ao custo diário que representa. Isto explica porque quase nenhum respondente foi associado a essa subdivisão. Três entrevistados

trouxeram valores concretos ao custo da mão de obra adicional, os quais sempre convergiram para um custo médio diário de 200 reais. O valor é tido como muito alto pelos parceiros, embora represente aos entrevistados uma opção plausível para agregar força de trabalho para além da mão de obra familiar.

No que diz respeito a converter-se em empregado de fazendeiros ou dos comerciantes locais, somente um parceiro entrevistado atua como tal, devido à impossibilidade de manter-se produtivamente na terra. Ítalo tem 29 anos e é o irmão mais velho de uma família com cinco componentes: pai, mãe, Ítalo e suas duas irmãs mais novas. O vínculo empregatício de Ítalo fora do estabelecimento rural representa uma realidade crescente no PA Juma. Seu pai – peça central no sistema familiar patriarcal no qual se baseia as famílias rurais apuienses – sofreu um acidente com uma armadilha para porco do mato, o que lhe forçou a amputar uma das pernas. O evento desestruturou a família de Ítalo, segundo as suas palavras, o que afetou diretamente as contas domésticas, tendo em vista que ele não poderia conduzir sozinho todo o trabalho dentro do estabelecimento rural para sustentar cinco componentes. Com isto, sua família vendeu boa parte dos ativos que possuía e passou a morar na “rua” – isto é, na zona urbana de Apuí –, onde hoje Ítalo atua como prestador de serviços para os fazendeiros na abertura de novas áreas e preparação do solo para o plantio de pastagens. Ele sintetiza a sua atual condição de trabalho da seguinte maneira: *“Eu sou o desmatador da Amazônia. Trabalho em semeadura de capim, em derrubada, tudo um pouco eu sei fazer”* (ÍTALO, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

O drama que acidentes de trabalho representam à reprodução da estrutura familiar é recorrente entre os parceiros, tendo Lineu também como vítima das consequências mais severas desses eventos. Diferentemente de Ítalo, Lineu (ainda) permanece dentro do seu estabelecimento rural. Porém, até o momento da entrevista, pôs fim a praticamente todos os ativos que dispunha, desde um projeto para criação de peixe até às galinhas poedeiras. Atualmente, mantém dentro da propriedade somente algumas vacas leiteiras, não tendo especificado um número exato. Em meados de 2015, Lineu sofreu um acidente de moto na estrada vicinal que passa por sua propriedade, tendo quebrado o fêmur. Isto lhe custou uma série de viagens a Manaus para tratamento fisioterapêutico e significativas dificuldades em manter o nível de trabalho anterior.

Trabalhar como assalariado, seja para as grandes propriedades rurais ou para o comércio, representa uma ruptura a um modo de vida constituído ao longo da trajetória

social do parceleiro. No caso de Ítalo, embora as suas condições atuais não apontem um regresso à própria terra, a vida dentro da propriedade rural é um cenário almejado constantemente. Esta consideração segue os apontamentos de Durham (1978), sobre como constituir-se enquanto um ator rural não se dá exclusivamente através da posse legal, mas na relação produtiva e de trabalho que o indivíduo estabelece com a terra.

Esta definição identitária se faz mais do que visível para Ítalo, a quem o trabalho assalariado não se configura como posição dentro do campo econômico que lhe interesse no longo prazo. Quando perguntado, no terceiro minuto da entrevista, sobre a sua relação com a terra nos momentos em que estava dentro de seu estabelecimento, Ítalo respondeu: “*A gente mexia de tudo um pouco, **lavoura branca, arroz, feijão, milho, criar porco, galinha, cachorro***” (ÍTALO, entrevista concedida em fevereiro de 2017; nosso grifo).

Passados dez minutos, foi perguntado a ele sobre o seu interesse em um horizonte mais longínquo, a fim de capturar quais são as suas expectativas de longo prazo. Ítalo concedeu a seguinte resposta: “(...) *Se eu conseguir comprar um lote a minha vontade é de mexer com **lavoura branca, arroz, feijão, milho, criar porco, galinha, ter cachorro. Essa é a minha paixão, é o que eu sei fazer***” (ÍTALO, entrevista concedida em fevereiro de 2017; nosso grifo).

A comparação destes excertos revela a repetição exata na mesma ordem de palavras entre as atividades que se constituíam como realidade passada em seu tempo dentro do estabelecimento rural (*plantar lavoura branca, arroz, feijão, milho, criar porco, galinha e cachorro*) e o tipo de atividade que ele gostaria de desenvolver no longo prazo (*plantar lavoura branca, arroz, feijão, milho, criar porco, galinha e cachorro*). Este encadeamento ordenado e não-estimulado do entrevistado reitera o argumento de que a identidade do parceleiro se constitui a partir da relação histórica que este estabelece com a terra. Servir como mão de obra representa uma ruptura a esta identidade consolidada social e historicamente. Além disso, o último período – “*essa é a minha paixão, é o que eu sei fazer*” – reitera a predileção do entrevistado por este modo de vida, bem como o seu interesse por qualquer estratégia que lhe conceda oportunidades para retornar a sua propriedade rural.

No entanto, no curto prazo e na escassez de qualquer outra estratégia de ação, o parceleiro encontra espaço somente no trabalho fora do lote. Em geral, a matriarca segue com as funções usualmente conectadas às dimensões da casa e da família, o patriarca e

os filhos partem para a cidade ou prestam serviços a outras propriedades agrícolas, geralmente aos fazendeiros que não cessam de chegar. Clóvis, por exemplo, ocupa antigas parcelas que totalizam um estabelecimento rural próprio de aproximadamente 2 mil hectares. Dentro do contingente legalizado para a criação animal e para a exploração produtiva, que é de aproximadamente 400 hectares de terra, este parceleiro consegue criar somente cerca de 150 cabeças de gado, dada a crescente degradação do solo nos últimos anos. Nas suas palavras, Clóvis afirma que sem o serviço de tratorista que presta a outras propriedades rurais, suas contas domésticas dificilmente seriam positivas, o que lhe forçaria a abandonar a terra ocupada.

Um olhar mais atento aos dados quantitativos dos índices socioeconômicos disponibilizados pelo IDESAM nos permite ver como, de fato, o trabalho agrícola fora do lote implica em uma renda familiar média significativamente maior do que as famílias nas quais nenhum componente familiar trabalha fora do estabelecimento. Comparando as médias logarítmicas da renda média familiar anual, validadas estatisticamente em um teste ANOVA a um intervalo de confiança de 95%, podemos constatar essa visível discrepância. Vale novamente afirmar que os dados socioeconômicos disponibilizados pelo IDESAM se referem aos assentados, um grupo dentro dos parceleiros apuienses. Neste sentido, os dados abaixo não são indicadores isentos de dúvida, servindo mais como dado auxiliar do que alicerce estatístico.

Tabela 8. Diferença na renda anual média entre famílias onde ao menos um componente trabalha ou não fora do lote.

<i>Trabalha fora do lote?</i>	Média rendalog	Número	Desvio Padrão
Não	4,0514	143	,47071
Sim	4,2458	54	,31758
Total	4,1031	197	,44143

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Signf.
rendalog * Trabalha fora do lote?	Between Groups	1,606	1	,803	4,258	,016
	Within Groups	36,586	194	,189		
	Total	38,192	196			

*. The grouping variable *Trabalha fora do lote?* is a string, so the test for linearity cannot be computed.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IDESAM (2014). Calculado no software SPSS 20.

Ao parceleiro que reluta em dedicar-se a atividades fora do estabelecimento rural, lhe cabe duas estratégias de ação. A primeira diz respeito à subdivisão (3) – “a diversificação das culturas produtivas para o controle das contas domésticas”. Somente dois parceleiros entrevistados manifestaram alguma estratégia deste tipo. Algumas dessas atividades incluíram o arrendamento de áreas próprias e o plantio de cacau e de café, cultivares que vêm crescendo nos últimos anos em termos de volume produzido, conforme foi demonstrado na Figura 12. A segunda estratégia refere-se à subdivisão (6), a qual trata da necessidade de abrir novas áreas produtivas dentro do estabelecimento. Esta se fez uma das estratégias de ação mais mencionadas. Isto demonstra como o desmatamento dentro do PA Juma está fixado, em boa medida, como um fenômeno atrelado à economia doméstica do parceleiro e à viabilidade de sua permanência e reprodução familiar. A prevalência dessa estratégia dentro na Tabela 6 reitera o que já fora argumentado no Capítulo 4, de que a abertura de novas frentes se constitui como prática comum entre os parceleiros e rotina arraigada e estabelecida na tomada de posição para o gerenciamento da propriedade. A necessidade de abrir novas áreas e de adquirir terras mediante a migração dos vizinhos se fez claramente explicada por Eliseu. Segundo ele:

Se a gente pegar o livro que eu tenho em casa, o projeto que o INCRA nos implantou, eu tenho todo o projeto, é um livro assim do projeto, o que o INCRA ia fazer, as agrovilas, as escolas, as cerealistas, a extração da madeira pra carvão, se você olhar o projeto você fica encantado, 'não, eu vou'. Então, isso deixou muito a desejar, produção baixa das terras, então a gente chegou a conclusão de que não dá pra viver com uma parcela. Dá pra sobreviver. Dá pra você ficar em cima da sua terra sem dar educação pro seus filhos, sem ter um transporte... dá pra você viver na miséria, falar a verdade, que nem tem muita gente vivendo hoje, que dá dó. Dá dó. Então, dá sim. Caso contrário, não dá. Então isso criou

um clima assim de você buscar mais terra. O vizinho tá saindo, tá abandonando, vou pegar pra mim (ELISEU, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

Neste sentido, o IBAMA, mais do que um órgão estatal de comando e controle personifica, na visão dos parceiros, um ator social oponente a uma recorrente estratégia de ação por eles mobilizados para garantir a viabilidade da propriedade. Entre os 23 parceiros entrevistados, 10 manifestaram-se contra o papel desenvolvido pelo IBAMA dentro do PA Juma. Argumentou-se desfavoravelmente a esse organismo, em virtude principalmente dos “problemas” que o seu controle traz para a administração do estabelecimento rural. Um embargo concedido por este órgão, por exemplo, impede o produtor de contrair crédito em qualquer instituição financeira, o que bloqueia, por consequência, qualquer tentativa de adquirir insumos, matérias-primas ou qualquer outro fator de produção.

Em outras palavras, o IBAMA é visto pelos parceiros como um ator estratégico, o qual se contrapõe aos posicionamentos usualmente tomados por este ao pensar e agir economicamente. Da mesma maneira, as normas ambientais em que este organismo estatal sustenta as suas atividades são identificadas como outra barreira para agir estrategicamente. Um trecho significativo da entrevista de Clóvis demonstra como tanto o IBAMA, quanto a regulação ambiental, representam uma ameaça à abertura de novas áreas – uma das estratégias de ação mais recorrentes entre os parceiros: *“Agora o IBAMA tá aqui na cidade e eles só vem pra ferrar. Quando eles poderiam ir [na propriedade] pra dar uma ajuda, não aparecem. Então, é muito difícil a nossa região, parece que tem uma coisa que trabalha contra o tempo todo”* (CLÓVIS, entrevista concedida em fevereiro de 2017; nosso comentário).

Este olhar mais amplo a atuação estatal, entendendo-a também a partir da visão de outros atores e como estes a classificam, abre espaço para compreendermos como os empreendedores institucionais podem, por vezes, fortalecer agentes que, na visão dos parceiros, constituem-se como opositores à promoção de seus interesses materiais. Na verdade, a divisão “estratégias de ação” na Tabela 6 é o ponto de partida para se pensar que tipo de atores e instituições – sejam regulatórias, normativas ou culturais – os empreendedores institucionais fortalecem ou enfraquecem na coalizão ambientalista, a fim de incentivar a conservação ambiental, bem como desmotivar estratégias de ação

entre os parceiros que estimulem o desmatamento. Essa racionalização se abrirá para maior desenvolvimento nos próximos capítulos.

Na verdade, se por um lado a adesão dos parceiros à coalizão ambientalista é almejada para romper com o hábito arraigado da abertura de novas áreas, por outro a cooperação destes atores passa por atentar-se a importantes dimensões de sua vida material, bem como em segurar outras estratégias de ação ao parceiro no que tange o gerenciamento de seu estabelecimento rural, para que este considere as possíveis formas de gerencia-lo. Neste sentido, a subdivisão (4) – “conservar para melhorar a produtividade” – é uma categorização feita com o intuito de captar quão tenaz são os sistemas agroflorestais e silvipastoris, oferecidos pelas ONGs nas assistências técnicas, em operar como ação inovadora, articulando produção, produtividade e trabalho rural. Consolidamos, então, a subdivisão (4) como a única construída *a priori*, deslocada dos dados empíricos para que possamos observar justamente o quanto estes correspondem àquela.

A existência de três manifestações dessa subdivisão entre as falas dos parceiros demonstra a não cristalização geral dessa estratégia de ação como fato plausível entre todos os parceiros. Ao mesmo tempo, é interessante notar como, entre os parceiros para quem a conservação é significada como estratégia produtiva, não se menciona o desmatamento como estratégia. Na verdade, é no rechaço a abertura de novas áreas e na adoção dos sistemas agroflorestais e/ou silvipastoris que se dá, majoritariamente, a atuação dos parceiros que se engajam na coalizão ambientalista.

O que os dados sugerem é que a conservação não foi significada como estratégia produtiva por todos os entrevistados. Isto demonstra como a formação da coalizão ambientalista consiste em um “processo” onde estão implicados atores e instituições que (ainda) não foram suficientemente mobilizados, fortalecidos ou enfraquecidos para que a conservação se consolide como estratégia geral e difundida de ação.

Perante todas as estratégias de ação possíveis – dentro e fora do estabelecimento rural – a mais dramática ao parceiro, sem dúvida, é a divisão (5) sobre o êxodo impulsionado pelo constrangimento das contas domésticas. O “êxodo” se fez a estratégia mais citada entre os parceiros ao pensar questões relacionadas à “Produtividade” e ao “Trabalho rural” –, tendo sido manifestado em 7% dos casos.

Geralmente, a migração consiste em estratégia quando se trata de uma migração direcionada para outras regiões de assentamentos ou para o meio rural de outras cidades. Nestas localidades, almeja-se lograr o que não se concretizou em Apuí: a viabilidade do estabelecimento para a reprodução da estrutura familiar. Para somente um dos entrevistados – Abel – o estabelecimento não era um fim em si mesmo, mas um meio para acumular riqueza e, em seguida, trocá-la por outras terras em outras regiões ou mesmo outros ativos em centros urbanos. Quando não é este o caso, ou seja, quando se migra para a cidade, o êxodo então não se trata de estratégia de ação, mas de um momento de ruptura identitária e com a vida no campo.

A própria taxa de ocupação de aproximadamente 20% daquela projetada inicialmente pelo INCRA ao PA Juma é um demonstrativo da iminência do processo migratório. Neste sentido, a BR-230 representa papel crucial enquanto estrada que carrega parceiros a regiões de assentamento espalhadas pela Amazônia para novos intentos de consecução e reprodução do sonho pela terra própria, o qual tem motivado boa parte destes a migrarem para o PA Juma desde a década de 80.

O êxodo enquanto ruptura de um projeto familiar se faz onipresente no PA Juma; uma prática comum e que merece atenção dentro do escopo investigativo dessa dissertação. A condição migratória se faz intrinsecamente alinhada com os retornos auferidos pela posição do parceiro dentro do campo econômico: o fato do êxodo constituir-se como estratégia para a reprodução da identidade social assumida por esse indivíduo diz muito sobre a realidade desta região.

5.1.3. As dinâmicas de sustento como ruptura com a identidade social do parceiro

Como vimos no Capítulo 3, todos os parceiros entrevistados vieram do âmbito rural, em sua maioria dos estados do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rondônia. Todos também eram pessoas despossuídas da própria terra e encontraram no PA Juma a possibilidade de terem a sua própria parcela documentada e garantida, tanto legalmente quando viavelmente em termos econômicos e financeiros. Há um visível constrangimento das contas domésticas do parceiro, o qual observa, gradativamente, a produtividade do solo e a renda bruta cair em termos reais nos últimos anos. Tal cenário se apresenta como uma extensão da histórica relação frágil de pertencimento e de posse da terra. Vendo a

efemeridade da posse da terra, dos escassos capitais econômicos, sociais, simbólicos e políticos/culturais que ele possui para lográ-la e da reduzida representatividade institucional que lhe garanta os seus direitos. Em nenhum outro relato como os relatos selecionados de Abelardo e Lineu, dois dos parceiros mais antigos, esta forma delineada da composição do habitus (BOURDIEU, 1989; 2008) se faz tão visível.

No relato de Lineu, o ator claramente se autoclassifica e se posiciona perante o modo de vida urbano a partir do volume de capital global construído socialmente que ele carrega consigo. Para ele, não faz sentido algum viver na cidade, isto é, adentrar em outros campos sociais, pois acredita que aí outros volumes e especificidades de capital são pedidas, o que lhe outorgaria uma posição precária nestes campos. Conforme relata:

Eu moro no sítio, no sítio. Hoje na cidade ninguém tem sossego. Como você vai morar num lugar desse? Hoje na crise que tá se passando, se eu bater na rua vai passar fome, passar fome. O que nós sabe trabalhar aqui não serve, nós não aprendeu...nós não teve colégio. Se nós vir pra rua nós não consegue emprego. Eu tenho até a quarta série, mal sei assinar o nome. Na roça não, nós consegue cuidar a área de um, a área de outro, faz o dagente. Consegue fazer o que a gente sabe e na cidade não tem como. (LINEU, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

Para a sua permanência na terra, no entanto, faz-se necessário que ele tenha o apoio institucional para garantir a posse definitiva. Esta necessidade de conformar um ambiente institucional propulsor de uma identidade social construída socialmente se faz mais do que palpável no relato selecionado de Abelardo. Quando perguntado “*o que faz de um produtor rural um produtor rural*”, o entrevistado não descreve nada mais além do que as instituições necessárias – tais como linhas de crédito, contratos perenes de assistência técnica e documentos definitivos da terra – para garantir os meios necessários para que o parceleiro, a partir do emprego estrito da sua força de trabalho na terra, possa garantir o seu “sustento material” e o da sua família. Aqui, o parceleiro levanta questões históricas a ele. O “não ser produtor rural”, condição histórica a qual se sujeitou, volta a manifestar-se no PA Juma com todos os ingredientes que vimos no capítulo anterior sobre a formação agropecuária desse local, tais como a criação extensiva, a ausência de associações e cooperativas, os termos dos contratos de crédito rural e as precárias condições logísticas. Ser um agricultor, nessa conjuntura rústica, passa pelas oportunidades mínimas e estruturais de manter-se como tal, a fim de evitar a migração e ruptura gerada a partir de uma vida urbana forçada. Vejamos o relato:

Um produtor pra ser um produtor ele tem que tá em cima de uma área que dê condições pra ele trabalhar, que aqui no nosso município não é a realidade de todos. Ele precisa ter condições pro transporte do produto dele, preço justo. Porque a gente vê muitas vezes que o atravessador se encarrega de liquidar o produtor, porque ele compra os produto a um preço bem abaixo do mercado e com isso ele acaba sufocando o produtor. Isso não poderia tá acontecendo, se tivesse um bom sistema que o governo pudesse gerenciar isso melhor... A terra tem que dar condições, ele tem que ter acesso, ter estrada, ele...hoje deveria tá, se preocupar um pouco mais com essa questão do governo federal do Luz para Todos pra que todos tivessem energia, porque ainda não é um privilégio pra todos. Então, são essas as condições e valor justo pro produto que ele tá produzindo e a assistência técnica que não pode faltar de maneira alguma, uma orientação, porque o produtor, muitas vezes, tem essa dificuldade né na propriedade. O que produzir? Como produzir? Pra quem vender? Então tudo isso aí o técnico pode orientar o produtor. Então são essas questão que eu vejo hoje. (ABELARDO, entrevista concedida em março de 2017).

Neste sentido, concluímos já neste momento para o posterior desenvolvimento dessa visão que os projetos ambientalistas das ONGs são enquadrados (GOFFMAN, 2012) em instituições apelativas e constitutivas da realidade do parceleiro, pois propõem a consolidação de instituições supostamente capazes de reordenar e reestruturar o campo econômico de tal forma a garantir o “sustento material” do parceleiro, atenuando a fragilidade das suas contas domésticas e, com isso, proporcionar-lhe a capacidade de permanecer na terra e reproduzir o seu modo de vida rural. Veremos, nos próximos capítulos, especificidades dessas instituições construídas e de suas íntimas relações com as dimensões constitutivas da realidade, identidade e posição do parceleiro, bem como das dimensões constitutivas de outros atores engajados, como os agentes financeiros e estatais.

As inapropriadas condições institucionais para a reprodução familiar são constadas nos dados demográficos. Conforme demonstra a tabela abaixo, o município vivencia uma diminuição da população entre as camadas mais jovens da população. Comparando os Censos Demográficos de 2000 e 2010, realizados pelo IBGE, vemos que houve, aproximadamente, um decréscimo de 5% na população jovem rural.

A geração mais nova – aquela nascida em Apuí – é a que mais migra, se observarmos os dados dos Censos. Além disso, 6 dos 23 parceleiros entrevistados (Clóvis, Edinaldo, Eliseu, Jarbas, Miguel e Plínio) têm filhos que já não residem no município. Migraram para grandes centros urbanos da Amazônia brasileira ou mesmo para outras

regiões do país. Muitas vezes o próprio parceleiro recomendou ao filho ou à filha migrar – “*vai ficar aqui fazendo o quê?*” (PLÍNIO, entrevista concedida em fevereiro de 2017). Isto representa o abandono por parte do parceleiro em transmitir às novas gerações um modo específico de vida em sociedade, tendo em vista as impositivas condições à viabilidade da ocupação.

Tabela 9. População residente no município de Apuí.

Faixa etária	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
10 a 14 anos	1816	837	979	2076	1358	718
15 a 19 anos	1389	721	667	1756	1071	685
20 a 24 anos	1213	517	696	1897	1084	813
Total de 10 a 24 anos	4418	2075	2342	5729	3513	2216
<i>Variação (%)</i>				29,67%	69,30%	-5,38%
25 a 29 anos	1012	479	532	1728	985	743
30 a 34 anos	1022	432	590	1582	886	696
35 a 39 anos	908	464	445	1213	775	438
40 a 44 anos	715	299	416	1055	619	436
45 a 49 anos	708	327	381	958	533	425
50 a 54 anos	311	146	165	723	424	299
55 a 59 anos	241	98	143	598	368	230
Total de 25 a 59 anos	4917	2245	2672	7857	4590	3267
<i>Variação (%)</i>				59,79%	104,45%	22,27%
60 a 64 anos	211	105	105	381	226	156
65 a 69 anos	118	55	63	290	159	130
70 a 74 anos	77	22	55	109	64	45
75 a 79 anos	22	8	14	88	50	38
de 60 a 79	428	190	237	868	499	369
TOTAL (todas as idades)	13864	6126	7738	18007	10595	7412
<i>Variação (%)</i>				29,88%	72,95%	-4,21%

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010 (IBGE).

Os fatores explicativos podem ser vários e não é a nossa intenção consolidar um modelo explicativo para este fenômeno demográfico. Ao contrário, queremos cotejar dados que dizem respeito à possibilidade do parceleiro se reproduzir na terra. À nossa visão, a evasão populacional e, acima de tudo, a reduzida taxa de ocupação atual frente àquela prevista no projeto original do assentamento sejam os achados mais elementares

ao tema do “sustento”, uma vez que, se há uma migração do campo para a cidade, então a possibilidade de o habitante rural não lograr a sua subsistência no campo é relativamente alta.

Na verdade, a relação imediata entre as dinâmicas populacionais e produção rural está atrelada à relação entre a produção – enquanto fator imbricado na esfera do estabelecimento rural – e a reprodução familiar – enquanto fator imbricado na esfera do domicílio (COSTA, 2013). Com o intuito de capturar a interdependência dessas duas esferas, se faz necessário trazer alguns indicadores dos primeiros capítulos desta dissertação, bem como novos indicadores, relacionados às atividades produtivas prevalentes e aos retornos auferidos delas.

A migração rural, se comparada aos demais municípios da microrregião da calha do Rio Madeira, demonstra ser um fenômeno exclusivamente apuiense. Conforme ilustra a tabela abaixo, os dados demográficos gerais para os demais municípios dessa microrregião – Borba, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã – apontam para um crescimento da população rural – achado oposto ao constatado para Apuí. Vale observar como foi expressivo, por exemplo, o aumento da população rural jovem nessas cidades.

Tabela 10. População residente na microrregião da calha do Rio Madeira.

Faixa etária	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
10 a 14 anos	18097	9578	8518	21644	11537	10107
15 a 19 anos	15475	8960	6515	18931	10434	8497
20 a 24 anos	11627	6350	5277	15919	8941	6978
Total de 10 a 24 anos	45199	24888	20310	56494	30912	25582
<i>Varição (%)</i>				24,99%	24,20%	25,96%
25 a 29 anos	9019	4314	4705	14289	8141	6148
30 a 34 anos	7149	3690	3458	11861	6617	5244
35 a 39 anos	6517	3622	2896	9531	5386	4145
40 a 44 anos	5112	2665	2447	7816	4271	3545
45 a 49 anos	4435	2546	1889	6767	3888	2879
50 a 54 anos	3076	1773	1303	5365	3007	2358
55 a 59 anos	2896	1605	1291	4333	2492	1840
Total de 25 a 59 anos	38204	20215	17989	59962	33802	26159
<i>Varição (%)</i>				56,95%	67,21%	45,42%
60 a 64 anos	2153	1138	1015	3081	1756	1325
65 a 69 anos	1868	953	915	2853	1641	1212

70 a 74 anos	1147	745	402	1668	1099	569
75 a 79 anos	664	388	276	1315	906	409
80 anos ou mais
TOTAL (todas as idades)	130436	67029	63407	165663	89953	75710
<i>Variação (%)</i>				27,01%	34,20%	19,40%

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010 (IBGE).

Com isso, sabemos que a diminuição da população mais jovem nessa microrregião é um movimento específico a Apuí. Isto implica em uma dinâmica também específica de uso e posse da terra neste município. Em outras palavras, as dinâmicas produtivas do estabelecimento rural apuiense se interconectam de maneira idiossincrática às dinâmicas familiares e, com isto, na reprodução do território familiar ao longo do tempo e espaço. Com isso, discutiremos a composição de capital e da força produtiva das famílias parceleiras, bem como estas influem na produção agropecuária.

5.1.4. Composição de capital e força produtiva

A prevalência de estratégias como o trabalho assalariado e, principalmente, a abertura de novas áreas e do êxodo rural colabora para o esvaziamento do campo, a redução da densidade demográfica e a desestruturação das comunidades e relações vicinais. Esta condição também reitera os achados já feitos no Capítulo 4 sobre o enfraquecimento das associações e cooperativas em fortalecer a renda doméstica do parceleiro. Neste sentido, se estabelece um círculo vicioso: a queda tendencial da produtividade perante as estratégias de ação consolidadas traz como consequência um distanciamento geográfico e o enfraquecimento das atividades associativas. Por sua vez, o enfraquecimento das atividades associativas mitiga novas estratégias possíveis no campo econômico, o que reproduz aquelas já estabelecidas.

Esta condição reproduz a centralidade do atravessador/intermediário na comercialização dos produtos agropecuários – ilustrada, sem nenhuma pretensão analítica maior, com o mapa das redes apresentado a seguir. À medida que alternativas institucionais para a comercialização de produtos agrícolas e pecuários são limitadas pelo reduzido associativismo, se reitera a ação do atravessador como ator central de uma rede unilateral entre parceiros e consumidores finais, o que o consolida como ator imbuído

de posição influente dentro do campo econômico. Conforme relatou Clóvis: *“Pra nós negociar direto com o pessoal lá de fora não dá conta. Então, tem que trabalhar assim, a gente ganha um pouco menos, mas... O atravessador é um **mal necessário**, por enquanto é um mal necessário”* (CLÓVIS, entrevista concedida em fevereiro de 2017; nosso grifo).

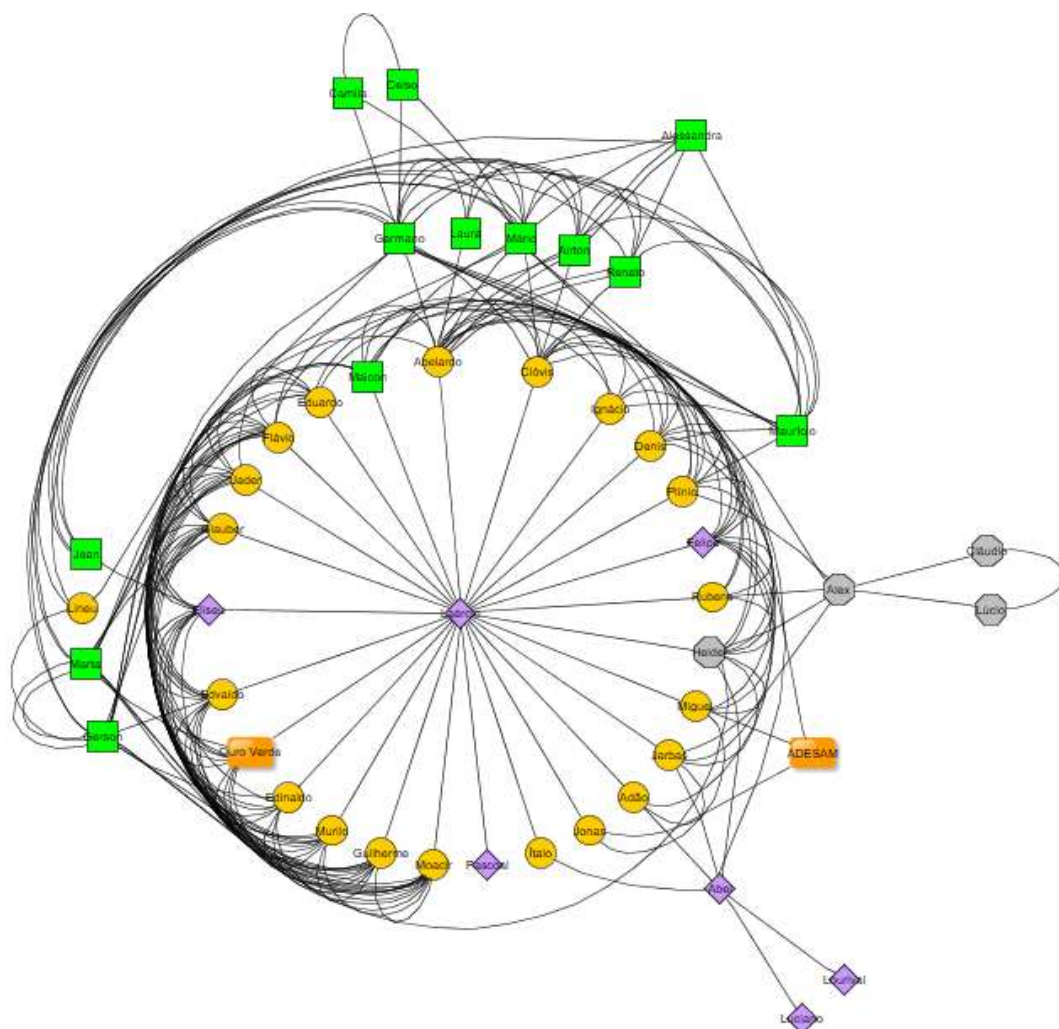
Tradicionalmente, constituiu-se no PA Juma uma rede direcional entre parceleiro e o atravessador: são dois atravessadores para a atividade do café, cinco para a atividade de pecuária de corte e um para as demais atividades agrícolas, o qual é concomitantemente um dos atravessadores do café. A promoção de associações e/ou cooperativas, que poderiam operar como mecanismos alternativos para a distribuição de produtos, nunca foi amplamente estimulada pelo IDAM em suas rotinas de assistência técnica e produtiva. Trazemos a Figura abaixo como ilustração da centralidade dos atravessadores na distribuição e comercialização de mercadorias agropecuárias em Apuí. O mapa de redes demonstra qualquer tipo de relação comercial, técnica e/ou associativa que os entrevistados possuem entre si. Por exemplo, no caso de um parceleiro comercializar o seu café com Laércio, receber assistência técnica de Gerson, do IDESAM, e relacionar-se com outro parceleiro no âmbito da Ouro Verde, seriam assinaladas quatro conexões a este ator: uma com Laércio, uma com Gerson, uma com a Ouro Verde e uma com o parceleiro com o qual ele se relaciona neste último espaço.

O mapa de redes demonstra como ampla maioria dos entrevistados possui algum tipo de relação comercial ou técnica com Laércio, sendo este ator um “nó” central na teia de redes. Sem querermos nos aprofundar na análise de redes, mobilizamos a Figura para ilustra a posição unilateral que este ator goza no campo econômico.

Há uma estrutura relacional consolidada historicamente dentro do campo econômico. Nela, em primeiro lugar, o atravessador é a “personificação do preço”, isto é, onde as flutuações do preço de compra das mercadorias agropecuárias são explicadas como interferência deliberada do atravessador: sete dos 23 parceiros entrevistados afirmaram que o atravessador *“puxa o preço para baixo ou para cima”* de maneira intencional, principalmente devido ao seu monopólio de compra – i.e., pelo seu “monopsônio” (NICHOLSON e SYNDER, 2010). Além de demonstrar uma clara dinâmica de flutuação de preços segundo a estrutura de relações de distribuição de mercadorias, nestes relatos está o reconhecimento, pelos parceiros, de que o

atravessador se posiciona como um ator imbuído de um maior grau de poder de ação e de interferência dentro do campo econômico.

Figura 15. Mapa de relações técnicas, comerciais e associativas entre os entrevistados.



Legenda. Verde: mediadores das ONGs; Amarelo: parceiros; Laranja: associações; Roxo: atravessadores.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017). Software: yEd.

Este reconhecimento e entendimento da estrutura de poder enseja ao parceiro posicionar o atravessador como aquele ator chave com o qual deve se relacionar, a fim de garantir o sustento próprio e da sua família. Esta vinculação material lastreia o poder simbólico (BOURDIEU, 1989) do intermediário e promove a naturalização de sua posição – conforme demonstra o relato selecionado de Clóvis, acima, sobre o “mal

necessário”. Os questionários nos ajudam a mensurar parte deste poder simbólico que o atravessador goza entre os parceiros.

A tabela abaixo apresenta os dados relacionados à qualificação que o parceiro entrevistado concedia ao serviço ofertado pelos organismos, públicos ou privados, mais atuantes na região do assentamento, bem como ao serviço de intermediação promovidos pelos atravessadores, associações e cooperativas. A qualificação poderia ser “alta”, “média” ou “baixa”, como previa-se no questionário. Agrupamos as atribuições segundo os organismos e atores respectivos, a fim de ter uma participação de cada atribuição sobre o total de qualificações feitas pelos parceiros respondentes.

Vê-se que, depois das ONGs, os atravessadores são os que recebem as avaliações mais positivas, em termos de confiança, pelos parceiros. Verifica-se o monopólio ocupado por estes atores não somente em meios práticos, mas também no imaginário do parceiro quanto às estratégias de comercialização alternativas, à medida que associações e cooperativas são os órgãos com as avaliações mais baixas.

Tabela 11. Grau de confiança do parceiro em relação aos principais órgãos presentes no assentamento.

Órgão	<i>Confiança</i>		
	<i>Alta</i>	<i>Média</i>	<i>Baixa</i>
BASA	27%	47%	27%
Prefeitura	21%	37%	42%
IDAM	11%	58%	32%
ONGs	59%	29%	12%
Atravessadores	28%	56%	17%
Sindicatos	0%	44%	56%
Associações/Cooperativas	0%	44%	56%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017).

Uma outra análise desse tema captura não somente a naturalização desta posição, mas também a sua consagração, uma vez que foram recorrentes as manifestações de status à posição ocupada pelo parceiro. Mesmo entre líderes de associações locais, como Gerson, presidente da Ouro Verde e técnico do IDESAM – os quais, a princípio, se posicionariam como órgãos contrapostos à ação dos intermediários –, se reconhece a

“crucialidade” do atravessador e sua função “primordial” para manter e reproduzir a rede de distribuição de mercadorias – ainda que de maneira unilateral. O trecho abaixo é significativo, pois nele Gerson explana sobre o status que o atravessador goza entre a maioria dos parceiros.

Cara, então, só tem uma máquina [de descascar café], só tem o Laércio, e o primeiro passo pra tirar ele aí seria conseguindo uma máquina de café. Porque, assim, a gente até andou comentando, tem uma máquina velha ali no barracão. A gente até precisa fazer o orçamento pra arrumar ela, mas, tipo assim, o Laércio é que nem eu tava falando, é o “Getúlio Vargas”, é o “Posto Ipiranga”. Os cara quer, “ah, eu quero um dinheiro pra comprar remédio pra minha filha”, vai lá no Laércio. ‘Ah, eu quero sacaria’, vai lá no Laércio; quero isso, quero aquilo” Aí, tipo assim, eles sentiram um pouco também de medo de tirar o Laércio da jogada no primeiro momento, na primeira leva (GERSON, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

Nota-se, com isso, um vínculo direto entre o atravessador e as contas domésticas do parceiro, na medida em que o “respeito” a este laço social reduz as possíveis estratégias de ação alternativas ao tradicional canal de distribuição produtor-atravessador. Em segundo lugar, uma vez que o intermediário “personifica o preço”, ele passa a fazer parte da decisão do parceiro em qual atividade empregar a sua força de trabalho e a força de trabalho familiar. Neste sentido, vale retornarmos à Tabela 6, eixo central deste capítulo.

Na grande divisão “composição de capital e de força produtiva”, vemos duas subdivisões, as quais resumem a ampla maioria das manifestações dos parceiros sobre as dinâmicas do estabelecimento rural relacionadas à “Produtividade” e ao “Trabalho rural”. São elas: (a1) da “relação entre tempo de trabalho e retorno esperado” e (a2) das “variações na força de trabalho familiar”. Vejamos com um pouco mais de profundidade cada uma dessas subdivisões.

É na subdivisão (a1) que o papel do atravessador enquanto “personificação dos preços” se faz mais visível, uma vez que o preço de compra das mercadorias produzidas pelo parceiro influi na alocação da força de trabalho própria e dos demais familiares dentro do estabelecimento rural. Três parceiros, os quais um deles mencionou essa questão duas vezes, manifestaram as implicações dessa dimensão no nível de “produtividade” e na manipulação do “trabalho rural”. Entre eles, foi afirmado que

atividades agrícolas que naquele momento possuem reduzido valor de compra por parte dos parceiros, são gradativamente abandonadas, tendo em vista que o tempo de trabalho dispendido não compensa perante os retornos auferidos.

Esta relação suprime qualquer visão letárgica que se poderia ter dos parceiros enquanto indivíduos que produzem de maneira despretensiosa e espontânea, não atentos às flutuações de preço e às condições de compra trazidas pelo atravessador. Ao contrário, estes dados demonstram que a produção agropecuária é uma escolha estratégica perante a força de trabalho possuída pelo parceiro dentro de sua estrutura familiar, bem como perante às condições de preço e de comercialização que lhe são impostas no campo econômica.

Este raciocínio abre margem para que, na próxima parte, possamos analisar como a assistência técnica e produtiva promovida pelas ONGs – a qual comumente se pauta na recomendação de culturas produtivas e doação de sementes e mudas – dialoga com a matriz “relação entre tempo de trabalho x retorno auferido com a prática agropecuária sugerida”. Da mesma forma, sobre como os enquadramentos veiculados sobre os sistemas agroflorestais e silvipastoris, promovidos como sistemas de produção “sustentável”, correspondem ou não a essa matriz elementar.

Outros fatores, para além dos preços praticados pelos atravessadores, também influenciam nos retornos esperados com determinada atividade agropecuária e, com isso, na escolha dos parceiros. Tratam-se de fatores institucionais e, nesta direção, a concessão de crédito exerce papel fundamental na escolha do tipo de atividade econômica que será implementada e desenvolvida. O crédito rural alavanca os fatores de produção – capital e tecnologia produtiva, principalmente – controlados pelo parceiro e, com isso, se estabelece como variável-chave para este pensar estratégias de ação econômica a partir de sua composição de capital familiar.

Neste sentido, podemos constatar que os termos para a concessão de crédito não têm sido favoráveis ao parceiro em escolher estratégias de ação – quaisquer que tenham sido estas – que lhe garantam o sustento material. Ainda que houve um aumento expressivo da oferta de crédito rural entre os anos de 2006 e de 2014 – apresentado na Tabela 12, localizada abaixo –, o montante de crédito ofertado não tem sido capaz de implicar em aumentos significativos na renda familiar. Ao contrário, conforme demonstra a Tabela 13, mais adiante, os assentados que jamais contraíram crédito rural possuem

uma renda média anual logarítmica significativamente maior do que aqueles que já contraíram crédito alguma vez³⁰.

Tabela 12. Proporção de famílias que já contraíram em 2006 e 2014.

Categorias	Ano	
	2006	2014
Famílias que já contraíram crédito	128	144
Total de famílias	2062	197 (amostra)
Proporção (%)	6,2%	73,1%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Censo Agropecuário (2006) e do IDESAM (2014).

Tabela 13. Diferença na renda anual média logarítmica entre famílias que já contraíram crédito e famílias que nunca contraíram.

Tem empréstimo?	Média rendalog	Número	Desvio Padrão
Não	4,1932	53	,41666
Sim	4,0783	144	,43929
Total	4,1031	197	,44143

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
rendalog * Tem empréstimo?	Between Groups	1,742	1	,871	4,637	,011
	Within Groups	36,450	194	,188		
	Total	38,192	196			

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IDESAM (2014). Calculado no Software SPSS 20.

A desfavorável condição creditícia se prolonga, haja vista que no município de Apuí novas linhas de crédito do PRONAF não podem ser liberadas. Este é o ponto

³⁰ Tal discrepância de médias foi validada estatisticamente em um teste ANOVA, com um intervalo de confiança de 95%. Vale outra vez mencionar que os dados socioeconômicos abaixo foram disponibilizados pelo IDESAM, e que se referem somente aos assentados. Isto implica que o comparativo abaixo não é um fato isento de dúvida, já que no Censo Demográfico são tratados todos os parceleiros – assentados, compradores de terra, produtores e não comerciantes.

defendido pelos técnicos do IDAM e o discurso oficial da instituição, a qual explica que este crédito é liberado através de uma agência regional do Banco da Amazônia (BASA). Uma vez que esta agência, a qual engloba os demais municípios da microrregião geográfica do Rio Madeira, possui uma taxa de inadimplência maior do que 5%, qualquer futura contratação de serviço de crédito rural via PRONAF está proibida. Segundo os técnicos, esta situação já dura dois anos, contados antes da data de realização das entrevistas.

O crédito rural constitui-se como uma questão central ao parceleiro, bem como imbuída de históricas flutuações em termos de ofertas de linhas creditícias desde a criação do assentamento. Embora a oferta deste tenha crescido vertiginosamente, conforme pudemos observar na Tabela 12, este volume tem sido incomensurável com estratégias de ação que logrem expandir a renda familiar média anual. Em face disso, precisamos analisar, nos próximos capítulos, como as ONGs combinam o acesso a novas linhas de crédito em concomitância com novas estratégias produtivas. Em outras palavras, uma das principais linhas de ação dos atores estratégicos poderá ser, mediante a atual conjuntura creditícia no PA Juma, oferecer novos contratos de concessão de crédito – construído a partir dos recursos logrados com o engajamento de agentes financeiros – em conjunto com contratos de assistência técnica para a implementação de sistemas agroflorestais e/ou silvipastoris. A atuação combinada entre crédito/assistência técnica por parte das ONGs pode configurar como uma iniciativa que alça a composição de capital do parceleiro a um outro patamar quantitativo e qualitativo, forjando novas estratégias de ação.

A composição de capital representa um entre tantos outros fatores de produção que o parceleiro dispõe e que formam partes constitutivas das dinâmicas econômicas do estabelecimento rural. Outro importante fator de produção para além do capital individual/familiar é a força de trabalho familiar, elucidada pela subdivisão (a2) – a segunda mais manifestada e/ou explanada em toda a Tabela 6. Vejamos em detalhe como esta integra a análise da economia doméstica do parceleiro.

Ao todo, 14% de todas as manifestações dos parceiros sobre dinâmicas envolvendo a “produtividade” e/ou “trabalho rural” referem-se a variações na força de trabalho familiar. Em famílias onde os filhos ainda possuem pouca idade, o trabalho na roça ou na criação restringe-se ao pai. No caso de Guilherme, por exemplo, seu filho mais velho recentemente completou 13 anos, tendo, gradativamente, a sua atuação cada vez mais presente em apoio ao pai no gerenciamento da roça de café, macaxeira, cacau e na

criação de gado de corte. No entanto, o auxílio ainda não se dá em toda a potencialidade que um jovem de maior idade poderia representar em termos de força de trabalho produtivo, o que faz com que Guilherme clame como a principal dificuldade para o gerenciamento de seu estabelecimento rural a “*mão de obra necessária para controlar as múltiplas atividades*” (GUILHERME, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

Em contrapartida, Flávio e Marcela – cujas idades, ainda que não mencionadas por ambos, situam-se entre 65 e 70 anos de idade – possuem Maycon como o filho mais velho (a outra filha reside na área urbana de Apuí, sendo assim desvinculada do funcionamento da propriedade rural). Também sem idade declarada, mas obviamente situada entre os 20 e 30 anos, Maycon conduz hoje as atividades mais exigentes tais como a capina e a secagem do café. A permanência de Maycon no seio da estrutura familiar não se dá devido somente a sua condição financeira de adquirir ou não a própria parcela, mas também pelo papel constitutivo e basilar que desempenha na viabilidade da ocupação de sua família e na reprodução de sua estrutura naquele espaço e ao longo do tempo. Enquanto a Marcela lhe cabe as tarefas domésticas, Flávio se ocupa das atividades coletivas da Ouro Verde e das tarefas paralelas àquelas desenvolvidas pelo seu filho, uma vez que exigem menor esforço físico.

Outra consequência econômica relacionada à estrutura familiar é a ausência de filhos ou filhas. Este é o caso de seis dos 23 parceleiros entrevistados: Edinaldo, Ignácio, Jarbas, Miguel, Murilo e Moacir, sendo este último o que mais manifestou-se sobre a relação dessa questão com o âmbito da “Produtividade” e do “Trabalho rural”. Nestas situações, vive-se no limiar da subsistência, à medida que a administração do estabelecimento rural se baseia estritamente na atividade agrícola e em uma escala onde seja viável o gerenciamento por uma única pessoa. É o caso de Moacir, por exemplo, o qual vive sozinho em uma casa com três cômodos – quarto, despensa e cozinha. Em 2016, o mesmo teve uma receita média de oito mil reais, o que representa uma renda mensal de aproximadamente 650 reais – montante 25% menor do que o salário mínimo praticado no mesmo ano. Em diversos momentos ao longo da entrevista, a estrutura familiar tornava-se ponto de discussão por parte de Moacir, o qual tem a roça de café como a principal atividade produtiva. Segundo ele, a decisão de não constituir uma família reside na inviabilidade de “trata-la”, isto é, de ter recursos para prover o sustento aos demais componentes familiares.

Além da produção ser feita em escala reduzida a fim de adequar-se à força de trabalho do casal, uma segunda característica determinada pelo tamanho da família é a jornada de trabalho. Entre estes grupos, constatamos uma jornada de trabalho na roça e/ou na criação de 13 a 15 horas diárias, o que implica em extensivo uso da força de trabalho e importantes considerações a serem feitas sobre a recomposição dessa força empregada de maneira tão intensa.

O uso recorrente da força de trabalho do parceleiro sob período tão amplo implica em maior probabilidade de acidentes de trabalho, tanto devido ao desgaste físico perante larga jornada como também por ser exposto por um significativo período de tempo a possíveis acidentes a partir da manipulação de ferramentas. Novamente, é o caso de Moacir, o qual ficou 26 dias afastado em 2013 devido a um acidente no olho esquerdo após o desprendimento de um prego de uma estaca que fincava em sua plantação de café. Também se constitui dessa maneira a situação atual de Jarbas, o qual vive sozinho em sua propriedade situada entre o centro de Apuí e o distrito do Sucundurí. Ele afirma que seguidas malárias adquiridas em derrubadas feitas dentro de sua propriedade lhe forçaram a optar, agora durante a velhice, em criar gado, uma vez que esta atividade traz um retorno satisfatório para si e um tempo menor dispendido em trabalho, bem como em menor intensidade deste. Por fim, Miguel, vizinho de Jarbas e também parceleiro sem esposa e filhos, adquiriu uma hérnia de disco devido ao trabalho no campo, segundo suas palavras. Isto lhe impossibilitou de trabalhar por 20 dias em 2016, ainda que este tempo de recuperação tenha sido ligeiramente mais acelerado do que o comum.

A inexistência de trabalho familiar adicional para além do casal ou mesmo para além daqueles que vivem sozinhos sem esposa ou marido, configura-se como imposição para a adoção de uma extensa jornada de trabalho para lograr a subsistência. É no limiar desta, por sua vez, que se encontram estas famílias: ainda que não tivemos os dados de Jarbas e Ignácio, a renda anual média destas famílias ao final de 2014 foi de 6.684,66 reais; montante expressivamente menor do que o valor médio de 12.934,31 reais obtido na amostra do IDESAM de 194 famílias assentadas.

A fim de evitar uma jornada extensiva, uma exposição maior a acidentes e uma renda familiar por demasiado constrangida, famílias reduzidas ligeiramente mais capitalizadas optam pela criação de gado de corte. Entretanto, a disponibilidade de extensas áreas de pastagens é condição basilar para a cristalização da pecuária de corte como estratégia de ação plausível para estas famílias. Este é o caso do já mencionado

Jarbas, que optou por esta atividade econômica tanto após a migração do filho, como também devido a sua condição de saúde. Também é o caso de Edinaldo, que demonstrou interesse por voltar a criar gado, após as subseqüentes perdas da sua lavoura com pragas.

5.2. Subsistência e conservação: termos possíveis?

A “economia doméstica do parceleiro” resume uma matriz de resultados financeiros advindos de estratégias de ação tomadas dentro do campo econômico, as quais são parcialmente condicionadas pela composição de capital individual/familiar. Os elementos constitutivos desse campo, levantados ao longo deste capítulo, constituem como fatores elementares às dinâmicas participativas do parceleiro junto à coalizão ambientalista dentro do campo políticoambiental do PA Juma.

Apuí vivencia dinâmicas populacionais particulares, estreitamente associada com a atratividade do êxodo enquanto estratégia para reprodução familiar. Isto implica que as dinâmicas do estabelecimento rural têm impactado negativamente na reprodução social, ilustrada de maneira mais dramática pelo fluxo populacional positivo do campo para a cidade – ou para outros “campos”, na medida em que a BR-230 conecta o parceleiro migrante a tantos outros assentamentos na Amazônia brasileira.

Esta idiossincrática “impermeabilidade” da terra à fixação do parceleiro apuiense demandou uma compreensão de como este pensa as dimensões mais elementares da reprodução no estabelecimento: a dimensão da produção e do trabalho rural. Em igual proporção, os parceleiros manifestaram-se em três grandes direções: sobre a composição de capital individual/familiar; sobre a posição individual/familiar que este volume de capital enseja no campo e os retornos (financeiros) que aí logra; e sobre as possíveis estratégias de ação, principalmente perante a constatada queda da produtividade.

Em verdade, a queda da produtividade demonstrou ser o conteúdo mais manifestado pelos parceleiros. Isto nos levou a induzir que a constatada análise estatística dos dados quantitativos do Censo se manifesta nas significações do parceleiro acerca da sua posição ocupada no campo econômico. A iminência desta noção representa a dramaticidade da permanência na terra, bem como opera como tecido conjuntivo ao espectro de estratégias de ação possíveis ao parceleiro segundo a sua composição individual/familiar de capital. Entre estas estratégias, a abertura de novas áreas e o êxodo

rural – cuja condição enquanto “estratégia” pode ser questionada – configuram as mais iminentes no imaginário do parceleiro; a pecuária, a diversificação das atividades econômicas e o trabalho fora do lote constituem como estratégias secundárias, mas cuja significância não pode ser descartada – principalmente esta última, tendo em vista a ruptura com a identidade rural que representa.

Entretanto, uma outra relevante estratégia de ação é a conservação dos recursos naturais como caminho para incrementar os rendimentos financeiros. Ainda que manifestada por somente três parceleiros, a incipiência desta estratégia de ação sinaliza o teor dos enquadramentos construídos pelas ONGs ao promover os sistemas agroflorestais e silvipastoris aos parceleiros. Como conservar veio a se constituir como uma estratégia relacionada à “produtividade” e às dinâmicas do “trabalho rural”? Para compreender este processo, devemos nos atentar, especialmente no próximo capítulo, ao modo como as estratégias “conservacionistas” dialogam com, e enquadram as, instituições constitutivas da realidade social do parceleiro.

Ainda que a estratégia conservacionista não venha a alterar a oferta de força de trabalho, especialmente entre aquelas famílias para as quais a disponibilidade de mão de obra familiar é mais exígua, deve-se atentar qual a sua relação com outro importante fator de produção, a saber, o capital individual/familiar. A promoção de meios de produção, como insumos, maquinário e instalações produtivas, pode operar como instrumento apelativo aos parceleiros, mergulhados em uma condição sujeita a alterações nos retornos financeiros segundo a disponibilidade de mão de obra familiar.

Soma-se que a conservação, enquanto estratégia de ação e principal caminho pelo qual o parceleiro se insere na coalizão ambientalista no campo políticoambiental, deve dialogar com uma demanda do parceleiro de canais alternativos de distribuição das mercadorias. Neste sentido, vale considerar em que medida as atividades associativas promovidas pelas ONGs trabalham com essa questão, bem como se posicionam perante o consolidado poder simbólico que os intermediários gozam dentro do campo econômico.

Acima de tudo, são nestas direções que apontamos os principais elementos constitutivos do campo econômico do PA Juma e da posição ocupada pelo parceleiro dentro dele. Assim resumem-se as dinâmicas socioeconômicas que explicam o engajamento do parceleiro junto à coalizão ambientalista. Muito do diálogo das ONGs

com estes interesses deve ser analisado pela maneira como estas atrelam a proposta “sustentável” às dimensões institucionais ressaltadas ao longo desta parte.

É nesta direção que apresentamos o Quadro abaixo, o qual traz as dimensões institucionais que formaram parte integrante da mobilização dos atores locais a cooperarem na promoção dos projetos e iniciativas das ONGs. Demonstramos que, para cada categoria de ator social, um conjunto específico de instituições foram mobilizadas pelos atores estratégicos das ONGs. Disposto em ordem cronológica segundo o período de execução do projeto, o Quadro sumariza a “evolução institucional” da abordagem das ONGs, onde presencia-se o processo de culturalização de suas iniciativas e procedimentos organizacionais ao conjunto institucional dos atores engajados.

Com a apresentação deste Quadro, finalizamos esta primeira Parte tendo elucidado alguns dos aspectos institucionais mais constitutivos da realidade social apuiense. Especificamente no que diz respeito ao presente Capítulo, vimos as principais dimensões da estrutura econômica que subjaz a realidade material das famílias parceleiras. Veremos como esta conjuntura material, somada aos outros aspectos institucionais, são incorporadas nos projetos e iniciativas das ONGs, a fim de construírem uma proposta de ação e de intervenção que seja apelativa às famílias parceleiras. Neste sentido, em alguma medida a proposta “sustentável” aparece como projeto coletivo que reproduz algumas das instituições e dimensões da vida econômica do parceleiro – tal como a ação unilateral dos atravessadores e a pecuária como modo predominante de produção rural.

Quadro 8. Instituições regulatórias, normativas e culturais-cognitivas sustentadoras dos projetos e iniciativas das ONGs.

Projeto	ONG	Duração	Regulatórias			Normativas			Culturais-cognitivas		
			Parceiros	Agentes financeiros	Agentes públicos	Parceiros	Agentes financeiros	Agentes públicos	Parceiros	Agentes financeiros	Agentes públicos
"Plano de Gestão dos Mosaicos"	WWF	2006-2016	Parceiros não participam	Intangível	Antigo Código Florestal	Parceiros não participam	Intangível	Intangível	Parceiros não participam	Intangível	Intangível
"Programa Apuí Mais Verde"	IDESAM	2008-2010	Embargos do IBAMA e conformação às regras ambientais	Antigo Código Florestal	Intangível	Responsabilidade em ser "ecologicamente correto"	Marketing verde	Intangível	Valores preservacionistas	Conhecimento científico/critérios para doações	Intangível
"Semeando sustentabilidade"	IDESAM/WWF	2011-2017	Código Florestal (acima de tudo, conformação à regra dos 20/80%) e embargos do IBAMA	Código Florestal	Intangível	Responsabilidade do patriarca para com a propriedade rural e com a subsistência familiar	Marketing verde	Intangível	Estrutura familiar e identidade rural	Conhecimento científico/critérios para doações	Intangível

"Extensão rural (Projeto de ATES)"	IDESAM	2014-2017	Código Florestal (acima de tudo, conformação à regra dos 20/80%) e embargos do IBAMA	Agentes financeiros não participam	Cumprimento às regras nacionais de ATES	Responsabilidade do patriarca para com a propriedade rural e com a subsistência familiar	Agentes financeiros não participam	Responsabilidade em gerir colonização/assentamento	Estrutura familiar e identidade rural	Conhecimento científico/critérios para doações	Nenhum
"Projeto Café Agroflorestal"	IDESAM	2012-Presente	Código Florestal (acima de tudo, conformação à regra dos 20/80%) e embargos do IBAMA	Código Florestal	Intangível	Responsabilidade do patriarca para com a propriedade rural e com a subsistência familiar	Marketing verde	Intangível	Estrutura familiar e identidade rural	Conhecimento científico/critérios para doações	Intangível
"Projeto de Microcrédito"	IDESAM	2016-Presente	Código Florestal (acima de tudo, conformação à regra dos 20/80%) e embargos do IBAMA	Código Florestal	Intangível	Responsabilidade do patriarca para com a propriedade rural e com a subsistência familiar	Intangível	Agentes públicos não participam	Estrutura familiar e identidade rural	Conhecimento científico/critérios para doações	Agentes públicos não participam

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017) e a partir de categorias analíticas descritas em Scott (2014).

PARTE III

A CULTURALIZAÇÃO DA “FRONTEIRA” AMAZÔNICA NOS PROJETOS E INICIATIVAS: uma análise sobre a produção de engajamento

CAPÍTULO 6. NAS TRAMAS DA PROPOSTA “SUSTENTÁVEL”

As ONGs, enquanto atores inicialmente externos ao campo políticoambiental de Apuí e, em grande medida, sendo aqueles que principiam a formação de uma coalizão ambientalista dentro deste campo, apresentam uma linha geral de ação com um amplo espectro de iniciativas que visam promover a “sustentabilidade”. Este termo é empregado pelas próprias organizações e a aderência de parceiros, atravessadores, agentes públicos e filantrópicos a iniciativas enquadradas sob esta expressão representa uma satisfatória *proxy* para apreendermos as flutuações na consolidação da coalizão ambientalista ao longo do tempo. Assim, neste capítulo apresentaremos cada uma das iniciativas que, em combinação, constituem o plano geral de ação e intervenção das ONGs.

Se regressarmos à Figura 3, na seção introdutória desta dissertação, veremos como há uma notável flutuação no número de parceiros aderentes aos projetos das ONGs. Entretanto, em que consiste estes projetos? Quais são as iniciativas incluídas dentro de cada um? O que pretendem modificar, implementar e promover? Estas são algumas das perguntas que necessitam serem respondidas neste capítulo para que possamos explorar as motivações e orquestrações de interesses entre as ONGs e os demais atores sociais.

Desde o início da atuação do IDESAM e do WWF em Apuí, em 2008, as iniciativas desenvolvidas se misturam em um amplo espectro de dispositivos e recursos aplicados dentro de um conjunto de seis grandes projetos – alguns destes já abandonados e outros mantidos ou inclusive ampliados, como veremos mais adiante. Em maior ou em menor escala, estas iniciativas têm sido desenvolvidas com o intuito de consolidar uma ampla rede de atores locais e externos. Acima de tudo, podemos entender estas iniciativas como mecanismos de engajamento com fins pré-estabelecidos – a saber, a promoção de regimes “sustentáveis” de apropriação e exploração de recursos naturais

Na tentativa de compreender em que medida estas iniciativas lançam mão de recursos e dispositivos capazes de assegurar a cooperação de parceiros, de institutos filantrópicos e de agentes públicos, constituímos uma série de agrupações temáticas dentro da categoria “Engajamento”. Tal categoria traz os modos de atuação das ONGs em Apuí, bem como as estratégias de ação e intervenção desenhadas para garantir a cooperação dos atores locais e externos. Para tanto, a partir dos relatos enquadrados nesta categoria entre os 11 ativistas e funcionários de ONGs entrevistados, agrupamos as

menções e explicações segundo grupos temáticos de iniciativas. A partir de uma análise de conteúdo a *posteriori* das entrevistas, isto é, onde os agrupamentos são construídos a partir do conteúdo e não anteriormente a sua coleta, encontramos 11 grupos. Resumimos estes agrupamentos na tabela 14, situada na próxima página.

Diferentes graus de frequência para cada grupo de iniciativa foram encontrados, o que representa um importante indicador para se pensar sobre o conjunto de iniciativas prioritárias das ONGs, bem como para identificar as iniciativas secundárias. Neste sentido, ao olharmos para a tabela 14, podemos ver que há quatro importantes iniciativas – “parcerias com órgãos públicos e civis”, “assistência técnica em unidades demonstrativas”, “assistência técnica para certificação agrícola” e “atuação em cadeias produtivas” – que devem ser analisadas com mais afinco, uma vez que se tratam de estratégias dominantes no conjunto de significações dos agentes das ONGs sobre o tema “engajamento”.

6.1. A primeira linha de atuação: as parcerias estratégicas

A consolidação de laços de cooperação constitui-se como processo elementar para a promoção de instituições que estimulem regimes “sustentáveis” de apropriação e exploração dos recursos naturais. Nesta direção, parcerias estratégicas são aquelas estabelecidas entre as ONGs e organismos privados, civis ou públicos que transfiram uma série de recursos, financeiros ou não-financeiros, que catapultam as estratégias de engajamento, isto é, as iniciativas desenvolvidas em Apuí. Também são as parcerias estratégicas aquelas onde ocorre uma espécie de “ativismo institucional” (ABERS e BÜLOW, 2011) por parte das ONGs dentro de órgãos do Estado, permitindo a institucionalização de regras e normas que estimulem a promoção da proposta “sustentável” mantida pelas ONGs.

Tabela 14. Agrupação temática das linhas de atuação das ONGs, segundo as significações de seus funcionários.

Entrevistado	<i>Parcerias estratégicas</i>					<i>Assistência técnica</i>					<i>Assessoria ambiental</i>	TOTAL
	Parcerias: associações de produtores	Parcerias: órgãos civis e públicos para deliberar projetos	Parcerias: institutos filantrópicos	Parcerias: investidores para microcrédito	Cooperação técnica com ONGs e outros órgãos	Assistência técnica: unidades demonstrativas	Assistência técnica: produção orgânica	Assistência técnica: certificação agrícola	Atuação em cadeias produtivas	Realização de oficinas para capacitação técnica	Implementação de normativas ambientais	
Alessandra	-	-	1	1	1	2	-	-	-	-	1	6
Airton	-	2	-	-	-	1	-	-	1	-	-	4
Germano	2	-	-	1	1	1	-	-	1	1	-	7
Gerson	2	-	-	-	-	1	1	3	-	1	-	8
Jean	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2
Laura	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Maicon	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2
Mário	-	1	1	-	-	1	-	-	1	-	1	5
Marta	-	1	-	-	1	-	1	1	-	-	-	4
Maurício	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	3
Renato	-	2	-	-	-	1	-	-	1	-	1	5
TOTAL	4	7	3	2	3	9	3	5	5	2	4	47
	8,5%	14,9%	6,4%	4,3%	6,4%	19,1%	6,4%	10,6%	10,6%	4,3%	8,5%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017).

No que diz respeito ao primeiro grande grupo de significações sobre as linhas de atuação das ONGs, inúmeras iniciativas são desenvolvidas em cada uma dessas parcerias estratégicas. Para melhor conhecer um pouco mais sobre cada uma e como as linhas de atuação das ONGs se dividem nessas parcerias, vejamos cada uma das agrupações temáticas deste grande grupo com um pouco mais detalhe.

Primeiramente, diversas organizações participam ou já participaram em alguns dos seis projetos mantidos pelas ONGs em Apuí. O Quadro abaixo traz, rapidamente, os principais organismos “parceiros”, isto é, que selaram algum tipo de contrato de cooperação, apoio institucional ou financeiro ao desenvolvimento das atividades das ONGs. Todas estas organizações foram, em algum momento, mencionadas nas entrevistas. O Quadro apresentado abaixo resume as principais organizações envolvidas nos projetos do IDESAM e do WWF.

Quadro 9. Lista de organismos parceiros das iniciativas desenvolvidas pelas ONGs em Apuí.

ONGs	Órgãos privados	Organismos do Estado	Organismos civis	Universidades
IDESAM	Fundação Avina, Fundo Vale, Natura	SEMMA, Prefeitura de Apuí, INCRA, EMBRAPA, União Europeia	CMDRS, Ouro Verde, ONGs, Sindicatos	ESALQ-USP, UFAM, INPA
WWF	Doadores privados	Prefeitura de Apuí, Governo do Estado do Amazonas (SDS), Governo Federal, SEMMA	SINDISUL, CMDRS	Não consta

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017).

6.1.1. Parcerias estratégicas com associações de produtores

Conforme destacado nos capítulos anteriores, Apuí conta com uma série de associações de produtores rurais, divididas majoritariamente segundo a estrada vicinal onde se encontra. Dentre as associações existentes, foi possível entrevistar duas delas: a

associação Ouro Verde, localizada na vicinal Raulino, e a ADSSAM, localizada a 100km a leste do centro do município de Apuí.

É com a Ouro Verde que o IDESAM tem selado os seus principais laços de cooperação, os quais consistem em uma parceria técnica, onde o IDESAM transfere recursos, realiza oficinas temáticas, bem como assessora jurídica e contabilmente para consolidar a Ouro Verde como um canal de distribuição e comercialização de sacas de café produzidas de maneira orgânica e sobre regimes agroecológicos. A produção de café sob este regime faz parte da parceria estratégica selada em conjunto com a Natura em 2012, constituindo-se assim em fator integral da política corporativa desta empresa para reduzir em um terço suas emissões de gás carbônico.

Desde o início da cooperação entre ambos os organismos, técnicos, professores universitários e pesquisadores foram levados pelo IDESAM até os associados para a realização de oficinas técnicas, sempre direcionadas para a produção do café orgânico e agroecológico. Um dos principais objetivos do IDESAM no que diz respeito a sua atuação dentro da cadeia produtiva do café é consolidar a Ouro Verde como o órgão representativo dos parceiros produtores de café orgânico e agroflorestal da vicinal Raulino, operando como um organismo comercializador de café. Atualmente, a distribuição e comercialização de café é feita por Laércio e Eliseu. O primeiro é o intermediário que compra o café *in natura* e o descasca através de uma máquina de valor aproximado de 100 mil reais (GERSON, entrevista). O segundo é o intermediário que compra o café descascado, torra-o e o distribui nos supermercados, lojas e outros estabelecimentos.

Criada em 2004, a Ouro Verde possuía, no momento de realização da pesquisa de campo, pouco mais de 30 associados, sendo que cada um era compromissado a pagar uma taxa anual de associação de 100 reais. O principal benefício econômico gerado pela Ouro Verde é a possibilidade de utilização de um trator, adquirido a partir da participação em um edital aberto pela Prefeitura de Apuí em 2008 e concedido à associação em outubro de 2016. O trator é gerenciado de maneira comum entre os associados. Estes devem pagar cerca de 100 reais para a sua utilização em um dia de trabalho (para não-sócios, a diária para a utilização do trator é de 150 reais).

Gerson, coordenador do escritório local da IDESAM em Apuí também foi o presidente da Ouro Verde entre dezembro de 2015 e dezembro de 2017 – isto é, durante a fase de realização da pesquisa de campo. Esta permeabilidade de relações

organizacionais traz consigo uma série de consequências, principalmente em termos de influência do IDESAM dentro da associação. Na observação sistemática realizada na reunião de março da Ouro Verde, foi possível observar o choque de interesses entre Gerson e os demais associados quando o mesmo apresentou um edital público do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Este previa um investimento a fundo perdido em associações de produtores rurais. Enquanto coordenador do IDESAM e, com isso, imbuído dos objetivos desta organização em consolidar a Ouro Verde como distribuidora de café orgânico e agroflorestal, Gerson sugeriu que a assembleia optasse por comprar uma máquina de descascar se o projeto submetido ao MAPA fosse aprovado. A aquisição da máquina, entretanto, representaria uma ruptura das relações estabelecidas entre os parceiros associados e Laércio. Do outro lado, também acarretaria em um acréscimo médio de 8% no valor recebido pelo associado pela saca de café, já que este passaria a comercializar diretamente com Eliseu (GERSON, entrevista). Ao final, a proposta de aquisição da máquina de descascar foi logo rechaçada pelos associados, os quais, em sua maioria, deliberaram pela compra de um caminhão, caso o projeto fosse aprovado.

A partir de um olhar puramente econômico e externo à teia de relações de poder entre Laércio e os associados, a opção pelo caminhão poderia ser taxada como “contra intuitiva”, uma vez que o ganho em termos de renda com a aquisição da máquina de descascar seria significativamente maior do que o ganho com um caminhão. Porém, a opção deliberada em não tencionar as relações com Laércio a partir da aquisição de uma máquina de descascar disse muito sobre a teia de relações de poder no campo econômico de Apuí e como esta teia forja racionalizações específicas, atreladas a este contexto e irreduzíveis a qualquer noção prévia e categórica de “razão econômica”. Esta observação teve grande valor para pensar as dinâmicas de sustento e da economia doméstica do parceiro apuiense, principalmente a partir da sua relação com os atravessadores e como estes operam dentro do planejamento familiar e econômico do parceiro.

Este episódio em específico também teve grande valor para se pensar como as iniciativas das ONGs – atores inicialmente externos a Apuí – devem se adaptar às relações de poder existentes no contexto que se inserem. Há um desejo latente por parte das ONGs em superar ambos os atravessadores da cadeia produtiva do café. No entanto, dois fatores impedem tal superação: o primeiro e mais iminente é a ausência de recursos que permitam a aquisição de máquinas de descascar os grãos de café e a máquina para torrá-los; o

segundo fator é a indisposição de enfrentar atores que ocupam posições de poder não somente no campo econômico, mas também no campo político local. Laércio, por exemplo, foi um dos grandes financiadores e entusiastas da campanha política do prefeito eleito em outubro de 2016 (LAÉRCIO, entrevista). Dessa forma, ainda que a iniciativa do IDESAM de consolidar uma cadeia produtiva de café agroflorestal e orgânico passe pela assessoria à Ouro Verde, a fim de promovê-la como órgão juridicamente apto a comercialização, o IDESAM também articula momentaneamente com os intermediários para a participação destes na construção da cadeia do café orgânico e agroflorestal, edificando assim um projeto sincretizado³¹: simultaneamente atua no “fortalecimento de novas cadeias de distribuição” e na reprodução da ordem vigente no campo econômico.

6.1.2. Parcerias estratégicas com órgãos civis e públicos

Entre todas as linhas de atuação das ONGs, “as parcerias estratégicas com órgãos civis e públicos” foi a segunda agrupação temática mais mencionada pelos agentes das ONGs entrevistados. Trata-se de uma linha de atuação orientada como tentativa de institucionalizar uma série de rotinas, hábitos e práticas que promovam a proposta “sustentável” no campo políticoambiental de Apuí. Neste sentido, as parcerias adotadas pelas ONGs diferem consideravelmente uma das outras.

A presença do WWF em Apuí está vinculada à criação do Parque Nacional do Juruena, em 2006. De origem suíça, mas com atuação espalhada em diversos países do mundo, o WWF atua na Amazônia brasileira principalmente com vistas à conservação da natureza através da criação de parques, de unidades de conservação e de reservas de

³¹ Este “sincretismo”, isto é, a mistura de racionalizações das ONGs sobre o papel do atravessador no campo econômico, é melhor ilustrado na frase de Mauricio, técnico do IDESAM, sobre o papel do atravessador de gado de corte. Maurício primeiramente fala de inevitabilidade do intermediário e de como este tem uma “função uma social” importante, para em seguida utilizar um adjetivo pejorativo que consolida as racionalizações duais sobre este ator em específico: “*Muitas vezes o atravessador paga o produtor com o dinheiro do próprio bolso e já acalma o produtor, sabe. Então, por isso que de certa forma o atravessador ainda é muito importante. É meio impossível a gente pensar o trampo do negócio sem o atravessador, o danado do atravessador*” (MAURICIO, entrevista concedida em março de 2017; nosso grifo).

desenvolvimento sustentável – modelos de conservação ambiental que coexistem dentro do município de Apuí.

No passado, o principal projeto desenvolvido pelo WWF iniciou com a publicação, em 2010, do “*Plano de Gestão do Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí*”, concebido em conjunto com o Governo do Estado do Amazonas. Neste sentido, a parceria com órgãos públicos e, nesse caso em específico, com a Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), se deu na consolidação de um plano que opera como instrumento para pautar futuras decisões por parte de organismos do Estado sobre o gerenciamento das unidades de conservação presentes no município de Apuí. Em um outro âmbito, o “*Plano de Gestão...*” também serve como instrumento de diagnóstico ambiental, geográfico, econômico e social dos mosaicos. Este diagnóstico foi elaborado a partir da realização da “*Expedição Juruena*”, conduzida pelo WWF em 2006 para o levantamento destas informações na região.

A elaboração de diagnósticos e de recomendações de zoneamento e gestão do mosaico de UCs não implica em institucionalização *de facto* destas medidas. Um episódio ocorrido no início de 2017 ilustra os meandros e disputas políticas envolvendo este processo. Neste episódio, parlamentares amazonenses e representantes de federações de comércio de grandes proprietários de terra tentaram promover junto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) a redução no tamanho de quatro UCs criadas no sul do Amazonas em maio de 2016 e localizadas parcialmente em Apuí (ISA, 2017). Neste sentido, nota-se que as parcerias com as agências do Estado para a promoção de regimes “sustentáveis” de apropriação e exploração dos recursos naturais demonstra ser extremamente dependente de dinâmicas externas ao campo políticoambiental de Apuí, atrelando-se principalmente às dinâmicas do campo político, seja este na escala local, estadual ou nacional. Com efeito, no momento de realização da pesquisa de campo, as principais parcerias públicas e civis consolidadas pelo WWF em Apuí tinham o intuito de promover iniciativas de “conformidade ambiental” (LAURA, entrevista), isto é, de trabalhar no cumprimento de regras e normas ambientais já institucionalizadas.

Neste sentido, o Código Florestal de 2012 e o CAR são importantes dispositivos legais acionados pelo WWF junto aos parceiros apuienses, bem como mecanismos cruciais para a implementação prática da proposta “sustentável”. Para tanto, o WWF tem estabelecido uma parceria com o SINDISUL para a divulgação de informação e realização do CAR junto a parceiros. Para Laura (entrevista), esta parceria traz avanços

na restauração de APPs e de Reservas Legais, uma vez que se utiliza da imagem de um dos organismos mais antigos do município no auxílio à promoção da restauração dessas áreas. Isso demonstra, acima de tudo, que as parcerias seladas pelas ONGs em Apuí carregam consigo a proposta de usufruir da representatividade de organizações mais antigas para a promoção da proposta “sustentável”, estimulando a confiança do parceiro para com as iniciativas ambientalistas apresentadas.

O IDESAM, por sua vez, também traz em seu histórico um amplo leque de relações com organismos públicos e civis. O CMDRS e a SEMMA são, tradicionalmente, os organismos onde a atuação do IDESAM se fez mais intensa, na tentativa de consolidar parcerias estratégicas para a promoção das atividades da organização.

O CMDRS é formado por 15 organismos civis, públicos e associações de produtores, tendo como função discutir questões de interesse de seus membros e instruir a Prefeitura de Apuí. O IDESAM não somente é uma das 15 organizações presentes no organograma do Conselho, como também possui uma de suas funcionárias como Secretária do CMDRS. No entanto, a partir das informações levantadas na observação feita na reunião mensal do Conselho referente ao mês de março de 2017, a atuação do IDESAM dentro deste organismo se dá alinhada com discussões para além da pauta ambiental, indo de encontro aos interesses econômicos dos parceiros. Na reunião observada, os poucos representantes dos organismos que ali se encontravam debateram, majoritariamente, sobre como participar dos editais para o PAA e para o PNAE³², tendo em vista a exiguidade do prazo para submissão das propostas de participação. A ausência de representantes de associações na reunião fez com que o IDESAM se apresentasse como possível mediador junto à Ouro Verde, com a qual possui próxima relação, a fim de apresentá-la como organismo pleiteante em algum desses programas.

No âmbito das relações de cooperação com a SEMMA, a primeira iniciativa ocorreu em 2009, com o “*Projeto Apuí Mais Verde*” (PAMV). No entanto, foi a partir do ano de 2011, com a consolidação do projeto “*Semeando Sustentabilidade em Apuí*” (SSA)

³² Tanto o PAA como o PNAE são programas subvencionados pelo Estado para a compra de alimentos produzidos geralmente pela agricultura familiar para o abastecimento de escolas públicas. Consistem, aos produtores rurais, em importantes mecanismos para a consolidação de uma demanda efetiva e contínua de alimentos, bem como em relevante instrumento para garantir a segurança alimentar de crianças e jovens.

– o qual fora dividido em três etapas –, que efetivamente as relações entre ambos os organismos foram intensificadas. Um dos objetivos do SSA I era “*fortalecer a Secretaria Municipal do Meio Ambiente para a gestão das atividades florestais em Apuí*” (IDESAM, 2012). Para tanto, no escopo de parcerias estratégicas selada com este organismo público, estiveram uma série de oficinas de capacitação técnica sobre manejo florestal, zoneamentos para a produção “sustentável”, assessoria jurídica e contábil do licenciamento ambiental, a implementação do CAR entre os parceiros, e propostas e acordos para iniciativas de educação ambiental. Ao todo, para o biênio 2011-2012, cerca de 15 mil reais foram investidos pelo IDESAM nestas iniciativas dentro da SEMMA.

Ainda no âmbito das parcerias forjadas com organismos públicos, a Prefeitura de Apuí, especificamente a coalizão política que aí dominou entre os anos de 2008 e 2016, exerceu importante papel no suporte ao desenvolvimento das iniciativas. Neste sentido, um dos principais recursos auferidos com esta parceria estratégica foi a concessão de uma casa mantida pela Prefeitura ao IDESAM para a sua utilização como escritório local. A concessão ocorreu, primeiramente, no ano de 2012 e posteriormente no ano de 2014, quando uma casa maior foi concedida. O estabelecimento de um escritório local foi um fator significativamente importante para lograr recursos dos agentes financeiros, à medida que boa parte destes pedem, como um dos requerimentos básicos, que o organismo apoiado tenha um escritório no local de atuação (CAMILA, entrevista). Em outro âmbito, IDESAM e Prefeitura atuaram em conjunto para a promoção das atividades de comercialização dos produtos agrícolas dos parceiros. Em agosto de 2014, IDESAM e Prefeitura realizaram a “3º Feira da Agricultura Familiar de Apuí”; no primeiro semestre de 2016, ambos os organismos selaram um acordo de transporte dos parceiros desde suas respectivas vicinais para as feiras mensais da agricultura familiar, realizadas no centro do município. Este frete, no entanto, foi cancelado a partir de 2017, quando uma nova coalizão política venceu as eleições municipais e passou a dominar o campo político de Apuí.

Outro importante órgão público dentro de Apuí é o INCRA, principalmente devido a sua posição enquanto criador e gerenciador da ocupação ocorrida dentro do PA Juma. A parceria estratégica forjada junto a este órgão é mais recente se comparada às outras que foram mencionadas. No entanto, provavelmente foi a que resultou em maior impacto em termos de abrangência da proposta “sustentável” e engajamento de atores locais a partir dos recursos que daí foram transplantados.

O Projeto de ATES, um dos principais mantidos pelo IDESAM durante os anos de 2014 e início de 2017, foi concebido em linha com o plano nacional de assistência técnica e extensão rural mantido pelo INCRA. Com a candidatura do IDESAM, no início de 2014, como o organismo responsável para desenvolver o plano em Apuí e com a sua aprovação, em meados daquele ano, o número de parceiros atendidos perenemente pelo IDESAM saltou de cerca de 1,5% do número total de parceiros apuienses para, aproximadamente, 25% ao final de 2014. Mais de 400 assentados, localizados em diferentes estradas vicinais, foram repassados pelo INCRA ao IDESAM como assentados a serem assistidos tecnicamente e a participarem em oficinas e cursos de capacitação técnica. Neste sentido, o IDESAM utilizou destes momentos como episódios oportunos para disseminar as práticas de rotação de pastagem, de produção orgânica, de produção em sistemas agroflorestais e silvipastoris – isto é, na disseminação de regimes “sustentáveis” de apropriação e exploração dos recursos naturais (GERSON, entrevista). De igual maneira, o quadro de funcionários também teve intenso acréscimo, saindo de cinco funcionários para mais de 20.

Não obstante, o Projeto de ATES chegou ao fim prematuramente no início de 2017, principalmente a partir de uma nova política nacional de assistência técnica e extensão rural mantida pelo INCRA – assunto que será explicado, com maior profundidade, no Capítulo 8. Após o seu fim, o quadro de funcionários e o número de parceiros assistidos de maneira perene pelo IDESAM voltou a patamares similares ao período entre 2012 e 2014, impactando negativamente e de maneira expressiva a promoção da coalizão ambientalista dentro do campo políticoambiental de Apuí.

6.1.3. Parcerias estratégicas com agentes financeiros e outros organismos técnicos

Entre os tipos de parcerias estratégicas menos mencionadas pelos agentes das ONGs estão aquelas forjadas com agentes financeiros, investidores e outros organismos técnicos, como universidades, centro de pesquisa ou outras ONGs. Entretanto, tais atores constituem como importantes integrantes da coalizão ambientalista, principalmente pelo tipo de recursos que mobilizam e transferem para as ONGs, catapultando as demais iniciativas que estas desenvolvem.

É por meio da filantropia e de doações a fundo perdido que chegam significativa parte dos recursos financeiros que tanto o IDESAM quanto o WWF dispõem. No que diz respeito a esta última, as doações advêm principalmente de pessoas físicas espalhadas ao redor do mundo. Isto impossibilitou que tais doadores fossem entrevistados, o que explica a razão pela qual no Quadro 8 – onde é apresentado o conjunto de instituições regulatórias, normativas e culturais que sustentam os enquadramentos dos atores estratégicos – o conteúdo específico a este tipo de atores foi classificado como “intangível”.

No que tange as doações destinadas ao IDESAM, estas advêm principalmente de três agentes financeiros – a Fundação Avina, o Fundo Vale e a Natura. Tais agentes possuem uma participação perene desde 2011 no orçamento anual do IDESAM. Demais organizações financeiras, filantrópicas, bilaterais ou multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia, o Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ, Alemanha), a Direktoratet for utviklingssamarbeid (NORAD, Noruega) e o Banco Mundial tiveram doações momentâneas e para projetos específicos, geralmente envolvendo pesquisas, elaboração de planos de gestão e diagnósticos socioeconômicos e ambientais. Neste sentido, tomamos estas três organizações de participação perene como as principais unidades de análise no que diz respeito às parcerias estratégicas forjadas com agentes financeiros.

As doações concedidas por estes agentes estão relacionadas a projetos e, com isso, possuem quantidade e prazo de validade previamente estabelecidos. A renovação do projeto depende, para além da disponibilidade financeira do agente financeiro, do êxito nos indicadores convencionados entre IDESAM e agente financiador como medida para apontar o sucesso ou o fracasso do projeto. Por exemplo, o projeto SSA iniciou em 2011 e, mediante o seu fim em dezembro de 2012, foi implementado o SSA II e, logo em seguida, o SSA III (CAMILA, entrevista). Em contrapartida, o financiamento do Fundação Avina para a realização do PAMV foi finalizado em 2011, principalmente mediante a constatação da dificuldade deste projeto em lograr engajamento dos parceiros para consolidar um sistema de pagamento por serviços ambientais (MÁRIO, entrevista).

Em um outro patamar no que diz respeito a estratégia de financiamento está o engajamento de investidores dentro do *Projeto de Microcrédito*. Ainda que esta opção não tenha sido efetivamente colocada em prática – pelo menos no momento de realização

da pesquisa de campo –, a proposta de consolidar uma empresa privada atrelada ao IDESAM para captar recursos e destiná-los em forma de microcrédito configura-se como uma das principais estratégias de ação dessa organização para o futuro (GERMANO, entrevista). Neste caso específico, a proposta é consolidar uma empresa que capte um montante de recursos e o distribua em forma de microcrédito aos parceiros, especificamente àqueles que tem o gado de corte como a principal atividade econômica. Nos termos de concessão de crédito, estaria atrelada a obrigatoriedade do uso do montante financeiro ser destinado à implementação de sistemas silvipastoris com a assistência técnica do IDESAM. Neste sentido, os moldes de concessão de capital e a sua aplicação seriam controlados pelo mesmo, o qual passaria a ter um poder de barganha muito maior sobre o parceiro, impelindo-o a produzir gado de corte da maneira desejada.

Na visão dos agentes das ONGs entrevistados, essa estratégia se apresenta como alternativa aos financiamentos a fundo perdido ofertado pelos organismos filantrópicos e financeiros, bilaterais e multilaterais. Almeja-se angariar seis milhões de reais iniciais antes do início do projeto e da concessão de créditos (GERMANO, entrevista). Os incentivos à participação de investidores nacionais e internacionais se viabilizaria com o pagamento de juros aos empréstimos concedidos à empresa privada atrelada ao IDESAM. Neste caso, os parceiros atendidos pagariam juros pelo empréstimo contraído, o qual seria direcionado aos investidores externos ao final de cada período contábil. Para o IDESAM (ALESSANDRA, entrevista), o pagamento de juros seria algo factível ao parceiro devido aos incrementos de produtividade que os sistemas silvipastoris trariam, os quais expandiriam a renda familiar e, com isso, a capacidade de cumprimento do débito assumido.

No entanto, algumas linhas não estão claras neste projeto, na medida em que o IDESAM ainda não dispõe de direções claras sobre as normas de conduta a serem tomadas em caso de insolvência (GERMANO, entrevista). Primeiramente, a ausência de títulos definitivos para a maioria dos parceiros impede a concessão da propriedade rural como garantia ao crédito. Segundo, não se tem claro sobre qual seria o procedimento a ser adotado em caso de haver necessidade de cobrança. Conforme afirmou Germano, do IDESAM: *“Mas no final das contas, se o cara não pagar a gente vai fazer o quê? Botar num processo judicial e pedir os bens dele? Então essa parte é uma coisa que a gente ainda tem que trabalhar melhor”* (GERMANO, entrevista concedida em março de 2017).

Outras ONGs baseadas em outras regiões do Brasil e do continente latino-americano também se apresentam como parceiros estratégicos do IDESAM. Neste sentido, podemos ressaltar duas parcerias, cruciais para dois dos principais projetos mantidos por essa organização em Apuí. Primeiramente, com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA), localizada no município de Piracicaba, o qual exerceu importante papel dentro do projeto *Café Agroflorestal* no assessoramento técnico aos funcionários do IDESAM e aos parceiros atendidos, bem como na elaboração de guias de implementação de sistemas agroflorestais em plantações de café. Além disso, devido ao histórico de atuação dessa ONG paulista em processos de certificação agrícola, ela também auxilia na consolidação de um sistema participativo dentro da Ouro Verde para a implementação do selo orgânico no café produzido pelos seus associados.

Em outra medida, dentro do *Programa de Produção Rural Sustentável*, o IDESAM mantém a possibilidade para o recebimento de pesquisadores nacionais e internacionais que queiram conhecer e se aproximar de suas iniciativas desenvolvidas em Apuí. O Programa já recebeu pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e de países como Holanda, Itália, Brasil e Costa Rica. Mais do que um mecanismo para publicitar as iniciativas desenvolvidas, transformando-as em objetos de estudo em pesquisas correlatas, estes intercâmbios também consistem em momentos onde as próprias pesquisas operam como instrumentos para adaptação, fontes de inovação e de reflexividade crítica sobre a elaboração e promoção dos projetos mantidos.

Uma última relação de parceria estratégica estabelecida pelo IDESAM é com um viveiro local, desenvolvido pelo próprio organismo após a implementação do projeto SSA, em 2011. O viveiro foi concebido com o intuito de ofertar ao IDESAM as mudas necessárias para as suas respectivas iniciativas de reflorestamento, recuperação de APPs, de Reserva Legal e implementação de sistemas agroflorestais e silvipastoris. Em analogia, o viveiro funciona como fornecedor de insumos, possuindo estrutura de governança própria e relativa independência jurídica e financeira do IDESAM – ainda que este seja o sócio minoritário e destine, semanalmente, um de seus técnicos para trabalhar integralmente no viveiro, a fim de garantir o nível de oferta necessário de mudas segundo a demanda advinda dos projetos mantidos em Apuí (GERMANO, entrevista). Atualmente, o viveiro é o único em toda a região sul amazonense cadastrado no IBAMA, o que permite com que este participe de editais regionais e nacionais.

Quanto ao WWF, a incipiência de seus projetos destinados a parceiros reflete na também incipiente parceria estratégica com órgãos técnicos. Neste sentido, a principal parceria estabelecida por esta organização é com o Grupo de Trabalho em Pecuária Sustentável (GTPS), de escala nacional. O GTPS tem ofertado, de maneira ocasional, pesquisadores em sistemas silvipastoris para a realização de oficinas locais, onde técnicos do SINDISUL, do IDESAM e parceiros são convidados, a fim de se aproximarem das dinâmicas envolvendo estes sistemas produtivos (LAURA, entrevista). Além disso, a parceria com o GTPS também ocorreu para a estruturação do “*Guia de Pecuária Sustentável*”, onde comparou-se dez unidades demonstrativas de criação de gado de corte, as quais seguiram estritamente as recomendações do Guia para produção em sistemas silvipastoris, com outras dez propriedades onde o gado de corte foi criado de maneira extensiva, seguindo as rotinas e hábitos de criação de gado arraigadas entre os parceiros apuienses. Almejou-se com essa comparação levantar índices agronômicos que diferenciasssem ambos os sistemas silvipastoril e o extensivo. Na verdade, como veremos na próxima seção com maior profundidade, a elaboração de relatórios e diagnósticos, os quais comparam os sistemas produtivos propostos e os “tradicionais” a partir da justaposição de uma série de indicadores, se faz uma recorrente estratégia das ONGs para mobilizar o engajamento de parceiros, utilizando muitas vezes do discurso inapelável do saber científico em mitigar dúvidas ou críticas que os parceiros possam ter sobre estes sistemas.

6.2. A segunda linha de atuação: assistência técnica

A assistência técnica se transformou na principal iniciativa das ONGs em Apuí, como podemos ver na Tabela 14, na página 192. Esta ação se divide em diferentes modalidades de transferência tecnológica e de auxílio nas dinâmicas produtivas dos parceiros. São estas modalidades: a consolidação de unidades demonstrativas dos sistemas silvipastoris e agroflorestais – modalidade esta que representa a mais mencionada entre todas; a transferência de práticas e conhecimentos para a produção orgânica; o suporte jurídico, contábil e técnico para a certificação orgânica; a realização de oficinas; e a atuação em cadeias produtivas, conforme define parte dos mediadores sociais entrevistados (GERMANO, entrevista). Vejamos cada uma destas iniciativas com maior detalhe.

6.2.1. As unidades demonstrativas

Dentre todas as iniciativas de assistência técnica ao parceleiro, a criação de unidades demonstrativas (UDs) se faz a principal delas. Em linhas gerais, há dois modelos de agricultura e de criação animal que são consolidados em UD: os sistemas silvipastoris e os sistemas agroflorestais.

As primeiras UD de sistemas silvipastoris foram implementadas a partir do SSA, em 2011, tendo quatro famílias como participantes iniciais nestas iniciativas. A proposta do IDESAM com a implementação destes “modelos” era, primeiramente, demonstrar aos parceleiros a viabilidade de se operacionalizar sistemas que combinem, em uma mesma área, o cultivo de florestas e a criação animal. Neste sentido, a dimensão cognitiva, isto é, o novo conhecer sobre o que já é conhecido acerca da produção animal consiste em uma das principais dificuldades em mobilizar o engajamento dos parceleiros. Em um segundo momento, as UD nestas quatro propriedades operaram como “laboratório”: ao final do projeto, em 2012, as dimensões agronômicas deste sistema, tais como rendimento do solo, presença de nutrientes e indicadores de compactação e degradação ambiental, foram levantados e comparados com indicadores de propriedades que conduziam a criação animal de maneira extensiva. Tais informações foram compiladas em um relatório publicado em 2013 pelo IDESAM, onde se apresenta a viabilidade econômico-financeira destes sistemas nestas propriedades, argumentando que o custo inicial dos sistemas silvipastoris foram retornados ao longo dos anos em virtude do acréscimo de produtividade, de tempo menor de engorda do gado e maior carga animal por hectare.

Nesta direção, as UD também exercem importante papel no que diz respeito ao engajamento de parceleiros não contemplados pelos projetos das ONGs. Em um assentamento dividido em rodovias vicinais, onde os seus habitantes possuem relações afetivas ou mesmo familiares com os vizinhos, a presença de uma UD por vicinal já se faz condição suficiente para que esta, no mínimo, desperte o interesse dos demais parceleiros em visitá-la e conhecê-la com maior profundidade. Todos os ativistas e funcionários das ONGs entrevistados e que mencionaram as UD como estratégia de atuação levantaram o seu “poder de atração” e a sua capacidade em comunicar, de maneira prática e tangível, o que se explica em oficinas e em relatórios sobre “sistemas ‘sustentáveis’ de produção”. Neste sentido, o terceiro e último objetivo do IDESAM com a implementação de UD de sistemas silvipastoris é engajar outros parceleiros que

tomaram conhecimento destas unidades e que desejam replicá-las em suas propriedades, onde então o IDESAM passa a assessorá-lo tecnicamente para a implementação.

Os sistemas silvipastoris são construídos a partir da combinação entre faixas de capim e faixas de árvores nativas. Os técnicos do IDESAM (GERSON, entrevista; MAURICIO, entrevista) argumentam que a presença de árvores nativas é responsável por fixar um montante maior de nutrientes no solo, bem como auxilia na redução da acidez deste – fator tido como problema crônico na agricultura e pecuária em solo amazônico. Isto colabora para um crescimento mais rápido do capim, bem como em um maior valor nutricional, o que acelera e intensifica o processo de engorda do animal. Em um segundo momento, após alguns anos, as árvores plantadas crescem e proporcionam sombra e conforto térmico ao animal (ALESSANDRA, entrevista). A presença de diversas árvores ao longo do sistema aumenta o número de sombras, o que diminui as distâncias percorridas pelo animal, reduzindo com isso a compactação do solo devido à ocupação excessiva em um ponto específico. Por fim, a presença crescente de árvores nativas dentro do sistema não somente colabora para o reflorestamento, mas também para a recuperação da biodiversidade naquele local, além de expandir a oferta de comida a animais no caso de árvores frutíferas. Neste sentido, o terceiro e último benefício a ser usufruído dos sistemas silvipastoris é a possibilidade do manejo de produtos não florestais, como é o caso da exploração das sementes de castanheiras, da copaíba e do pau-rosa – algumas das árvores presentes nos sistemas silvipastoris (RENATO, entrevista).

Também conhecido como “voisin”, estes sistemas são implementados em diferentes “piquetes” – áreas quadrangulares delimitadas por cerca, usualmente elétrica –, onde o gado passa uma parte do tempo ali antes de migrar para outro piquete. A partir do momento em que se explora quase todo o capim disponível dentro de um piquete, o parceleiro deve deslocar o seu rebanho a outro, enquanto aquele que estava previamente ocupado passa a descansar e a se recompor para futuro uso (PINHEIRO MACHADO, 2004).

Estas UD's de sistemas silvipastoris eram, no momento de elaboração da pesquisa de campo, acompanhadas de maneira mais intensiva pelos técnicos do IDESAM em seis propriedades rurais, as quais foram contempladas pelo *Projeto de Microcrédito*. Conseguimos entrevistar cinco destes seis parceleiros: Abelardo, Clóvis, Denis, Ignácio e Plínio. Cada um destes parceleiros, com exceção de Denis, foram custeados pelo IDESAM para viajar à Colômbia em 2014 – ainda, neste caso, com recursos do SSA III

– para conhecer sistemas silvipastoris desenvolvidos naquele local. Após o retorno, foram assistidos por essa organização para implementarem UD's de sistemas silvipastoris dentro de suas propriedades, as quais variam de 100 a mais de quatro mil hectares. Para tanto, contraíram um empréstimo de aproximadamente 80 mil reais com o IDESAM, com um ano de carência e com pagamento anual de parcelas de 15 mil reais a partir do segundo ano, sem taxas de juros reais. O tempo para pagamento é de seis anos, com parcelas cada vez menores a cada ano que passa. Em verdade, o IDESAM buscou aplicar com estes seis parceiros aquilo que pretende realizar a partir do momento em que consolidar uma empresa privada para a concessão de crédito neste formato.

Por sua vez, as UD's dos sistemas agroflorestais possuem a mesma capacidade “atrativa” – ou seja, engajamento – das UD's dos sistemas silvipastoris. Entretanto, elas são aplicadas em maior escala, uma vez que na lista de parceiros aderentes aos projetos das ONGs há uma presença maior de parceiros que trabalham, prioritariamente, com a agricultura. A implementação destes sistemas ocorreu principalmente a partir de 2012, com a criação do projeto *Café Agroflorestal*, financiado pelo Fundo Vale e pela Natura.

Os sistemas agroflorestais, particularmente aqueles destinados à produção de café, abrigam um consórcio entre plantas leguminosas, árvores frutíferas e cafezais. Um sistema agroflorestal abriga linhas alternadas de cultura produtiva, principalmente com o intuito de reduzir a acidez e a necessidade de insumos químicos para a correção de acidez. A recuperação da mata nativa em consórcio com a produção agrícola é um dos principais objetivos destes sistemas.

Em paralelo aos sistemas de produção em si, as UD's dos sistemas agroflorestais para a produção de café abrigam outra justificativa, relacionada à pós-colheita do grão. Trata-se do “terreiro suspenso”, local onde o grão de café irá secar para posteriormente ser comercializado a Laércio, o qual possui a máquina para descascá-lo. Usualmente, a secagem do café é feita no solo, sobre saco plástico ou piso de cimento. Na visão dos técnicos do IDESAM (GERSON, entrevista), esta prática conduz a secagem do grão de maneira desigual, uma vez que o parceiro não consegue remexer todos os grãos. Além disso, a proximidade do grão com o solo aumenta a possibilidade de perda, além de torr-lo parcialmente devido às altas temperaturas do solo exposto ao sol amazonense. Isso tudo traz, ao final, impactos negativos à qualidade do café e, por consequência, ao seu preço final.

Ao contrário, os terreiros suspensos possibilitam que o parceleiro manuseie o café em pé, sem a necessidade de se pôr de joelhos ou agachado, o que facilita, na visão dos técnicos, o ato de remexer por igual todos os grãos. Estes são derrubados sobre uma longa tela, sustentada por uma armação de madeira levantada em, aproximadamente, um metro do solo. Esta tela é coberta por um saco plástico transparente ou branco, o qual quase desce até a estrutura de madeira, criando uma semi-estufa – deixa-se pequena faixa de espaço aberto para que o parceleiro possa se projetar para dentro do terreiro e remexer os grãos com a ajuda de uma espátula.

Figura 16. Terreiro suspenso na propriedade de Flávio.



Fonte: Pedro Frizo, 2017.

Tanto os sistemas silvipastoris quanto os agroflorestais abarcam práticas produtivas e dimensões nunca antes experimentadas pelos parceleiros. São poucos os casos daqueles que conheciam estes sistemas antes de participarem dos projetos das ONGs – apenas Flávio e Jader plantavam café em agrofloresta antes de participarem do projeto *Café Agroflorestal* do IDESAM. A expressão “louco”, enquanto adjetivo que classifica aqueles que conduzem essas práticas, foi mencionada em quatro entrevistas a parceleiros (Abelardo, Flávio, Jader, Milton). Com efeito, a “excentricidade” destes

sistemas demanda das ONGs a mobilização de estratégias de convencimento sobre a plausibilidade dos mesmos.

Por isso, as UD's exercem importante papel para as ONGs garantirem a participação de atores locais. A utilização dos parâmetros agronômicos e financeiros coletados nestas UD's, sistematizados em relatórios e artigos acadêmicos, é recorrente nas reuniões e oficinas, onde os técnicos das ONGs replicam contra qualquer tentativa de pôr em dúvida a viabilidade destes sistemas. Ao todo, são sete relatórios produzidos pelo IDESAM a partir de indicadores coletados em UD's que ele mesmo atuou na implementação.

No caso do WWF, as cinco UD's mantidas pela organização em parceria com o GTPS sobre pecuária foram comparadas, em termos de parâmetros agrícolas e financeiros, com outras cinco propriedades rurais que operam sobre regimes extensivos de criação animal. A comparação foi sistematizada em um “*Guia de Pecuária Sustentável*”, o qual é mobilizado em oficinas de capacitação técnica para estimular parceiros e técnicos agrícolas, seja do SINDISUL, do IDAM e do IDESAM, a adotarem sistemas silvipastoris em suas respectivas propriedades rurais (LAURA, entrevista).

6.2.2. Estímulo à certificação orgânica e a cadeias produtivas alternativas

A promoção da produção agrícola orgânica encontra expressivo espaço dentro do escopo da proposta “sustentável” mantida pelas ONGs. Combinada com a certificação do café agroflorestal e orgânica, esta frente representou 17% de todas as manifestações dos agentes das ONGs entrevistados sobre as linhas de atuação das ONGs. Os esforços nessa frente têm sido desenvolvidos, majoritariamente, pelo IDESAM em seu projeto *Café Agroflorestal*.

Dentro deste projeto, está a implementação de uma série de alternativas ao uso de herbicidas e pesticidas para o controle das pragas e doenças do café, principalmente para o controle da “broca do café” (*Hypothenemus hampei*). Como podemos observar ao comparar alguns resultados apresentados na parte anterior, promover práticas orgânicas para o controle de pragas é, historicamente, uma iniciativa pouco popular em Apuí, tendo em vista que o IDAM pouco incentivou estas práticas em seu histórico de assistência técnica no município.

Entre os principais controles de pragas proposto pelo IDESAM estão as armadilhas para a “broca do café”. Com uma garrafa *pet* de dois litros e a partir de uma incisão na lateral da garrafa, mistura-se água com detergente ou água com fumo, colocando a mistura na parte inferior da garrafa. Na parte superior, coloca-se algum tipo de atrativo alimentar para o inseto – geralmente borra de café –, misturado com álcool etílico. A solução inebria a praga, a qual cai na mistura de água com detergente/fumo e assim morre. Esta pequena armadilha, combinada com o empréstimo de roçadeiras por parte do IDESAM, são as principais iniciativas para propagar o cultivo do café orgânico em propriedades contempladas pelo projeto *Café Agroflorestal*.

Uma vez consolidado um grupo de 30 parceiros operando sob técnicas agrícolas orgânicas e agroflorestais, o IDESAM vem atuando na assessoria jurídica, comercial e técnica para a certificação destes produtos em uma marca específica. Com o intuito de alcançar maior valor agregado ao café vendido, a organização articulou com os dois atravessadores, Laércio e Eliseu, a participação na consolidação de uma cadeia de café orgânico e agroflorestal. Laércio descasca, de maneira separada, os grãos advindos destes parceiros e os encaminha para Eliseu, que os torra também separadamente e os embala em uma marca específica, chamada “Café Apuí Agroflorestal”. Este produto custava, no momento de elaboração da pesquisa de campo, aproximadamente 50 centavos a mais do que aquele convencional – “Café Apuí”, ensacado e comercializado também por Eliseu.

Este valor adicional pago pelo “Café Apuí Agroflorestal” é repassado ao parceiro no momento da compra de suas sacas de café, ou seja, no momento em que Laércio adquire o produto. Segundo a qualidade do grão entregue, Laércio paga mais ou menos ao parceiro: se o grão possui qualidade semelhante ao café plantado em sistemas convencionais, não se paga o adicional; se possui uma qualidade superior, então se paga um acréscimo. Segundo Gerson (entrevista), a qualidade e relação de preço obedece a seguinte razão: para café tipo 5 (de 0 a 300 pontos em escala de defeitos), paga-se 30 reais a mais pela saca; para café tipo 4 (de 301 a 450 pontos em escala de defeitos), paga-se 20 reais de adicional; para café tipo 3 (de 451 a 700 pontos em escala de defeitos), paga-se 10 reais a mais pela saca de café; para cafés acima de 701 pontos em escala de defeitos não é pago nenhum adicional pela saca. Em paralelo, anualmente os parceiros aderentes a esse projeto recebem 1200 reais da Natura, os quais, segundo os termos do contrato de parceria entre eles e o IDESAM, devem ser gastos com insumos, tais como roçadeiras ou calcário, que promovam a cafeicultura orgânica e agroflorestal.

A criação de uma rede orgânica e agroecológica é a principal frente de atuação do IDESAM em cadeias produtivas – iniciativa mencionada por quatro dos 11 ativistas e funcionários das ONGs entrevistados. No entanto, na visão destes, a consolidação da marca “Café Apuí Agroflorestal” ainda é dependente da certificação orgânica, a qual permitiria a sua comercialização em outros centros urbanos para além de Apuí (MARTA, entrevista). No momento de elaboração da pesquisa de campo, o “Café Apuí Agroflorestal” era comercializado em Manaus e em algumas lojas em São Paulo e no Rio de Janeiro. A distribuição da mercadoria a estes centros é feita pelo IDESAM, o qual afirma não sacar nenhum lucro destas operações, mas somente o montante necessário para pagar o custo logístico dessas operações e o salário de um funcionário especificamente contratado para comercializar o café (JEAN, entrevista).

É no âmbito da certificação orgânica que está estruturada a parceria entre o IDESAM e a Ouro Verde. Desde 2009, o MAPA permite a concessão de selos a partir de modelos participativos de auditoria sobre as práticas orgânicas. Neste sentido, o IDESAM almeja consolidar uma estrutura de governança mínima dentro da Ouro Verde para que este organismo opere como avaliador de conformidade da produção do “Café Apuí Agroflorestal” (MARTA, entrevista). Para tanto, a concessão de equipamentos, de informações sobre editais públicos e de oficinas com técnicos, acadêmicos e pesquisadores fazem parte das iniciativas do IDESAM dentro dessa associação para consolidá-la como organismo capaz de organizar as atividades de certificação participativa.

Segundo os dados disponibilizados pelo IDESAM em um relatório específico sobre o andamento do projeto “*Café Agroflorestal*”, esta cadeia paralela à cadeia convencional do café permitiu aos parceiros aderentes um acréscimo médio na renda anual de 220%. Além disso, argumenta-se que a produtividade dos cafezais cresceu de nove sacas por ano para uma média de 17,5 sacas. No momento de elaboração da pesquisa de campo, o IDESAM testava outras variedades de café no viveiro local onde é sócio minoritário. Uma dessas variedades é o café clonal “BRS Ouro Preto”, o qual credita-se ter o triplo de produtividade do café conilon plantado pelos parceiros (GERSON, entrevista).

6.2.3. Realização de oficinas para capacitação técnica

O último conjunto de ações a ser ressaltado dentro do espectro de tipos de assistências técnicas e transferência tecnológica são as oficinas temáticas. É nesta iniciativa que residem os principais termos de cooperação entre IDESAM e WWF.

Praticamente todos os projetos mantidos por estas ONGs contaram com elaboração de oficinas. Por vezes, estas oficinas eram partes constitutivas da elaboração de planos de gestão, onde buscava-se a construção de planos “participativos” e com colaborações e sugestões dos atores locais. Especificamente no caso da elaboração do *Plano de Gestão do Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí*, o WWF conduziu uma série de oficinas e grupos de trabalho junto à população local para a elaboração de um diagnóstico socioeconômico da região, bem como para a sistematização dos interesses desses grupos em futuros ordenamentos ecológicos na região. Em outros momentos, as oficinas eram a própria proposta final do projeto. Por exemplo, no caso do SSA I, um dos objetivos era a realização de oficinas técnicas com membros da SEMMA sobre manejo florestal de produtos madeireiros e não madeireiros, tipos de zoneamentos existentes, aspectos relacionados ao licenciamento ambiental e implementação do CAR.

Dentro do Projeto de ATES, o IDESAM, perante os compromissos assumidos junto ao INCRA, dispunha de cinco “agentes comunitários”. Estes eram, usualmente, pessoas com relações sociais consolidadas em suas respectivas estradas vicinais e eram, dessa forma, responsáveis por mobilizar essa rede de contatos para a participação nas oficinas e reuniões temáticas. Com o fim do projeto, em janeiro de 2017, estes agentes comunitários foram dispensados. No caso do projeto *Café Agroflorestal*, conforme já foi mencionado, as oficinas ocorrem geralmente junto à Ouro Verde e são direcionadas ao tema da produção orgânica, agroflorestal e à certificação.

Oficinas extraordinárias, de temática livre e não necessariamente atreladas a um público alvo restrito ou pertencente a um projeto específico, eram desenvolvidas dentro do SSA III. Poucas semanas após o término do trabalho de campo, o IDESAM e o WWF, em parceria com a Universidade da Flórida, conduziram a oficina que, na visão de alguns agentes das ONGs, seria uma das principais iniciativas já desenvolvidas por estas ONGs em Apuí (GERMANO, entrevista). Intitulada “*Dinâmicas de mudanças no desenvolvimento socioeconômico de Apuí*”, a atividade contou com a participação de

atores públicos, civis e parceiros. No conteúdo do convite, no entanto, pouco se mencionavam as questões ambientais ou mesmo atreladas à “sustentabilidade”: a palavra “ambiente” era mencionada uma vez apenas, ao passo que o termo “desenvolvimento” aparecia três vezes ao todo.

A variedade no conteúdo das oficinas e reuniões temáticas é positivamente proporcional ao número de iniciativas desenvolvidas pelas ONGs. Estas, como podemos ver até agora, não concentram suas atividades em questões puramente ambientais, mas adentram também em dinâmicas relacionadas ao mundo material do parceleiro, às disputas políticas locais e às dinâmicas associativas do município. Isto enseja uma compreensão maior sobre o tipo de linhas de atuação “exclusivamente” ambientais, o peso de sua representatividade no total de iniciativas conduzidas e o conteúdo destas intervenções. Neste sentido, discorreremos na próxima seção sobre as iniciativas alinhadas à implementação das normativas ambientais, tais como o CAR e o Código Florestal, junto a atores locais.

6.3. A terceira linha de atuação: as normativas ambientais

Surpreende as menções à “implementação de normativas ambientais” ter sido somente a quinta mais exclamada entre 11 linhas de atuação citadas pelos entrevistados. Tratamos como tal categoria todas as iniciativas desenvolvidas pelas ONGs para adequar as propriedades rurais às principais normativas ambientais existentes, sejam estas de caráter estadual ou federal. A regularização de APPs, das áreas destinadas a Reserva Legal e a emissão do CAR consistem nas principais iniciativas essencialmente ambientalistas – isto é, desprovidas de qualquer outra iniciativa em combinação.

Inicialmente, a recuperação de APPs e de áreas de Reserva Legal foi uma iniciativa concebida dentro do PAMV, em parceria com a Prefeitura de Apuí, com a SEMMA e com a Fundação Avina. Sendo um projeto essencialmente e exclusivamente “ambientalista”, o objetivo do PAMV era recuperar áreas degradadas pelo uso excessivo dos recursos naturais, recuperando beiradas e nascentes de rios, bem como parte da mata original de algumas propriedades rurais (MÁRIO, entrevista). O cadastro era livre, ou seja, eram os parceiros que deveriam procurar o IDESAM e demonstrar interesse em recuperar as áreas degradadas de suas respectivas propriedades. Esperava-se, com este

projeto, estruturar uma das primeiras iniciativas de *Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation* (REDD) no Amazonas, onde, a partir do mercado de carbono, os parceiros receberiam uma certa quantidade monetária pelos “serviços ambientais” prestados com a recuperação de parte da mata nativa.

O PAMV se estendeu de 2009 a 2011 e o seu fim é explicado pelos entrevistados de duas maneiras. Primeiramente, argumenta-se que faltaram investidores ou organizações que pagassem pelo serviço ambiental provido pelos parceiros. Em segundo lugar, ao final de dois anos de projeto, somente 70 famílias – 3,3% do total de famílias rurais apuienses – haviam se cadastrado junto ao IDESAM, totalizando apenas 1300 hectares disponíveis para reflorestamento e recuperação ambiental dentro do projeto (MÁRIO, entrevista). A quantia era significativamente menor do que se esperava (GERMANO, entrevista), o que motivou o abandono do projeto e a criação de iniciativas paralelas, como o SSA I e o *Café Agroflorestal* – ambos iniciados logo em seguida ao término do PAMV.

Em segundo lugar, significativa parte dos esforços comprometidos com a pauta ambiental está na promoção do CAR junto aos parceiros. Incluído pela primeira vez na legislação federal em 2009 com o Decreto N° 7.029, a implementação do CAR passou por uma série de tramitações estaduais e federais até se consolidar em seus moldes atuais. Sua institucionalização ocorreu em 2012, com a aprovação do novo Código Florestal (Lei Federal N° 12.651/2012), em combinação com o Decreto N° 7.830, o qual cria o sistema integrado de gerenciamento das informações ambientais dos imóveis rurais (SICAR). Com a institucionalização do SICAR, o estado do Amazonas vivenciou um período de transição do Sistema de Controle Ambiental do Amazonas (SCAAM) – o extinto CAR estadual – para o SICAR, entre 2012 e maio de 2014. A partir desta data, todos os imóveis rurais amazonenses passaram então, obrigatoriamente, a operar dentro das novas bases legais do CAR.

Neste sentido, conforme mencionado anteriormente sobre “parcerias estratégicas com organismos civis”, o WWF atua em conjunto com o SINDISUL na implementação do CAR, de forma gratuita junto a qualquer parceiro que deseja cadastrar a sua propriedade rural. Além disso, durante o Projeto de ATES, o IDESAM era uma organização autorizada pelo INCRA com poder de cadastrar os imóveis rurais dentro do sistema CAR, também de maneira gratuita. Neste sentido, uma das iniciativas dessa organização, dentro do Projeto de ATES, foi o cadastro ambiental entre as famílias

assentadas assistidas pelo projeto. Com o fim deste projeto, o IDESAM passou a atuar exclusivamente no auxílio do parceleiro para o georeferenciamento de sua propriedade, uma vez que isto se apresenta como um dos requisitos para a emissão do CAR.

A realização de oficinas junto aos parceleiros para o levantamento de questões relacionadas à implementação do CAR, bem como à divulgação de informação sobre os passos necessários para a regularização ambiental da propriedade, também fizeram parte do conjunto de iniciativas das ONGs. As oficinas temáticas em cada rodovia vicinal no Projeto de ATES tratavam, por vários momentos, das requisições necessárias para a regularização ambiental. Também em junho de 2014, o IDESAM realizou uma oficina com técnicos do IDAM, dos Sindicatos e com parceleiros para coletar as principais dificuldades encontradas por estas pessoas para a adesão ao CAR, o qual, no momento de realização da oficina, havia acabado de ser institucionalizado federalmente³³. As informações e relatos coletados nessa oficina foram utilizados para a elaboração de um relatório sobre a implementação do CAR no Amazonas, apoiado financeiramente por uma fundação filantrópica norte-americana.

Para além destas iniciativas, a implementação de normativas ambientais é sempre acompanhada de outras atividades – seja a implementação de unidades demonstrativas, a consolidação de uma cadeia produtiva de café orgânico e agroflorestal, a concessão de crédito para parceleiros pecuaristas implementarem sistemas silvipastoris ou as parcerias com a Prefeitura e a SEMMA para projetos de educação ambiental. Conforme afirmou Renato em entrevista, a recuperação ambiental de APPs, Reserva Legal e implementação do CAR “*vem dentro de um pacote, junto com o projeto, a implantação, os insumos e a assistência técnica*” (RENATO, entrevista concedida em fevereiro de 2017). Em resumo, os assuntos eminentemente ambientais se fazem acompanhados de outros temas e problemáticas, que abordam outros interesses e preocupações dos atores aderentes – interesses que, por vezes, podem ir além da “mera” questão ambiental.

³³ No momento de realização da pesquisa de campo, tanto agentes das ONGs quanto parceleiros exclamaram que quase todas as propriedades rurais em Apuí possuem o CAR.

6.4. As iniciativas agrupadas por projetos

Como é possível perceber, a tabela 14, na página 192, sintetiza um amplo leque de iniciativas desenvolvidas pelas ONGs para segurar o engajamento de diferentes atores dentro de sua proposta pela “sustentabilidade”. Em boa medida, a multiplicidade destas iniciativas se dá pela ampla variedade de projetos desenvolvidos dentro do município – cujo escopo se estende para além da região do assentamento, englobando inclusive o gerenciamento de parques estaduais e nacionais de conservação localizados nas partes mais remotas do município. Desde o início da atuação destes organismos, em 2008³⁴, foram, ao todo, seis projetos desenvolvidos com diferentes objetivos principais, com distintas parcerias forjadas para a implementação e promoção, com o mais variado público-alvo e tempo de duração. A concepção de projetos alinhados também com as demandas de seus financiadores – usualmente, institutos financeiros, filantrópicos e/ou doadores privados – contribui para que cada projeto assuma diferentes iniciativas de atuação, bem como mobilize diferentes dispositivos e diferentes redes sociais. Além disso, a variação do tipo de iniciativa ao longo dos anos também aponta para mudanças na forma de atuar no engajamento da população local, o que serve como importante indicador desta pesquisa para pensar a evolução dos enquadramentos para a produção de ação coletiva. O resumo geral de cada projeto se encontra no Quadro 10, localizado na página 218.

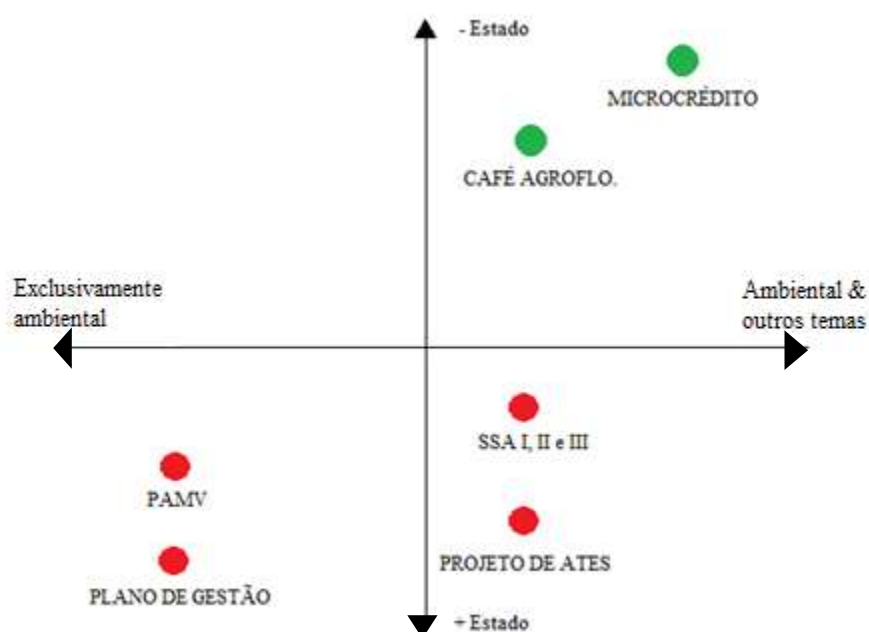
Um dos primeiros resultados que podemos destacar com a observação do Quadro 10 e com a análise das iniciativas desenvolvidas é o abandono de linhas de ação e intervenção pautadas exclusivamente na implementação de normativas nacionais ambientais. O PAMV pautava-se exclusivamente nestas normativas e, após o seu encerramento em 2011, iniciativas de ação que carregam consigo questões de caráter mais econômico passaram a ser desenvolvidas, em combinação com aquelas de teor mais ambiental. Além disso, caminha-se gradativamente para projetos desvinculados do

³⁴ A expedição Juruena, conduzida pelo WWF, se iniciou em 2006. Entretanto, não consideramos esta data como o princípio da atuação das ONGs em Apuí, tendo em vista somente o seu caráter exploratório e de coleta de informações, onde nenhuma política de ação e intervenção estava sendo promovida de fato naquele momento.

Estado, com uma participação mais reduzida de agentes públicos, seja da SEMMA, do INCRA ou do próprio IDAM, dentro das iniciativas desenvolvidas.

Estes dois padrões observados são de extrema utilidade para nortear os rumos dessa investigação, à medida que vemos a evolução de estratégias de engajamento e de seus respectivos enquadramentos institucionais. A figura abaixo ilustra este padrão, o qual pode ser resumido em duas linhas investigativas que se abrem. Primeiramente, como a economia doméstica do parceleiro tem interferido nas estratégias de engajamento? Em segundo lugar, como alternâncias na conjuntura política local e nacional alteraram estas estratégias?

Figura 17. Características dos projetos segundo teor exclusivamente ambientais, combinação entre “meio ambiente” e outras temas e grau de presença do Estado.



Legenda: Vermelho = projeto finalizado; Verde = projeto em andamento.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017).

Quadro 10. Dimensões gerais dos projetos coordenados pelas ONGs em Apuí.

Projeto	ONG	Duração	Objetivo principal	Público Alvo	Principais apoiadores	Principais iniciativas
<i>Apuí Mais Verde</i>	IDESAM	2008-2011	<i>"Recuperar áreas degradadas, áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, por agricultores e pecuaristas do município de Apuí, recompondo a saúde do solo e das nascentes dos rios do município, além de promover o sequestro de carbono que contribui para combater o aquecimento global"³⁵.</i>	Parceleiros com áreas degradadas, passíveis de penalidade ambiental	Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Prefeitura de Apuí, Fundação Avina	(I) Implementação de normativas ambientais
<i>Semeando Sustentabilidade I, II e III</i>	IDESAM e WWF	2011-2017	<i>"Fortalecer a gestão ambiental em Apuí e capacitar a população para o desenvolvimento de atividades produtivas mais sustentáveis"³⁶</i>	Parceleiros em geral e Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Fundo Vale, Prefeitura de Apuí, Secretaria do Meio Ambiente, Sindicatos (2)	(I) Parcerias: órgãos civis e públicos para deliberar projetos; (II) assistência técnica: unidades demonstrativas e produção orgânica; (III) realização de oficinas e capacitação técnica; (IV) Parcerias: institutos filantrópicos; (V) parcerias: associações de produtores; (VI) Cooperação técnica com ONGs e outros órgãos; (VII) atuação em cadeias produtivas, (VIII) Implementação de normativas ambientais

³⁵ Trecho contraído do documento disponibilizado pelo IDESAM sobre o *Projeto Apuí Mais Verde*.

³⁶ Trecho contraído do relatório de atividades do SSA I para os anos de 2011 e 2012.

<i>Projeto de Microcrédito</i>	IDESAM	2015-Presente	<i>“Recuperar a área que está usando e não abrir novas áreas”³⁷</i>	Parceleiros criadores de gado de corte	Organismo filantrópico e religioso holandês	(I) Assistência técnica: unidades demonstrativas e produção orgânica; (II) realização de oficinas e capacitação técnica; (III) Parcerias: institutos filantrópicos; (VI) Parcerias: microcrédito
<i>Café Agroflorestal</i>	IDESAM	2012-Presente	<i>"Fomentar e fortalecer a cadeia do café agroflorestal em Apuí como alternativa sustentável para a geração de renda e crescimento social"³⁸</i>	Parceleiros produtores de café	Natura, IMAGLORA, Prefeitura de Apuí, Cooperativa 1, EMBRAPA, USP-ESALQ, INCRA, CATIE, INPA, Ouro Verde	(I) Parcerias: órgãos civis e públicos para deliberar projetos; (II) assistência técnica: unidades demonstrativas e produção orgânica; (III) realização de oficinas e capacitação técnica; (IV) Parcerias: institutos filantrópicos; (V) parcerias: associações de produtores; (VI) Cooperação técnica com ONGs e outros órgãos; (VII) atuação em cadeias produtivas

³⁷ Na ausência de documento sobre o projeto, o trecho foi contraído da entrevista com Alessandra, pesquisadora do IDESAM.

³⁸ Trecho contraído do relatório sobre *Resultados & Perspectivas do projeto Café Agroflorestal*

<i>Plano de Gestão dos Mosaicos</i>	WWF	2006-2010	<i>“Ferramenta fundamental para assegurar a efetividade de implementação das Áreas Protegidas. Referência para os gestores, moradores, associações comunitárias e demais entidades governamentais e não governamentais que estão envolvidas nos processos de gestão dessas áreas”³⁹.</i>	Parques estaduais e nacionais de conservação	Prefeitura de Apuí, Governo do Estado do Amazonas e Governo Federal	(I) Parcerias: órgãos civis e públicos para deliberar projetos; (II) realização de oficinas e capacitação técnica; (III) implementação de normativas ambientais; (IV) Cooperação técnica com ONGs e outros órgãos
<i>Projeto de ATEs</i>	IDESAM	2014-2017	<i>"Implantar um modelo baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial"⁴⁰</i>	Famílias Assentadas	INCRA	(I) Parcerias: órgãos civis e públicos para deliberar projetos; (II) assistência técnica: unidades demonstrativas e produção orgânica; (III) realização de oficinas e capacitação técnica; (IV) implementação de normativas ambientais

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017). Nosso grifo.

³⁹ Trecho contraído do *Plano de Gestão do Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí*, disponibilizado pelo WWF.

⁴⁰ Trecho informativo redigido pelo IDESAM no informativo *Apuí Rural*, n°4.

Outro resultado que chama a atenção no Quadro 10 é a centralidade da palavra “sustentabilidade”. Em boa medida, este termo resume os objetivos gerais de todos os seis projetos, protagonizando a atuação das ONGs e a construção pública de sua imagem. Neste sentido, o termo deve ser tomado como importante enquadramento a respeito do regime de apropriação e exploração dos recursos naturais, o que desperta a necessidade de compreender quais os entendimentos em jogo, tanto por parte das ONGs quanto dos outros atores, com relação a este termo.

6.5. Parceiros e a “sustentabilidade” como “sustento material”

Neste capítulo apresentamos a história da atuação das ONGs no campo políticoambiental do PA Juma. Buscamos avaliar como se materializa a “sustentabilidade” em termos de práticas produtivas agroflorestais e silvipastoris, bem como essa noção se traduz em práticas associativas e em atuações políticas. A onipresença do “sustentável” no discurso destes organismos resume, em boa medida, o teor da intervenção que estes agentes almejam estabelecer em termos de regimes de apropriação e exploração de recursos naturais.

Este regime de apropriação e exploração visa reduzir o desmatamento e a degradação ambiental. Estes problemas constituem-se como principais linhas de ação da coalizão estabelecida, cuja formação e reprodução são lideradas pelas ONGs. Esta coalizão congrega atores dos mais variados estratos e espaços. No entanto, haveria uma convergência de concepções entre estes variados atores sobre a “sustentabilidade”? O que é ser “sustentável” segundo cada um deles?

Os achados a essas perguntas são cruciais para consolidar os termos em que a resposta ao questionamento central dessa dissertação pode ser encontrada. Em caso de haver divergências de concepções, estas irão se constituir como pontos de partida para compreender diferentes formas de enquadrar a “sustentabilidade” enquanto ideia representativa de um projeto de transformação nos regimes de apropriação e exploração dos recursos naturais. Em outras palavras, os atores integrantes da coalizão reconhecem e legitimam esta ideia como representante dos seus interesses materiais e existenciais, sustentando um regime ambientalista sobre os recursos naturais. Compreender como a

linha de ação mantida pela coalizão congregou os atores engajados é parte crucial para entender como ocorre a veiculação de enquadramentos por parte dos atores estratégicos.

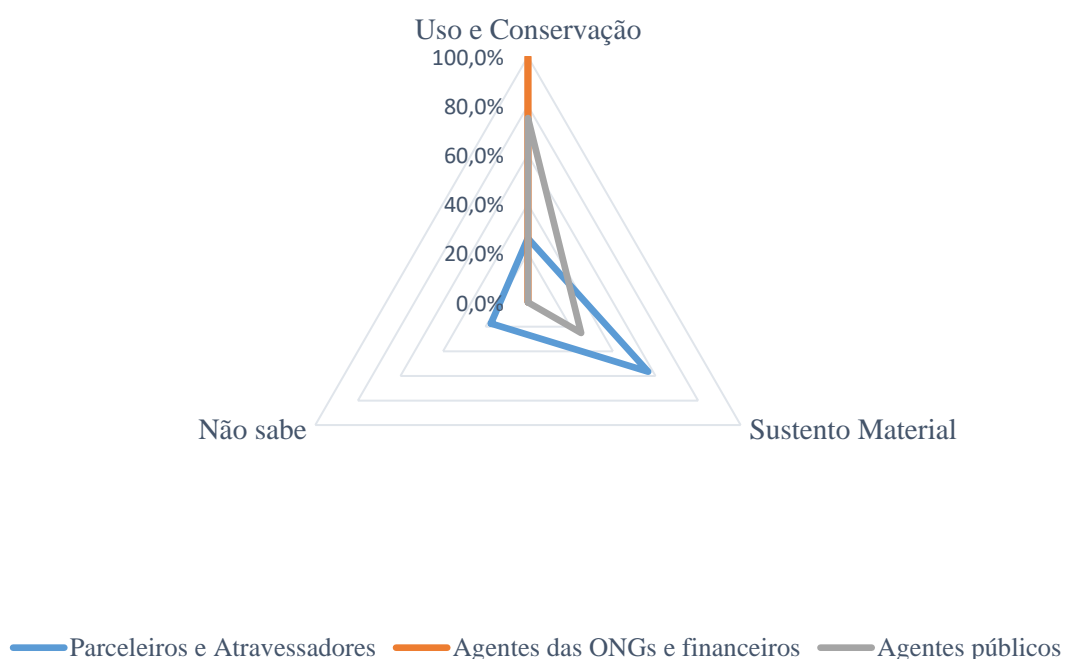
Neste sentido, realizamos uma pergunta fechada para cada um dos entrevistados, a fim de apreender a sua concepção sobre o que é ser “sustentável” – “*quando eu falo a palavra ‘sustentabilidade’, o que lhe vem à cabeça?*”. O entrevistado era convidado a responder, em poucas palavras, o que esta expressão significava para si. Era claramente posto que não havia resposta correta, uma vez que nesta investigação tampouco trazemos uma definição conceitual sobre o termo. Ao contrário, queremos analisar como as compreensões em torno deste termo emergem no campo de investigação. Ao todo, 40 dos 45 entrevistados responderam este questionamento.

Uma análise de conteúdo (BARDIN, 2009) foi realizada a partir das concepções coletadas, com o intuito de encontrar padrões, similaridades e divergências. Em linhas gerais, pudemos agrupar as concepções em três grandes pilares de significação. O primeiro deles abarca as concepções que veem a “sustentabilidade” como um processo de “uso” dos recursos naturais, mas alinhado com práticas de exploração e apropriação que permite a recomposição natural destes, que evita a degradação ambiental e o aumento do desmatamento; isto é, concepções centradas no “uso” que promove a “conservação” dos recursos naturais. A segunda concepção faz uma conexão direta do termo “sustentável” com a capacidade de auferir produto com o trabalho na e da terra, capaz de “sustentar materialmente” a estrutura familiar naquele espaço rural e ao longo do tempo. A terceira e última concepção é aquela que não encontra nenhuma significação para a palavra. Tratamos a ausência de concepção como um grupo, pois consiste em importante dimensão cognitiva e comunicativa a ser contemplada pela ação estratégica das ONGs ao apresentarem os seus projetos e iniciativas a estas pessoas.

Tais agrupamentos de significações foram segregados em três agrupamentos de atores sociais. Primeiramente, agrupamos os agentes das ONGs e os agentes financeiros em um mesmo agrupamento, devido não somente ao reduzido número de agentes financiadores entrevistados, mas também pela proximidade do conteúdo manifestado entre as duas categorias de atores sociais. Pelas mesmas razões, agrupamos parceiros e comerciantes/atravessadores em um outro grupo único. O terceiro e último grupo refere-se aos agentes públicos. Ao todo, 23 parceiros/atravessadores, 13 agentes das ONGs e agentes financeiros e quatro agentes públicos manifestaram as suas concepções sobre a

sustentabilidade. Os resultados ilustrados no gráfico abaixo correspondem à proporção de cada significação sobre o total de manifestações em cada categoria de atores sociais.

Figura 18. Participação das concepções sobre sustentabilidade segundo categoria de ator social.



Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017).

O resultado mais imediato é a divergência de significações entre parceiros e atravessadores e agentes das ONGs e financeiros. Ao passo que aqueles alinham o termo da “sustentabilidade” à noção de “sustento material”, estes trazem a noção de “uso e conservação” como a dominante. Flávio, parceiro da vicinal Raulino, resume o que é, ao parceiro/atravessador, a “sustentabilidade” enquanto “sustento material”:

No meu entendimento é uma coisa que você...vai se sustentar daquilo. Entende? Como a andiroba, nós temo a andiroba e tamo começando a vender a andiroba, tirar o óleo, nós não sabia. Viver do seu próprio sítio, entendeu? Isso o que eu entendo. Sustentabilidade. Plantar e você viver daquilo (FLÁVIO, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

Nenhum agente das ONGs e agente financeiro sequer exclamou significações sobre o termo relacionadas às dinâmicas materiais e de subsistência. De igual maneira, os agentes públicos exibem um entendimento sobre a expressão semelhante àquele encontrado entre os agentes das ONGs e financeiros.

Parceiros e atravessadores demonstram também, em proporções parecidas, não saber o que significa o termo ou significa-lo de maneira semelhante àquela feita pelos agentes das ONGs e financeiros. Quanto a este último caso, não se encontrou nenhuma relação direta entre o tempo de participação do parceiro/atravessador nos projetos mantidos pelas ONGs e uma concepção mais alinhada ao “uso e conservação” dos recursos naturais. Moacir, por exemplo, é o parceiro cuja participação no projeto *Café Agroflorestal* é a mais recente. Para ele, “sustentabilidade” é “*reservar a natureza, pra conservar as água, né, e proteger a temperatura, ventilação, sabe*” (MOACIR, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

As situações em que o parceiro/atravessador não sabe o que significa o termo representam duas conjunturas. A primeira é marcada pelo espaço aberto ao agente das ONGs para a construção de uma significação com vistas a instaurar uma concepção dominante sobre a “sustentabilidade” enquanto um regime específico e delimitado de apropriação e exploração dos recursos naturais, o qual se lastreia na ideia de “uso e conservação. Em contrapartida, a segunda conjuntura pode indicar uma “falha” neste processo, tendo em vista que parceiros/atravessadores presentes já há algum tempo no portfólio de projetos mantidos pelas ONGs não consolidaram uma concepção sobre “sustentabilidade” similar àquela mantida pelos agentes das ONGs e financeiros.

Acima de tudo, a “sustentabilidade” consiste de termo chave para compreender o regime de apropriação e exploração de recursos naturais que as ONGs, enquanto atores estratégicos, visam promover no campo políticoambiental de Apuí. A divergência de significações entre agentes das ONGs e financeiros e parceiros/atravessadores indica que a construção da significação sobre o termo deste último grupo não advém somente das racionalizações, rotinas e hábitos de se pensar conectados ao campo políticoambiental. Ao contrário, a prevalência da noção de “sustento material”, indica atravessamentos de instituições constitutivas da realidade socioeconômica do parceiro. É com vistas a entender este “atravessamento institucional”, isto é, em como instituições são mobilizadas pelos atores estratégicos para a produção de engajamento, que iremos nos aprofundar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 7. A MOBILIZAÇÃO DE ENQUADRAMENTOS E A CONSTRUÇÃO DE CONSENSO SOB A ÉGIDE DA CIÊNCIA: A PRODUÇÃO DE ENGAJAMENTO ENTRE OS PARCELEIROS

Vimos no capítulo anterior como a atuação das ONGs em Apuí evoluiu de um contexto de iniciativas pautadas exclusivamente na questão ambiental, e em estreita sintonia com a ação do Estado, para iniciativas cada vez menos dependentes de recursos públicos e cujo conteúdo consiste em uma abordagem sincretizada entre conservação ambiental, aumento de renda e associativismo. Neste capítulo, iremos demonstrar que esta mudança de enfoque associa-se à “habilidade social” (FLIGSTEIN e McADAM, 2012) dos ativistas para perceber os “objetos valiosos” demandados pelas famílias parceleiras. Ou seja, os enquadramentos mobilizados passaram a ser construídos a fim de dialogarem com as dimensões mais elementares dos interesses materiais e existenciais dos parceleiros.

Esta gradativa mudança no teor das intervenções das ONGs tem como pano de fundo as iminentes barreiras ao “sustento material” das famílias parceleiras, bem como a percepção dos ativistas em notar esse cenário. A crucialidade da “subsistência” enquanto concepção de “sustentabilidade” encontra a sua razão de ser em uma conjuntura de difícil fixação definitiva na terra, de reduzida produtividade do solo, de constrangidas atividades associativas, de termos desfavoráveis para a contração de crédito rural e outros recursos, de escassos títulos definitivos e da chegada dos grandes fazendeiros.

Veremos neste capítulo que entre a infinidade de representações e noções possíveis para a ideia de “sustentabilidade ambiental”, os atores estratégicos optam deliberadamente por enquadrar esta ideia de maneira atrelada ao interesse mais iminente ao parceleiro: um projeto para o *sustento* e *sobrevivência* na terra no curto e longo prazo. Como será discutido, o enquadramento da “sustentabilidade” nestes termos se consolida como uma estratégia de “modernização ecológica” (MOL, 2000).

Dessa maneira, em um primeiro momento, iremos discutir como os mediadores sociais enquadram os projeto e iniciativas das ONGs em múltiplas maneiras, associando-as com os elementos institucionais mais constitutivos da realidade social dos atores engajados. A partir daí, analisaremos como o conteúdo dos enquadramentos mobilizados transformou-se ao longo do tempo, em um processo de culturalização de seus símbolos e

racionalizações às instituições regulatórias, normativas e culturais-cognitivas que permeiam a realidade social analisada. Por fim, será demonstrado como as mudanças no teor dos projetos e das iniciativas das ONGs podem ser entendidas como um processo de modernização ecológica.

7.1. Os enquadramentos envolvendo a assistência técnica

A fim de entendermos como as ONGs enquadram as suas respectivas linhas de atuação em Apuí, conduzimos uma análise temática sobre os relatos agrupados na categoria analítica “Assistência Técnica”. Trata-se da categoria mais manifestada ao longo da pesquisa de campo, contando com menções de 37 dos 45 entrevistados e 122 referências ao todo. Percebe-se, com isso, a crucialidade da assistência técnica na realidade constitutiva dos atores sociais, sejam eles os parceiros, sejam os agentes públicos ou mesmo os próprios agentes das ONGs. Uma vez analisada essa categoria, foi possível construir seis agrupamentos temáticos que enquadram as linhas de atuação das ONGs em diferentes termos, dando ao conjunto de iniciativas descritas no capítulo anterior diferentes objetivos e utilidades.

Para tanto, analisamos não somente as entrevistas realizadas, mas também os três momentos de observação participante – realizados na visita de técnicos do IDESAM às propriedades de Denis, Guilherme e Murilo – e os seis documentos escritos pelo IDESAM sobre sua atuação em Apuí.⁴¹ Estes documentos foram publicados no “*Informativo Apuí Rural*”, jornal de circulação local com seis edições até o momento de elaboração da pesquisa de campo. O tema geral de cada matéria foi referenciado ao agrupamento temático condizente. Com isso, ao longo da Tabela 15, abaixo, notam-se agrupamentos temáticos e seus respectivos graus de frequência segundo manifestados por entrevistados, por observação participante e por edição do jornal.

⁴¹ Vale mencionar que não encontramos nenhum documento específico do WWF referente as suas iniciativas em Apuí, podendo contar somente com a análise de conteúdo das entrevistas aí realizadas.

Tabela 15. Agrupação temática da categoria “Assistência Técnica”, segundo os agentes das ONGs e o conteúdo dos documentos do IDESAM.

Emissor	Descommoditização, criação de uma marca e escoamento	Capitalização do parceiro	Evolução tecnológica e aumento da renda	Fiscalizar cumprimento do projeto	Aplicar as normativas ambientais	Testar modelo dos agentes financeiros	TOTAL
Alessandra	3	2	1	-	-	-	6
Airton	-	-	2	-	-	-	2
Germano	-	1	1	-	-	-	2
Gerson	-	-	3	-	-	-	3
Jean	2	-	1	1	-	-	4
Laura	-	-	1	1	-	-	2
Maicon	-	-	1	1	-	-	2
Márcio	-	1	-	-	-	2	3
Marta	1	-	-	-	-	-	1
Maurício	-	2	1	-	-	-	3
Renato	-	-	2	-	-	-	2
Observação - Denis	1	1	1	1	-	-	4
Observação - Guilherme	1	-	1	1	-	-	3
Observação - Murilo	1	-	1	1	-	-	3
Edição 1	-	-	4	-	-	-	4
Edição 2	1	-	2	-	2	-	5
Edição 3	2	-	1	-	-	-	3
Edição 4	1	-	2	-	1	-	4
Edição 5	1	-	3	-	1	-	5
Edição 6	2	-	1	-	2	-	5
TOTAL	16 24,2%	7 10,6%	29 43,9%	6 9,1%	6 9,1%	2 3,0%	66 100%

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017).

Ao observarmos os resultados do Quadro acima, surpreende ver como a “aplicação de normativas ambientais” é o segundo enquadramento menos frequente. Somente 9% de todo o conteúdo manifestado na categoria “Assistência Técnica” estava relacionado à proteção de ARLs, de APPs ou na realização do CAR. Além disso, dentro do agrupamento temático sobre a vigilância e o cumprimento das normativas ambientais, devemos reparar que em nenhuma das três observações participantes realizadas as questões de proteção ambiental foram ressaltadas pelos técnicos das ONGs, os quais focaram assuntos técnicos atrelados às dinâmicas produtivas da propriedade rural.

O reduzido número de vezes nas quais os agentes das ONGs enquadram a sua própria ação como uma forma de aplicar as normativas ambientais está em linha com o que foi discutido no capítulo anterior, sobre como, ao longo do tempo, as iniciativas das ONGs distanciaram-se de uma pauta exclusivamente ambiental, integrando outros fatores em sua forma de abordagem e em suas propostas de intervenção junto às famílias parceleiras. A preservação e restauração de ARLs e de APPs se transforma em um ponto “dado”, isto é, em prerrogativa para a participação do parceleiro em um determinado projeto das ONGs. Com isso, a preservação destas áreas se torna uma questão secundária em face de outras dimensões dos projetos – como empréstimo de máquinas e equipamentos, concessão de adubos, ritmo de visitas e outros assuntos.

Na verdade, a preservação e restauração de ARLs e APPs configuram-se como uma das principais direções relacionadas à “fiscalização do cumprimento do projeto”, um dos agrupamentos temáticas na tabela 15, citados pelos agentes das ONGs com a mesma frequência que o agrupamento referente à aplicação das normativas ambientais. Neste sentido, durante as observações participantes, percebemos como as visitas técnicas se constituem como episódios de fiscalização por parte do técnico com relação à aplicação dos recursos concedidos pelas ONGs nos moldes previstos nos projetos.

Vejamos, por exemplo, o caso específico do Projeto de Microcrédito, do qual o parceleiro Denis faz parte. O projeto prevê a concessão de um volume de crédito de 80 mil reais, o qual deve ser gasto na aquisição de calcário para a recuperação do solo; na compra de piquetes, arames e demais materiais para a construção de uma cerca elétrica; na construção de saleiros e na aquisição de mudas para a estruturação do sistema silvipastoril; e para a recuperação das ARLs e APPs. Durante a visita técnica, foi fiscalizado o andamento dessas obras, a fim de garantir que o montante financeiro emprestado está sendo aplicado para a consolidação de um sistema silvipastoril.

Como enquadramento menos manifestado está aquele que compreende a assistência técnica como um momento de “teste” dos modelos de intervenção gerenciados pelos agentes financiadores. A assistência técnica também é percebida como um procedimento para testar os próprios critérios e demandas dos agentes financeiros (MÁRIO, entrevista). Não obstante, esta noção da assistência técnica como produto de decisão dos atores que transplantam recursos para a execução das iniciativas das ONGs foi manifestada somente por Mário, funcionário do IDESAM que dialoga diretamente com esses agentes para a concepção dos projetos. Como veremos no próximo capítulo, os agentes financeiros possuem significativa influência na concepção das iniciativas desenvolvidas pelas ONGs em Apuí. Por um lado estas possuem um conjunto de objetivos construído pelas próprias ONGs de maneira autônoma; por outro, devem atender a critérios pré-definidos mantidos pelos agentes financeiros, o que se configura como requisito para a concessão de financiamento.

O caráter avaliativo dos projetos mantidos pelas ONGs, por meio do que se testam os métodos, se coletam os resultados e se replicam as ações de “sucesso”, vai ao encontro da maneira como Lewis e Mosse (2006) definem a atuação de ONGs ambientalistas como “laboratórios de projetos”. Dialogando diretamente com a abordagem do Ator-Rede de Latour (2005) e Law (1992), os autores demonstram uma série de estudos empíricos nos quais as intervenções de ONGs ambientalistas no âmbito de projetos de desenvolvimento rural “evoluem” ao longo do tempo segundo parâmetros e medidas pré-estabelecidas pelos formuladores dos projetos. Uma vez que os projetos respondem positivamente a estes parâmetros, então se expande a sua abrangência; caso contrário, o projeto é reformulado ou mesmo abandonado.

Neste sentido, o modelo de atuação do IDESAM em Apuí obedece a um padrão similar. No caso do Projeto de Microcrédito, por exemplo, o parâmetro estabelecido é um crescimento aritmético anual no número de propriedades trabalhando sob o consórcio crédito/sistema silvipastoril (MAURICIO, entrevista). Por sua vez, no que diz respeito ao projeto Café Agroflorestal, o parâmetro tem sido o acréscimo esperado de renda anual de 30% entre os parceiros aderentes, bem como um gradativo escoamento da produção do café orgânico e agroflorestal a outros estabelecimentos comerciais nos centros urbanos onde este produto já é vendido, como Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro (GERSON, entrevista; JEAN, entrevista).

A prevalência de metas e parâmetros nas decisões estratégicas das ONGs é somente um entre tantos outros aspectos “tecnocráticos” das iniciativas e da assistência técnica fornecida por estes organismos, uma vez que a contínua evolução tecnológica foi o enquadramento com a maior frequência, representando aproximadamente 44% de todas as manifestações. A dominância do agrupamento “Evolução tecnológica e aumento da renda” na tabela 15 apontam para complexas relações nesta direção, as quais iremos explorar a partir de agora.

7.1.1. O enquadramento técnico-científico

Em um primeiro momento, entender como as ONGs promovem o aprimoramento das técnicas de cultivo e de criação entre os parceiros passa por compreender como estas organizações dialogam continuamente com acadêmicos e pesquisadores de universidades públicas e privadas. Esta íntima relação entre estes dois atores, ONG e universidade, pode ser ilustrada de vários modos.

Um dos escritórios do IDESAM está localizado no município de Piracicaba, no interior de São Paulo, cidade onde está a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ-USP), uma das principais faculdades do mundo na área das ciências agrárias e florestais. Além do fato de que significativo montante do corpo de funcionários do IDESAM graduou-se neste centro, esta ONG recebe com relativa frequência pesquisadores desta faculdade para a realização de oficinas técnicas junto às famílias parceiras, seja sobre técnicas agrícolas ou sobre práticas associativas no âmbito de um projeto em conjunto com a associação Ouro Verde. Além disso, por meio do Programa de Pesquisa em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPRS), o IDESAM recebe uma série de graduandos, mestrandos e doutorandos para realizarem estágios profissionalizantes ou pesquisas de campo sobre as iniciativas desenvolvidas em Apuí. Esta interação representa não somente uma oportunidade para a construção de laços sociais com um corpo de acadêmicos interessados nas iniciativas aí desenvolvidas, mas também para a própria utilização das pesquisas no aprimoramento das iniciativas empregadas.

Concebida originalmente como uma organização focada em pesquisa científica (MÁRIO, entrevista), o IDESAM evoluiu para a execução de projetos de intervenção. Entretanto, a pesquisa e a produção de conhecimento científico ainda ocupam papel

central dentro de sua estrutura organizacional, haja vista a manutenção de um corpo de funcionários exclusivamente focado nestas atividades. Conforme afirma Germano (entrevista), ao ser perguntado sobre qual o papel da ciência na elaboração dos projetos, o entrevistado a posiciona como ferramenta para o conhecimento “objetivo” e norteador do conteúdo dos projetos e iniciativas de intervenção local.

A ciência é, pelo método científico, cartesiano, ela vai indicar... ela vai indicar os cornerstones, ela vai indicar a base do conhecimento realmente. Como ele vai ser repassado, é outra forma, mas a ciência ela é importante depois pra você aplicar ela. Então, tipo, se você não tem um estudo científico seguindo todos os arranjos, você não pode afirmar uma coisa. Então, é importante que a gente desenvolva essa parte de base científica, porque aí você tem resultado que você pode construir aplicações em cima dele. Se você não tem esses resultados na base, você pode dá dando tiro no escuro. Já é um tiro no escuro mesmo com a ciência, mas se você não tiver nem isso cara, você tá dando um tiro no escuro. (GERMANO, entrevista concedida em março de 2017).

Os relatórios, artigos e planos de avaliação redigidos pelo corpo de pesquisadores possuem papel central na produção de engajamento entre as famílias parceleiras. A utilidade destes documentos se fez especialmente sentida no que diz respeito à produção de estudos científicos sobre a viabilidade econômica dos sistemas agroflorestais e silvipastoris. As projeções de renda e de produtividade incluídas dentro destes documentos foi comumente mobilizada em reuniões e nas próprias entrevistas realizadas no âmbito desta dissertação, a fim de argumentar favoravelmente à implementação destes sistemas produtivos. A sua viabilidade econômica era compreendida pelos ativistas como fator “objetivo”, ou seja, como verdade inquestionável desvelada pelo conhecimento tecnocientífico, cabendo ao técnico do IDESAM, ao apresentar estas propostas aos parceiros, demonstrar como a adoção dos sistemas agroflorestais e silvipastoris era um fator de irrevogável benefício. De igual modo, o WWF mobiliza o seu Guia da Pecuária Sustentável com o mesmo intuito, utilizando da ciência e dos parâmetros alcançados em testes estatísticos como dispositivos para o convencimento do parceleiro quanto à viabilidade dos sistemas silvipastoris.

Alessandra (entrevista), do IDESAM, sugere esta objetividade do conhecimento tecnocientífico acerca dos sistemas agroflorestais e silvipastoris. A entrevistada explica as ocorrências em que os parceiros não adotam estes sistemas como uma mera questão cognitiva, sendo a sua adoção um fato inevitável uma vez exposto a estes sistemas:

Eu acho que tem pouco conhecimento sobre isso [sistemas agroflorestais e silvipastoris]. Porque são pessoas que saíram das suas casas lá no Sul no Sudeste do país e vieram pra cá e foram largadas ali naquela área pelo governo. Então a regra que eles tinha era...era chegar, ocupar a terra, desmatar e produzir. E eu não sei como isso mudou recentemente, mas eu acho que ainda na cabeça não tá muito...não tem muito conhecimento, assim, não conhece muito, sabe? Acho que não é nem porque não quer né, mas ainda porque não tem isso **como verdade absoluta**. (ALESSANDRA, entrevista concedida em janeiro de 2017; grifo e comentário nosso).

A autoridade do discurso científico, enquanto regime de conhecimento norteador das propostas de intervenção e sintetizador de um conhecimento “objetivo” sobre a realidade, configura como importante dispositivo de engajamento das famílias parceleiras. Se, por um lado, estas adotam inercialmente as técnicas de produção agropecuária usualmente herdadas de seus antepassados ou construídas ao longo de sua experiência individual no trabalho no campo, as técnicas apresentadas pelas ONGs são métodos de plantio, cultivo e criação desenvolvidos nas universidades e centros de pesquisa, cabendo aos técnicos atuarem como *brokers* (LEWIS e MOSSE, 2006) entre o mundo acadêmico e o mundo prático do parceleiro. Esta visão do papel do extensionista rural enquanto agente que leva novas formas de conhecimento e de trabalho foi sustentada por todos os técnicos entrevistados (GERSON, entrevista; MAURICIO, entrevista; MAYCON, entrevista).

Recorrentemente também foi ressaltada a dificuldade de estabelecer a “conexão” entre o mundo universitário, acadêmico e científico, e o mundo da vida do parceleiro apuiense. As barreiras entre o linguajar científico e o linguajar do parceleiro foram entendidas pelos ativistas como uma das principais dificuldades, tanto para a adoção de sistemas agroflorestais e silvipastoris, quanto para o alinhamento entre as concepções de “sustentabilidade” dos agentes das ONGs de “uso e conservação” e a concepção distinta do parceleiro em termos de “sustento material” (GERMANO, entrevista). Conforme ressaltou Laura, do WWF, há um iminente desafio em tornar o conhecimento acadêmico em ferramenta prática e palpável aos demais atores sociais.

Olha, a ciência, e é uma crítica que eu tenho, que ela acaba ficando muito na gaveta e nas bibliotecas e nas plataformas online. É muito difícil o que é pesquisado, a tecnologia nova chegar no extensionista e por consequência chegar no produtor. Então fica numa linguagem

científica muito difícil pra esse público, o extensionista muitas vezes ele não tem um grau de formação muito alto, as vezes ele nem entende o que o artigo tá falando. Então, não chega nele e ele é o cara que tá fazendo esse trabalho. Então, tem um abismo entre uma ciência feita muito boa, muito bem pesquisada, embasada e tal, e chegar onde precisa chegar. Eu acho que as ONGs devem cumprir um pouquinho desse papel, é uma das funções das ONGs ajudar nessa intermediação. (LAURA, entrevista concedida em março de 2017).

As barreiras comunicativas constituem uma importante dimensão a ser lidada pelos ativistas. A tradução de uma forma de conhecimento nascida em um espaço, tal qual o acadêmico e científico, para um outro espaço completamente distinto, tal qual o meio rural, constitui-se como parte central da construção de habilidades sociais. Neste sentido, a implementação das unidades demonstrativas (UDs) pode ser entendida como “enquadramentos materiais” do conhecimento técnico-científico que calca a atuação das ONGs. Entendemos as UD como quadramentos materiais por resumirem de maneira prática e tangível muitos dos componentes e processos contidos nos relatórios e nas demais produções científicas das ONGs. Acima de tudo, elas apresentam-se como um dos principais dispositivos para a produção de engajamento das famílias parceiras, uma vez que são continuamente abertas à visita de vizinhos e de outros parceiros interessados nestes sistemas de produção agropecuária.

A primeira implementação de UD no PA Juma em Apuí ocorreu no âmbito do projeto SSA. Nos anos de 2010 e 2011, foram implementadas quatro UD de sistemas silvipastoris em quatro diferentes propriedades. Desde então, o WWF atuou na implementação de outras cinco UD de sistemas silvipastoris, a fim de comparar índices de produtividade e de degradação ambiental com outras cinco propriedades rurais que não criavam gado neste sistema. O IDESAM, por sua vez, atuou na implementação e assessoria de cerca de 30 sistemas agroflorestais para o cultivo de café, bem como na implementação e acompanhamento de seis sistemas silvipastoris dentro do Projeto de Microcrédito. Além disso, entre os anos de 2014 e 2017, essa organização atuou no apoio técnico para a implementação de sistemas agroflorestais e silvipastoris nas famílias assentadas atendidas pelo Projeto de ATES.

Em diversas entrevistas junto aos agentes das ONGs (GERSON, entrevista; MÁRCIO, entrevista; MAURICIO, entrevista), foi ressaltada a importância das UD em incentivar parceiros vizinhos à propriedade onde a UD foi implementada. Na visão dos entrevistados, uma UD madura – com as árvores em tamanho satisfatório e a produção

agropecuária dependendo exclusivamente das dinâmicas químicas do próprio sistema, sem a necessidade de *inputs* externos – possui a capacidade de motivar os parceiros vizinhos a buscarem o auxílio das ONGs para a implementação destes mesmos sistemas em suas respectivas propriedades. Plínio (entrevista), por exemplo, foi um parceiro onde o IDESAM desenvolveu diferentes UD's para a recuperação de uma APP. Segundo o mesmo, foram testados seis diferentes modelos de recuperação de áreas de beiras de rio, implementados em 2012, a fim de ser avaliado aquele que se desenvolve mais rapidamente. Para o entrevistado, o sistema com plantas de três em três metros, com adubação e *input* de calcário, foi aquele que obteve melhor desempenho, sendo visitado recorrentemente por vizinhos ou mesmo por pessoas desconhecidas, os quais têm o intuito de replicar este sistema em suas respectivas APPs.

Podemos afirmar que este método clássico de difusão de inovações, um dos mais utilizados desde a Revolução Verde (ROGERS, 2003), materializa as técnicas desenvolvidas no âmbito universitário, e as transformam em instrumentos práticos e aplicáveis. Embora muito se argumente por parte dos técnicos entrevistados de que o conhecimento do parceiro é “essencial” para a construção de um sistema efetivo (GERSON, entrevista; MAURICIO, entrevista; MAYCON, entrevista), o conteúdo primordial destes sistemas é levado pelo técnico e definido previamente. Por exemplo: o tamanho dos piquetes, o consórcio de árvores, o número de animais por piquete, a metragem entre as árvores e os *inputs* químicos necessários nos primeiros anos do sistema são procedimentos definidos pelo técnico, a partir de estudos anteriores, e constituem-se como o alicerce principal à estruturação destes sistemas agropecuários. O saber do parceiro acaba sendo empregado em decisões secundárias, tal como a escolha da área dentro da propriedade onde será desenvolvido o sistema. Dessa maneira, as UD's materializam um regime de conhecimento mantido pelas ONGs, e se configuram como enquadramentos materiais para o convencimento dos parceiros quanto à validade prática deste regime específico de apropriação e uso dos recursos naturais.

As UD's são legitimadas entre os parceiros principalmente pelas suas consequências em termos de nível de produção, uma vez que há um nítido aumento do *quantum* produzido dentro destes sistemas devido aos processos de intensificação. O aumento da produtividade dialoga, em um primeiro momento, diretamente com o “problema da economia doméstica do parceiro”, conforme vimos no Capítulo 5, constituindo uma possível estratégia de ação para a subsistência material da família, bem

como para a consolidação perene do “território familiar”. Neste sentido, os impactos gerados dialogam diretamente com os interesses mais elementares do parceleiro apuiense. Se o tecido conjuntivo da ação coletiva é a *sacralização* de um conjunto de interesses materiais e existenciais (FLIGSTEIN e McADAM, 2012), podemos então afirmar que parceleiros e agentes das ONGs trabalham em conjunto na implementação e gerenciamento dos sistemas agroflorestais e silvipastoris devido ao fato destes sistemas representarem importantes funções a estes dois atores – fixação na terra, reprodução da identidade rural e da estrutura familiar, no caso do parceleiro, e a conservação ambiental, no caso do agente de ONG.

7.1.2. Os enquadramentos da “capitalização” e da “descommoditização”

A “capitalização” do parceleiro a partir da adoção dos sistemas agroflorestais e silvipastoris – e a aderência às iniciativas mantidas pelas ONGs – configura-se como o terceiro agrupamento temático mais citado no Tabela 15 e, com isso, em relevante enquadramento mobilizado pelos ativistas. A expansão da composição de capital das famílias parceleiras se apresenta como um processo interessante a estas famílias, principalmente se tomarmos como pano de fundo os aspectos institucionais elucidados na Parte II desta dissertação: a gradativa queda na produtividade; o monopólio do atravessador; a reduzida capacidade das associações e cooperativas para oferta de máquinas, equipamentos e formas alternativas e organizadas de comercialização; os termos desfavoráveis para a contração de crédito; a ausência de títulos definitivos de propriedade; e a reduzida abrangência e frequência de visitas técnicas do IDAM.

Estes aspectos institucionais implicam em um cenário de deterioração de uma série de instituições normativas e culturais-cognitivas que constituem a realidade do parceleiro. No caso das instituições normativas, os aspectos mencionados tornam de difícil consecução a família obter as condições materiais mínimas para sua subsistência; de igual maneira, no âmbito das instituições culturais-cognitivas, os mesmos aspectos conjunturais representam iminente barreira para a reprodução da identidade rural e da estrutura familiar ao longo do tempo, uma vez que pressionam o parceleiro a abandonar a sua propriedade e migrar para outras localidades.

Além disso, soma-se que a consolidação de regimes extensivos de apropriação e exploração dos recursos naturais conferiu aos parceiros uma série de multas e penalidades do IBAMA, uma vez que infringem algumas das regras do atual Código Florestal. Dessa forma, as iniciativas das ONGs, por serem enquadradas como linhas de ação que aumentam o quantum produzido, o nível de produtividade e a renda anual, bem como recuperaram ARLs e APPs, lidam diretamente com o processo de enfraquecimento de instituições regulatórias, normativas e culturais-cognitivas caras ao parceiro apuiense.

A expansão da composição de capital do parceiro ocorre a partir da adoção de sistemas agroflorestais e silvipastoris e do aumento na produtividade que estes sistemas trazem. Com isso, as ONGs esperam que a estratégia “conservar para aumentar os rendimentos” – elucidada na Tabela 6 no Capítulo 5 – se consolide ao longo do tempo como estratégia de ação econômica disponível ao parceiro, reduzindo a atratividade de outras estratégias de posicionamento no campo econômico, tais como a escolha pela abertura de novas áreas, a criação de novos contingentes de animais nessas áreas, o trabalho assalariado ou mesmo o êxodo rural. Estas outras estratégias de ação aumentam os índices de desmatamento ou intensificam o processo de concentração de terras, na medida em que as famílias parceleiras abandonam o trabalho rural e migram para outras localidades.

No caso específico do projeto SSA e, atualmente, no Projeto de Microcrédito, os sistemas silvipastoris permitem a engorda do boi em um período de tempo mais curto, bem como aumenta a carga animal por hectare. Isto possibilita não somente a realização do lucro em um curto período de tempo, como também o aumento da produção pecuária em um mesmo pedaço de terra, evitando novas aberturas de áreas ou a aquisição de novas terras. Ou seja, aumenta-se o rendimento bruto anual, mesmo mediante a estagnação quantitativa e qualitativa dos fatores de produção “terra” e “trabalho”.

Para além do enquadramento da “capitalização”, um outro importante componente narrativo que também é veiculado pelas ONGs é a agregação de valor às mercadorias agropecuárias produzidas – processo que chamaremos aqui de “descommoditização”. Este processo, no entanto, não passa pelo beneficiamento destes produtos: para tanto, seria necessário a aquisição de uma máquina de descascar e de torrefação do café, bem como a parceria com algum frigorífico, no caso dos parceiros pecuaristas que integram os projetos das ONGs. Ao contrário, agrega-se valor a partir de iniciativas que visam a consolidação de “mercados institucionais”. O apoio às atividades associativas da Ouro

Verde se dá nessa direção. Conforme demonstramos no capítulo anterior, o IDESAM almeja, no longo prazo, consolidar a Ouro Verde como associação que beneficiará o café produzido pelos parceiros da vicinal Raulino, a partir do emprego de máquinas de descasque e de torrefação do grão. Enquanto este cenário almejado não se consolida, a Ouro Verde vem sendo trabalhada como órgão capaz de representar os parceiros apuienses nos programas nacionais de aquisição de alimentos, tais como o PAA e o PNAE. Esta intenção foi manifestada na reunião observada do dia 09/03/2017 do CMDRS, quando uma funcionária do IDESAM apontou a possibilidade de a Ouro Verde atuar como associação candidata ao edital aberto para o PAA.

Em outro âmbito, as iniciativas do IDESAM visam instaurar um “nicho de mercado” dentro da cadeia produtiva do café, o que permite o pagamento de valores diferenciados pelas sacas de café produzidas pelas famílias parceiras aderentes ao projeto Café Agroflorestal. De acordo com White (2002), um nicho de mercado é um espaço permeado por modos específicos de produção, distribuição e consumo de um bem e/ou serviço dentro de um determinado mercado, sendo estes modos não replicáveis entre atores econômicos não pertencentes a este nicho. Para o autor, uma característica intrínseca aos nichos de mercado é o preço diferencial dos bens e serviços aí comercializados, bem como a existência de regras e de organizações específicas que regulam e atuam dentro do nicho. Para Fligstein (1996), a construção de nichos de mercado é uma das principais estratégias de engajamento lançadas pelos atores estratégicos, na medida em que permite desvencilhar-se de grandes concorrentes, constituindo um espaço social de regras específicas e adaptadas a um determinado conjunto de atores, de onde estes podem expandir a composição de capital ao longo do tempo sem significativos embates com os atores incumbentes de um determinado campo.

A criação e consolidação de selos e certificados tem sido uma estratégia entendida pela literatura como parte integrante para a criação de nichos de mercado (NIEDERLE, 2012; RADOMSKY, 2015). Vimos no capítulo anterior que significativa parte das iniciativas do IDESAM dentro do projeto Café Agroflorestal se volta à emissão de um certificado de produção orgânica à marca Café Apuí Agroflorestal. Para tanto, tem-se realizado oficinas técnicas e reuniões mensais, bem como se tem financiado a visita técnica de pesquisadores e acadêmicos para estruturar a associação Ouro Verde como organismo para atuar na avaliação participativa da conformidade da produção orgânica e agroflorestal.

Sendo uma cadeia produtiva constituída pelas dimensões da produção, da distribuição e do consumo, as iniciativas do IDESAM junto à associação Ouro Verde visam trabalhar no âmbito da “produção”, a fim de garantir a oferta contínua de grãos de café cultivados sob modos orgânicos e agroflorestais, validados legalmente e socialmente através de um selo. No entanto, a consolidação de um nicho de mercado para o café orgânico/agroflorestal passa pela atuação junto às outras duas dimensões – distribuição e consumo –, afim de garantir canais viáveis para o escoamento e para a compra do produto.

Neste sentido, o IDESAM dialoga diretamente com dois importantes atores do campo econômico local: Laércio e Eliseu, os dois únicos atravessadores de café em Apuí. Representantes de uma certa “elite” econômica do município, ambos são alicerces fundamentais para a consolidação do nicho de mercado ao café orgânico/agroflorestal. Conforme vimos no capítulo anterior, Laércio paga um sobrepreço de 30 reais para grãos de café produzidos em uma determinada faixa de “defeitos” e sob práticas orgânicas e agroflorestais, comercializando-os para Eliseu após o descascamento dos grãos. Eliseu, por sua vez, torra e embala o café orgânico e agroflorestal comprado de Laércio em uma embalagem desenhada especificamente para este tipo de café, trazendo estampado o nome Café Apuí Agroflorestal e os logos do IDESAM e do Fundo Vale. No momento de realização da pesquisa de campo, no mercado Super Líder localizado na BR-230 em Apuí, uma embalagem do Café Apuí – 100% connilon e produzido com grãos cultivados da maneira convencional – custava R\$ 4,50, ao passo que uma embalagem do Café Apuí Agroflorestal – também 100% connilon – custava R\$ 4,75. Embora a diferença de preço ainda seja relativamente pequena, a cooperação de Laércio e Eliseu para a consolidação de um nicho de mercado ilustra como as ONGs utilizam das estruturas do campo econômico – seja de suas regras, de suas organizações participantes ou do poder simbólico e prático de seus atores dominantes – para a mobilização de recursos e redes que sejam úteis para lograr o engajamento de parceiros.

Por fim, no que diz respeito às ações necessárias no âmbito do consumo para a estruturação de um nicho de mercado para o café orgânico/agroflorestal, vimos no capítulo anterior como o IDESAM auxilia na comercialização deste produto em centros urbanos como Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro. Para tanto, a organização contratou um funcionário para trabalhar especificamente junto a estabelecimentos comerciais e feiras de produtos orgânicos onde o Café Apuí Agroflorestal possa ser comercializado. Dessa forma, o IDESAM passa a agir como uma organização que visa compor uma longa

e densa rede de comerciantes, atuando como fornecedora de um produto não padronizado, mas imbuído de características singulares e supostamente apelativo entre consumidores motivados à aquisição de produtos “ecologicamente corretos” (JEAN, entrevista).

A utilização das estruturas do campo econômico para a produção de engajamento dos parceiros também se fez evidente na forma pela qual estas ONGs não se opõem à pecuária e à posição social de status que o pecuarista goza no município de Apuí – por mais que esta atividade, em seu modo extensivo, tenha sido o principal vetor do desmatamento na região (e sustente a marcante desigualdade social). Da mesma forma, não foi manifestada nenhuma oposição real à participação dos grandes fazendeiros nos projetos de implementação de sistemas silvipastoris, especialmente no Projeto de Microcrédito (MAYCON, entrevista).

Vale também notarmos como as ONGs utilizam da expectativa compartilhada entre os atores locais de expandir o nível de produção de carne bovina e de leite no município para engajar parceiros a adotarem os sistemas silvipastoris, uma vez que estes tendem a gerar significativo aumento nos níveis de produtividade. O funcionário Mauricio (entrevista) concedeu claro relato nessa direção:

Hoje a gente tem um rebanho, ah não sei, de 400 mil e esses novos sistemas conseguem triplicar em média, se o cara tem uma ele consegue pôr três. Hoje nós temos 400 mil, se eles conseguissem ter três nesse mesmo tamanho de área que se tem aberto hoje, a gente teria 1 milhão e 200. Ficaria **muito mais aquecida a economia** e o melhor de tudo: os caras tão sendo auto sustentável. (MAURICIO, entrevista concedida em março de 2017; nosso grifo).

Embora não haja nenhuma oposição dos agentes das ONGs à pecuária, há uma rejeição deste grupo à pecuária extensiva como modo de produção. No entanto, não faz parte da proposta “sustentável” das ONGs imaginar um futuro ao PA Juma em Apuí que seja impermeável à criação de gado de corte e leiteiro. Gerson, do IDESAM, sumariza que o objetivo desta organização não é promover o fim da atividade pecuária em Apuí, mas apoiar um novo patamar de produtividade:

O lote é 20 alqueire, vamo colocar. Ele já tem 10 formado. Ele tem quatro de pastagem e seis de juquirá [vegetação de porte baixo que cresce no campo]. Porque ele não recupera esses seis ao invés de colocar mais madeira no chão? Talvez recuperar o que ele tem,

trabalhar com divisão de pastagem, sei lá, tentar acessar um Pro-
Calcáriopra corrigir o solo e aguentar maior quantidade de animal ali.
(GERSON, entrevista concedida em fevereiro de 2017; nosso
comentário).

Em suma, a atuação em cadeias produtivas – seja a do café ou a da pecuária – representa a principal linha de atuação das ONGs e o foco da assistência técnica concedida. A “descommoditização”, a “capitalização” do parceleiro e o avanço do “conhecimento técnico-científico” são importantes enquadramentos veiculados pelos agentes das ONGs junto aos parceleiros, a fim de fazer da proposta “sustentável” uma proposta coerente aos interesses materiais e existenciais das famílias parceleiras. Mais do que nada, tratam-se de enquadramentos que dialogam com um conjunto de instituições que constituem a realidade histórica do parceleiro e de sua vivência no PA Juma. Veremos na próxima seção como a veiculação destes enquadramentos é produto de um aprendizado por parte das ONGs após fracassos em projetos que foram apresentados sob enquadramentos exclusivamente “preservacionistas”, os quais dialogavam exclusivamente com as questões ambientais que permeavam o dia a dia do parceleiro apuiense.

7.2. A evolução dos enquadramentos

A assistência técnica e produtiva foi originalmente concebida em Apuí como função do IDAM. Entretanto, entre ampla maioria dos parceleiros entrevistados, há uma expressiva insatisfação com os serviços de extensão rural oferecidos por este órgão estatal. Se voltarmos aos resultados da tabela 11 apresentado no Capítulo 5, referente às classificações dos graus de confiança do parceleiro em relação aos principais órgãos presentes no PA Juma, vemos que o IDAM é o segundo organismo com as piores atribuições de confiança. Prevalece uma atribuição “média” ao seu serviço e uma significativa proporção de atribuições de nível “baixa”.

A diferença dos laços de confiança selados entre parceleiros/IDAM e parceleiros/ONGs é notória. As ONGs receberam a maior proporção de atribuições “alta” neste mesmo questionário, bem como a menor proporção de atribuições “baixas”. Isto ocorre devido ao fato de que a assistência técnica promovida pelo IDESAM e pelo WWF preenche uma lacuna histórica, na visão dos parceleiros, de assistência técnica por parte

do IDAM. Um excerto da entrevista com Flávio elucida a visão do parceiro sobre esse organismo público e sobre o modo como as ONGs substituem-no em sua função de assistir tecnicamente as famílias parceleiras:

A gente tinha o IDAM. O IDAM só fazia, passava uma vez ou outra, fazia um levantamento. E só. Dava umas sementes de leguminosas, essas coisa. Depois que chegou o IDESAM eu acho que melhorou mais um pouco, porque pelo menos a gente teve assistência técnica, tem essas reuniões, essas coisa. Traz umas pessoas que orienta a gente, foi muito bom. Trouxe um pessoal da EMPRABA pra aqui, tiveram fazendo pesquisa, então melhorou muito pra nós. Em outro tempo não tinha não, era só o IDAM e pronto. (FLÁVIO, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

A predileção pelo serviço prestado pelas ONGs decorre, antes de mais nada, do seu caráter perene. Qualitativamente, não há grandes distinções feitas entre a assistência técnica prestada por esses órgãos e pelo IDAM, na visão do parceiro. Despontam inúmeros relatos sobre como no passado o serviço ofertado pelo IDAM era classificado como “excelente”. Em alguma medida, a abundância de atribuições “médias” na Tabela 11 sobre as classificações dos graus de confiança diz respeito a um histórico satisfatório com a extensão rural em contraste com serviços de assistência intermitentes que marcam os tempos atuais. Durante as respostas às questões sobre os graus de confiança do questionário, abundaram exclamações como “*ah, era boa*”, “*antigamente funcionava...*”. Com isso, podemos entender que é a “quantidade” de assistência técnica – representada por um ritmo de visitas significativamente superior àquele praticado pelo IDAM – que causa uma avaliação diferente por parte do parceiro quanto a sua confiança ao serviço ofertado por estes organismos.

A não distinção qualitativa, mas sim quantitativa, dos serviços do IDAM e das ONGs diz muito a respeito do caráter ainda difusionista da assistência técnica promovida pelo IDESAM e pelo WWF. Em última instância, a proposta ambientalista vem trajada sob uma abordagem técnica e produtiva, da mesma maneira que o IDAM sempre atuou desde a criação do assentamento. Isto elucida como a atuação ambientalista é involucrada por questões produtivas e técnicas, relacionadas diretamente com as principais dimensões envolvendo a participação das famílias parceleiras nas cadeias produtivas locais.

Neste sentido, traçamos no Quadro abaixo as principais características das iniciativas de assistência técnica contidas dentro de cada projeto mantido pelo IDESAM

e pelo WWF. Demonstramos como essas iniciativas, em conjunto, dialogam com importantes questões e desafios lançados às famílias parceiras com a posição que estas ocupam no campo econômico, o volume de recursos que daí logram e as vulnerabilidades as quais estão expostas devido à posição ocupada neste campo. Ao mesmo tempo, na última coluna apresentamos os demais atores, para além dos parceiros, que também estão engajados para a promoção das iniciativas de assistência técnica.

Quadro 11. Detalhes da assistência técnica por projeto e questões prioritárias do campo econômico que são trabalhadas nestas iniciativas.

<i>Assistência técnica</i>				
Projeto	ONG	Iniciativas de assistência técnica	Lida com quais questões do campo econômico?	Outros atores engajados no projeto
<i>"Projeto Café Agroflorestal"</i>	IDESAM	Fortalecer a Ouro Verde para construir um sistema de governança participativo para o estabelecimento de um selo de produção orgânica de café, o qual permitiria um melhor preço de venda	Monopsônio do intermediário; restrições na força de trabalho familiar; redução da produtividade; lacunas na assistência técnica em Apuí	Laércio e Eliseu (intermediários de café); Fundo Vale; Natura e IMAFLORA
<i>"Projeto Café Agroflorestal"</i>	IDESAM	Acordo com intermediários de café para um pagamento a mais de 30 reais por saca produzida em sistemas agroflorestais; assistência produtiva a parceiros para manterem os sistemas agroflorestais	Restrições na força de trabalho familiar; redução da produtividade; lacunas na assistência técnica em Apuí	Laércio e Eliseu (intermediários de café); Fundo Vale; Natura e IMAFLORA
<i>Projeto de Microcrédito</i>	IDESAM	Criação de um programa de microcrédito que permite parceiros pecuaristas - inclusive aqueles sob embargo do IBAMA - em adquirir empréstimos para a implementação de sistemas silvipastoris	Termos desfavoráveis de contratação de crédito; restrições na força de trabalho familiar; redução da produtividade; embargos do IBAMA; lacunas na assistência técnica em Apuí	Um instituto filantrópico holandês ⁴²

⁴²O instituto filantrópico holandês que financia o *Projeto de Microcrédito* pede para não ser identificado.

<i>"Semeando Sustentabilidade em Apuí"</i>	IDESAM e WWF	Realização de oficinas de capacitação técnica em sistemas agroflorestais e silvipastoris; estruturação de um viveiro de mudas e sementes de árvores; criação dos primeiros sistemas silvipastoris	Termos desfavoráveis de contratação de crédito; restrições na força de trabalho familiar; redução da produtividade; embargos do IBAMA; lacunas na assistência técnica em Apuí	Fundo Vale e Fundação Avina; SEMMA; Prefeitura de Apuí; Viveiro Santa Luzia
<i>"Projeto de ATEs"</i>	IDESAM	Suporte, através de oficinas e assessorias; a implementação de sistemas agroflorestais e silvipastoris entre famílias originalmente assentadas pelo INCRA	Restrições na força de trabalho familiar; redução da produtividade; embargos do IBAMA; lacunas na assistência técnica em Apuí	INCRA

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017).

Uma questão do campo econômico amplamente trabalhada em todos os projetos é a queda tendencial da produtividade dos estabelecimentos rurais. Conforme vimos no Capítulo 5, os parceiros apuienses vivenciam uma nítida queda real no valor total de sua produção agropecuária. Neste cenário, as condições de subsistência material são gradativamente estranguladas e impossibilitadas mediante a ausência de estratégias de ação que permitem recuperar os níveis de produtividade e de vendas de produtos agropecuários. Neste sentido, seja através da criação de nichos de mercado – como a iniciativa contida no projeto Café Agroflorestal –, seja na concessão de microcréditos para a implementação de sistemas silvipastoris ou simplesmente a realização de oficinas técnicas – como no Projeto de ATES –, as iniciativas promovidas pelas ONGs se enquadram como estratégias de ação que visam melhorar as condições econômicas das famílias parceiras, estimulando a relação “conservação e rendimento” como estratégia para aprimorar as condições de subsistência material.

Tendo em vista a invariabilidade do volume de mão de obra familiar no curto prazo, as iniciativas de assistência técnica também se apresentam como caminhos para incrementar a produtividade a partir de variações em outro fator de produção: o capital. Em um mesmo pedaço de terra e com o mesmo volume de força de trabalho familiar, os sistemas agroflorestais e silvipastoris são apresentados como formas que permitem aumentar os níveis de produção simplesmente a partir da implementação de árvores nativas em consórcio com animais ou cafezais. Para tanto, as iniciativas de assistência técnica das ONGs auxiliam os parceiros na aquisição de mudas, de sementes, na implementação de armadilhas para o combate de pragas, no empréstimo de roçadeiras e de outros equipamentos.

Iniciativas para expandir a composição de capital controlada pelo parceiro também são encontradas em projetos como o SSA, no Projeto de Microcrédito e no Café Agroflorestal, nos quais foram liberadas determinadas quantias financeiras para serem aplicadas na aquisição de bens imóveis que auxiliam no aumento da produtividade da terra. No âmbito das iniciativas dentro do SSA, estiveram relacionadas aquelas que subsidiaram a implementação de quatro sistemas silvipastoris, bem como a concessão gratuita de mudas e sementes; no que diz respeito ao Projeto de Microcrédito e o projeto Café Agroflorestal, estiveram as já mencionadas iniciativas de concessão de crédito a ser pago em um período de seis anos e de um valor anual de 1200 reais concedido pela Natura, respectivamente. Conjuntamente, estas iniciativas contornam os termos desfavoráveis de

contração de crédito no campo econômico, os quais não implicaram diretamente em um aumento na renda bruta anual dos parceiros. Ademais, soma-se que as iniciativas de fomento das ONGs se tornam especialmente apelativas no contexto atual, onde a liberação de novas linhas de crédito via PRONAF estão congeladas devido ao estado da inadimplência dos municípios na microrregião do rio Madeira.

Como fator impreterível para a realização das iniciativas de assistência técnica está a recuperação de APPs e ARLs, principalmente com vistas a pôr fim aos embargos do IBAMA a muitas das propriedades assistidas pelas ONGs. Conforme classificam Carneiro e Assis (2015), as multas, penalidades e embargos conferidos pelo IBAMA representam importante desafio à subsistência material de famílias rurais na Amazônia brasileira, à medida que impactam de maneira negativa a capacidade de contração de crédito e de venda de terras. A descapitalização reduz severamente o conjunto de estratégias possíveis para lograr o sustento e, com isso, posiciona a suspensão dos embargos e das penalidades como importante passo para a melhora das condições econômicas.

No entanto, no início da atuação das ONGs em Apuí, a preservação de APPs e de ARLs eram iniciativas descoladas da assistência técnica. Ou seja, eram apresentadas como as únicas e principais iniciativas do PAMV, onde as questões atreladas às dinâmicas do campo econômico e da participação das famílias parceleiras neste espaço não eram trabalhadas. Isto concedia ao PAMV um caráter essencialmente ambientalista, não atrelado às questões econômicas mais subjacentes aos parceiros apuienses. Segundo alguns ativistas entrevistados do IDESAM (GERMANO, entrevista; MÁRIO, entrevista), o PAMV foi o primeiro projeto a ser interrompido mediante a reduzida taxa de adesão. Ao final de 2011, somente 70 das 2072⁴³ famílias rurais apuienses havia se cadastrado para receber algum tipo de iniciativa de recuperação de APPs e ARLs.

Na visão dos ativistas do IDESAM, o PAMV não obteve êxito porque não conjugava propostas apelativas às necessidades das famílias parceleiras, uma vez que se baseou exclusivamente em questões relacionadas à preservação e restauração ambiental. Nesta direção argumentativa, trazemos o relato de Germano, o qual classifica o PAMV como um projeto “purista”, pois desconsiderava as questões mais sensíveis advindas do

⁴³ Este montante corresponde à quantia definida pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2006. Não temos nenhum valor referente ao número de famílias rurais em Apuí para o ano de 2011.

campo econômico e da posição ocupada pelo parceleiro nesse campo. A partir desta constatação, a inserção nas cadeias produtivas de café e de gado de corte e leiteiro tornou-se a principal estratégia para produção de engajamento adotada pelo IDESAM.

A princípio, nossa atuação era restaurar. A gente fez um mapeamento de mais de 1500 áreas de APP, com GPS e tudo, mas não saiu do papel, porque os produtores, como eles falam, 'quando você tá no vermelho você não pensa no verde'. Em resumo: a nossa estratégia foi mudando aos poucos, porque **se você chegar lá e só falar 'vamos restaurar', ninguém comprava a ideia**. Então, a estratégia também foi mudando pra esse lado, partindo de um negócio mais **purista** de restauração e mitigação das mudanças climáticas pra envolver realmente cadeias produtivas (GERMANO, entrevista concedida em março de 2017; nosso grifo).

De igual maneira, as linhas de atuação do WWF também migraram de uma abordagem estritamente ambiental e preservacionista, para conjugar ainda a assistência técnica na cadeia produtiva de gado de corte. Gradativamente, este organismo passou a executar seus projetos em parceria com o IDESAM – por mais que, oficialmente, o SSA tenha acabado em 2017; as iniciativas conjuntas fogem ao âmbito exclusivo dos projetos. A última ação em conjunto, a qual também contou com a presença da Universidade da Flórida no seu planejamento, foi uma oficina semanal com diferentes atores locais, cuja temática fora a seguinte: “Como pensar sobre vários futuros possíveis e imprevistos que podem alterar significativamente a situação econômica, social e ambiental de Apuí? ”.

Nota-se, pela temática central, como a questão ambiental é combinada com questões econômicas e sociais. No convite à oficina, todavia, há uma clara prevalência das questões econômicas. Alguns termos chave, tais como as palavras “desenvolvimento” e “socioeconômico” são empregadas recorrentemente, adequando o convite e a oficina ao interesse do parceleiro pela interface que este evento pode ter com os assuntos relacionados a sua participação no campo econômico. Em todo o documento, à exceção do título, não se emprega a palavra “ambiental”; e a palavra “sustentável” é empregada uma única vez, mas em conjunto com o termo “desenvolvimento”.

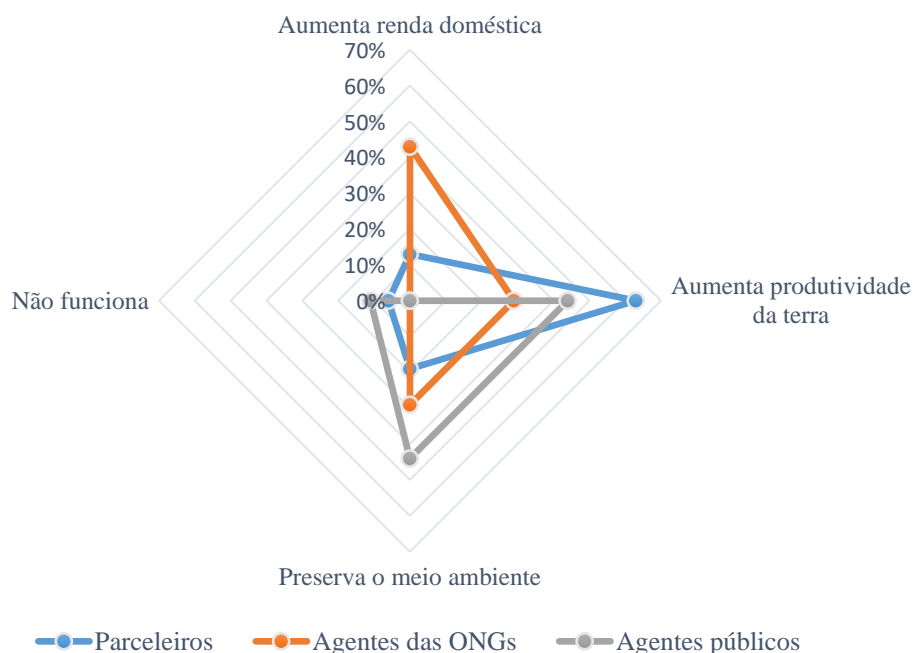
A implementação de um regime sustentável de apropriação e exploração dos recursos naturais é enquadrada em termos que mesclam questões essencialmente ambientais com questões de caráter econômico e social. Com efeito, terminamos esta seção apresentando alguns dados quantitativos sobre o modo como os sistemas

agroflorestais e silvipastoris são significados pelos agentes das ONGs, a saber: como iniciativas de caráter muito mais econômico do que propriamente ambiental e preservacionista. Isto reforça o argumento aqui traçado sobre como questões advindas do campo econômico passaram a pautar, ao longo do tempo, os enquadramentos mobilizados pelos ativistas para a produção de engajamento junto aos parceiros.

Para tanto, realizamos uma análise temática da categoria analítica “Agrofloresta e Silvipastoril”, a qual consta com 46 referências advindas de 21 entrevistados, os quais se manifestaram à respeito destes sistemas: o que são, qual a sua utilidade e como compreendem sua implementação. A partir da análise de conteúdo, construímos quatro agrupamentos temáticos sobre diferentes formas de significar estes sistemas produtivos, as quais focalizam: (i) aumento da renda do parceleiro, (ii) aumento da produtividade da terra, (iii) preservação do meio ambiente e, finalmente, (iv) não funcionam (ou seja, sem efeitos sobre as dimensões anteriores). Cada agrupamento foi manifestado em diferentes frequências pelos entrevistados. Por isso, agrupamos as frequências em três categorias de atores sociais: parceiros, agentes das ONGs e agentes públicos. A figura abaixo apresenta a frequência percentual de cada agrupamento temático por categoria de ator social.

Como resultado mais proeminente das proporções encontradas está o fato de que a significação dos sistemas agroflorestais e silvipastoris como mecanismos de preservação ambiental é expressivamente menor entre os agentes das ONGs se comparado aos agentes públicos. Também chama a atenção que aproximadamente metade das significações dos ativistas sobre estes sistemas são concedidas na direção de entendê-los como mecanismos para o aumento da renda do parceleiro. Em contrapartida, o parceleiro pouco significa estes sistemas nas suas implicações sobre o nível de renda, mas sim em suas consequências mais imediatas que é, de fato, nas alterações da produtividade da terra.

Figura 19. Significações sobre os sistemas agroflorestais e silvipastoris, por graus de frequência segundo ator social.



Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017).

Além dessas observações, também vale ressaltar como a estratégia dos agentes das ONGs de apresentar e veicular estes sistemas sobre os enquadramentos “técnico-científico”, de “capitalização” e de “descommoditização” dialoga diretamente com a reduzida tendência entre os parceiros de significar os sistemas agroflorestais e silvipastoris como mecanismos de preservação ambiental. Menos de 20% das significações dos parceiros foram concedidas nessa direção, o que demonstra a prevalência das intersecções do funcionamento destes sistemas com as questões mais subjacentes aos interesses materiais das famílias parceleiras.

Em resumo, nesta seção foi possível compreender como as iniciativas de assistência técnica são compreendidas como avanços técnico-científicos, construídas ao longo do tempo a partir de experiências falhas do passado, e que dialogam diretamente com algumas das questões mais problemáticas e elementares à participação do parceiro no campo econômico. Nesta direção, a ação das ONGs como empreendedores institucionais estratégicos favorece a consolidação de um modo de engajamento alinhado

aos pressupostos de uma “modernização ecológica” – relação que iremos explorar na próxima e última seção deste capítulo.

7.3. O engajamento como um processo de modernização ecológica

Embora o conceito de modernização ecológica tenha sido concebido para compreender a emergência de novos modelos de gerenciamento dos bens comuns nos países do Norte Global (YOUNG, 2000), este conceito apreende adequadamente as principais dimensões de engajamento das famílias parceleiras para a promoção de um regime “sustentável” de apropriação e exploração dos recursos naturais em Apuí. Entendemos a prevalência da abordagem técnica-científica na promoção de novos sistemas agrícolas e a utilização de mecanismos mercadológicos para estimular a adoção do regime “sustentável” como fatores chave para compreender a produção de engajamento no PA Juma em Apuí como um processo de modernização ecológica.

A fim de seguir a análise nesta direção, buscamos em Mol (2000) algumas dimensões elementares para o conceito de modernização ecológica para, a partir daí, especificar como cada aspecto relacionado ao engajamento dos parceiros se enquadra nestas dimensões (Quadro 12).

O primeiro fator condicionante é a presença de um movimento ambientalista capaz de articular-se com diferentes redes de atores para a implementação de um novo regime de governança dos bens comuns. Neste sentido, conforme pudemos observar no capítulo anterior, o WWF e, principalmente, o IDESAM possuem um longo histórico de atuação no município de Apuí, tendo desenvolvido seis projetos e inúmeras outras iniciativas mais pontuais. Ambos os organismos vivenciaram expressivas taxas de engajamento por parte dos parceiros entre os anos de 2014 e de 2017, tendo atingido aproximadamente 25% de todas as famílias parceleiras em seus projetos de incentivo à implementação de agroflorestas e sistemas silvipastoris.

Quadro 12. Aspectos do processo de engajamento dos parceiros que se assemelham aos fatores condicionantes da Modernização Ecológica.

Fatores condicionantes da Modernização Ecológica	Evidência da pesquisa relacionada ao fator
<i>Movimento ambientalista forte</i>	Presença do IDESAM e do WWF e os múltiplos projetos e iniciativas conduzidos no âmbito local.
<i>Economia de mercado</i>	Criação de um nicho de mercado na cadeia produtiva do café, concessão de microcréditos e iniciativas para capitalização dos parceiros.
<i>Sistema político democrático</i>	Eleições livres e longa alternância de poder na Prefeitura de Apuí.
<i>Organizações empresariais como mediadores</i>	Presença de Laércio e Eliseu como mediadores e participantes ativos no projeto <i>Café Agroflorestal</i> .
<i>Estado com capacidade de intervenção</i>	Atuação da SEMMA no SSA em suas três versões, da Prefeitura de Apuí na concessão do escritório local, do INCRA dentro do <i>Projeto de ATEs</i> e da SDS para a elaboração do <i>Plano de Gestão</i> .
<i>Tradição em processos de negociação política</i>	Não identificado.

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017) e a partir de categorias presentes em Mol (2000).

Em termos organizacionais, ambas as ONGs possuem uma expressiva estrutura de funcionários, recursos e rede de apoiadores. O WWF é uma das maiores ONGs ambientalistas do mundo, com importantes atuações em conjunto com órgãos do Estado. Em Apuí, a organização atuou em parceria com Governo do Amazonas, em específico com a SDS, para a elaboração do Plano de Gestão do Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí. Quanto ao IDESAM, ainda que contenha um nível de recursos e uma rede de apoiadores significativamente menor do que o WWF, configura-se como uma das maiores ONGs atuantes na Amazônia e a sua atuação em Apuí se faz mais evidente. É a única das duas ONGs com um escritório local no município e possui um

histórico de relações e de apoio institucional das mais variadas organizações: de fundos filantrópicos internacionais, passando por organismos bilaterais e multilaterais, chegando inclusive ao apoio por parte de empresas privadas.

O segundo fator condicionante de um processo de modernização ecológica é a presença de uma economia de mercado e de mecanismos mercadológicos. Vemos este fator como intensamente presente nos laços de cooperação forjados entre os ativistas e os parceiros. Primeiramente, como foi mencionado, o enquadramento da “descommoditização” a partir da criação de um nicho dentro da cadeia produtiva do café demonstrou ser um enquadramento altamente apelativo para o engajamento do parceiro. As expectativas em torno do aumento da produtividade da terra e da renda bruta operam como importantes fatores de propulsão à participação em oficinas técnicas, em reuniões da associação Ouro Verde e em parcerias com o IDESAM e o WWF para a implementação de sistemas agroflorestais. Soma-se a isso o enquadramento da “capitalização”, o qual vincula ao parceiro à proposta “sustentável” como uma oportunidade para expandir a composição de capital familiar e incrementar a produtividade em um mesmo pedaço de terra e com a mesma quantidade de força de trabalho familiar. Em outro âmbito, a concessão de microcréditos para seis parceiros pecuaristas opera sob moldes tradicionais de concessão de crédito em instituições financeiras, com taxas de juros – ainda que reduzidas se comparadas às tradicionais linhas de crédito –, tempo de carência e prazo estimado para pagamento total do empréstimo contraído.

Os enquadramentos de “capitalização” e “descommoditização” permitem uma forma de olhar à proposta “sustentável” que é condizente aos parceiros segundo as dimensões constitutivas de sua realidade material e existencial. No entanto, por mais que em campo haja múltiplas compreensões e interesses sobre o que significa o termo “sustentabilidade”, e que os enquadramentos lançados pelos atores estratégicos das ONGs buscam apreender essas multiplicidades de concepções, a estruturação e implementação das iniciativas obedece a um objetivo claro e unívoco – que é, de fato, a consolidação de um regime de “uso e conservação” dos recursos naturais. Em resumo, segura-se a cooperação dos parceiros através de enquadramentos que dialogam diretamente com a condição socioeconômica destes; estes enquadramentos, por sua vez, acarretam em uma nova prática de apropriação e exploração dos recursos naturais: a prática “sustentável”. Essa dinâmica é perfeitamente resumida no relato de Germano (entrevista):

Cara, esses produtores aí que trabalham com a gente faz 6, 8 anos e até hoje eles acham que o IDESAM é do governo. Eu acho que há aí uma limitação ou uma barreira de entendimento. Porque a gente já falou milhões de vezes sobre como funciona um ecossistema, ou o que que a planta alimenta a outra, essa questão que conserva o solo, eles já estão cansados de ouvir. E realmente, se eles falam que tá ligado a questão econômica, eles podem até entender isso como uma questão econômica. Pra eles, tipo, se eu não tenho que comprar nada pra alimentar o café e ele produzir, ele vai ser sustentável em termos do ciclo de nutrientes e tal, mas ele vai ser sustentável economicamente. Eu vejo que o jeito é com **exemplos**, a gente ter produtores que conseguiram botar isso na prática, tipo 'eu não boto um real de insumo, eu me sustento dentro dos recursos da minha propriedade'. Aí cara, **independente** se eles veem isso como econômico ou não (risos) ele vai ser **de fato** ambientalmente sustentável. (GERMANO, entrevista concedida em março de 2017; nosso grifo).

O termo “de fato”, grifado no excerto acima, resume que há para as ONGs uma noção “objetiva” sobre o que é ser “sustentável”. Neste sentido, as diferentes concepções sobre o termo mantidas por outros atores tratam-se de “*barreiras de entendimento*” para a sua “real” compreensão. A mobilização de enquadramentos configura-se como estratégia para superar estas “barreiras”, ilustrando um mesmo conceito de maneiras diferentes e comunicando-o de múltiplas formas para a sua incorporação nas atividades produtivas dos parceiros. Isto vai de acordo com o que Fligstein e McAdam (2012) resumem como papel integrante da habilidade social do ator estratégico, na medida em que visa instaurar novas formas de compreensão e novos regimes de entendimento sobre o funcionamento do campo a partir da mobilização de diferentes enquadramentos segundo a realidade social dos atores engajados.

Entretanto, o argumento dos autores sobre a inexistência de interesses particulares e fixos por parte dos atores estratégicos com a mobilização e transformação pleiteada (Fligstein, 1996) precisa ser relativizada neste estudo empírico. De acordo com os resultados obtidos, nota-se um claro interesse por parte das ONGs estudadas em agir no PA Juma em Apuí – interesse na redução do desmatamento e da degradação ambiental a partir da implementação de sistemas de produção “sustentáveis”. A veiculação de múltiplos enquadramentos trata-se, exclusivamente, de uma estratégia para lograr um interesse imutável desde o início da atuação destes organismos, em 2008.

O terceiro fator condicionante da modernização ecológica é a presença de um sistema político democrático. Por mais que as eleições locais de 2016 tenham sido

“conturbadas” – sendo o prefeito eleito impugnado devido à “lei da ficha limpa” e, com isso, tenham sido convocadas novas eleições –, Apuí e o Brasil como um todo vivenciaram ao longo das duas últimas décadas um sistema de escolha de representantes políticos relativamente democrático – pelo menos comparativamente à história política do país⁴⁴. Da mesma maneira, a Prefeitura de Apuí tem vivenciado seguidas alternâncias de poder – isto é, diferentes coalizões políticas controlaram o campo político local nos últimos anos –, o que implica em escolhas de representantes relativamente livres de qualquer influência por parte do partido dominante no período de eleições.

O quarto fator condicionante refere-se à presença de “elites” econômicas e de organizações empresariais como mediadores do processo de construção de uma modernização ecológica. Neste sentido, é evidente a relação deste fator com os aspectos manifestados em campo pela centralidade dos únicos atravessadores de café na estruturação do projeto Café Agroflorestal e do nicho de mercado ao café orgânico/agroflorestal na cadeia produtiva dessa commodity. Eliseu – proprietário da marca Café Apuí – e Laércio – proprietário da Cerealista Aliança, um centro de compras de mercadorias agropecuárias e de comercialização de matérias primas – são atores essenciais para a consolidação deste nicho. Sem a participação deles, a criação deste mercado provavelmente seria impossibilitada, principalmente devido aos altos custos envolvendo a aquisição de máquinas para descascar e torrar os grãos de café (GERSON, entrevista). Além disso, soma-se o fato de que o apoio concedido pelo IDESAM para a comercialização de grãos cultivados em regimes orgânicos e agroflorestais teria que ser muito maior, mais abrangente e, por consequência, mais custosa, o que poderia inviabilizar a criação e manutenção do projeto.

Em um outro âmbito, a presença de grandes proprietários de terra no Projeto de Microcrédito e, historicamente, no projeto SSA, demonstra como parte da “elite” econômica de Apuí se interessa pela proposta “sustentável” veiculada pelas ONGs e, principalmente, pelo impacto positivo que esta supostamente acarreta em termos de produtividade agropecuária. Ainda que não estejam envolvidos diretamente com a promoção do Projeto de Microcrédito, a disposição do IDESAM de, no futuro, abarcar os

⁴⁴ Esta afirmação, no entanto, corre o risco de ser precocemente refutada perante a “incerteza” envolvendo o atual panorama político, dado o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff em meados de 2016 e a crescente “judicialização” da política nacional (POCHMANN, 2017).

fazendeiros neste projeto ilustra o possível protagonismo que esta “elite” poderá ter. Para além destes projetos, a participação do GTPS – uma associação que reúne atores do mercado pecuário de todo o Brasil, desde produtores até comerciantes, pesquisadores e jornalistas – por meio do envio de técnicos e pesquisadores para a estruturação de UD de sistemas silvipastoris para a elaboração do Guia de Pecuária Sustentável do WWF, representa outro caso de participação ativa de organizações empresariais no processo de modernização ecológica em Apuí.

O quinto fator condicionante trata-se da atuação estatal. Em um primeiro momento, devemos entender a atuação estatal em seu aspecto de “comando e controle” do desmatamento em Apuí. Neste sentido, pude presenciar pessoalmente a ação do IBAMA no município durante a fase de realização da pesquisa de campo. As incursões deste organismo em Apuí são ocasionais, na medida em que não possui um escritório local e, com isso, uma atuação perene na região. Entretanto, devido ao expressivo número de manifestações dos parceiros entrevistados sobre a atuação deste órgão, foi possível inferir que as visitas do IBAMA e a concessão de multas, penalidades e embargos àqueles que não se conformam às principais regras do Código Florestal são concedidas em grande número. Ao todo, 15 dos 45 entrevistados se manifestaram sobre o organismo, somando um total de 25 referências sobre o impacto da ação do IBAMA dentro de sua propriedade rural⁴⁵.

Em um segundo momento, a atuação estatal em Apuí para a consolidação de um processo de modernização ecológica se faz clara na íntima relação da SEMMA e da Prefeitura de Apuí com o IDESAM entre os anos de 2008 e 2016. No que diz respeito àquela Secretaria, ela foi parte integrante do projeto SSA, principalmente no apoio logístico e financeiro para a realização de oficinas, bem como no apoio à distribuição de mudas e sementes. Além disso, a SEMMA teve papel crucial para a estruturação do Viveiro Santa Luzia – único viveiro do sul do Amazonas cadastrado junto ao IBAMA e importante banco de mudas e sementes para as iniciativas de reflorestamento conduzidas pelo IDESAM. Quanto à Prefeitura, a coalizão política que a geriu entre os anos mencionados não somente apoiou as iniciativas acima descritas, mas também foi decisiva

⁴⁵ Além disso, com a inclusão do município de Apuí na “lista vermelha” do MMA, em setembro de 2017, pode-se esperar atuações mais ostensivas do IBAMA para o controle do desmatamento no município, bem como outras medidas governamentais para frear este processo, tal qual o congelamento das linhas oficiais de crédito.

para a criação do escritório local do IDESAM, concedendo de maneira gratuita uma casa para a instalação do escritório – o qual permite maior capilaridade à ação do organismo no município, bem como um contato próximo e recorrente junto aos demais atores locais.

Embora tradicionalmente alheio às discussões relacionadas com a implementação de regimes “sustentáveis” de apropriação e exploração dos recursos naturais em Apuí, o INCRA também apoiou e integrou as iniciativas da coalizão ambientalista. Isto se deu principalmente entre os anos de 2014 e 2017, quando o organismo estatal contou com o IDESAM como agente responsável pelas iniciativas de ATES na região do PA Juma. Foi neste momento que a atuação da coalizão ambientalista se tornou mais ampla, representando um período único de veiculação de propostas e de mobilização de parceiros.

Por fim, devemos ressaltar a participação da SDS como um dos agentes interessados na consolidação, junto ao WWF, de um Plano de Gestão às inúmeras unidades de conservação existentes em Apuí. Embora muito se pode discutir sobre a aplicabilidade ou não dos diagnósticos e recomendações feitas neste Plano, sua elaboração representa um marco ao movimento ambientalista no município, tendo em vista que ele precede a atuação efetiva no local, tratando-se de um primeiro olhar mais atento e próximo de ambientalistas à questão da governança dos bens comuns em Apuí.

Quanto ao sexto e último fator condicionante de um processo de modernização ecológica – “tradição em processos de negociação política” –, não foi possível identificar em campo dimensões que estivessem atreladas a este fator. Em um primeiro momento, a presença histórica de conflitos fundiários e ambientais, ainda que em menor escala e intensidade se comparada a outras regiões na Amazônia brasileira, nos faz inferir que houve poucas negociações políticas envolvendo resoluções de disputas por terra e por recursos naturais. Em segundo lugar, embora a campanha do prefeito eleito nas eleições de outubro de 2016 tenha sido impugnada, o fato de ele haver demandado o escritório local do IDESAM em suas primeiras semanas de mandato – conforme veremos no próximo capítulo – demonstra como as iniciativas da coalizão ambientalista estão sujeitas às dinâmicas de poder no campo político local. Isto demonstra haver pouca margem para discussão e negociação entre atores empenhados em promover diferentes regimes de apropriação e exploração dos recursos naturais. Por fim, as formas constrangidas de atuação das associações, cooperativas e sindicatos que levantamos durante as observações sistemáticas, bem como a reduzida confiança dos atores locais nestes organismos

associativos apontada nos questionários, demonstra o pouco poder de barganha destes organismos junto ao Estado para sugerir políticas públicas que contemplem as reivindicações de seus associados.

Finalmente, gostaríamos de concluir esta seção relacionando um importante aspecto encontrado em campo com outro importante fator condicionante de um processo de modernização ecológica apontado em Martinez-Alier (2007). Segundo o autor, a modernização ecológica é marcada pelo seu teor “tecnocrático”, isto é, pela prevalência do saber tecnocientífico como instrumento de gestão dos recursos naturais de tal maneira a garantir a sua utilização de maneira renovável. A ciência aparece como único caminho para garantir uma gestão adequada e de longo prazo dos bens comuns, suplantando formas estabelecidas e supostamente “tradicionais” de gerenciar os recursos naturais. Exploraremos com maior profundidade este ponto em específico.

7.4. Modernidade e avanço tecnológico em uma “fronteira em transição”

Ao regressarmos à primeira parte desta dissertação, vemos como o PA Juma em Apuí foi parte integrante da apropriação simbólica da Amazônia como uma “fronteira em transição”: de um território “selvagem”, avesso à fixação e ao trabalho humano, para um território “civilizado”, construído de tal modo a partir das intervenções militares nas grandes obras de infraestrutura e nos assentamentos rurais. A visão do PA Juma como um território “vocacionado” à produção agropecuária em larga escala fez parte do imaginário dos primeiros migrantes e se constituiu como apropriação simbólica continuamente desafiada diante das refratárias condições estruturais para a consolidação perene de um “território familiar” entre os parceiros apuienses.

Como parte integrante desta “transição” rumo à produção agropecuária em larga escala está a oferta de um conhecimento tecnocientífico capaz de proporcionar as “melhores” técnicas para o plantio, cultivo e criação no solo amazônico. Este solo, por sua vez, é tratado como substância “indomável”, tanto pelo agente de ONG quanto pelo parceiro, de difícil trato para o desenvolvimento das “modernas” atividades agropecuárias que eles intentam implementar no município, como o café e a pecuária de corte e leiteira. Com efeito, o relato de Mário (entrevista) aponta como a significação de Apuí como um ambiente refratário à produção agrícola e pecuária foi construída entre os

agentes das ONGs. Vale ressaltar, no excerto abaixo, como a comparação entre as formas ideais incorporadas no ensino universitário sobre a produção rural diferem consideravelmente do que se percebe ao tentar produzir na Amazônia, sendo essa incompatibilidade entre ensino e prática uma importante frente de avanço para adaptar o conhecimento tecnocientífico às especificidades do ambiente amazônico.

É um ambiente **selvagem**. Ele é um **ambiente selvagem de produção**. Ele não é um ambiente amigável, ele é um ambiente hostil pra produção, principalmente no modelo que foi importado da região sul e sudeste do Brasil. Não dá pra... pô, princípio básico, primeira aula de solos que você tiver, primeira aula de fertilidade, ou até mesmo de produção vegetal... você depende de três fatores pra qualquer cultivo: solo, precisa de sol e precisa de chuva. Todos esses três fatores, tanto em escassez como em excesso, e na Amazônia a gente tem uma condição totalmente diferente do sul do país, só que ninguém adaptou a forma de produção quando incentivou esses produtores, que grande parte inclusive vieram de Santa Catarina, Paraná, Rondônia, Espírito Santo pra produzir lá. (MÁRIO, entrevista concedida em março de 2017; nosso grifo).

Entre os parceiros, se regressarmos à Tabela 6 do Capítulo 5, veremos como questões referentes às manchas de solo e ao nível de acidez também são outros componentes naturais manifestados pelos entrevistados, os quais dificultam a “transição” de Apuí para um território de produção agropecuária em larga escala. Neste sentido, o enquadramento “tecnocientífico” promovido pelas ONGs dialoga diretamente com a ideia compartilhada entre os atores locais sobre as dificuldades do trato à terra e de sua preparação para o cultivo e para a criação, atrelando-se de maneira apelativa e constituinte à difusa apropriação simbólica do município como uma “fronteira em transição”.

Em vista disso, as ONGs se posicionam como as únicas entidades capazes de conduzir, de fato, esta “almejada transição”. A capacidade para liderar o processo de transição rumo à produção em larga escala se dá por meio da autoridade do discurso científico, que credita à ciência o único meio para se conhecer objetivamente as reais barreiras para o aumento da produtividade da terra. Com efeito, por vezes os entrevistados manifestaram a incompatibilidade entre as “tradicionais” formas de conhecimento sobre a produção rural e as soluções necessárias para os principais dilemas enfrentados na conjuntura produtiva, tal como a queda tendencial na produtividade ou a ampla presença da cigarrinha de pasto (*Deois flavopicta*). Conforme relatou Maurício (entrevista),

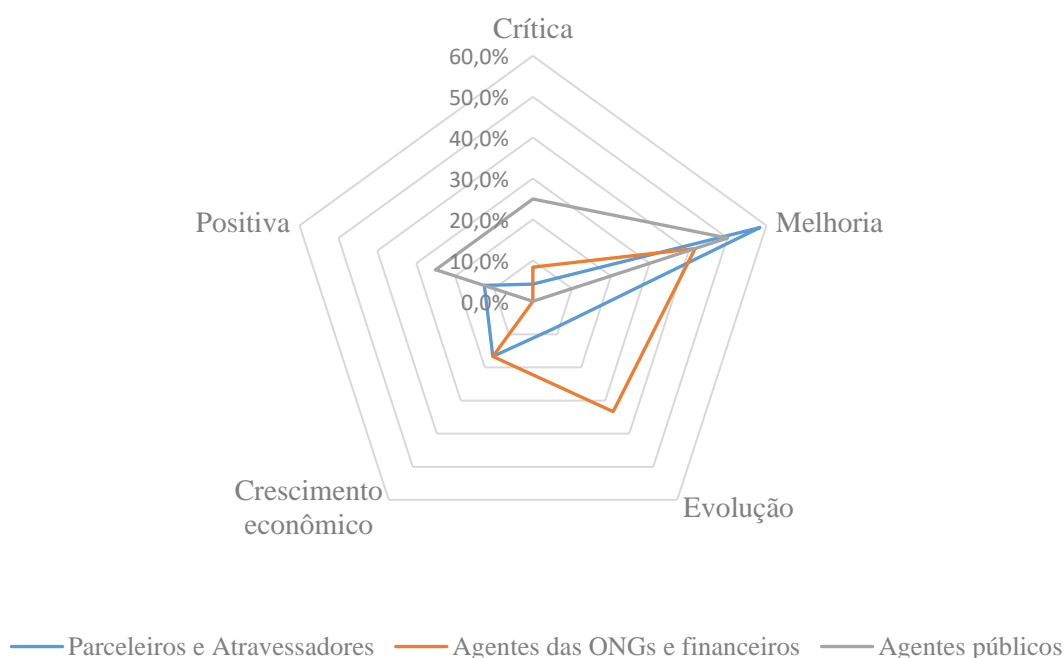
Na minha visão o extensionista ele acaba levando um conhecimento técnico pra pessoas que estão de fato os produtores rurais. Porque, tem o conhecimento empírico deles que são muito grande, seja na criação de gado, na criação de qualquer coisa, ou na cultura mesmo, eles tem um conhecimento muito grande, mas talvez o conhecimento deles é um pouco ultrapassado. Como no caso da cigarrinha, a cigarrinha é algo relativamente novo. Os cara inventaram um trilhão de coisa, é tudo quanto é coisa, até benzer eles benzem, achando que ia dar certo, então precisa de um amparo técnico, um conhecimento técnico, porque as coisas mudaram. Então aí é onde entra o técnico pra dizer a maneira correta deles fazerem aquilo. (MAURÍCIO, entrevista concedida em março de 2017).

Conforme vimos nas seções anteriores deste capítulo, as ONGs não se opõem de maneira alguma à expansão da produção pecuária, mas somente ao seu modo extensivo, bem como à utilização indefinida de produtos madeireiros como fonte de renda. A aceitação dessa atividade produtiva culmina na difusão de técnicas que visam incrementar a composição de capital das famílias parceleiras por meio da intensificação da produção agrícola e pecuária em consórcio com árvores nativas, bem como a partir da agregação de valor às suas mercadorias produzidas por meio da criação de nichos de mercado em cadeias produtivas consolidadas. Uma vez posicionadas a favor do aumento do *quantum* produzido em Apuí, as ONGs assumem o papel de líderes na transferência tecnológica para a intensificação da produção agropecuária e expansão das redes de escoamento e de assistência técnica. Este processo é visto pelos ativistas como uma de suas principais funções, estando intimamente alinhado como uma ideia de sua atuação como uma atuação “civilizatória”. Esta compreensão da transmissão do conhecimento tecnocientífico como um ato modernizante se fez visível a partir dos resultados sobre as “concepções de desenvolvimento” recolhidas entre os atores entrevistados.

Há entre os agentes das ONGs uma noção compartilhada do conceito de “desenvolvimento” como uma ideia evolucionária, especialmente em termos sociais. Este fato foi constatado a partir da realização do método de associação livre de palavras (FLEURY, 2008), onde foi pedido ao entrevistado que descrevesse em poucas palavras o que significa a palavra “desenvolvimento” quando esta lhe vem à cabeça. Enquanto entre os parceiros e os agentes públicos prevalecem noções atreladas à “melhoria” dos diferentes âmbitos da vida como ideia síntese do termo, entre os ativistas este protagonismo é dividido também como uma noção evolucionista do “desenvolvimento”. O relato de Renato (entrevista), do IDESAM, é particularmente elucidativo:

Eu acho que o desenvolvimento ele é inevitável. Todos os animais procuram a evolução. Se o desenvolvimento ele tiver no sentido de melhorar a qualidade de vida, melhorar também a inteligência das pessoas por adotarem **sistemas mais complexos**, isso tá desenvolvendo todo um povo, toda uma região. Então eu creio que o desenvolvimento não é ruim. (RENATO, entrevista concedida em fevereiro de 2017; nosso grifo).

Figura 20. Concepções sobre “desenvolvimento” entre os atores locais.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo (2017).

O grifo no excerto selecionado da entrevista de Renato é altamente significativo e ilustra como a transmissão de conhecimento tecnocientífico é entendido pelos ativistas como um ato “civilizatório”. Ao mencionar que “evolução” é adotar “*sistemas mais complexos*”, tendo em vista que este processo de “complexificação” técnica e produtiva é liderada pelas ONGs, o entrevistado corrobora o argumento de que a “evolução social” em Apuí é efetivada pela ação dos ativistas. Além disso, ao mencionar que “*todos os animais buscam a evolução*”, o entrevistado naturaliza a presença das ONGs, bem como o trabalho feito pelos agentes das ONGs junto aos parceiros, o qual, supostamente, obedece a uma regra natural de evolução e “complexificação” da sociedade. Combinado

com a concepção dos agentes das ONGs acerca do “desenvolvimento” como um “processo evolucionista”, vemos a abordagem tecnocrática das ONGs em Apuí muito alinhada com as principais considerações feitas por Escobar (1995), o qual credita as ações desenvolvimentistas como projetos de invenção de necessidades naturalizadas para uma determinada intervenção em um território.

Estes resultados corroboram a análise de Oliveira (2004) sobre a “simetria impossível” entre ONGs e atores rurais, uma vez que, apesar da proliferação de processos ditos “participativos” na construção de iniciativas e projetos, prevalecem claras relações assimétricas de poder entre os atores engajados no que diz respeito ao controle do rumo destas iniciativas e projetos. A assimetria se faz especialmente manifestada no caso estudado nesta dissertação, ao analisarmos como os agentes das ONGs se posicionam como os “únicos” atores imbuídos de uma forma específica de conhecimento capaz de lidar adequadamente com o almejado processo de “transição” em Apuí, bem como na maneira pela qual se posicionam como os agentes líderes do processo “civilizatório” e de “complexificação” da economia e da sociedade apuiense.

A ideia mantida pelos agentes das ONGs sobre as suas iniciativas como mecanismos de complexificação fazem ressaltar a importância da palavra “modernização” dentro do conceito de modernização ecológica e de sua importância para entender os mecanismos de produção de engajamento. Podemos entender as iniciativas e projetos que almejam instaurar um regime “sustentável” de apropriação e exploração dos recursos naturais como mecanismos modernizantes. Se analisarmos “a modernidade” como um período histórico marcado pela compartimentalização social, de crescente divisão das funções sociais entre indivíduos e organizações, as quais passam a ser regidas por valores morais delimitados e incomensuráveis (DURKHEIM, 1999 [1893]), então a visão dos agentes das ONGs de “complexificação” por meio das iniciativas ecológicas pode ser diretamente associada a um modo de entendimento da atuação das ONGs como uma atuação que cria diferentes espaços sociais, novas relações sociais e econômicas e novas funcionalidades dentro da estrutura social. Em última instância, projetos como a estruturação da associação Ouro Verde, a criação de nichos de mercado na cadeia produtiva do café, a criação de um viveiro de mudas e sementes, a concessão de microcréditos e a realização de oficinas técnicas são iniciativas que fazem florescer novos “vínculos morais” (PAUGAM, 2013): de um estágio prévio estritamente marcado pela prevalência dos vínculos morais familiares, a vivência em organismos associativos, a

contínua presença das ONGs como órgãos de assistência técnica e a crescente proximidade com os atravessadores e outros importantes atores do campo econômico são iniciativas que passam a conceder importância a outros vínculos, tais como os vínculos profissionais e cívicos.

Dessa maneira, entender a modernização ecológica como um processo por meio do qual “iniciativas ecológicas” visam “modernizar” um território se faz especialmente importante para entender as motivações que subjazem a participação dos atores locais, especialmente se entre estes há uma noção compartilhada e interesse existencial na “transição” deste território a um estado “civilizado” e “moderno”, onde prevalece uma economia de mercado, a produção agropecuária em larga escala e o domínio do conhecimento técnico-científico. Neste sentido, vemos o posicionamento assumido pelas ONGs como “atores modernizantes” intrinsicamente alinhado com as expectativas das famílias parceleiras em “modernizar” o território apuiense, o que explica, a nosso ver, grande parte da confiança que as ONGs gozam em Apuí – conforme observamos na Tabela 6, no Capítulo 5.

Com isso, concluímos este capítulo afirmando que, para além da preservação do meio ambiente, a ação das ONGs está involucrada em objetivos mais amplos, também de caráter cultural, econômico e social, os quais dialogam diretamente com os interesses existenciais mais latentes dos parceiros sobre o território em que se situam. A almejada complexificação da sociedade apuiense a partir dos projetos e iniciativas consiste em intrínseco objetivo das ONGs, bem como em importante faceta da modernização ecológica enquanto mecanismo de engajamento dos parceiros. Acreditamos que as considerações feitas nessa subseção ressaltam a relevância da palavra “modernização” ao analisarmos os processos de modernização ecológica, demonstrando a importância de entender estes processos também como processos sociais onde determinado grupo de atores almeja implantar uma forma específica de conhecimento – o conhecimento tecnocientífico –, posicionando-se como os únicos atores capazes de liderar este processo.

Será justamente sobre como as linhas de ação das ONGs são planejadas que iremos nos aprofundar no próximo e último capítulo, a fim de compreender como os agentes financeiros e os agentes públicos desempenham papel crucial na consolidação de projetos e iniciativas “sincretizadas” – isto é, que para além da preservação, almejam mudanças de caráter cultural, econômico e social no PA Juma em Apuí.

CAPÍTULO 8. ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO DA PROPOSTA “SUSTENTÁVEL”: OS LAÇOS ESTABELECIDOS COM OS AGENTES FINANCEIROS E ÓRGÃOS DO ESTADO

Conforme analisamos no capítulo anterior, o processo de modernização ecológica que as ONGs lideram em Apuí conta com uma série de projetos e iniciativas de ação local. Estas, por sua vez, se fazem intrinsecamente dependentes de uma série de recursos materiais e discursivos para a sua implementação e reprodução ao longo do tempo. Dessa maneira, entender a origem destes recursos, bem como eles são mobilizados nas estratégias de engajamento das ONGs junto aos agentes de financiamento de seus projetos e iniciativas, consiste em importante etapa analítica.

Seria incongruente entender os agentes financeiros e os agentes públicos, especialmente aqueles que não se situam geograficamente em Apuí, como “atores externos” ao campo políticoambiental aqui analisado. Ao contrário, uma vez que uma organização concede algum tipo de recurso às ONGs locais, podemos afirmar que esta instantaneamente passa a formar a coalizão ambientalista, uma vez que ela se posiciona criticamente frente ao desmatamento e à degradação ambiental, apoiando a implementação de um regime “sustentável” de apropriação e exploração dos recursos naturais na região.

Conforme afirmam Fligstein e McAdam (2012), usualmente as dinâmicas de engajamento e de disputas em um campo não estão reduzidas às dinâmicas inerentes ao mesmo. Sendo assim, é importante analisar como choques em campos correlatos alteram o fluxo de recursos para determinados grupos dentro do campo em análise, impactando positivamente ou negativamente as estratégias para mobilização coletiva. Dessa maneira, analisaremos como choques que se processaram principalmente nos campos políticos relacionados ao campo político ambiental estimularam e/ou arrefeceram a produção de ação coletiva por parte dos atores estratégicos.

Em um primeiro momento, iremos analisar as dinâmicas de engajamento das ONGs com os agentes financeiros, entendidos nesta dissertação como as organizações filantrópicas, bilaterais, multilaterais e empresas privadas que concederam recursos financeiros e não financeiros aos projetos. Nos restringiremos, porém, a análise mais aprofundada de dois agentes financeiros: o Fundo Vale e a Fundação Avina. Isto se deve

a dois motivos. Primeiramente, estes dois agentes foram essenciais para o IDESAM catapultar a sua rede de atores locais engajados, permitindo-o conceber e executar novos projetos e iniciativas. Em um segundo lugar, tratam-se dos dois únicos agentes financeiros que responderam positivamente ao nosso convite para participar das entrevistas. Também entramos em contato com a empresa Natura, outro importante agente financeiro, mas não obtivemos retorno.

Quanto ao WWF, esta organização possui inúmeros doadores, os quais se constituem, principalmente, em pessoas físicas. Sua filial brasileira recebe parte do montante total recebido pela sede e o aplica em projetos situados no Brasil. A impossibilidade de rastrear as doações, bem como as diretrizes para a alocação de recursos na filial brasileira, não permitiu a realização de análises sobre os laços de cooperação estabelecidos entre o WWF e seus doadores. Da mesma forma, a sua atuação mais próxima ao Estado foi na elaboração do *Plano de Gestão do Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí*. Infelizmente, não conseguimos entrar em contato com nenhum agente público da SDS que esteve envolvido nesta parceria com o WWF. Portanto, nesta seção, será fornecida apenas uma análise sobre os agentes financeiros e as agências estatais envolvidas diretamente com o IDESAM.

Uma vez analisados os laços de cooperação forjados com os agentes financeiros, entenderemos de que maneira foi produzido o engajamento de algumas agências do Estado, os quais configuraram-se como importantes fontes de recursos financeiros e não financeiros aos projetos e iniciativas das ONGs. Um detalhe importante sobre esta questão merece ser ressaltado. A pesquisa de campo foi realizada em um período pós-eleitoral, e, principalmente, em um período de incertezas quanto ao futuro prefeito de Apuí. O candidato eleito estava sob acusação de crime anterior à eleição, o que se materializou em uma tentativa de impugnar a sua campanha. Isso fez com que os agentes públicos se tornassem não somente pessoas difíceis de serem localizadas, mas também pouco dispostas a conceder qualquer depoimento sobre o teor das iniciativas da Prefeitura e da SEMMA do mandato anterior – o que explica a razão pela qual, na Tabela 6 no Capítulo 5, sobre as instituições regulatórias, normativas e culturais-cognitivas, os agentes públicos são marcadas como “intangíveis”. Em virtude disso, somente pudemos trabalhar com os relatos de agentes públicos do IDAM e do INCRA.

8.1. Os laços de cooperação com os agentes financeiros

Se a chegada das ONGs, a partir de 2008, representa o início da coalizão ambientalista em Apuí, pode-se dizer que a participação dos agentes financeiros, principalmente a partir de 2011, representa um marco com relação à abrangência desta coalizão. Os recursos financeiros e não financeiros provenientes destes agentes amplificaram o conjunto de estratégias disponíveis para que as ONGs engajassem os atores locais. De forma semelhante, se as estratégias de mobilização dos parceiros mudaram de um projeto para outro, o mesmo padrão foi encontrado para os laços de cooperação entre ONGs e agentes financeiros: uma proposta “sustentável” adaptada segundo os interesses desses organismos foi desenvolvida ao longo do tempo.

Em termos de engajamento, o Quadro 8, no final do Capítulo 5, resume como os atores estratégicos mobilizam instituições de acordo com a realidade constitutiva dos agentes financeiros, os quais se tornam a principal fonte de recursos – com exceção do Projeto de ATEs, todos os principais projetos realizados pelas ONGs dependeram dos recursos transferidos por esses agentes. Para o IDESAM, o Fundo Vale e a Fundação Avina foram agentes essenciais para alçar a organização a um novo patamar de articulação, ajudando-a a desenvolver novas estratégias para assegurar a cooperação entre os atores locais. Como foi demonstrado no capítulo anterior, essas estratégias foram principalmente baseadas em serviços de assistência técnica.

Ao longo das entrevistas com os dois agentes financeiros mencionados, percebeu-se que a Amazônia brasileira configura como uma das regiões prioritárias na promoção das principais ações definidas no Código Florestal, ratificado em 2012, bem como em das regiões prioritárias para a redução do desmatamento. Podemos afirmar, no entanto, que há uma visível contradição no engajamento do Fundo Vale na promoção de regimes “sustentáveis” de apropriação de recursos naturais no campo políticoambiental de Apuí. Este instituto está atrelado à companhia de mineração “Vale”, a qual opera produtivamente sob regimes “extensivos” de apropriação e exploração de recursos naturais – ilustrado pelo acidente em 2016 na barragem na cidade de Mariana, em Minas Gerais, o qual trouxe incontáveis impactos ambientais à região, especialmente ao Rio Doce (ZHOURI et al., 2016).

As motivações para a cooperação destes agentes financeiros com o IDESAM envolvem uma estratégia corporativa de atrelar as empresas a órgãos que lhes permitem criar uma narrativa de empresas “ambientalmente corretas”. Em grande medida, os institutos atrelados a estas corporações aparecem como ingrediente impreterível para a construção de uma conduta corporativa supostamente “sustentável”, sendo esta uma importante instituição normativa que motiva a cooperação. Em outras palavras, trata-se de uma espécie de “marketing verde” útil para mitigar a visão negativa que essas empresas costumam ter quando se trata de danos ambientais decorrentes de suas atividades produtivas.

Participar de iniciativas “sustentáveis” configura-se como uma estratégia importante para lograr maior competitividade em outros campos. Mas a promoção de um “marketing verde” depende de investimentos efetivos em iniciativas ambientalistas, mesmo que estes investimentos incentivem práticas opostas ao regime “extensivo” de apropriação e exploração de recursos naturais em que estas empresas estão frequentemente incrustadas. Neste sentido, é importante notar que a cooperação entre agentes financeiros e o IDESAM é forjada não somente para amplificar a atuação desta última organização, mas também de forma a beneficiar o reposicionamento dos doadores em seus respectivos campos.

O projeto *Café Agroflorestal*, por exemplo, é um eixo central para a política corporativa da Natura de reduzir em um terço suas emissões de gás carbônico (CO₂) até 2020 (GERSON, entrevista), fato que lhe permite apresentar-se como empresa “ambientalmente correta” no competitivo “campo de empresas cosméticas”. À primeira vista, pode parecer que a adoção de políticas para a redução do impacto ambiental por estas empresas demonstra que a cooperação se faz motivada estritamente por uma racionalidade econômica e burocrática. No entanto, a adoção de políticas corporativas que não são convertidas em lucro ilustra como estas mesmas empresas também passam por processos de culturalização de seus procedimentos organizacionais segundo uma instituição normativa gradativamente mais presente entre seus consumidores: a necessidade de ser “ambientalmente correto” (ABRAMOVAY, 2012).

8.1.1. A mobilização de enquadramentos segundo os critérios dos agentes financeiros

Ao observarmos o teor das respostas à pergunta sobre “concepções de ‘sustentabilidade’”, tanto os agentes financeiros quanto as ONGs possuem concepção similar sobre “sustentabilidade” – aquela alinhada ao “uso e conservação” dos recursos naturais. No entanto, uma convergência em torno das concepções sobre o termo não se faz condição suficiente quando se busca compreender todos os enquadramentos mobilizados para garantir a cooperação dos agentes financeiros. É necessário também ter em conta os critérios e parâmetros que estes agentes possuem para avaliar a tomada de decisão sobre o seu apoio e, em que sentido as iniciativas apoiadas atendem a estes critérios e parâmetros.

De acordo com Celso (entrevista), da Avina, um dos principais critérios avaliativos deste organismo é a noção de “Desenvolvimento Territorial”. O foco principal deste instituto era, na visão do entrevistado, o apoio a iniciativas que promovessem processos de “desenvolvimento rural e territorial”. Conforme ele mesmo apontou durante a entrevista, com a participação da Fundação Avina esperava-se replicar em Apuí as mesmas iniciativas de “desenvolvimento territorial” que o instituto havia apoiado em cidades como Paragominas e Alta Floresta, as quais foram responsáveis por congregar interesses de grandes proprietários, Estado e organizações ambientalistas em reduzir o desmatamento sem comprometer as atividades agropecuárias (CARNEIRO e ASSIS, 2015).

A Avina tava muito interessada naquele momento de trabalhar com esse conceito de desenvolvimento territorial; desenvolvimento rural sustentável. A gente achava que essa abordagem territorial é uma abordagem interessante né. Seguindo o próprio exemplo que a gente acompanhou muito de perto em Paragominas e um que a gente também ajudou a incubar que era em Alta Floresta. (CELSONO, entrevista concedida em abril de 2017).

Esta priorização trouxe consigo duas implicações para o IDESAM, o qual desenvolveu parte do PAMV e do SSA com recursos provenientes da Avina. Em primeiro lugar, o IDESAM teve que adaptar as linhas de atuação desses dois projetos, a fim de responder ao tema do “desenvolvimento rural” – embora o PAMV dialogasse de maneira reduzida com esse conceito. Em segundo lugar, a partir do momento em que o IDESAM

trouxe estes dois projetos para dialoga com o tema “desenvolvimento”, um novo ingrediente para além da preservação ambiental e da recuperação de áreas degradadas foi adicionado à proposta “sustentável”.

Por outro lado, Camila (entrevista), do Fundo Vale, afirmou que este instituto possuía cinco critérios de avaliação para deliberar sobre o apoio ou não aos projetos recebidos, quais sejam: (a) conservação do meio ambiente, (b) planejamento territorial, (c) fortalecimento da sociedade civil, (d) fortalecimento das políticas públicas e (e) desenvolvimento local. As organizações apoiadas deveriam responder, pelo menos, a três deles. Estes critérios condicionavam o IDESAM – o qual recebeu recursos do Fundo Vale para desenvolver o SSA – a abordar outros temas para além das questões ambientais em sua proposta "sustentável", posicionando-a também como uma proposta econômica, política e social. Em certa medida, devido as suas implicações econômicas e sociais, o surgimento da assistência técnica como principal estratégia para engajar parceiros pode ser vista como uma resposta à presença obrigatória de alguns destes critérios avaliativos, o que nos impele a inferir como a obediência a estes critérios reforçou o papel do IDESAM como uma organização de assistência técnica.

Seguindo a gramática adotada pelos agentes filantrópicos, estes critérios e parâmetros – os quais podemos entender como instituições regulatórias –, somados um ao outro, constroem o que os entrevistados chamam de “conceitos”: formas sistemáticas de atuação e intervenção local. O “conceito” construído é avaliado com o desenrolar de cada projeto: se testado e aprovado em escala reduzida, o suporte concedido é expandido para níveis mais amplos; caso contrário, o “conceito” é abandonado e um novo é construído.

De acordo com Camila, o apoio concedido ao IDESAM foi um dos casos em que *“o ‘conceito’ foi provado da maneira mais rápida”* (CAMILA, entrevista concedida em abril de 2017). Esta aprovação trouxe uma nova rodada de doações, consolidada nas versões de SSA II e SSA III. O processo de teste de “conceito” em escala reduzida e, em seguida, a sua expansão, reforça os achados de Lewis e Mosse (2006) sobre as dinâmicas funcionais da “indústria de desenvolvimento”. Acima de tudo, esta prática tem muito a dizer sobre as instituições culturais-cognitivas em que esses organismos se sustentam e como o IDESAM teve que dialogar com as mesmas para garantir a cooperação dos agentes financeiros.

A existência de uma série de critérios para a concessão de financiamento, bem como a avaliação contínua de “conceitos” tomados como medidas para avaliar o nível de eficácia das iniciativas apoiadas, demonstra como as ONGs adaptam-se não somente às instituições caras aos parceiros apuienses, mas também a um conjunto de rotinas, práticas e hábitos que permeiam a realidade dos agentes financeiros “externos”. Neste sentido, a culturalização das linhas de atuação das ONGs também ocorre com vistas à adequação às instituições destes organismos de apoio, os quais se demonstram essenciais para viabilizar a atuação local dos ativistas.

O projeto do IDESAM foi aos poucos ganhando um aspecto que seria assim: é um dos projetos que mais se assemelha ao que o Fundo Vale gostaria de ter como impacto, deveriam ter mais projetos como esse. O que que tinha de diferente? (...)olhando toda a carteira que a gente tinha e olhando pro IDESAM, foram poucos os projetos que conseguiram trazer um resultado de prova de conceito rápido e já organizar o próximo passo, ou seja, se eu **provei que esse conceito** tá legal, 'ok, funciona aumentar a produtividade do produtor, a gente consegue fazer mecanismos econômicos que gerem esses modelos sem dependência...', enfim, todo esse arranjo que foi feito trouxe um resultado relativamente rápido pra acelerar a escala. Isso pra mim é um ponto de sucesso né. (CAMILA, entrevista concedida em abril de 2017).

De outro lado, a existência de critérios e parâmetros a serem utilizados como guias de orientação às ONGs os impele a atuar em conformidade restrita à consecução do “conceito” construído. Novas rodadas de financiamentos dependem, em última instância, de “provas de conceito”. Conforme demonstra o relato de Camila, do Fundo Vale, uma vez que a própria viabilidade econômica e financeira das atuações do IDESAM depende das doações dos agentes financeiros, os seus ativistas lançam um olhar atento e vigilante aos “conceitos” nos quais os seus projetos se sustentam.

8.1.2. A “saída” bancária

Se regressarmos à Figura 3, ainda na seção introdutória, referente ao nível de engajamento de parceiros para a promoção de sistemas agroflorestais e silvipastoris, observamos como os dados nos demonstram que o nível de recursos parece ter atingido uma barreira iminente em termos de capacidade de gerar engajamento dos atores locais. Excluindo os parceiros envolvidos no Projeto de ATES – o qual dependeu dos recursos

do INCRA –, o número de parceiros aderentes aos projetos do IDESAM está estagnado entre 30 e 40 famílias desde 2014. Este cenário demonstra que há sérias limitações à atual estratégia de engajamento do IDESAM, o que representa um desafio para a ampliação da coalizão ambientalista no campo políticoambiental de Apuí.

Com este impasse em mente, o IDESAM tem trabalhado novas formas para capturar recursos, o que implica, por consequência, em futuras transformações em sua estrutura organizacional. Estuda-se, conforme mencionamos no Capítulo 6, a possibilidade de abrir uma empresa privada para funcionar como um banco de microcrédito atrelado ao IDESAM (GERMANO, entrevista). Este banco capturaria recursos entre investidores internacionais para expandir o número de sistemas agroflorestais e, principalmente, silvipastoris – fato que já ocorre, em menor escala, no Projeto de Microcrédito financiado por um instituto filantrópico da Holanda que pediu deliberadamente para não ser identificado.

A estratégia de capitalizar as iniciativas desenvolvidas pelo IDESAM ilumina a forma como uma organização pode começar “puramente” ecologista – como o era durante o período de execução do PAMV –, e rumar para a consolidação de um organismo especializado em assistência técnica – como foi nos projetos SSA, no Projeto de ATES e como é no Café Agroflorestal – e, finalmente, terminar como uma instituição financeira para a concessão de microcrédito – como ocorre no Projeto de Microcrédito e como pretende ser com a criação de um banco de microcrédito.

Embora esta “pureza” tenha que ser relativizada, uma que o IDESAM passou a incorporar todas estas distintas faces, o que é interessante destacar é que, ao longo processo, a estrutura organizacional dos atores estratégicos pode se transformar para responder às necessidades e desafios impostos pela reorganização do campo – e por campos correlatos – para a produção de ação coletiva. A “saída bancária” pode ser vista como um caminho para capitalizar a coalizão ambientalista, a fim de desenvolver uma estratégia mais eficaz para a implementação de um regime “sustentável” de apropriação e exploração dos recursos naturais em Apuí.

8.2. Os laços de cooperação com agências do Estado

Conforme observamos na Parte II desta dissertação, historicamente o IDAM sempre atuou como organismo impulsionador da pecuária, especialmente em seu modo extensivo, uma vez que poucos incentivos de fomento à intensificação da criação animal foram concedidos até o ano de 2006. Entre os órgãos públicos presentes em Apuí, o IDAM configura-se como aquele com a menor participação nos projetos e iniciativas conduzidas pelas ONGs na região. Sua relação com a promoção da coalizão ambientalista está baseada muito mais com a gradativa deterioração de suas atividades nos últimos anos do que, necessariamente, com a sua participação ativa.

No momento de realização da pesquisa de campo, o escritório local do IDAM não contava há quase um ano e meio com qualquer técnico, tendo somente a presença diária de dois funcionários de escritório (ALEX, entrevista). Tampouco o escritório local possuía um gerente responsável pelas atividades do IDAM em Apuí, que ia para o seu sexto mês sem gerente na sede municipal. De maneira geral, o período de realização da pesquisa de campo foi marcado por instabilidades institucionais dentro do IDAM, haja vista que o próprio superintendente geral fora destituído do cargo ao final de março de 2017. Segundo os técnicos entrevistados do IDAM, a situação do organismo era produto da recessão econômica vivenciada pelo Brasil naquele período e, por consequência, no estado do Amazonas:

Falar hoje a situação nossa aqui, é a parte do governo deu uma crise e deu uma fracassada. Antes nós éramos 12 técnicos, hoje tá quase um ano e pouco sem técnico. Então, nosso trabalho de campo em si hoje tá meio parado. Mas eu vou falar como que funcionava. Aqui na verdade, cada técnico, o município era dividido pelos setores, certo, e cada técnico tinha a sua área de atuação. Atendia 96 família. Assistia, na verdade. Três visitas ao ano, entendeu, era o mínimo que tinha que acompanhar. (ALEX, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

Conforme demonstra o excerto selecionado acima, desde os primeiros anos do PA Juma em Apuí, o IDAM ocupou papel central na concessão de assistência técnica ao parceleiro apuiense. Os choques exógenos ao campo, tal como a recessão econômica a nível nacional e estadual, impactaram significativamente na possibilidade desta agência desenvolver as suas atividades programadas – especialmente no município de Apuí, onde as principais atividades de fomento eram concedidas à pecuária.

Embora não tenhamos investigado com mais afinco as origens da crise instaurada dentro do IDAM, temos este processo como um importante choque externo ao campo político ambiental, o qual influenciou diretamente na capacidade das ONGs engajarem os parceiros nos seus projetos. Se voltarmos à Tabela 11 no Capítulo 5, referente ao nível de confiança dos parceiros nos principais órgãos presentes em Apuí, pode-se entender a prevalência de “baixa confiança” no IDAM como consequência da redução de suas iniciativas de assistência técnica. Por sua vez, a deterioração da imagem deste organismo entre os parceiros abriu as portas para iniciativas de assistência técnica advindas das ONGs.

Ao longo das entrevistas com as famílias parceleiras, comumente confundiam-se os acrônimos “IDESAM” e “IDAM”. Quer seja uma mera coincidência linguística ou não, evidencia-se uma clara tendência entre os parceiros apuienses a entender as ONGs e o IDAM como órgãos “substitutos”, construindo assim um entendimento de que todas essas organizações desempenham funções similares: a de conceder assistência técnica às famílias rurais. O relato de Jarbas (entrevista) é uma das principais manifestações nessa direção:

Rapaz, nós têm técnico aí, só que é bem devagar também. Muito pouca visita, muito pouca mesmo. Tava melhorzinho um pouquinho, o IDESAM aí, era um órgão que tinha aí. Era quem tava mais dando uma assistenciazinha, mas diz que esses órgão aí pararam, eles cortaram, agora ficou o IDAM. O IDAM tem muito tempo que eles não fazem mais... (JARBAS, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

A gradativa perda de protagonismo do IDAM na assistência técnica local não somente abriu as portas para as ONGs atuarem como os principais órgãos de assistência técnica aos parceiros, mas determinou a sua retirada como órgão responsável pelas iniciativas de “Assistência Técnica e Extensão Rural” (ATES) mantidas pelo INCRA, fato que permitiu ao IDESAM apresentar-se como organismo responsável pelo projeto de ATES.

8.2.1. INCRA como fonte de oportunidades e crise à coalizão ambientalista

Desde as primeiras décadas do PA Juma em Apuí, o INCRA atuou decisivamente no estímulo à instauração de um regime “extensivo” de apropriação e exploração dos recursos naturais, resumido na pecuária em seu modo extensivo e na exploração indefinida de produtos madeireiros. Os estímulos nessa direção vieram, por exemplo, com a imposição institucional da obrigatoriedade do parceleiro desmatar 50% da parcela rural como uma prerrogativa para ter o título definitivo. Esta obrigatoriedade foi manifestada em todas as entrevistas com os parceleiros mais antigos de Apuí (Abelardo, Clóvis, Eliseu, Miguel e Plínio). Atualmente, o Código Florestal permite um índice total de desmatamento de 20% da propriedade rural. Esta contradição institucional aumentou a concessão de multas e penalidades ambientais aos parceleiros, uma vez que a maioria possui um índice de desmatamento superior à taxa legal atual.

Longe de ser uma estrutura coesa e imutável, o INCRA – assim como qualquer outro organismo do Estado moderno e burocrático – é uma esfera composta de múltiplos campos conflitantes (Bourdieu, 1989). Em virtude disso, a sua estrutura organizacional e suas políticas mudaram consideravelmente desde o estabelecimento do PA Juma, em 1982. Uma das principais mudanças foi a adoção dos Projetos de ATEs, os quais visam desenvolver iniciativas de extensão rural e assistência técnica e social para assentados em todo o Brasil. Para tanto, o INCRA estabelece um contrato de cooperação com organizações públicas e/ou privadas interessadas em levar a cabo essa iniciativa em escala local.

Em Apuí, os Projetos de ATEs sempre foram desenvolvidos pelo IDAM. Entretanto, a redução drástica no número de técnicos mantidos por essa agência no município destituiu o IDAM de qualquer capacidade financeira e humana para desenvolver este projeto. Com isso, o organismo não participou da chamada pública realizada no início de 2014, a qual previa um contrato de dois anos e meio de cooperação entre o INCRA e a prestadora de serviço, encerrando-se em dezembro de 2017. A impossibilidade de participação e de concessão de iniciativas técnicas foi comumente ressaltada pelos técnicos do IDAM:

Hoje em dia aqui o que tá travando mais o nosso município é as políticas pública, essa crise que tá tendo. Não sei se é devido a crise... Porque

você sabe, não faz assistência técnica sem gente. Hoje nós tamos com veículo, a gente tá impedido de sair pra campo. Infelizmente, hoje, nós tamo aqui no escritório só apagando fogo, entendeu. Essa crise aí... (ALEX, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

Como resultado da inviabilidade da participação do IDAM na chamada pública, o IDESAM candidatou-se como a única organização pleiteante, o que culminou em sua aprovação como órgão responsável por realizar a assistência técnica sob os auspícios do INCRA. Este projeto catapultou a amplitude do IDESAM, incrementando expressivamente o número de parceiros aderentes às iniciativas “sustentáveis” e, especialmente, aos sistemas agroflorestais e silvipastoris. Conforme observamos na Figura 3, na Introdução desta dissertação, se, ao final de 2013, 1,7% dos parceiros de Apuí tinham contato contínuo às iniciativas das ONGs para a implementação de sistemas silvipastoris e agroflorestais, no final de 2014 este montante saltou para quase 25%.

Houve iminentes consequências advindas da expressiva alteração na abrangência da coalizão ambientalista. Em primeiro lugar, o Projeto de ATES consistiu em uma oportunidade única para acessar uma ampla rede de parceiros apuienses a partir de uma parceria institucional com o INCRA. Isto possibilitou a difusão mais ampla de um regime “sustentável” de apropriação e exploração de recursos naturais entre a população local. Em segundo lugar, com um número maior de famílias parceiras a serem assistidas perenemente, o número de funcionários locais do IDESAM também aumentou significativamente, passando de sete funcionários para 27 ao final de 2014. A presença maior de agentes aumentou, por consequência, a rede de pessoas locais envolvidas com a atuação das ONGs, na medida em que o acréscimo no número de funcionários foi feito a partir da contratação de mão de obra local.

A atuação do IDESAM em conjunto com o INCRA para a implementação do Projeto de ATES significa um interessante episódio de análise, especialmente por se tratar de uma organização privada e sem fins lucrativos atuando em conjunto com uma agência estatal (DIESEL et al., 2012). Em alguma medida, este caso poderia ser estudado sob o prisma analítico do “ativismo institucional” (ABERS e BÜLOW, 2011), uma vez que representou uma abertura no campo estatal para a institucionalização das propostas mantidas pelo IDESAM, conferindo a elas previsibilidade e amplitude em termos de famílias parceiras aderentes a essas propostas.

Em contrapartida, a ação involucrada pela imagem do INCRA representou importante barreira ao IDESAM para o engajamento das famílias assentadas. Isto pois, conforme observamos na Tabela 11 no Capítulo 5, o INCRA possui uma deteriorada imagem entre os atores locais, principalmente pela sua ausência em muitos dos projetos planejados de apoio às primeiras famílias nas duas primeiras décadas da ocupação, bem como devido a não concessão dos títulos definitivos de propriedade. Conforme relatou o técnico Maycon (entrevista) sobre a atuação do IDESAM ter sido incorporada pela imagem do INCRA:

O INCRA ele sempre teve um papel muito criticado, pelo abandono, por toda a história... Então acaba que desde aí, desde o início você já começa errado. Então você pegar um trabalho relacionado ao INCRA você já recebe uma crítica, porque o INCRA em todos os estados ele sempre foi muito cobrado pela carência, pelo não...pela falta de resposta aos colonos, aos assentados, o cara que não recebe um título de terra.. O próprio assentado, você ia fazer uma visita e ele falava 'porra, é difícil até de acreditar, porque o INCRA sempre foi um órgão muito ausente'. Então, por aí você já tem uma visão muito clara, a desconfiança do INCRA pelo assentado é muito grande, o colono não se sente seguro quando se fala em INCRA. Então, aí você...pra você distorcer isso é difícil, porque é, digamos, um mal que já tá enraizado, impregnado, não consegue diferenciar. Por mais que eu seja IDESAM, eu tô prestando um serviço para o INCRA. Então isso é difícil, você tentar reverter todo esse histórico ruim. (MAYCON, entrevista concedida em março de 2017).

Outra barreira crucial para a continuidade das operações dentro do Projeto de ATES esteve atrelado a fatos ocorridos muito além do campo político ambiental de Apuí. Da mesma forma que choques no campo político nacional e local culminaram na possibilidade de gozar de novos recursos e redes para a promoção de estratégias de engajamento antes usufruídas pelo IDAM eles também colocaram fim à transmissão de uma série de recursos, mitigando a produção de ação coletiva dentro do Projeto de ATES. Os recursos mantidos pelo INCRA para a execução dos Projetos de ATES no Brasil decaíram gradativamente a partir do ano de 2015. Segundo dados do Ministério do Planejamento (2017), enquanto que o orçamento do INCRA em 2015 para a concessão de assistência técnica e extensão rural era de, aproximadamente, 350 milhões de reais, em 2016 o orçamento total para projetos deste tipo foi cerca de 200 milhões de reais; e, em 2017, o orçamento foi de menos de 100 milhões de reais.

O corte gradativo no orçamento para a execução dos Projetos de ATES implicou em uma redução drástica no contingente de famílias assentadas assistidas pelo IDESAM, uma vez que a lista das famílias era delimitada pelo próprio INCRA. De acordo com Gerson (entrevista), ao final de 2014, o IDESAM atendia continuamente cerca de 450 famílias assentadas dentro deste projeto; ao passo que, ao final de 2015 e 2016, o número de famílias caiu para 250 e 178, respectivamente. A redução abrupta no número de famílias assistidas alterou por completo o ritmo de formação da coalizão ambientalista. Saiu-se de uma rota crescente em termos de abrangência e capacidade de engajar as famílias parceleiras nos sistemas silvipastoris e agroflorestais, bem como em participarem em oficinas técnicas realizadas pelo IDESAM, para retornar gradativamente a uma coalizão de abrangência similar àquela existente antes do Projeto de ATES.

Somado ao contingente cada vez menor de famílias assentadas assistidas, a nomeação de um novo presidente para o INCRA, em 31 de maio de 2016, levou a mudanças institucionais importantes, dentre as quais o tempo de duração dos contratos de cooperação entre a agência estatal e as organizações prestadoras do serviço de ATES. Estas mudanças têm suas origens com as abruptas mudanças no campo político nacional ocorridas ao longo do ano de 2016. O golpe parlamentar sobre a presidenta eleita Dilma Rousseff, em abril de 2016, marcou o início de um novo período em termos de políticas públicas à agricultura familiar, à reforma agrária e à gestão dos assentamentos rurais ao redor do país⁴⁶ (NIEDERLE et al., 2017). Um mês após a posse de Michel Temer, Leonardo Goés Silva e José Ricardo Ramos Roseno foram nomeados, respectivamente, ao posto de presidente do INCRA e de secretário especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil. A chegada ao poder destes dois nomes, bem como os de outros nomes em órgãos correlatos, culminou na antecipação do término de significativa parte dos contratos de cooperação com organizações públicas ou privadas para a execução dos Projetos de ATES em todo o Brasil – bem como na drástica redução do orçamento mantido pelo INCRA para a execução deste tipo de projeto.

⁴⁶ Ainda que não estejam atreladas diretamente com as dinâmicas de engajamento no campo políticoambiental de Apuí, as mudanças em termos de políticas públicas às áreas mencionadas podem ser ilustradas pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), bem como pelos abruptos cortes orçamentários no INCRA para a execução de projetos de infraestrutura em assentamentos rurais e para a obtenção e aquisição de propriedades rurais para a criação de assentamentos da reforma agrária.

O IDESAM, cujo término do contrato de cooperação com o INCRA estava previsto em dezembro de 2017, teve o fim do mesmo antecipado para janeiro daquele ano (GERMANO, entrevista). Como resultado, a organização teve que antecipar a conclusão das iniciativas de assistência técnica e social nas 178 propriedades assistidas, bem como antecipar a demissão de aproximadamente 20 técnicos e agentes comunitários. Inúmeras iniciativas nas famílias assistidas não chegaram a serem concluídas. Isto explica a razão pela qual no excerto selecionado da entrevista de Jarbas, acima, o entrevistado afirma que o IDESAM “*era quem tava mais dando uma assistenciazinha, mas diz que esses órgão aí pararam, eles cortaram*” (JARBAS, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

8.2.2. O campo político local e sua influência no nível de recursos

Em outro âmbito, as dinâmicas do campo político local também se apresentam como choques exógenos que arrefecem a ação da coalizão ambientalista no campo políticoambiental de Apuí. A fim de entender a interdependência entre estes dois campos, devemos analisar brevemente o histórico da relação da Prefeitura de Apuí com as ONGs.

Desde a chegada tanto do IDESAM quanto do WWF, em 2008, a coalizão que dominou o campo político local até 2016 esteve alinhada positivamente aos projetos e iniciativas desenvolvidas por estas duas organizações. Um dos principais apoios institucionais concedidos pela Prefeitura deste período foi a concessão de uma casa para o IDESAM instalar o seu escritório local, primeiramente em 2012 e, em seguida, no início de 2014. Sem este escritório, o IDESAM provavelmente não alcançaria a mesma quantidade e qualidade de recursos provenientes dos agentes financeiros, tendo em vista que um dos requisitos para a concessão de financiamento é a própria presença de um escritório no local de atuação (CAMILA, entrevista). Além da concessão da casa, a Prefeitura foi um importante ator no apoio à realização de oficinas técnicas e na concessão de mudas e sementes durante a execução do SSA, bem como à concepção e construção do Viveiro Santa Luzia.

Entretanto, as eleições municipais de 2016 foram marcadas pela vitória de uma nova coalizão política, liderada pelo candidato a prefeito do Democratas (DEM), Antonio Roque Longo – também prefeito de Apuí entre os anos de 2003 e 2007. Eleito com aproximadamente 63% dos votos válidos, Longo assumiu a Prefeitura de Apuí em

meados de janeiro de 2017. No entanto, por ter as contas de seu último ano de mandato, em 2007, rejeitadas pela câmara, o mesmo teve a sua campanha impugnada, sendo assim necessária a convocação de novas eleições. O candidato, por sua vez, entrou com um recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o qual, no dia 27 de junho de 2017, reverteu por unanimidade o indeferimento de sua candidatura, aprovando as contas de 2007 e, com isso, revogando a necessidade de eleições suplementares naquele ano. Longo seguiu, assim, como prefeito do município de Apuí (TSE, 2017).

Ainda durante o período prévio a sua impugnação, ocorrida em meados de fevereiro, Longo pediu ao IDESAM que devolvesse à Prefeitura a casa onde, no momento de realização da pesquisa de campo, encontrava-se o escritório local da organização (GERMANO, entrevista). Todos os agentes do IDESAM que se manifestaram sobre esta questão afirmaram que o pedido da Prefeitura era motivado estritamente por questões políticas, argumentando o posicionamento contrário de Longo à atuação das ONGs em Apuí. Argumentava-se como uma das causas principais o fato de o próprio prefeito eleito ser um grande pecuarista da região, fato que lhe impulsionava a agir contrariamente a qualquer tipo de intervenção com fins “preservacionistas” – ainda que as próprias ONGs não definissem suas ações nestes termos.

Embora a impugnação momentânea tenha reduzido os temores relacionados à necessidade de devolver o escritório local, a revogação do TSE do indeferimento da candidatura reavivou as tensões entre a coalizão ambientalista e a nova coalizão dominante no campo político local. Embora esta questão não tenha sido completamente resolvida até o momento de redação desta dissertação, a sua própria existência demonstra quão suscetível se faz a abrangência da coalizão ambientalista aos choques externos, especialmente se em campos de onde provêm importantes recursos para a produção de estratégias de engajamento. Caso o IDESAM perca o seu escritório local, será uma grande derrota para as suas intenções (e as do WWF) de consolidar uma ampla e abrangente coalizão ambientalista para a promoção de um regime “sustentável” de apropriação e exploração dos recursos naturais em Apuí.

8.3. As origens dos recursos e a modernização ecológica

Ao término deste capítulo, esperamos haver demonstrado os principais mecanismos pelos quais as ONGs financiam os seus projetos e iniciativas em Apuí. Acreditamos, acima de tudo, que os mecanismos de financiamento utilizados dialogam diretamente com o conceito de modernização ecológica, apresentado no capítulo anterior como conceito que sintetiza as estratégias para o engajamento dos atores locais à proposta “sustentável”.

Se, no capítulo anterior, apreendemos como o protagonismo das “elites” econômicas locais é uma face importante do processo local de modernização ecológica, agora também podemos entender o posicionamento favorável dos agentes financeiros à integração destas “elites” para a promoção da proposta “sustentável”. Os agentes financeiros entrevistados acreditam ser necessário usufruir das estruturas e recursos estabelecidos no campo econômico para propor iniciativas de “descommoditização” e “capitalização” das famílias parceleiras. Quando perguntada sobre como o Fundo Vale se posicionaria frente à existência de cadeias produtivas que vivenciam claras conjunturas de monopólio por parte dos atravessadores, Camila (entrevista) afirmou que, para a mitigação de conflitos, era necessário dialogar com a estrutura de poder vigente nestas cadeias. Neste sentido, se a intermediação de “elites” econômicas e empresárias constitui-se como um dos fatores condicionantes à existência de um processo de modernização ecológica (MOL, 2000), então podemos entender o apoio dos agentes financeiros como uma ação que reitera e conserva a posição de poder dos atravessadores no campo econômico.

Eu não sei se é dependência ou se os atravessadores podem ter outros papéis a se cumprir nessa cadeia. Em alguns casos, olhando por cima sim, há uma dependência. Mas talvez essas pessoas tem um papel a ser desenvolvido nessa cadeia e também excluir o atravessador nem sempre é possível, mas criar um papel pra eles dentro de uma nova lógica talvez também seja interessante. Pra você não optar pelo conflito mas ter sim cooperação. (CAMILA, entrevista concedida em abril de 2017).

Em outro âmbito, a existência de múltiplos critérios e parâmetros para a concessão de financiamentos aparece como fator que reitera o caráter “tecnocrático” (MARTINEZ-ALIER, 2007) da proposta de um regime “sustentável”. Nas duas entrevistas realizadas

com os agentes financeiros, ficou clara a existência de inúmeros modelos de intervenção e apoio por parte destes agentes. O modelo escolhido de intervenção em Apuí não se configura como um modelo estabilizado ao longo do tempo e herdado de experiências passadas, mas em um “conceito” construído como uma “hipótese”: a sua aceitação ou refutação ocorre mediante o desenrolar do projeto, onde os resultados atingidos por ele serão comparados aos parâmetros inicialmente estabelecidos como satisfatórios ou insuficientes. Com isso, subjaz à ação das ONGs um interesse iminente de desenvolver o projeto segundo o conjunto de parâmetros que rege o seu funcionamento, e que condicionam uma nova rodada de apoio por parte dos agentes financeiros. Por exemplo, no âmbito do SSA, concebeu-se como “conceito” – estabelecido no âmbito das instituições cultural-cognitivas – a assistência técnica para a produção de café agroflorestal, bem como a criação de um nicho de mercado dentro da cadeia produtiva dessa commodity, conforme ressalta o resumo do SSA na própria página eletrônica do Fundo Vale:

A cadeia da pecuária é a principal atividade econômica de Apuí, localizado no sul do Amazonas, município que ainda resguarda uma grande área de florestas e biodiversidade, apesar da pressão crescente do desmatamento e queimadas. A técnica de manejo utilizada nesta atividade é o extensivo, onde há baixos insumos e investimentos, e grande pressão sobre a floresta. **Para testar modelos** que possam reverter esse quadro, o projeto desenvolvido pelo IDESAM focará na cadeia do café agroflorestal, segunda atividade econômica mais expressiva na região, com grande potencial de expansão entre os produtores regionais. (FUNDO VALE, 2017; nosso grifo).

Os critérios que orientam a ação dos agentes financeiros também trazem como prerrogativa às ONGs uma série de linhas de ação que superam a preservação ambiental e a recuperação de áreas degradadas. Os resultados demonstrados neste capítulo reiteram o argumento expresso na Figura 17, no Capítulo 6, de que os projetos das ONGs evoluíram ao longo do tempo: de projetos exclusivamente ambientais e com ampla participação do Estado e de suas agências, para projetos cada vez mais independentes em termos de recursos do Estado e com iniciativas que dialogam também com aspectos socioeconômicos da “sustentabilidade”.

Em última instância, entendemos a redução da participação estatal nos projetos das ONGs por duas razões principais. Em primeiro lugar, o ativismo institucional – tanto

do WWF junto à SDS, quanto do IDESAM junto ao INCRA – permitiu com que estas duas organizações usufríssem de volumosos recursos, de uma ampla rede de contatos e de expressiva legitimidade para expandir as suas iniciativas, aumentando a abrangência da coalizão ambientalista. Entretanto, este cenário tornou a atuação das ONGs mais suscetível a choques externos ao campo políticoambiental, tornando-as reféns das movimentações no cenário político nacional – tal qual nos foi demonstrado sobre a antecipação do término do contrato de cooperação entre o INCRA e o IDESAM.

Em segundo lugar, o pedido de devolução do escritório local do IDESAM mediante a emergência de uma nova coalizão política na Prefeitura de Apuí aparece como um fator ilustrativo da ausência de tradição de “negociações políticas” no município – consolidando nossa visão sobre como o critério traçado por Mol (2000), referente à presença de episódios de negociação política para a caracterização de um processo de modernização ecológica, é inexistente em Apuí. A cooperação forjada entre as ONGs e a Prefeitura tratou-se possível somente mediante à coalizão política que dominou a Prefeitura entre os anos de 2008 e 2016. O pedido de devolução do escritório local a partir da emergência de uma nova coalizão nos demonstra como os recursos obtidos com a cooperação da Prefeitura não estão institucionalizados e garantidos legalmente, mas se fazem vulneráveis às movimentações no campo político local.

A estes dois fatores políticos – a suscetibilidade às crises no campo político nacional e a ausência de tradição de negociações políticas no município – soma-se à vulnerabilidade da estratégia de financiar os projetos exclusivamente a partir de doações de agentes financeiros. Assim, uma vez tomados estes três fatores em conjunto, podemos entender o Projeto de Microcrédito como um protótipo de um reordenamento organizacional do IDESAM, com vistas a encontrar novas formas de financiar as suas atividades. O intento desta organização de atuar em formatos similares àquele de um banco formal visa não somente reduzir a dependência de recursos estatais e de financiadores, mas catapultar a sua atuação a partir de uma crescente capitalização de suas iniciativas.

A futura atuação do IDESAM como uma organização financeira de microcréditos reforça a redução do desmatamento e da degradação ambiental como um processo intrinsecamente alinhado com as lógicas de uma economia de mercado – um dos outros fatores condicionantes à identificação de um processo de modernização ecológica. A culturalização das futuras linhas de atuação do IDESAM com as lógicas da economia de

mercado se fazem visíveis em dois aspectos. Em primeiro lugar, a fim de atuar como uma instituição financeira formal, será necessária a consolidação de termos de investimentos – tais como o montante de capital inicial e as taxas de juros anuais pagas ao capital investido – para a promoção de sistemas agroflorestais e silvipastoris que sejam atrativos aos investidores (ALESSANDRA, entrevista). Em segundo lugar, será necessário estabelecer políticas de controle de pagamentos por parte das famílias parceleiras, sendo necessária a definição das regras relacionadas à carência, oferta de garantias e elegibilidade do parceleiro para contrair crédito (GERMANO, entrevista). Estes dois fatores mudarão por completo a estrutura organizacional do IDESAM, consolidando-o como uma organização financeira operando sob lógicas da economia de mercado e não apenas como uma organização não governamental sem fins lucrativos.

A ideia de consolidar uma instituição financeira paralela ao IDESAM é talvez o exemplo paradigmático de um processo de transformação e adaptação institucional por parte das ONGs, que sincretiza em uma linha de ação os enquadramentos de “descomoditização”, de “capitalização”, de “avanço do conhecimento técnico-científico”, de adequação dos critérios mantidos pelos agentes financeiros e a decisão estratégica de reduzir as vulnerabilidades das dinâmicas do campo político nacional e local geradas por um processo de ativismo institucional.

Esta possível transformação organizacional do IDESAM – cuja efetivação ou não supera o período histórico onde essa dissertação foi concebida e escrita – soma-se à evolução dos enquadramentos mobilizados pelas ONGs mencionados no capítulo anterior, demonstrando como as linhas de atuação destas organizações “culturalizam-se” às estruturas sociais dos atores engajados e dos espaços sociais que permeiam. Se tanto o IDESAM quanto o WWF passaram a atuar de acordo com as instituições regulatórias, normativas e culturais-cognitivas que constituem a realidade social das famílias parceleiras, da mesma forma estas duas organizações adaptam-se segundo o conjunto de normas, regras, hábitos e procedimentos que orientam a ação dos agentes financeiros e públicos.

CONCLUSÕES

Mesmo a satisfação das necessidades materiais mais básicas do ser humano depende, em última instância, da existência de um trabalho social para assegurá-las. A Sociologia revela-se então como área chave do conhecimento para a compreensão do porquê as pessoas cooperam, seja para a produção conjunta de símbolos, seja para a produção coletiva de mercadorias. Nesta dissertação buscamos compreender como foi possível a consolidação da ação coletiva para o gerenciamento dos bens comuns em Apuí com vistas a reduzir o desmatamento e da degradação ambiental.

A princípio, tínhamos como hipótese a ideia de que a *“sustentabilidade” é mobilizada pelas ONGs junto aos atores locais enquanto elemento institucional – simbólico, normativo e regulatório – que constrói uma identidade em comum entre os atores engajados e viabiliza a ação coletiva, visando orientar suas práticas a determinados saberes e técnicas calcados nesta ideia*. Em certa medida, a hipótese demonstrou ser correta. A proposta “sustentável” das ONGs abarca seis projetos diferentes, cada qual veiculado de maneira diferente segundo o conjunto institucional constitutivo da realidade social dos parceiros, dos agentes financeiros e dos gestores públicos. Ao apelar a múltiplas dimensões institucionais, as ONGs conseguem criar uma identidade entre diferentes atores em torno de uma proposta de ação e intervenção local.

A princípio, precisávamos encontrar na literatura uma abordagem teórica-conceitual, a fim de compreender como uma mesma proposta é veiculada de maneira distinta segundo o tipo de ator social com o qual as ONGs se relacionam. Para tanto, mobilizamos o conceito de “enquadramentos” (GOFFMAN, 2012; KUNRATH et al., 2017) como eixo central à investigação sobre as dinâmicas de engajamento. No que diz respeito à literatura sobre o gerenciamento coletivo dos bens comuns, desconhecemos estudos anteriores do NS e da NSE que se apropriaram do conceito de enquadramentos para pesquisar a formação e consolidação de estruturas de governança. Buscamos preencher esta lacuna a partir da identificação dos enquadramentos da “descommoditização”, da “capitalização” e do “avanço técnico-científico”, os quais constroem uma matriz múltipla de representações possíveis sobre a proposta “sustentável” das ONGs, atrelando-a de maneira constitutiva aos interesses elementares de parceiros, agentes financeiros e gestores públicos.

A dissertação supera a longa e instaurada divisão metateórica entre perspectivas sociológicas individualizadas e perspectivas essencialmente estruturalistas. Corroboramos com Fligstein e McAdam (2012), cuja abordagem dos Campos de Ação Estratégica caminha para a superação desta dualidade metateórica, principalmente a partir da visão dos campos como não somente espaços de posições estruturadas, mas também como esferas que são buscadas deliberadamente pelos agentes com vistas a produzir um significado a sua existência.

Com efeito, a perspectiva teórica destes autores demonstrou ser uma valiosa ferramenta para entender como a ação coletiva é produzida em nosso objeto de estudo, apreendendo as suas pluralidades de estratégias e motivações subjacentes à participação dos agentes. Vimos que a formação de grupos não é motivada exclusivamente por aspirações estritamente utilitárias e economicamente racionais daqueles que engajam, bem como os indivíduos não cooperam entre si devido exclusivamente ao compartilhamento de uma suposta consciência de classe, a qual resumiria diferentes trajetórias e posições sociais a um só binômio “dominados/dominantes”. Ao contrário, entendemos a produção de engajamento como um projeto que “sincretiza” diferentes interesses materiais e existenciais em práticas, rotinas e hábitos organizacionais alinhados com as iminentes demandas dos atores sociais.

A produção de ação coletiva no objeto estudado só se fez possível mediante a culturalização dos projetos e iniciativas das ONGs às instituições regulatórias, normativas e culturais-cognitivas que constituem a realidade social dos parceiros, dos agentes financeiros e dos agentes públicos. O processo de culturalização deste conjunto institucional culminou na instauração de um processo de “modernização ecológica”, passível de ser identificado a partir da existência de três fatores condicionantes: (i) utiliza-se das estruturas de poder do campo econômico para a promoção dos projetos e iniciativas das ONGs, atenuando conflitos e possíveis contraposições à presença de organizações ambientalistas em um espaço permeado por um histórico de conflitos ambientais e fundiários; (ii) reitera-se, por meio de estímulos à expansão da produtividade com os sistemas agroflorestais e silvipastoris, a apropriação simbólica e cognitiva do território apuiense como uma “fronteira em transição” rumo à produção agropecuária em larga escala e à constituição definitiva do “território familiar”; (iii) o conhecimento científico é veiculado como único caminho para a redução do desmatamento e da degradação ambiental, onde a “tecnocracia” é enquadrada pelas ONGs como único regime capaz de

proporcionar, simultaneamente, maior produtividade agropecuária e menores impactos ambientais, alinhando, assim, as suas formas de atuação e intervenção local aos critérios e parâmetros de avaliação de apoio mantidos pelos agentes financeiros.

Com isso, entendemos que a consolidação de estruturas de governança dos bens comuns configura-se como um processo cujo tecido conjuntivo é a habilidade social dos atores estratégicos, os quais se tornam capazes de ler os diferentes campos sociais, as distintas posições que o estruturam e os interesses *sui generis* que emergem destas posições. Há, a partir desta leitura, uma evolução e adaptação das práticas, rotinas e hábitos organizacionais ao contexto social dos atores que as ONGs buscam engajar. A nosso ver, este processo de evolução e adaptação institucional ilustra mais do que perfeitamente a visão “construcionista” sobre a consolidação de um trabalho social para a produção de símbolos ou mercadorias.

Também vimos que é insuficiente analisar apenas a ação dos empreendedores institucionais para compreender a formação de coalizões. É neste sentido que a hipótese construída demonstra ser insuficiente. As ações das ONGs e a capacidade delas em construir uma identidade comum não se configuram como as únicas variáveis explicativas à formação e consolidação de uma coalizão ambientalista no campo políticoambiental de Apuí. A amplitude desta coalizão dependeu, principalmente, de choques e crises em campos sociais correlatos. Dessa maneira, é pertinente que futuras investigações tanto lancem mão de olhares sistêmicos ao investigarem as dinâmicas de engajamento para a produção coletiva de símbolos ou mercadorias, quanto incluam como variáveis independentes da análise dos campos sociais as dinâmicas de campos correlatos.

Neste sentido, cabe destacar como um dos resultados a íntima conexão dos campos políticos nacional e local com a produção do regime de apropriação e exploração dos recursos naturais em Apuí. Os campos políticos são importantes esferas onde se institui regras e procedimentos, os quais definem instrumentos regulatórios cruciais para as organizações ambientalistas lograrem ou não a redução do desmatamento e da degradação ambiental no campo em que atuam – tal como o Código Florestal aprovado em 2012 constituiu-se de uma instituição regulatória central às ONGs para segurar a cooperação de parceiros e agentes financeiros nos projetos e iniciativas desenvolvidas em Apuí. É evidente que as interdependências entre os campos políticos e o campo políticoambiental não foram abarcadas em sua totalidade nesta dissertação, abrindo-se uma avenida de possíveis conexões e correlações a ainda serem desveladas.

Uma série de outras organizações orbitam a ação da coalizão ambientalista. Por mais que estas organizações não a integrem efetivamente, vimos que choques dentro de algumas organizações em específico impactam diretamente na formação e na amplitude da coalizão. Crises organizacionais abrem espaços para que novos atores usufruam de uma série de recursos antes apropriados exclusivamente por determinadas organizações. Vimos, por exemplo, como uma crise dentro do IDAM abriu espaço ao IDESAM gozar de recursos disponibilizados pelo INCRA, expandindo assim consideravelmente o número de famílias parceleiras atendidas em seus projetos. Isto demonstra que é fundamental entender as próprias organizações como coalizões políticas, incrustadas em dinâmicas de poder e em contínuos processos de estabilidade, rupturas e crises. A partir daí, pode-se compreender como estas diferentes dinâmicas e processos interferem na formação da coalizão ambientalista para o gerenciamento dos bens comuns.

Concluimos a presente dissertação confiantes de que a investigação empírica conduzida estimulará o avanço teórico-analítico em três frentes: (a) compreender a crucialidade dos enquadramentos interpretativos para a construção de compromissos e orquestração de interesses; (b) analisar a ação empreendedora para veiculação de enquadramentos, a fim de construir um processo efetivamente coletivo de produção de símbolos ou mercadorias; (c) adotar um olhar sistêmico sobre como diferentes campos sociais se correlacionam com as dinâmicas de engajamento tomadas como objeto central de estudo.

Em uma discussão tão permeada pela ideia de “fronteiras”, acreditamos que estas três dimensões sociológicas se constituem como fronteiras teórico-analíticas à atual agenda de investigações sobre a governança coletiva de bens comuns e, mais amplamente, sobre os processos de desenvolvimento. Faz-se imprescindível não somente um maior avanço teórico-analítico nessas frentes, mas uma gradativa centralidade destas dimensões no arcabouço teórico-analítico das futuras investigações empíricas sobre o tema em questão.

Para além das contribuições científicas desta dissertação, acreditamos que os resultados aqui encontrados revelam a complexidade envolvendo as políticas de redução do desmatamento na Amazônia brasileira. A “equação do desmatamento” demonstrou ser muito mais complexa do que uma simples visão maniqueísta sobre desmatadores *versus* conservacionistas. A luta por modos de se apropriar e de explorar os recursos naturais deste bioma é constituída por uma miríade de atores sociais, mergulhados em diferentes

trajetórias sociais e com um conjunto de interesses específicos quanto a sua presença naquele território. Esta miríade de atores sociais começa por grupos de população locais como indígenas, posseiros, assentados, compradores de terra, madeireiros e garimpeiros, passando por atores regionais e nacionais como organizações não-governamentais, gestores públicos e empresas privadas, chegando por fim aos atores internacionais que veem o bioma amazônico como um “bem público global” (KAUL et al., 1999), tais como organismos bilaterais, multilaterais, financeiros e filantrópicos. Neste sentido, entendemos a orquestração de interesses e a construção de consenso entre múltiplos atores nesta região como um dos principais objetos de estudo sociológicos de nosso tempo, especialmente àqueles interessados com os temas de conflitos ambientais, ações coletivas e construção de “economias de baixo carbono” na Amazônia.

Entretanto, vimos como a promoção de estruturas de governança que congregam diferentes indivíduos e organizações para a redução do desmatamento demonstra-se frágil em face da ação estatal. Em tempos de crise nos valores democráticos no Brasil e de realinhamento do Governo Federal à execução de políticas públicas que motivem o uso extensivo e indefinido dos recursos naturais amazônicos, iniciativas locais de promoção de regimes “sustentáveis” de apropriação e exploração dos recursos naturais podem ser minadas com a interrupção de uma série de recursos que tais iniciativas gozavam em anos anteriores. Neste sentido, a presente dissertação urge a necessidade de retomada das políticas nacionais de incentivo à redução do desmatamento e, mais amplamente, da gestão dos recursos naturais, tais como a expansão no nível de recursos do Fundo Amazônia, a criação de parques e a manutenção dos limites atuais dos parques já existentes. Especificamente na região estudada, mediante a inclusão de Apuí na “lista vermelha” do MMA em 2017, se faz estritamente necessário evitar a redução das áreas de preservação existentes no Mosaico de Unidades de Conservação, bem como uma efetiva política de comando, controle e incentivo a práticas alternativas de apropriação e exploração dos recursos naturais, as quais sejam capazes de, simultaneamente, cessar a queda geral na produtividade agropecuária e de reduzir o montante de novas áreas desmatadas.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; von BÜLOW, M. Movimentos Sociais na Teoria e na Prática: Como Estudar o Ativismo através da fronteira entre Estado e Sociedade?. **Sociologias**, v. 13, p. 52–84, 2011.

ABRAMOVAY, R. **Muito Além da Economia Verde**. São Paulo: Editora Planeta Sustentável, 2012.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty**. Danvers: Crown Publishing Group, 2012.

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo. In.: DILGER, G.; LANG, M. PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ALTIERI, M. A. Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments. **Agriculture, Ecosystems and Environment, Amsterdam**, v. 93, n. 1, p. 1–24, 2002.

ANDRADE, J.W. Planos de desenvolvimento: SUDAM. In: **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército (Coleção Gen. Benício, v. 90, n. 415), p. 149-172, 1971.

ASCELARD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BATISTA, D.C. Inventário científico da Amazônia. In: **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército (Coleção Gen. Benício, v. 90, n. 415), p. 271-300, 1971.

BECKERT, J. **Imagined futures**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

BERGER, P, L; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus Editora, 8º edição, 2008.

BOURDIEU, P. The forms of capital (1986). In: SZEMAN, I; KAPOSY, T. **Cultural Theory: an anthology**. Wiley-Blackwell, 2010.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. Atividade Legislativa, Legislação, **Artigo 188 da Constituição Federal**:

http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_188_.asp

BRUMER, A.; SANTOS, J. V. T. Tensões agrícolas e agrárias na transição democrática brasileira no final do século XX. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n.2, p. 03-14, 1997.

CARNEIRO, M., S.; ASSIS, W., S. O Controle do Desmatamento na Amazônia como um Processo de Modernização Ecológica: a experiência do projeto Município Verde. **Dossie Repocs**, v. 12, n. 24, p. 53-76, jul/dec-2015.

CARRERO, G. C.; FEARNSIDE, P, M. Forest clearing dynamics and the expansion of landholdings in Apuí, a deforestation hotspot on Brazil's Transamazon Highway. **Ecology and Society** (Online), v. 16, n. 2, 2011.

CARRERO, G.; ALBUJA, G.; CENAMO, M.C.; BETTARELLO, M.; VICENTE, A. **Viabilidade econômica da pecuária semi-intensiva no sul do Amazonas: uma oportunidade para reduzir o avanço do desmatamento**. Manaus: IDESAM, 2014.

CARRERO, G.; ALBUJA, G.; FRIZO, P.G.A.; HOFFMANN, E.; ALVES, C.; BEZERRA, C. **Caracterização da cadeia produtiva de carne bovina no Amazonas com ênfase no município de Apuí**. Manaus: Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, 2014.

CAVALCANTE, R.B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M.M.K. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.: Est.**, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr., 2014.

CENAMO, M.C; LIMA, L. **CAR no Amazonas: oportunidades e desafios para a gestão territorial. Análise dos 03 anos (2011-2014) de implementação do Cadastro Ambiental Rural no Amazonas**. Manaus: IDESAM, 2015.

COASE, A. The Nature of the Firm. **Economica**, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Atlas de Conflitos na Amazônia**. Goiânia: Editora Entremares, 1º ed., setembro de 2017.

COSTA, F.A. Dinâmica agrária na Amazônia, situação reprodutiva e pobreza: uma contextualização estrutural. In: BUAINAIN, A, M; DEDECCA, C. **A nova cara da Pobreza Rural**. Série Desenvolvimento Rural, v. 17. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), fevereiro/2013.

COSTA, F.A. **Formação Agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA, 2012.

DIESEL, V.; NEUMANN, P.S.; CLAUDINO DE SÁ, V.. (Org.). **Extensão Rural no Contexto do Pluralismo Institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS**. 1ed. Ijuí: Editora da Unijuí, v. 1, p. 203-230, 2012.

DURHAM, E.R. **A Caminho da Cidade: A Vida Rural e a Migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, Coleção Debates, n. 77, 1978.

DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

DURKHEIM, E. **Da Divisão Social do Trabalho**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2º edição, 1999.

EMIRBAYER, M. Bourdieu and organizational analysis. **Theory & Society**, v. 37, p. 1-44, 2008.

EMIRBAYER, M. Manifesto for a Relational Sociology. **The American Journal of Sociology**, v. 103, n. 2, p. 281-317, set/1997.

ESCOBAR, A. El postdesarrollo como concepto y práctica social. In: MATO, D (org.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, p. 17-31, 2005.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SOONES, I. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012.

FLEURY, L.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade** (Online), v. 16, p. 141-156, 2013.

FLEURY, L.; C. **Cerrado para ser o quê? Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Dissertação de Mestrado, 2008.

FLEXOR, G.; LEITE, S. Land Market and Land Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s. **Contexto Internacional**, v. 39, p. 393-420, 2017.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLIGSTEIN, N. Markets as Politics: A Political-Cultural Approach to Market Institutions. **American Sociological Review**, v. 61, n. 4, p. 656-673, ago./1996.

FLIGSTEIN, N.; McADAM, D. **A Theory of Fields**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FLORIT, L., F. Conflitos ambientais, desenvolvimento no território e conflitos de valoração: considerações para uma ética ambiental com equidade social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, p. 255-271, 2016

FONSECA, P.C.D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa e Debate**, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GEHLEN, I. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre a terra no Meio Rural do Sul. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, n. 6, p. 154-176, 1994.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS; SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS; CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AMAZONAS; WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WWF). **Plano de Gestão do Mosaico de Unidades de**

Conservação do Apuí. Série Técnica Planos de Gestão, vol. I e II, Apuí – Amazonas, março de 2010.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 9, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. (Orgs). **The Sociology of the Economic Life.** Westview Press, 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. **A Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil** - IGNÁCIO RANGEL. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2000.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão? **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

HALL, P.A.; SOSKICE, D. **Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage.** Oxford: Oxford University Press, 2001.

HALL, P.A.; TAYLOR, R.C.R. As Três Versões do Neo-Institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 193-224, 2003.

HARVEY, D. O novo imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, v. 40, p. 95-126, 2004.

HEBÉTTE, J.; MARIN, R, E, A. Colonização e Fronteira: articulações no nível econômico e no nível ideológico. In: HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Belém: EDUFPA, v. 1, cap.2, 2004.

HODGSON, G. Meanings of methodological individualism. **Journal of Economic Methodology**, v. 14, n. 2, p. 211-226, jun./2007.

IANNI, O. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia.** Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário – Ano 2006.** Acessado em julho de 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico – Anos 2000 e 2010**. Acessado em julho de 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA)**. Acessado em dezembro de 2017. Disponível em: www2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Pecuária Municipal**. Acessado em dezembro de 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2016>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal**. Acessado em dezembro de 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). **“Dados de assistência técnica e extensão rural – Ano 2014”**. Acessado via termo de concessão de dados.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). **“Informativo Apuí Rural, n°1”** – abril, 2014.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). **“Informativo Apuí Rural, n°2”** – outubro, 2014.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). **“Informativo Apuí Rural, n°3”** – dezembro, 2014.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). **“Informativo Apuí Rural, n°4”** – março, 2016.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). **“Informativo Apuí Rural, n°5”** – agosto, 2016.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). **“Informativo Apuí Rural, n°6”** – out./dez/, 2016.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). “**Relatório Institucional – 2016**”. Disponível em: <http://www.idesam.org.br/relatorio-institucional-2016/#.WnrudKinHIU>

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). “**Relatório Institucional – 2014/2015**”. Disponível em: <http://www.idesam.org.br/relatorio-institucional-20142015/#.WnrufainHIU>

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). “**Relatório Institucional – 2013**”. Disponível em: <http://www.idesam.org.br/relatorio-institucional-2013/#.WnrufainHIU>

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). “**Relatório Institucional – 2012**”. Disponível em: <http://www.idesam.org.br/relatorio-institucional-2012/#.WnruiKinHIU>

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). “**Relatório Institucional – 2011**”. Disponível em: <http://www.idesam.org.br/relatorio-institucional-2011/#.Wnrui6inHIU>

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). “**Relatório Institucional – 2009/2010**”. Disponível em: <http://www.idesam.org.br/relatorio-institucional-20092010/#.WnruiqqinHIU>

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). “**Relatório Institucional – 2007/2008**”. Disponível em: <http://www.idesam.org.br/relatorio-2007-2008/#.WnruiW6inHIU>

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DO AMAZONAS (IDAM). “**Relatório de Atividades de 2016**”.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DO AMAZONAS (IDAM). “**Plano Operacional de 2016**”.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relatório de Análise do Custo de Obtenção de Imóveis Rurais: Planilha de Preços Referenciais para fins de titulação**. Brasília, março de 2017.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). “**Governo Temer articula reduzir Unidades de Conservação sem consultar Meio Ambiente**”. Acessado em dezembro de

2017. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/governo-temer-articula-reduzir-unidades-de-conservacao-sem-consultar-meio-ambiente>

KAUL, I; GRUNBERG, I; STERN, M, A. Defining global public goods. In: KAUL, I; GRUNBERG, I; STERN, M, A. **Global public goods: international cooperation in the 21st century**. New York: Oxford University Press, p. 2-19, 1999.

KEYNES, J. M. **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, 30 vols. In: MOGGRIDGE, D.E.; JOHNSON, E. (Orgs.). London: Macmillan, 1973-89.

KUNRATH, M.; COTANDA, F. C.; PEREIRA, M. M Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 25, n. 61, 2017.

LAMBERT, J. **Os Dois Brasis**. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1967.

LATOUR, B. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LAW, J. Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy, and Heterogeneity. **Systems Practice**, v. 5, n. 4, 1992.

LEWIS, D.; MOSSE, D. **Development Brokers and Translators: The Ethnography of Aid and Agencies**. Bloomfield, Connecticut: Kumarian Press Inc., 2006.

MARCONI, M, A; LAKATOS, E, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 5^o edição, 2003.

MARSENO, A.M. **A Amazônia e Nós**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército (Coleção Gen. Benício, v. 94, n. 419), 1971.

MARSHALL, G., R. Transaction costs, collective action and adaptation in managing complex social–ecological systems. **Ecological Economics**, v. 88, p. 185-194, 2013.

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

McADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. **Dynamics of Contention**. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

MERTON, R.; K. **On Theoretical Sociology: Five Essays, Old and New**. New York: The Free Press, 1967.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. “**Lista de Municípios Prioritários da Amazônia Brasileira**”. Available at: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2017/09/mais-cidades-sao-adicionadas-a-lista-de-combate-ao-desmatamento-na-amazonia-legal>

MOL, A.P. A globalização e a mudança dos modelos de controle e poluição ambiental: a teoria da modernização ecológica. In: HERCULANO, S.; PORTO, M.F. de S.; FREITAS, C.M. (Orgs.) **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EDUFF, p. 267-280, 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). “**Incrá institui referência de preço para privatização de assentamentos**”. Acessado em janeiro de 2018. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/04/05/incra-institui-referencia-de-preco-para-privatizacao-de-assentamentos.html>

NEE, V. **The New Institutionalism in Economics and Sociology**. CSES Working Paper Series, Paper #4. Nov./2003.

NICHOLSON, W; SNYDER, C. **Intermediate Microeconomics and Its Application**. 11° ed. Mason: South-Western, Cengage Learning, 2010.

NIEDERLE, P.A. O mercado vitivinícola e a reorganização do sistema de indicações geográficas na região do Languedoc, França. **Organizações Rurais e Agroindustriais** (UFLA), v. 14, p. 155-173, 2012.

NIEDERLE, P.A.; GRISA, C.; PICOLOTTO, E.; SOLDERA, D. Narrative disputes on family farming public policies in Brazil: conservative attacks and civic countermovements. In: **Proceedings of BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies Conference**, Moscou: BICAS, 2017.

NORTH, D., C. **Structure and Change in Economic History**. New York: W. W Norton & Company, 1983.

OLIVEIRA, V., L. **A Impossível Simetria: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Dissertação de Mestrado, 2004.

OLSON, M. **The Logic of Collective Action**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1965.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge University Press, 1990.

OZORIO DE ALMEIDA, A., L. **Colonização Dirigida na Amazônia**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 135, 1992.

PAUGAM, S. **Le Lien Social**. Paris: Press Universitaires de France, 2013.

PINHEIRO MACHADO, L.C. **Pastoreio racional Voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio**. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2004.

POCHMANN, M. **Attack on Social and Labor Rights in Brazil**. Sociology International Journal, v. 1, n. 3, 2017.

PREFEITURA DE APUÍ; INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). **Projeto Apuí Mais Verde: “pensar globalmente, agir localmente”**. Acessado em Junho de 2009.

PREMEBIDA, A.; ALMEIDA, J. Desenvolvimento Rural e Biopoder: reflexões a partir do campo tecnocientífico. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 459-486, mai/ago 2006.

PUETZ, K. Fields of Mutual Alignment: A Dual-Order Approach to the Study of Cultural Holes. **Sociological Theory**, v. 35, n. 3, 2017.

RADOMSKY, G. F. W. **O poder do selo: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

ROGERS, E.M. **Diffusion of innovations**. 5ed. New York: Free Press, 2003.

SAMUELSON, P. The pure theory of public expenditure. **The Review of Economics and Statistics**, v. 36, n. 4, p. 387-389, nov., 1954.

SAUER, S.; BORRAS, J. 'Land grabbing' e 'green grabbing': uma leitura da corrida na produção acadêmica. **Campo - Território**, v. 11: p. 6-42, 2016.

SCOTT, W., S. **Institutions and Organizations: Ideas, Interests and Identities**. SAGE Publishing, 4th edition, 2014.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e Industrialização. Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** 1ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SHEPSLE, K.; A. Rational Choice Institutionalism. In: RHODES, R., A., W.; BINDER, S., A.; ROCKMAN, B., A. **The Oxford Handbook of Political Institutions.** Oxford: Oxford University Press, p. 23-38, 2006.

SILVA, M.K.; COTANDA, F.C.; PEREIRA, M.M. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Rev. Sociol. Polit.** v. 25, n. 61, p. 143-164, 2017.

SYDENSTRICKER-NETO, J.; TORRES, H.G. Mobilidade de migrantes: Autonomia ou subordinação na Amazônia?. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 8, p. 33-54, 1991.

SYNDENSTRICKER-NETO, J. **Parceiros de Machadinho: História migratória e as interações entre a dinâmica demográfica e o ciclo agrícola em Rondônia.** Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado, 1992.

TAVARES DOS SANTOS, J, V. As novas terras como forma de dominação. **Lua Nova**, v. 23, mar./1991.

TEDESCO, J.C. **Conflitos agrários no Norte Gaúcho. dimensões históricas.** 1. ed. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

TEDESCO, J.C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês.** 1. ed. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo - Ediupf., v. 1. 325p., 1999.

TILLY, C. The Observation of the Social Processes and Their Formal Representations. **Sociological Theory**, v. 22, n.4, p. 595-602, 2004.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). “**Aprovado registro de candidato mais votado a prefeito de Apuí (AM)**”. Acessado em janeiro de 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Junho/aprovado-registro-de-candidato-mais-votado-a-prefeito-de-apui-am>

VELHO, O., G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WANDERLEY, M, N, B. As origens históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17 – Processos Sociais Agrários**. Caxambu, Minas Gerais, 1996.

WANDERLEY, M.N.B. O Camponês: Um Trabalhador Para O Capital. **Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA)**, BRASILIA, v. 2, n. 1, p. 13-78, 1985.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política, In: **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

WEBER, M. **Economy and Society**. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press, 1978.

WHITE, H, C. **Markets from Networks: Socioeconomic Models of Production**. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 2002.

WILLIAMSON, O, E. **Markets and Hierarchies: Analysis and Anti-trust Implications**. New York: Free Press, 1975.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WWF); INSTITUTO CHICO MENDES (ICMBio). **Ciclo de Gestão de Conselhos de Unidades de Conservação**. Brasília: WWF-Brasil, 2016.

YOUNG, STEPHE (Org). **The emergence of ecological modernisation: integrating the environment and the economy?** London and New York: Routledge, 2000.

ZELIZER, V. **Economic Lives: How Culture Shapes the Economy**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2010.

ZHAO, D. Theorizing the Role of Culture in Social Movements: Illustrated by Protests and Contentions in Modern China. **Social Movement Studies**, v. 9, n. 1, p. 33–50, 2010.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; SANTOS, A.; F. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Cienc. Cult.**, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A. Roteiro de entrevista e questionário: parceiros.

Identificação:

Idade: Sexo:

Escolaridade:

Tempo em Apuí:

Cidade/Estado de origem:

Entrevistas

Tópicos:

- 1) Processo de produção agropecuária em Apuí;
- 2) Processo de comercialização agropecuária;
- 3) Contração de crédito entre produtores;
- 4) Nível de desenvolvimento econômico e social de Apuí;
- 5) História da chegada de sua família em Apuí;
- 6) História de assistência social, técnica e produtiva, desde a chegada até hoje.

Questões:

- 1) Como o(a) senhor(a) definiria a conjuntura atual de Apuí?
- 2) Você acredita que a população de Apuí vive sob estado de risco, atualmente?
- 2) Quais os valores mais importantes na gestão da sua propriedade e na segurança da sua família?
- 3) Sem necessidade de dizer nomes: quem você acha que representa o oposto destes valores?
- 4) E qual instituição em Apuí o(a) senhor(a) acha que está de acordo com esses valores?
- 5) Digamos que se passaram cinco anos: que mudança o(a) senhor(a) gostaria de ver em Apuí?
- 6) O(a) senhor(a) já constatou essa mudança em outro lugar?

6.1) *(em caso de resposta afirmativa)* O(a) senhor(a) acredita que nesse lugar as pessoas tenham melhores condições de vida do que em Apuí?

6.2) *(em caso de resposta afirmativa)* Qual seria, na sua opinião, a possibilidade de replicar essas condições em Apuí?

6.3) *(em caso de resposta afirmativa)* Qual seria, na sua opinião, o interesse da população em Apuí nessas mudanças?

7) Na sua opinião, o município caminha na direção dessa mudança?

7.1) *(em caso afirmativo)* Quem auxilia nessa caminhada?

7.2) Como o(a) senhor(a) se vê participando dessa mudança?

8) O(a) senhor(a) está envolvido diretamente com algum projeto de alguma instituição presente aqui em Apuí?

8.1) *(em caso afirmativo)* Poderia contar um pouco como tem sido essa experiência?

9) Quando eu falo “sustentabilidade”, o que lhe vem à cabeça?

10) Quando eu falo “desenvolvimento”, o que lhe vem à cabeça?

Questionário.

Capital Social:

1) Liste os principais parceiros que o(a) senhor(a) julga importante na sua atividade produtiva, sejam eles de Apuí ou não:

Para cada parceiro institucional, preencher:

Parceiro	Tipo de parceria	
	firmada (financeira & contábil, técnica, marketing & comunicação, política, jurídica)	Frequência da parceria (recorrente, ocasional, única)

2) Vou falar um espaço de atuação mais amplo e gostaria que o(a) senhor(a) pense na última pessoa deste espaço com que você se relacionou.

Espaço	O(a) senhor(a) conhece alguém com alguma ocupação profissional neste âmbito?	Por quantos anos o(a) senhor(a) conhece essa pessoa?	Qual a sua relação com essa pessoa (profissional ou pessoal)?	Quantas vezes no ano o(a) senhor(a) a vê?	(caso 1 tenha resposta negativa): quem que o(a) senhor(a) conhece (indivíduo ou instituição) que poderia te apresentar a essa pessoa?
Governo Federal					
Governo Estadual					
Prefeitura					
Ong internacional					
Ong nacional					
Agência bilateral					
Agência de ATER					
Universidade Federal					

Capital Físico: *(lembrar da confidencialidade dos dados e da possibilidade de não responder as perguntas caso o entrevistado não se sinta a vontade).*

1) Liste os principais entraves à manutenção de suas atividades produtivas.

Entrave	Econômico e Financeiro	Pessoal	Técnico	Político	Jurídico	Comunicativo

2) As suas condições de vida melhoraram nos últimos cinco anos?

2.1) *(em caso afirmativo)* Vou listar uma série de instituições presentes em Apuí e gostaria que o(a) senhor(a) dissesse se há uma confiança alta, média ou baixa destas instituições na melhoria das suas condições de vida.

	Confiança		
Atores	Alta	Média	Baixa
BASA			
Prefeitura			
IDAM			
ADAF			
IMAFLORA			

IDESAM
GTPS
Atravessadores
Agência de ATER
Famílias Assentadas
Frigoríficos & Abatedouros
SINTRAFA
SINDISUL
Ouro Verde
ASPROAGRO
ASPROLEIP
SÃO LUCAS
UEA
INPA
UFAM

APÊNDICE B. Roteiro de entrevista e questionário – ONGs, agentes financeiros e agentes públicos.

Organização:

Identificação:

Idade: Sexo:

Profissão:

Escolaridade:

Tempo de atuação em Ong:

Cidade/Estado de origem:

Entrevistas.

Tópicos (para consideração gerais)

- 1) A produção agropecuária em Apuí;
- 2) A comercialização agropecuária;
- 3) Contração de crédito entre produtores;
- 4) Nível de desenvolvimento econômico e social de Apuí;
- 5) Histórico de atuação da(o) (nome da ong) em Apuí;

Questões:

- 1) No longo prazo, que mudança você gostaria de ver em Apuí?
- 2) Você já constatou essa mudança em outro lugar?

2.1) *(em caso de resposta afirmativa)* E nesse lugar as pessoas teriam melhores condições de vida do que em Apuí?

2.2) *(em caso de resposta afirmativa)* Qual seria, na sua opinião, o interesse da população em Apuí nessas mudanças?

3) Em que sentido a conjuntura atual de Apuí é diferente da que você projeta para o futuro? Se sim, por quais razões?

4) Você acredita que a população de Apuí vive sob estado de risco, atualmente?

5) *Por projeto:*

5.1) Qual problema o projeto (x) busca resolver?

5.2) Quem é o seu público alvo principal e de que maneira o projeto (x) interfere na vida dessas pessoas?

5.3) Quem foram os principais parceiros para o desenvolvimento desse projeto?

5.4) Quais foram os principais entraves e contrapostos a esse projeto?

6) Quais os principais dilemas fundiários de Apuí? Como a(o) (nome da ong) auxilia na regularização fundiária?

7) Com o projeto do (a) (nome da ong) na pecuária, você vislumbra as famílias não dependendo mais dos marchantes?

8) O (a) (nome da ong) já pensou em construir um matadouro em Apuí?

9) Você tem conhecimento se os pecuaristas e produtores selam um contrato de venda de gado?

10) Ainda sobre a atuação da(o) (nome da ong), quais seriam então os princípios que a orientam?

11) Sem necessidade de dizer nomes: quem você acha que representa o oposto destes princípios, em especial em Apuí?

12) Quanto à população local: como você acha que ela se posiciona em relação a esses princípios?

13.1) (*em caso de dissonância valorativa*): como a(o) (nome da ong) atua com a população para a convergência de valores?

13) Qual a identidade em comum das pessoas que trabalham no(a) (nome da ong)?

14) Quando eu falo “sustentabilidade”, o que lhe vem à cabeça?

15) Em sua opinião, como você acha que essa palavra é pensada em Apuí?

16) Quando eu falo “desenvolvimento”, o que lhe vem à cabeça?

17) Em sua opinião, como você acha que essa palavra é pensada em Apuí?

18) Quais as expressões culturais que você vê em Apuí?

19) Como a(o) (nome da ong) atua no fortalecimento dessas expressões?

Questionário.

Capital Social:

1) Liste os principais parceiros institucionais da(o) (nome da ong), sejam de Apuí ou de fora:

Para cada parceiro institucional, preencher:

Parceiro	Tipo de parceria firmada (financeira & contábil, técnica, marketing & comunicação, política, jurídica)	Frequência da parceria (recorrente, ocasional, única)

2) Vou falar um espaço de atuação e quero que você pense na última pessoa deste espaço com a qual você se relacionou.

Espaço	Você conhece alguém com alguma ocupação profissional neste âmbito?	Por quantos anos você conhece essa pessoa?	Qual a sua relação com essa pessoa (profissional ou pessoal)?	Quantas vezes no ano você a vê?	(caso 1 tenha resposta negativa): quem que você conhece (indivíduo ou instituição) que poderia te apresentar a essa pessoa?
IBAMA					
INCRA					
Prefeitura					
Ong internacional					
Ong nacional					
Agência bilateral multilateral					
Agência de ATER					
Universidade Federal					

Capital Físico: *(lembrar da confidencialidade dos dados e da possibilidade de não responder as perguntas caso o entrevistado não se sinta a vontade).*

- 1) Qual o número de colaboradores da(o) (nome da ong)?
- 2) Qual o tamanho do orçamento atual da(o) (nome da ong)?
- 3) Liste os principais entraves à manutenção das atividades da(o) (nome da ong).

Entrave	Econômico e Financeiro	Pessoal	Técnico	Político	Jurídico	Comunicativo

4) Dos seguintes aspectos, liste dois que melhor representam a atuação da(o) (nome da ong) na melhoria das condições de vida em Apuí.

Aspecto	Econômico e Financeiro	Capacitação Pessoal	Técnico	Político	Jurídico	Comunicativo
---------	------------------------	---------------------	---------	----------	----------	--------------

5) As condições de vida em Apuí melhoraram nos últimos cinco anos?

6.1) *(em caso afirmativo ver quem colabora)* Vou listar uma série de instituições presentes em Apuí e gostaria que você dissesse se há uma importância alta, média ou baixa destas instituições na melhoria das condições de vida em Apuí.

Atores	Importância		
	Alta	Média	Baixa
BASA			
Prefeitura			
IDAM			
ADAF			
IMAFLOA			
IDESAM			
GTPS			
Atravessadores			
Agência de ATER			
Famílias Assentadas			
Frigoríficos & Abatedouros			
SINTRAFA			
SINDISUL			
Ouro Verde			
ASPROAGRO			
ASPROLEIP			
SÃO LUCAS			
UEA			
INPA			
UFAM			

Outros atores:

Capital Cultural:

1) A(o) (nome da ong) dispõe de alguma equipe de marketing?

1.1) (*em caso afirmativo*) Em quantos colaboradores ela é constituída?

1.2) (*em caso negativo*) Como a(o) (nome da ong) divulga a sua atuação?

2) Como você define a articulação entre a(o) (nome da ong) e a população?

() Excelente

() Bom

() Regular

() Ruim

3) Há, no histórico de atuação da(o) (nome da ong) em Apuí, casos de conflito físico ou moral entre membros da(o) (nome da ong) e a população local?

4) A partir do(s) valor(es) que você apresentou no começo da nossa conversa de que melhor orienta as atividades da(o) (nome da ong), vou listar uma série de instituições presentes em Apuí e gostaria que você dissesse se há uma proximidade alta, média ou baixa destas instituições a esse(s) valor(es).

Atores	Valores		
	alta	média	baixa
BASA			
Prefeitura			
IDAM			
ADAF			
IMAFLOA			
IDESAM			
GTPS			
Atravessadores			
Famílias Assentadas			
Frigoríficos & Abatedouros			
SINTRAFA			
SINDISUL			
Ouro Verde			
ASPROAGRO			
ASPROLEIP			
SÃO LUCAS			
UEA			
INPA			
UFAM			

APÊNDICE C. Resumo das técnicas empregadas para cada fonte analisada.

Técnica de Coleta de Dados	Nome das fontes	Número de fontes	Perfil das fontes
Survey	“Dados de Assistência Técnica e Extensão Rural”; “Relatório de atividades do IDAM de 2016”; Censo Agropecuário de 2006; Censo Demográfico de 2000 e 2010.	4	ONG e Estado
Análise documental	“Informativo Apuí Rural n° 1, n° 2, n° 3, n° 4, n° 5 e n° 6”; Cenamo e Lima (2015); Carrero et al. (2014 ^a); Carrero et al. (2014b); “Plano Operativo IDAM de 2016”; Relatório de Atividades do IDAM de 2016; ‘Projeto Café Apuí: resultados e perspectivas’; ‘Projeto Apuí Mais Verde’;	14	ONGs e Estado
Entrevistas-semiestruturadas / Questionários	Abel, Abelardo, Adão, Alessandra, Airton, Alex, Camila, Celso, Cláudio, Clóvis, Denis, Edinaldo, Eduardo, Edvaldo, Eliseu, Felipe, Flávio, Germano, Gelson, Glauber, Guilherme, Hélder, Ignácio, Ítalo, Jader, Jarbas, Jean, Jonas, Laércio, Laura, Lineu, Lourival, Luciano, Lúcio, Maicon, Mário, Marta, Moacir, Maurício, Miguel, Murilo, Pascoal, Plínio, Renato e Rubens.	45	ONGs, Parceiros, Frigoríficos, Atravessadores, Estado, Comerciantes, Institutos Filantrópicos
Observação participante	Dias de campo às propriedades de Denis, Guilherme e Murilo	3	Dias de Campo
Observação sistemática	Reuniões mensais da Associação de Desenvolvimento Sustentável do Sucundurí, Associação Ouro Verde e Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável.	3	Associações de produtores rurais

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

APÊNDICE D. Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado(a),

Você está convidado(a) a participar, voluntariamente, desta pesquisa. A sua participação é livre e a recusa de participar da pesquisa não implica em nenhum prejuízo para com o pesquisador e à instituição de pesquisa.

Abaixo, constam os dados do pesquisador, caso você deseje entrar em contato para esclarecer quaisquer dúvidas sobre a pesquisa, bem como as principais informações sobre a pesquisa.

PESQUISADOR: Pedro Frizo.

ENDEREÇO PESSOAL: Rua Duque de Caxias, 1597, apt. 03, centro histórico. CEP: 90010-283, Porto Alegre – RS.

E-MAIL: pedro.frizo@gmail.com

CELULAR: (11)976959794

INSTITUIÇÃO DE PESQUISA: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS).

OBJETIVOS: Este trabalho tem como objetivo principal compreender os processos de desenvolvimento econômico e social, com foco específico no meio rural da região sul do estado do Amazonas.

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA: Com o seu consentimento, a sua participação se dará através de depoimento oral, o qual posteriormente será transcrito digitalmente a partir da gravação. A confidencialidade dos seus dados pessoais será mantida a partir da catalogação de seu depoimento com um número de referência.

RISCOS AO PARTICIPANTE: Não há qualquer risco, seja ele moral ou físico, ao participante. A qualquer momento você poderá interromper a sua participação, bem como pedir que todo o material coletado seja descartado da pesquisa.

Pedro Frizo

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____, declaro que estou consciente das informações acima colocadas e que fui informado pelo pesquisador Pedro Frizo sobre os fins da pesquisa, sobre os procedimentos utilizados, seus riscos e itens de confidencialidade. Concordo em participar da pesquisa e declaro haver recebido uma cópia do Termo de Consentimento de Participação.

_____/____/2017.

nome por extenso

assinatura

ACORDO DE USO DE DADOS

Este ACORDO DE USO DE DADOS CIENTÍFICOS inclui UM TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE DADOS CIENTÍFICOS, e diz respeito aos dados e metadados dos inventários socioeconômicos, produtivos e biológicos realizados em áreas de produtores familiares de Apuí, do Projeto de Assessoria Técnica, Social e Ambiental em projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, registrado pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – IDESAM, sob a supervisão geral do MSc. Gabriel Cardoso Carrero, Gerente do Programa de Produção Rural Sustentável.

Os dados repassados aos signatários do Termo de Compromisso de Utilização de dados são de utilização restrita a fins científicos. No caso específico deste acordo, o uso de dados fica restrito a servir como apoio à elaboração de uma pesquisa exploratória sobre o mercado agropecuário de Apuí, bem como à constituição e sistematização do roteiro de entrevistas a serem conduzidas pelo próprio pesquisador ao longo da elaboração de sua PESQUISA DE MESTRADO em Apuí.

Neste sentido, ao longo da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, em caso de eventual uso e apresentação de qualquer dado dos inventários, deverá ser devidamente creditado ao Programa de Produção Rural Sustentável do IDESAM, mediante a citação do seu nome e/ou acrônimo.

Os dados dos inventários, disponibilizados aos signatários deste Acordo, são de utilização restrita aos objetivos apresentados no campo “*Objetivos*” contido no projeto de dissertação final.

Por fim, nenhum dado (envolvendo, por exemplo, informação textual, digital, fotografia, imagem, reprodução ou publicação em qualquer formato) poderá ser utilizado com intenção comercial.

TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS CIENTÍFICOS

Eu, Pedro Gonçalves Afonso Frizo, abaixo assinado, pesquisador envolvido no projeto de título *“Empreendedorismo Institucional e Desenvolvimento: uma investigação sobre o processo de construção social da agropecuária “sustentável” no sul do Amazonas”*, me comprometo a respeitar todos os termos deste ACORDO DE USO DE DADOS, e a manter a confidencialidade sobre os dados repassados nos arquivos do Projeto PRODUTORES RURAIS APUÍ - IDESAM.

Informo que os dados a serem coletados dizem respeito à elaboração de uma pesquisa exploratória sobre o mercado agropecuário de Apuí, bem como à constituição e sistematização do roteiro de entrevistas a ser aplicado na pesquisa de campo neste município.

Porto Alegre, 7 de novembro de 2016.

Envolvidos na manipulação e análise dos dados disponibilizados:

Nome completo	CPF	Assinatura